OBRAS MILITARES DO ALTO MINHO:
A Costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração

João Manuel Viana Antunes

Porto
1996

OBRAS MILITARES DO ALTO MINHO: A Costa Atlântica e a Raia ao serviço das Guerras da Restauração

Dissertação de Mestrado em Arqueologia
apresentada na Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

João Manuel Viana Antunes

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Letras
BIBLIOTECA
N.º 45777
EX. 2
Data 16/07/96

Porto

1996

FUNDO GERAL
FLUP-BIBLIOTECA
914153

043 M
1642 o
Ex. 2

Introdução

A temática que desenvolvemos na presente dissertação de mestrado, concretamente o catálogo constituído pelos trabalhos de fortificação erguidas na costa atlântica e raia do Alto Minho, teve, como motivo fundamental, dar a conhecer um aspecto menos conhecido das obras militares de época moderna: as defesas concebidas em terra. Efectivamente, o trabalho de prospecção no terreno que desde sempre nos motivou e foi proporcionado a partir da conclusão do curso de História levou a que, ao longo do bosquejo e levantamento dos vestígios de época proto-histórica e da romanização - áreas que constituem a nossa preferência de investigação - pudessemos constatar a existência de sinais que indiciavam a presença de obras defensivas mais recentes (1).

Com certa frequência, deparamos no nosso trabalho de campo que, aquilo que pensavamos poderem tratar-se dos restos de um povoamento da Idade do Ferro, eram afinal os indícios que restavam de uma obra de fortificação, simples, de parapeitos erguidos em terra. A curiosidade levava-nos a identificar a forma como eram concebidos, a referenciar a sua colocação e orientação, a analisar a sua frequência, a relacioná-los com a topografia do terreno e a equacioná-los com a geografia política e a intenção estratégica da sua realização. A investigação levou-nos a procurar nos compêndios de história e de engenharia militar o seu enquadramento cronológico e a constatar, em simultâneo, as incertezas de localização havidas em torno de tais obras, bem como o esquecimento a que estavam votadas, por comparação aos estudos sobre fortificações magistrais que pontuavam a nossa defesa no Alto Minho, não só ao longo da costa, como na fronteira.

A sua inventariação e memória descritiva só faria sentido se fossem articuladas com a linha estratégica estabelecida pelos fortes, fortalezas e restantes obras defensivas utilizadas durante a época das Guerras da Restauração. Terá sido por isso que resolvemos prosseguir e alargar o âmbito do estudo na área geográfica por nós seleccionada, trabalhando a arquitectura militar desenvolvida após 1640, aventando as leituras de remodelação e adaptação das estruturas conectadas com os vinte e oito anos de guerra que se seguiram. O âmbito do trabalho levou-nos a seleccionar as estações e, por tal facto, não apresentamos aquelas que, embora apresentem elementos de fortificação moderna, são, contudo, posteriores às balizas cronológicas que determinamos, nomeadamente as obras defensivas realizadas sob a égide de D. Pedro II.

A identificação dos elementos de engenharia militar concebidos durante o periodo da Restauração são, devido à permanente evolução e remodelação das estruturas ao longo da nossa história recente, passíveis de serem confundidos com os

trabalhos efectuados por ocasião das Guerras Peninsulares ou, eventualmente, para os olhares menos atentos, com as obras de defesa urgente determinadas pelas invasões napoleónicas. Tentamos então, a partir das plantas mais antigas que conseguimos obter e com a documentação que nos foi disponibilizada, fazer um ponto da situação relativamente às obras de defesa projectadas, delineadas, construídas e utilizadas sob o espectro das Guerras da Restauração, com os dados que possuímos até meados do século XVIII. Relegamos, por uma questão de método e de tempo, o estudo dos fachos e atalaias que pontuavam a nossa defesa raiana ou que com ela estavam articulados, para um trabalho de maior envergadura e de enquadramento temporal diverso.

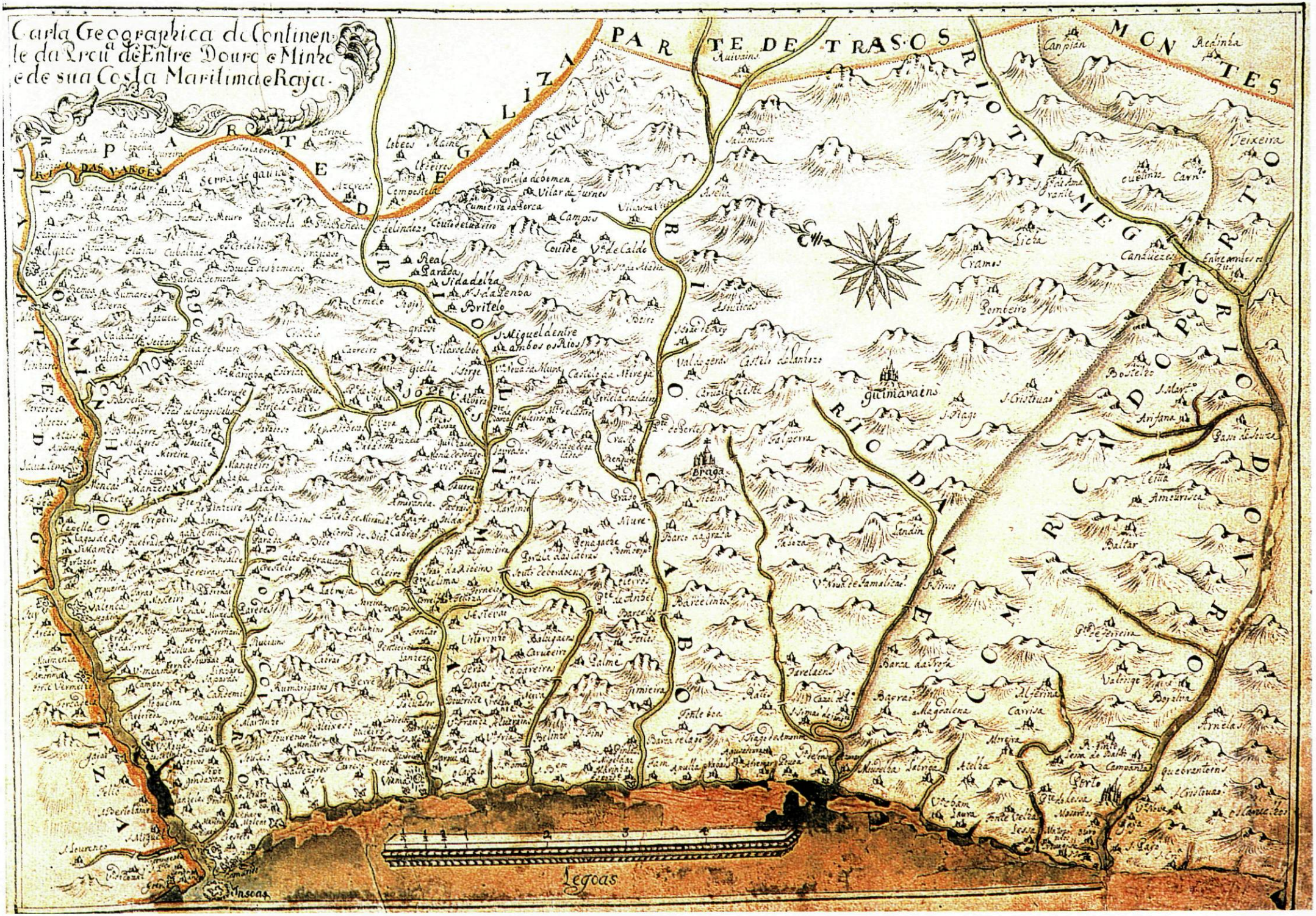
A documentação seleccionada e tratada levou-nos ainda a considerar alguns aspectos que se tornavam pertinentes para o estudo das obras militares.

Além da necessidade que o conhecimento da estratégia constitui, uma estutura arquitectónica de cariz militar funciona com homens e meios que a possam manter operacional. As reacções e a relação que a gente de armas portuguesa mantinha com as praças, tornava-se determinante no estudo de um cenário de guerra. Quisemos fornecer achegas de estudo que proporcionassem uma noção da responsabilidade, confiança, disciplina e preparação do soldado português durante o período das Guerras da Restauração, bem como uma noção do material bélico que teria à sua disposição.

Pretendemos ainda salientar a função do Porto como pólo aglutinador de uma estratégia que, gizada na Corte, se tornava - por vezes - de difícil concretização na fronteira Noroeste do território e vincar o seu papel, em coordenação com Viana da foz do Lima, como reserva de operacionais e materiais de guerra requeridos na raia do Alto Minho.

Estamos, apesar de tudo, conscientes das limitações que patenteamos no estudo de tão vasto tema, em relação ao qual pouco se tem adiantado e onde a valorização dos vestígios anda tão alheada das populações, quanto o conhecimento parcelarizado da sua função se mantém.

(1) Os nossos profundos e sinceros agradecimentos ao amigo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, pela confiança, ensino, acompanhamento e incentivo que nos incutiu e demonstrou ao longo de vários anos de estudo e investigação na província do Minho. Ao Serviço de Fortificação e Obras do Exército, Serviço de Obras Públicas e Monumentos Nacionais e Biblioteca Nacional de Lisboa, o nosso muito obrigado pela disponibilidade demonstrada no que respeita ao fornecimento de documentação. Agradecemos ao aluno da F.L.U.P., Luís Jorge Sacramento Guedes da Silva, o apoio prestado no tratamento de algumas plantas apresentadas na presente dissertação.


Carta Geographica do Continente da Prou.ª de Entre Douro e Minho e de sua Costa Maritima de Raja.
PARTE DE TRAS OS MONTES
PROVINCIA DE ENTRE DOURO E MINHO
COMARCA DE GUIMARAINS
Legoas

"Carta Geographica do Continente da Provª deEntre Douro e Minho e de sua Costa Maritima e Raia "
"Mostra o q. secomprehende entre os dous Ryos, Douro e Minho e o q. só/pertence ao Governo desta Provinçia, eas partes confinantes do Reyno de Galiza, /Provinçia de Tras os Montes, e Governo do Porto; divizado pellas letras, e cores, /q. o declarão, com os Ryos q. a fertelizam; prinçipiando a Descripção desta obra/pello Ryo Minho, e Praças Fronteyras, na continuação da Raya Seca, para fi-/nalizar com a sua Costa Maritima e Fortes"

Fonte:*Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B.P.M.P.,1994., fl. 1.

Os Homens da Guerra

Em 27 de Dezembro de 1640 o Conselho de Guerra decreta que "fossem passados os despachos e ordem necessários para as pessoas nomeadas irem levantar gente do reino" (1).

No que respeita à fronteira do Minho, a falta de soldados pertencentes às companhias de ordenança fazia-se sentir desde o início da Restauração. Em 1641, nos inícios de Abril, caberia ao bailio de Leça, Braz Brandão, a competência de fazer conduzir os soldados do esquadrão volante entretanto criado, para que D. Gaspar Coutinho os distribuisse, consoante fosse necessário, "pelos lugares fronteiros à galiza" (2), numa altura em que era nomeado João Roiz de Fontoura, corregedor da comarca de Bacelo, para Ouvidor Geral da gente de guerra paga Entre Douro e Minho (3).

Desde cedo se começaram também a sentir os problemas decorrentes da impreparação disciplinar que a gente de armas revelava. A meados de Março de 1641, o Conselho de Guerra decretava que os governadores das fronteiras deveriam fazer passar a informação que regularizava a situação dos desertores. Era então veículada a ordem segundo a qual, se os "soldados ausentes por qualquer motivo" recolhessem prontamente aos seus postos, "seria perdoada a falta cometida, mas, caso não apresentassem executar-se--ia neles a pena que merecessem" (4).

A falta de soldados nas fronteiras começava a ser sentida e urgia a sua distribuição pelas zonas onde tal escassez se revelava perigosa. Por outro lado era necessário ocupar convenientemente os fachos e fortins que pontuavam as zonas raianas. A prova disso mesmo surge a 26 de Junho de 1642, data em que o Conselho de Guerra se pronuncia sobre o envio de "certo numero de tropas que se achavam levantadas no Porto" onde não eram realmente precisas, para irem, em campanha de Verão, "para as fronteiras do Minho, onde a guarnição era pequena e muitos os postos a guardar (5).

Os expedientes de *fuga* ao serviço militar nas fronteiras multiplicavam-se, sem passar necessariamente pela vulgar deserção. Deveria ser prática frequente a concessão de licenças a oficiais e a soldados, por parte das autoridades das fronteiras, uma vez que a 20 de Fevereiro de 1643 o Conselho de Guerra ordena o lançamento de um bando e manda avisar os governadores das armas das províncias da Beira, Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes para que só passassem licenças em casos com motivos muito justificados. O não cumprimento do decreto implicaria a perda do respectivo posto militar (6).

A defesa das zonas raianas nos primeiros anos de guerra chega a incluir gente de armas alheias à causa da Restauração, sendo explicitamente referida a existência de "soldados estrangeiros vindos da India que assentaram praça nas companhias ds terços da fronteira". Estes, reclamavam nos inícios de Março de 1643, o

retorno à India, a serviço de D. João IV (7). Um dos expedientes que evidencia a dureza das condições militares fronteiriças é a concessão de liberdade aos presos militares para servirem nas zonas raianas. De alguma maneira deveria funcionar como parte da pena a cumprir e elucida-nos um pouco sobre a escassez de gente nos postos fronteiriços. A ordem de libertação de um tal João da Costa Brandão, em 27 de Abril de 1643 é significativa quanto a esse facto (8).

Toda a documentação do Conselho de Guerra é pródiga em determinações quanto aos homens que fogem do serviço fronteiriço. Numa primeira fase prefere-se, no entanto, a sua designação pelo termo *ausentes* em vez da utilização explícita da palavra *deserção*, em parte devido ao facto de muitos estarem oficialmente alheios à fronteira por lhes ter sido passada alguma licença pelas autoridades competentes. Apesar disso, as ordens de retorno prevêem a utilização dos "meios mais eficazes" para o seu cumprimento (9). Chegava, inclusivamente, aos ouvidos do rei que muita da gente de armas era isenta "do serviço de guarda e vigia e que estas obrigações recaíam sobretudo nos pobres, sendo aliviados os ricos" (10). Na tentativa de pôr cobro a tal situação que privilegiava a qualidade e a condição, o rei advertia que, se não existisse uma equitativa distribuição do serviço por parte dos Sargentos-mores, tal facto fá-los-ia incorrer em pena de prisão.

Já em 1645, no dia 9 de Fevereiro, era dada conta do serviço que faziam os soldados das Ordenanças em missão na fronteira. Estes pelo facto de não receberem pagamento não incorriam nas penas previstas para os desertores da gente paga, nem deveriam obedecer aos bandos lançados "acerca dos soldados que fugiam" (11).

A indisciplina do exército não se resumia somente aos casos de deserção e não era apanágio somente da soldadesca. A gente de armas provocava desacatos, cometia excessos e por tal facto era punida. No que toca à província do Minho, Viana do Castelo devia ser pródiga. Registam-se aqui dois casos: um de desrespeito da autoridade municipal, outro, de comportamento abusivo. O decreto do Conselho de Guerra datado de 23 de Novembro de 1642 enumera os "militares repreendidos por terem faltado ao respeito ao juiz de fora de Viana, Estevão Falcão de Mello", na noite de 10 de Julho desse mesmo ano. Tratava-se de gente que incluía pessoas de condição e cargos responsáveis, tais como o Capitão João de Mello, alferes do castelo; Francisco Pereira Pinto, morgado de Bertiandos e o filho de Roque Barros, governador de Armas de Valença. A condenação decorria do facto de terem, na referida noite de Verão, junto do mosteiro de S. Bento, "respondido com arrogância ao referido juiz quando se encontravam armados" (12). Relativamente aos abusos praticados, por consulta datada de fins de Dezembro de

1645, determinava-se que fossem tomadas as providências necessárias à punição dos soldados de Viana da Foz do Lima, "em virtude dos excessos que vinham cometendo" e que urgia reprimir (13). Da disciplina e a estrapolação da autoridade militar em assuntos alheios à sua competência dá-nos conta a determinação de 6 de Junho de 1652 onde se adverte um alto oficial no sentido de não desobedecer às ordens do Conselho de Guerra. Com efeito este teria prendido e enxovalhado um militar "assentado para servir na Armada da Costa" (14), pelo facto de este alegar que não era obrigado ao serviço de fronteira. Em 8 de Março de 1655, era mandado averiguar as circunstâncias em que o sargento-mor da Câmara de Barcelos, João da Cunha Maior havia morto um homem (15).

Nos inícios de Agosto de 1647 a dificuldade de provimento de gente de armas nas fronteiras faz-se ainda sentir (16), e urgia o reforço do poder de fogo, "mandando (um mês depois) que partissem imediatamente para as fronteiras os engenheiros de artifícios de fogo que recentemente tinham chegado da Holanda" (17). Até ao fim da década as ausências de militares nos respectivos postos são reveladas por episódicas consultas ao Conselho de Guerra que tenta resolver o problema - em 13 de Abril de 1649 - com advertências e ordens de retorno ao serviço "não só do Alentejo como de outras províncias (dos cabos) que se encontravam na corte" (18). As suas resoluções não eram acatadas e muitos seriam os subterfúgios ou os expedientes que seriam utilizados para o não cumprimento dos retornos. Na verdade, cerca de dois anos passados sobre a anterior resolução - 11 de Maio de 1651 - o Conselho lembrava "a recomendação já feita anteriormente de que deveriam sair com a maior brevidade para as fronteiras os cabos que se achavam na Corte" (19).

Um dos usuais expedientes utilizados pelos soldados para se excluirem da prestação do serviço militar era a tomada do votos religiosos. De tal facto fazem eco os capítulos 6° e 99° das Cortes de 1641 e o capítulo 4° das Cortes de 1654 (20). Estas com a experiência que cartoze anos de guerra proporcionavam queixavam-se do subterfúgio utilizado pelo mancebos "que por fugirem os en-/cargos publicos, e os da/guerra, procuram/muitos fazer-se Cleri-/gos, e que os Cabidos das/ses vagantes os admi-/ttem as Ordens sendo/ignorantes, eincapazes/dellas, e de algus annos/a esta parte se tem pro-/movido a Ordens Sa-/cras grande multidão de/mancebos e muitos que/erão soldados, e por q./os mais são pobres, e por/falta do necessario se/dão a exercicios indignos/da authoridade de seu/estado contra o que o di-/reito dispoem, e continuandosse esta demis-/são que os Prelados fa-/zem ficará faltando/gente per a guerra, /e o estado clerical per-/dera muita da sua reputação (21).

É ainda nas Cortes de 1654 que sabemos da proposta feita ao rei, no intuito de serem colmatadas ou, pelo menos, de se tentarem diminuir as fugas da gente de armas em serviço nas fronteiras. Era primeiramente lembrado, em jeito de justificação, que "Muitos soldados que assentão pra-/ça, ou forão em levas/para as fronteiras/fogem dellas, por ha-/ver servido muito tem-/po, e se vexem como/cativos daquelle/oficio sem esperança de se livrarem delle, nem/de premio do seu traba-/lho, e outros vão forçados para a guerra, como/se fossem degradados/pera sempre vivendo/em perpetua mizeria, /e desconsolação, ou fu-/gindo, de que naçem grandes vexações aos Povos" (22). A tónica colocada no discurso que reflectia a demasiada duração das comissões, a falta de incentivos da carreira militar - nomeadamente económicos - e as condições de vida precárias que os postos implicavam, quase chega a desculpabilizar as deserções. O pedido feito ao rei destinava-se a diminuir a duração do serviço militar nos postos de fronteira para cinco anos, findos os quais, os soldados não estariam obrigados "a servir mais/contra sua vontade" (23). Propunha-se ainda que, em caso de ausências não licenciadas ou fugas, o tempo de serviço previsto devia duplicar. A justificação desta medida não só era alicerçada pelo previsível gosto com que a gente de armas viria a servir o rei, não havendo assim problemas de falta de militares, mas também se poderia resolver os problemas da defesa dos núcleos urbanos pois os soldados que haviam servido nas fronteiras ficariam "exercita-/dos nas armas para/servirem nas Ordenanças" (24). Apesar da anuência demonstrada pelo rei em relação aos benefícios que tal diminuição evidenciava, este decide, por fim, que todos os soldados que viessem a servir na fronteira a partir dessa altura, fossem voluntários ou não, seriam "obrigados a conti-/.nuar o serviço por espa-/ço de oito annos" (25).

A situação que demonstra a falta de efectivos torna-se flagrante quando se verifica o emprego de gente de armas inimigas nas fronteiras portuguesas. Por determinação de 5 de Janeiro de 1654, enviavam-se directamente da prisão do Limoeiro para as fronteiras, "onde serviriam conforme lhes fosse determinado" (26), um grupo de cinco castelhanos que se haviam rendido uma vez apanhado o barco onde seguiam na costa do Algarve. É certo que, para este grupo de prisioneiros, a fronteira funcionaria como castigo: se não perecessem em alguma escaramuça, mortos pelos seus conterrâneos, os serviços mais pesados e perigosos que lhes seriam destinados não seriam de modo a facilitar-lhes a vida. Mesmo para os portugueses que incorriam em delitos e tinham uma pena a cumprir, a fronteira funcionava muitas vezes como um campo de trabalhos forçados. O Conselho de Guerra autorizava, em 2 de Junho de 1656, que Francisco de Saa Coutinho, a pedido do mesmo cumprisse o degredo a que fora condenado "na Praça de

Caminha em vez de o fazer em Salvaterra do Minho" (27). Provavelmente a sua pena estaria relacionada com os trabalhos de construção e reparação de obras militares.

Existe apesar de tudo uma contradição existente entre a falta de gente da guerra e o que é pedido pelos procuradores nas Cortes de 1654. Invocando a tradição da monarquia portuguesa, pela qual "se não permi-/ttia aos Christãos No-/vos da Nação Hebrea/irem as conquistas des-/te Reino" (28), coisa que a monarquia filipina autorizara, era pedido ao rei que revogasse essa permissão, "porque esta gente he muito suspeitoza, /assina Fee Divina, co-/mo na humana" (29). De tal solicitação mercê da delicadeza da matéria, o rei prefere não pronunciar-se prontamente, admitindo contudo analisar a questão com a consideração que mais conviesse ao serviço de Deus, ao da sua pessoa "e o bem/comum" (30), ou seja: a defesa era a justificação final da continuação dos cristãos-novos no serviço da guerra.

De igual modo, a isenção de serviço militar na fronteira era considerada uma benesse excepcional, sobre a qual o Conselho de Guerra deveria emitir um parecer. Registe-se, por exemplo, uma consulta do Senado da Câmara de Lisboa sobre o capataz da Trafaria, João Jorge que, em Agosto de 1657 "pedia para ser escuso do ir às fronteiras" (31). As pessoas que desempenhavam profissões e trabalhos que fossem considerados de grande importância e valia, eram também desobrigados de servir na fronteira, parcialmente ou a tempo inteiro, como são os casos de quinze cordoeiros e vinte toscadores, em 12 de Julho de 1657. Os toscadores - que trabalhavam à jorna - estariam isentos de serviço militar fronteiriço "soomete nos diaz que bastarem, arespeito do linho, q. houve por toscar" (32). Isentos estavam também os carpinteiros António Fernandes, Manuel Gomes e João Gomes, "por trabalharem no fabrico de naus da India, na Ribeira das Naus" (33), em inícios de de Setembro de 1657.

Significativa é a movimentação de tropas qe se detecta a partir de 1656. D. Álvaro de Abranches da Câmara, governador da Relação do Porto e das Armas da província de Entre-Douro-e-Minho, além de membro do Conselho de Estado de El-Rei, escrevera uma carta acompanhada de um aviso redigido em castelhano, no qual se dava conta dos preparativos de guerra que então se despoletavam em Espanha. A fronteira do Noroeste corria perigo de invasão e nesses fins de Fevereiro urgia começarem os preparativos da defesa, nomeadamente em provimento de gente de armas (34). Prontamente, em 23 de Abril, se determina que o Conselho de Guerra mandasse efectuar "uma leva de dois mil infantes pagos, abrir título e nomear mestres de campo e outros oficiais" (35), que seriam enviados para o reforço militar da fronteira. Era ainda admitido, dado a urgência da situação, que fossem lançados bandos

para a incorporação de pessoas alheias a estas companhias de auxiliares, ou seja, havia falta de soldados nestes terços e impunha-se a reposição do seu número com novos recrutamentos (36).

O afã da leva de gente para a fronteira no Minho continua durante o mês de Junho de 1657, cabendo ao Conselho de Guerra averiguar se os cabos que receberam ordens de partida o tinham realmente feito: dos refratários convinha que se lavrasse uma lista (37), dos outros, já despachados para a província, era igualmente necessário um arrolamento. Surge então uma lista de dezassete militares inscritos nos livros de levas, alguns dos quais acompanhados das respectivas patentes e o seu local de destino, bem como a indicação da sua locaização através do alvará correspondente.

"Lista dos soldados e reformados despachados para irem servir nesta ocasião ao Minho.

L° 20

F° 148V. Garcia Velles de castello branco-Depois se ordenou fosse para Alentejo.
F° 155V. Marco António de Azevedo.

L° 22

F° 11V. Matheus Marinho minho tornou o Alvara - s.to-m.
F° 12V. Fr.co Soares Homem s.to.-mor, minho.
idem João Pearson Oltes - cap. foy pª. o minho.
idem Fr.co Marinho de Saa - cap. minho ou Traz os M.tes.
Ant.o Pedroso - cap. minho.
dem M.el d'Almeyda - cap. minho.
idem M.el de Saa de Menezes - cap. minho.
Fr.co Rebello de Morais - cap. minho.
Luis Nunes de Carvalhos - cap. minho.

Estes q se seguem era seu despacho para o Minho ou Tras os Montes.

F° 12 João Ferr.ª Tlo - cap. reformado.
idem fr.co de Saa - este n levou o Alvará - minho cap.
idem João Mariana - este n levou o Alvará - minho - cap.
idem Pascoal Barbosa - este n levou o seu Alvará - minho -cap.

idem Fr.co Correa Cortes - este n levou o seu Alvará - minho ou "Tras os Montes" (38).

Ficamos então a saber que deste grupo de homens nos quais se inclui um reformado - exceptuando um que foi para o Alentejo - existia toda a certeza de que, pelo menos onze estavam destacados para a defesa do Noroeste português, indo juntamento com dois sargentos-mores, nove capitães.

Quanto aos oficiais que estavam na Corte, estes teriam de partir sem demora para a fronteira. Se todos o fizeram no Verão de 1657, não temos a certeza, mas, a avaliar pela ordem de vinte e três de Março de 1658, muita gente tinha permanecido em Lisboa ou, pelo menos a ela retornado, vindos do Minho ou do Alentejo dado que o Conselho de Guerra devia tomar providências no sentido de fazer partir em direcção às fronteiras "os Cabos que se encontravam na Corte, aos quais não devia ser concedida qualquer dispensa" (39). Esta súbita recordação e ordem era motivada pelo pedido do Visconde de Vila Nova de Cerveira, governador das armas da província do Minho, mas, em meados de Junho de 1660, os militares ainda não se haviam resolvido a partir e tornava-se imperioso que fossem obrigados "apertadamente" e "sem demora" a voltarem aos seus postos "os cabos e outras pessoas que andavam pela corte e que, por terem os seus postos na fronteira, estavam assim prestando um péssimo serviço a Sua Majestade" (40). Isto acontecia mesmo após a notificação que o secretário do Conselho de Guerra fizera aos oficiais e cabos ausentes das fronteiras, no sentido de partirem para os seus lugares, no máximo até ao dia 26 de Fevereiro, passado o qual "deveriam ser providos por outras pessoas os postos dos que não tivessem partido" (41).

Nas alturas em que o inimigo dava mostras de maior movimento e se tornava imperioso guarnecer as fronteiras eram lembradas as fugas e as deserções, no entanto o problema do trânsito de soldados para a fronteira, bem como algumas normas que visavam impedir a sua deserção, fora definitivamente regulamentado pelo "Regimento das levas de soldados", datado de 7 de Maio de 1659 (42). Tentando evitar "as dezordens q. athe agora houve nas/quaes (levas) se fizerão" (43), o rei dispunha, em 18 capítulos, os princípios gerais orientadores da admissão, recruta, organização e comportamento da infantaria que se dirigia para as fronteiras.

Publicado com força de lei, o regimento impunha as seguintes medidas reguladoras:

- A brevidade, clareza e boa organização dos movimentos de tropas dependia dos elementos eleitos para governadores e dos cabos responsáveis pelas levas, pessoas "de muita qualidade, e

respeito" (44). A novidade que o texto nos fornece é a de explicitar que os responsáveis nomeados para o comando no trânsito de tropas "o fazem á sua custa, e sem nenhum soldo (45).

- O soberano dava conta da necessidade da existência de um escrivão para o lançamento das despesas feitas, a exemplo do que se fazia "nos outros exercitos fora dos meus reinos" (46). Por essa razão e porque aos escrivães das fronteiras e aos dos armazéns não era aconselhável que abandonassem o seu posto, seriam os "escrivaes das cama-/ras das comarcas onde as ditas levas" (47) se fizessem que assistiriam ao referido serviço, sem necessitarem de "sellario, nem oredenado algum" (48).

- Cada companhia levaria um comissário encarregado de pagar as despesas feitas pela tropa, "ao qual se ha-se entregar o dinheiro necessário p.a ellas" (49). Com um soldo diário de um cruzado, estes oficiais seriam pagos peo dinheiro constante "da receita do Pagador Geral do/Exército e Provincia" (50) onde se levantasse a topa com destino à fronteira.

- Em relação aos soldados que andassem fugidos do exército, não se daria oportinudade de nova incorporação "an-/tes sim serão remetidos prezos" (51), ao seu posto. Esta afirmação vem corroborar a correspondência régia à Câmara do Porto, datada de 4 de Setembro de 1658 (52), onde se advogava o castigo de detenção como única maneira de evitar as deserções.

- As Justiças das Comarcas por onde passase o exército em trânsito para a fronteira teriam de prestar toda a "ajuda e favor (...) e caza capaz" (53) ao governador ou pessoa que comandasse a leva, o que legitimava a provisão régia já referida, de 27 de Dezembro de 1645 enviada à Câmara do Porto (54).

- Nos sítios onde se colocassem as mesas de alistamento de soldados, as câmaras teriam por missão lançar os bandos por toda a comarca, em nome do rei, para anúncio da referida recruta. As condições fornecidas pretendiam ser vanjosas para os militares que se alistassem, já que "toda a pessoa, /q. quizer assentar praça de sold.o (...) lhes darão duas pagas adiantadas de dous mil reis" (55). O resto do soldo era somente pago já na fronteira, para garantir aí a permanência e a actividade do militar. As pagas adiantadas eram feitas para que o recruta se pudesse fardar convenientemente.

- Na sequência da disposição anterior era referido que aos primeiros soldados "a sentar praça lhe pedirão fiador às pagas", o que demonstra que não seriam raros os casos em que, após o recebimento adiantado de uma parcela do dinheiro, o novo recruta podia ser tentado a desertar.

- Do assento dos soldados pagos feito pelo escrivão da câmara onde se fosse executar a sua matrícula deveria constar uma norma de registo minimamente informativa revelando "o nome, filho de fulano/de tal oficio, cazado, ou solteiro, morador em tal parte;

recebe qua-/tro mil reis das duas pagas adiantadas" (56). O resto da folha seria preenchido à medida que os soldados fossem sendo pagos.

- Advertia-se que, se os soldados não possuíssem fiador, esse facto não seria impeditivo de se alistarem e servirem nas fronteiras. Tal como aos outros, ser-lhes-ia elaborado o registo com os respectivos sinais e "somente as duas pagas q. havião de rece-/ber lhas não darão senão nas fronteiras" (57), já sob o soldo régio e devidamente inscritos nas listas reais. As certidões destes, tais como as dos outros, seriam autenticadas pelo Vedor Geral e Contador do Exército.

- O retorno ao serviço militar por parte dos reformados do exército que quisessem reincorporar em alguma das levas destinadas à fronteira também era previsto. Neste caso, mesmo que apresentassem o seu anterior cargo de capitão, alferes ou sargento, "a nenhum destes se lhe de ainda q. mostrassem alvará de suas reformaçoens firmados de minha mão/as d.as pagas" (58). Por outras palavras, os reincorporados não tinham direito às primeiras pagas como o resto da soldadesca. Deviam começar a servir, de novo, entre as demais tropas e, para tal, somente teriam direito ao respectivo soldo periódico, de acordo com o seu posto.

- Por cada leva - "tanto q. estiverem asentados sincoenta soldados" (59) - devia ser elaborado um termo, uma certidão por cada um, que devia ser entregue ao governador pelo cabo que os conduzisse. Desta forma ficariam matriculados na Vedoria e nas Câmara, o que facilitava as averiguações da identidade e locais onde eventualmente poderiam ser encontrados os presumíveis fugitivos.

- A cada grupo de dez soldados da leva corresponderia uma montada "com a bagagem destes" (60) e outra "para o cabo q. for com elles" (61). O dinheiro previsto para despesas feitas em trânsito dos cinquenta soldados que formavam a leva tinnha de ser bem gerido, dado que iria contado pela estimativa dos dias de marcha e o gasto médio feito por cada um, o que prova o rígido e grande controlo dos gastos com a condução de soldados às fronteiras (62).

- Não poderiam ser incorporados os menores de dezasseis anos e os que tivessem mais de quarenta. De igual modo, os que possuíssem algum "algum genero de infermid.e contagiosa, ou aleijão" (63) que obstasse ao meanejo das armas de guerra, não eram admitidos para servirem nas fronteiras.

- Até chegarem ao seu local de destino, "o socorro" (64) aos soldados, ou seja, a ajuda de custo que era disponibilizada para seus sustento, seria "a razão de meyo tos-/tão cada hum por dia" (65), a contar da data em que tinham assentado praça. Chega-se ao pormenor de recomendar a maior brevidade possível, ao referir que se prevejam os "dias que se vir são neces-/sarios que serão os menos q. se puderem de ter pello caminho" (66).

- Toda as matrículas dos soldados teriam de ser tão bem registadas no livro de pagadores que deveria ser possível notificar as Câmaras das Comarcas àcerca dos ausentes ou fugitivos. Sempre que tal acontecesse seria feita uma relação, a qual se entregaria ao Superintendente da Contadoria Geral. Este, em nome do rei, faria passar as ordens necessárias "p.a que se prendão os d.os sold.os fugidos/e se cobre de seus fiadores as pagas e socorros q. constar pellos d.os livros das levas" (67).

- Era admissível ou, pelo menos previsível, que uma tropa provocasse, na passagem pelas terras e caminhos do itinerário, alguns desacatos. Repare-se que, ao contrário das Ordenanças estes recém-alistados não tinham tido quaisquer treinos que os inserissem e enquadrassem na rígida disciplina militar. Por esse motivo, o texto advertia à soldadesca das levas que "não molestem os povos, nem fação excesso/algum" (68). Quaisquer actos considerados impróprios, de insubordinação ou de rebeldia seriam automaticamente punidos com prisão e os culpados levados à presença do Governador das Armas, para aplicação de um correctivo disciplinar.

- "Sucedendo não se assentar voluntariam.te a infantar.a ne-/cessr.a com a brevid.e" (69) que a leva de soldados para a fronteira exigisse, então os Capitães-mores e Sargentos-mores das Ordenanças recrutariam os militares que pertencessem a este tipo de companhias (70). O regimento faz uma ressalva neste voluntariado forçado, admitindo que não fossem integrados nas tropas de fronteira os filhos únicos e os de viúvas. É inquestionável a fraca apetência por parte da potencial gente de armas para o serviço militar na fronteira. O expediente de recrutamento das ordenanças e a valorização exclusiva do amparo de família por parte do exército é bem o espelho da dificuldade existente no recrutamento de novos praças.

Em meados de Fevereiro de 1662, "numa altura em que o inimigo se estava novamente preparando para entrar no reino com grande poder" (71), era considerado *estranho*, que os mestres de campo e cabos se estivessem a retirar do serviço e ainda se iria averiguar qual a razão que a isso apelava para se tomarem medidas em relacção a estes militares. O confronto com a falta de gente para servir na fronteira, levava a que em 1663, no dia um de Junho, se deliberasse que o Conselho de Guerra "propusesse pessoas para os terços e outros postos que estavam vagos na província de Entre Douro e Minho" (72). É também no dia 1 de Dezembro do mesmo ano que se sabe das nomeações feitas entretanto do Conde do Prado para as patentes que estavam vagas (73).

Não havendo outro remédio para suprir a escassez de gente de armas, chegava-se a conceder suprimento - promoções - aos oficiais nomeados para as províncias. Declarando-se nas patentes da

Beira e nas do Minho, "para poderem entrar nos postos em que fossem providos sem embargo de não terem os anos de serviço que o regimento (onde haviam sido integrados) requeria" (74), estes novos oficiais que iriam integrar os terços, eram a prova que Portugal se debatia em Abril de 1664 e após vinte e quatro anos de guerra, com falta de postos de chefia e já não propriamente com a soldadesca ordinária. Nos inícios de Outubro do ano seguinte - porque o inimigo voltasse a dar mostras de actividade militar e "terem sido deslocados tropas do Alentejo para o Minho" (75) já não eram deferidas quaisquer licenças para que os oficiais e os cabos se deslocassem à Corte. Mais valia prevenir...

Notas:

1 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra não publicado pelo Gen. Claudio Chaby*, Sep. do "Boletim do Arquivo Histórico Militar", Vol. I - Reinados de D. João IV a D. Pedro II, nº 19, p. 30.
2 - Idem, *ibidem*, nº 126, p. 45.
3 - Idem, *ibidem*, nº 128, p. 46.
4 - Idem, *ibidem*, nº 62, p. 74.
5 - Idem, *ibidem*, nº 37, p. 71.
6 - Idem, *ibidem*, nº 45, p. 88
7 - Idem, *ibidem*, nº 35, p. 84.
8 - Idem, *ibidem*, nº 69, p.9 1.
9 - Idem, *ibidem*, nº 74, p. 1.
10 - Idem, *ibidem*, nº 126, p. 95-96.
11 - Idem, *ibidem*, nº 10, p. 118.
12 - Idem, *ibidem*, nº 126, p. 79.
13 - Idem, *ibidem*, nº 118, p. 129. Os indícios de desordens e indisciplinas militares perpassam ainda por outros decretos do Conselho de Guerra como por exemplo, a libertação do Contador da Gente de Guerra de Entre-Douro-e-Minho - Constâncio Pereira - que tinha sido preso por ordem de um coronel da dita província (p. 81), a proibição de 3 de Abril de 1646, segundo a qual os fronteiros e capitães-mores dos soldados auxiliares não prenderem ou castigarem ordenanças e moradores de Valença do Minho (p. 140) ou ainda a notícia de 3 de Outubro de 1647, que dá conta da ocorrência de um motim em Viana da Foz do Lima, pela posse de alcaidaria-mor da vila (p.163).
14 - Idem, *ibidem*, nº 23, p. 197.
15 - Idem, *ibidem*, nº 43, p. 224
16 - Idem, *ibidem*, p. 162.
17 - Idem, *ibidem*, p. 163. Já nas cortes de 1641, cap. 54, tinha sido pedido ao rei a instalação e abertura de uma Escola de Artilharia.

Em Janeiro de 1654, volta a ser requerida a urgência desta medida a que se acrescenta a necessidade de dar ordenados e alimentos aos futuros alunos, como estimulo de aprendizagem. Realça-se a necessidade existente de que "se apliquem muitos a esta Arte, fazen-/do-lhe guardar/seus Privilegios, por q./de não se executar o referido, procede/a falta que cada ho-/ra se experimenta/desta gente para as Armadas, e para as Fronteiras" in B. P. M. P., Ms. nº 1209, "Cortes de Lisboa do Ann. 1654", Capítulos Gerais, cap. 19, fls. 13 e 13v.

18 - B. P. M. P., idem, nº 16, p. 175.

19 - B. P. M. P., idem, nº 18, p. 191.

20 - B. P. M. P., Ms, nº 1209, "Cortes de Lisboa do Ann. 1654", Lisboa, 3 de Janeiro de 1654.

21 - B. P. M. P., idem, Capítulos Gerais, Cap. 4, fl. 4.

22 - B. P. M. P., idem,Cap. 29, fl. 19 e19v.

23 - B. P. M. P., idem, Cap. 29, fl. 19v.

24 - B. P. M. P., idem, Cap. 29, fl. 19v.

25 - B. P. M. P., idem, Cap. 29, fl. 19v.

26 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 2, p. 210.

27 - Idem, *ibidem*, nº 82, p. 231.

28 - B. P. M. P., Ms, nº 1209, op. cit., Cap. 37, fl. 24v.

29 - B. P. M. P., idem, fl. 24v.

30 - B. P. M. P., idem, fl. 24v.

31 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 85 p. 243.

32 - Idem, *ibidem*, nº 63, p. 241.

33 - Idem, *ibidem*, nº 93, p. 244.

34 - Idem, *ibidem*, nº 15, p. 235.

35 - Idem, *ibidem*, nº 30, p. 236.

36 - Idem, *ibidem*, nº 45, p. 238.

37 - Idem, *ibidem*, nº 45, p. 238.

38 - Idem, *ibidem*, p. 239.

39 - Idem, *ibidem*, nº 27, p. 251.

40 - Idem, *ibidem*, nº 42, p. 262.

41 - Idem, *ibidem*, nº 12, p. 260.

43 - B. P. M. P., Ms. 1063, fl. 41.

44 - B. P. M. P., idem, fl. 41.

45 - B. P. M. P., idem fl. 41.

46 - B. P. M. P., idem, fl. 41.

47 - B. P. M. P., idem, fl. 41.

48 - B. P. M. P., idem, fl. 41.

49 - B. P. M. P., idem, fl. 41.

50 - B. P. M. P., idem, fl. 41v.

51 - B. P. M. P., idem, fl. 41v.

52 - A. H. M. P. L. V., nº 55, fl. 116v.

53 - B. P. M. P., Ms. 1063, fl. 41v.

54 - A. H. M. P. L. V., nº 50, fl. 153.

55 - B. P. M. P., Ms. 1063, fl. 41v.
56 - B. P. M. P., idem, fl. 42.
57 - B. P. M. P., idem, fl. 42.
58 - B. P. M. P., idem, fl. 42.
59 - B. P. M. P., idem, fl. 42.
60 - B. P. M. P., idem, fl. 42v.
61 - B. P. M. P., idem, fl. 42v.
62 - D. João IV, em 5 de Setembro de 1641 - B. P. M. P., Ms. 355, fls. 46-47v.- fazia imprimir uma carta sua dirigida "ao Presidente, Vreadores & Procuradores" de Lisboa "e aos Procuradores dos Mésteres do Povo della", onde dava conta do orçamento para a defesa do reino. Para o sustento de um exército "de vinte mil soldados de pé, & quatro de cavallo" não bastava a despesa inicialmente prevista de um milhão de oito centos mil cruzados. Posta fora de questão a sua requisição à fazenda real, de rendas "deminuidas, & quasi exhaustas", o novo orçamento para o sustento do exército português, faria o povo contribuir com a quantia de "dous milhões & quatrocentos mil cruzados"!
63 - B. P. M. P., Ms. 1063, fl. 42v.
64 - B. P. M. P., idem, fl. 42v.
65 - B. P. M. P., idem, fl. 43.
66 - B. P. M. P., idem, fl. 43.
67 - B. P. M. P., idem, fl. 43.
68 - B. P. M. P., idem, fl. 43.
69 - B. P. M. P., idem, fl. 43.
70 - Isto vinha apenas legitimar uma situação, já implícita, da qual se dá conta na carta régia datada de 4 de Setembro de 1658 - in A. H. M. P., Lv. nº 55, fl. 116v. -, quando se refere as próprias deserções dos soldados da Ordenanças.
71 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 12, p. 279.
72 - Idem, *ibidem*, nº 68, p. 295.
73 - Sem referir os postos e a sua localização, SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 146, p. 300, fornece uma lista dos seguintes nove militares: Simão de Távora Pereira, Inacio de Macedo Portugal, Mathias Mendes de Carvalho, Francisco da Silveira, Vasco de Azevedo Coutinho, Antonio Pereira Pinto e Fagundes, Lourenço Craveiro de Beja, Francisco de Sousa de Lucerna e João Velho Barreto.
74 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 48, p. 309.
75 - Idem, *ibidem*, nº 70, p. 326.

Os Meios da Guerra

Os meios de guerra e a sua conservação estiveram sempre assegurados pelo monarca português desde a criação do Conselho de Guerra.

Em 12 de Dezembro de 1640, D. João IV encarregava o Conselho de Guerra de ordenar que o provedor dos armazéns e o cobrador das armas de Castela "relacionassem a artilharia, armas, pólvora e munição" para que, uma vez feito o arrolamento, este orgão as pudesse distribuir de acordo com as necessidades da defesa (1). Sabia-se que a fronteira disponha de duas mil armas, não especificadas.

Na realidade, que poder de fogo possuía a nação para fazer face uma guerra que se advinhava longa e desgastante?

Feito o arrolamento ordenado pelo rei em fins de 1640, ter-se-à concluído da necessidade de meios de guerra que as fronteiras evidenciavam, nomeadamente ao nível da artilharia e da inevitabilidade do seu provimento.

Compreende-se assim que, em 1641, chegasse das Províncias Unidas um abastecimento progressivo de material de guerra, destinado a colmatar as faltas anteriormente diagnosticadas. Ao longo do ano, sete navios descarregarão variado material, destinado não só à infantaria e à cavalaria do exército português, mas também algumas armas necessárias à defesa das praças e aprestos para a nossa armada. É pela "RELAÇAM DAS ARMAS MUNIÇÕES, PETRECHOS DE GUERRA QUE TRAS DE AMSTERDAM O EMBAXADOR TRISTÃO DE MENDONÇA FURTADO", datada de 1641 e publicada em Lisboa pelo impressor do rei, Antonio Alvarez, que sabemos a descriminação e o volume desta encomenda (2).

À data da sua publicação, teriam vindo já duas naus - a Salamandra e a Rey David - que tinham desembarcado 8715 mosquetes, 1020 arcabuzes, 400 pares de pistolas, 50000 libras de pólvora (500 barris de cem libras cada), 1514 balas de ferro que pesavam uma totalidade de 61487 libras, 762 granadas de campanha que perfaziam o peso de 16996 libras, 300 armas não especificadas, 2 morteiros e 13 amarras para as enxárquias das embarcações com 43221 libras de peso (3). Os cinco navios que nessa altura já vinham a caminho trariam o seguinte material:

- Nau Santo António, do Mestre João Reyersen: Seis peças de artilharia de bronze que pesavam 21300 libras, 100 balas de ferro para as referidas peças com um peso total de 1586 libras e 2 amarras grossas para enxárquia, no valor de 15700 libras (4).

- Nau Barca Longa, do Mestre João Ediney: 1636 granadas que pesavam 84878 libras, repartidas em 1523 de campanha para munição de morteiros e 133 de minas, 8000 granadas de mão, 2313 balas de cadeia de vários tipos, no valor de 25055 libras de peso e

101 peças de várias grossuras paras as enxárquias, perfazendo 29700 libras (5).

- Nau Fama, do Mestre Cristovão Jacobsen: 10 bandeiras de seda para estandarte das companhias de cavalaria que deviam ser entregues ao Coronel Lamberto Flores Vanthil.

- Nau Harenque Coroado, do Mestre Cornelio Jochumsen: 30000 libras de pólvora distribuída por 300 barris de cem libras cada, 100 armas não especificadas para a cavalaria, uma caixa com 9 bandeiras para as companhias de infantaria, 18 tambores, 94 selas, 40 rodas e 28 peças de artilharia de ferro não descriminadas (6).

- Fragata Santo António, do Mestre Tomás Fernandes: 2 peças de artilharia de bronze com com o peso de 1300 libras (7).

Além desta encomenda já paga, ter-se-ia previamente negociado diverso material, nomeadamente armas e munições no valor de 148950 florins, que seria enviado em várias partidas pela companhia comercial de Pedro Trip: 13 peças de artilharia de bronze, 6 peças de artilharia espanholas já velhas, 15000 granadas de mão, balas de ferro que perfaziam o peso total de 6927 libras, 4 morteiros e 9000 granadas para sua munição, 3820 mosquetes, 3780 arcabuzes, murrão e pólvora no valor de 60000 e 30000 libras de peso respectivamente e ainda 1000 cravinas (8).

Feitas as contas, tinhamo-nos abastecido com 12535 mosquetes, 4800 arcabuzes, 1000 cravinas, 800 pistolas, 1100 barris de pólvora de 100 libras cada um, 28000 granadas de mão, 11285 granadas de campanha para munição de morteiros, 113 granadas de mina, 6 morteiros, 27 peças de bronze (sendo seis delas espanholas e já velhas), 100000 libras de balas de ferro e 25055 libras de balas de cadeia para munição de peças de artilharia, 60000 libras de murrão, 116 amarras de várias grossuras, 94 selas, 40 rodas para trens de artiharia, 19 bandeiras, 18 tambores e ainda 28 peças de artilharia de ferro não discriminada (9).

Apesar destes números não revelarem o nosso poder de fogo real e muito menos uma noção concreta dos nossos meios de guerra - embora indiciem um abastecimento de armamento considerável - sabemos que uma das nossas maiores preocupações prende-se, desde o início da guerra, com a falta de cavalos para o exército e com a alimentação da soldadesca. Nos inícios de 1645, D. João IV havia encarregado uma junta militar - a Junta do Provimento das Fronteiras - para tratar do abastecimento de farinha e pão de

munição para o exército e que se estimavam necessários quatro mil cavalos e vinte mil infantes para a defesa do reino (10).

Começava-se a adivinhar, a partir de 1643, a dificuldade em conseguir montadas para a fronteira: a propósito de um pedido de 400 cavalos por parte do Governador das armas de Trás-os-Montes, D. João de Sousa, o rei delibera que lhe fossem enviados apenas 100 (11). Em 24 de Abril de 1646, Sua Majestade incumbia o Conde de Cantanhede - via Conselho de Guerra - de enviar para a Beira todos os cavalos que conseguisse, sabendo-se que, pelo menos 60, iriam ser remetidos para Trás-os-Montes (12).

A falta de cavalos para o exército, bem como a preocupação com a sua criação é bem explícita numa carta que D. João IV envia de Alcântara à Câmara do Porto, por intermédio do fidalgo António de Sousa Cirne, superintendente da criação de cavalos da comarca do Porto. Escrita em 13 de Julho de 1647, pede informação aos oficiais da Câmara àcerca dos lugares do distrito "capazes de po-/derem andar nelles os potros de dous annos por diante comendo", bem como "dos lugares mais a per-/possito pera estrebarias donde/se possão recolher" (13) com a idade de três anos. O cuidado com a manutenção de cavalos na comarca é sinal que se tornava necessário um provimento regular de montadas para os terços de cavalaria do reino, concretamente para as fronteiras mais próximas: a do Minho e a de Trás-os-Montes. A preocupação chega ao ponto de averiguar se existem sítios com o alimento necessário, ou seja, "sevada pur/seu sustento" (14).

No decurso da mesma vereação, a resposta da Câmara é pronta e negativa "por quanto tudo he lemitado/he não a lugares vagos pera isso" (15). Acrescentam, contudo, que "Somente na Serra da Aboboreira/no conçelho de penafiel" (16), pertencentes à comarca do Porto, existem lugares onde as éguas de criação e as manadas de gado miúdo pastam. Apesar disso, os lugares eram tão exíguos para estas funções que, "os potros se não podem/nelles acomodar" (17). Advertem ainda que os montes referidos só possuem pasto até Abril e Maio e que não existem nesses sítios zonas para estrebarias (18). Mesmo a alimentação para o crescimento dos potros - a cevada pura - teria de vir de Aveiro e Trás-os-Montes, tal como vinha a que se costumava gastar. Estas informações são, inclusivamente, corroboradas pelo próprio superintendente da criação de cavalos a quem o monarca encomendara o serviço.

As dificuldades na criação de cavalos já vinham de longe. Devido à queixa que os procuradores haviam feito, das Cortes de Tomar de 1581, repetida em 1619, havia saído a deliberação de não ser cumprido o Regimento das Coudelarias de D. Sebastião, justificando-se a medida com a gravidade das condições económicas do reino, nomeadamente do sector agrícola. Em 1641 terá sido

proposta, mercê do estado de guerra - tanto pelos procuradores do povo como pela nobreza - a necessidade da criação de coudelarias e, inclusivamente a compra de cavalgaduras no exterior. D. João IV ordena, então, que nas terras onde fosse possível a criação de cavalos, se abrigassem coudelarias capazes de fornecerem montadas.

Nas cortes de Lisboa de 1654, retornavam as queixas quanto à provisão de cavalos, visando especialmente os abusos exercidos pelos superintendentes das criações, que "obrigão a ter egoas os moradores de luga-/res adonde não ha pas-tos nem cabedal para as poderem ter, e obri-/gão os Povos a comprare/pra cobrir as egoas, ca-/vallos de seus parentes e amigos por/preços excessivos acei-/tando cavallos peque-/nos, e velhos de que na-/ce não haver boa cre-/ação de potros" (19). Era pedido ao rei que existisse um fiscal, um julgador, que assistisse à compra de cavalos, à descriminação das terras próprias para pasto e que os superintendentes, residissem por um período de três anos na área da sua juridição, afim de se poderem avaliar convenientemente as medidas tomadas no exercício das suas funções.

Quase dez anos passados sobre a carta que António de Sousa Cirne fez chegar à Câmara do Porto o assunto da provisão problemática das montadas volta à ordem do dia na Vereação do Porto. Em 13 de Maio de 1657, a acta da sessão camarária dá conta da oferta que os "homens mercantis e de negosio" (20) fizeram para a compra de cavalos. Porque razão surgem os burgueses à frente de uma oferta monetária destinada à compra de montadas para o exército? D. Álvaro de Abranches, governador das Armas da Província do Minho, terá sido o responsável por esta atitude. Em carta de 9 de Maio de 1657, escrevera de Viana à cidade. Queixava-se da falta de cavalos, dizendo então que eram necessários "cavallos e mais cava-/llos, e que os dem quem o pode fazer" (21). A solução para o governador das armas era lapidar e a ordem peremptória: "q. as pessoas/poderosas de negosio dem os cavallos" (22). De resto, adivinha-se ter já existido um anterior contacto no qual Alvaro de Abranches manifestara essa opinião, no entanto as pessoas haviam afirmado que preferiam dar o dinheiro para a compra dos cavalos, razão pela qual o conde lhes dissera que nomeassem um comissário para tratar do assunto. Tal pessoa ficaria encarregada de tratar desse expediente. e de pagar os cavalos que o conde achasse por bem comprar De tal facto se deveria tomar "conta na/vedoria geral" (23). Enquanto isso se não processava o conde pretendia que o Porto enviasse para o Minho as montadas que existissem na cidade.

Qual era então a responsabilidade assumida pelos homens de negócio, perante o fornecimento de cavalos para a fronteira?

Se, num primeiro momento a Câmara terá obrigado os burgueses a terem "cavallos e com elles acu-/direm a fronteira"

(24), perante a justificação que estes apresentam para não terem cavalos disponíveis e portanto não organizarem companhias de cavalaria, é aceite a oferta que os mesmos propõem. Perante a "falta de mantim.tos pastos" e "pellas, terras serem muito fragosas" (25), os homens de negócio comprometiam-se a abrir os cordões às suas fazendas e a oferecerem "seis mil/cruzados repartidos por elles/voluntariamente conforme/o tratado de cada um para se/comprarem cavallos e asisti-/rem na dita fronteira" minhota (26).

Se é notória a boa vontade que é mostrada pelos burgueses em relação a esta contribuição para a defesa do reino, embora se desobrigassem - pelas razões apontadas - ao fornecimento em espécie, também é certo que isto retardava o eficaz socorro à fronteira, uma vez que era necessário delegarem um comissário para fazer a compra e forçarem D. Alvaro de Abranches à deslocação e selecção das montadas para integrarem os terços da cavalaria. Este, mostrar-se-à, em carta enviada à Câmara do Porto a 27 de Maio de 1657, bastante satisfeito com o "ajustamento dos ditos" (27).

Não existiam, somente, problemas com as gentes de armas idas para a fronteira. Era igualmente necessário prevenções para que os proprietários de cavalos os manterem ao serviço do exército. Em 16 de Maio de 1657 a Câmara notificava os proprietários de cavalos para que "dentro de três dias mostrasem nesta-/camara sirtidois em como os ditos cavallos ficam a fronteira" (28). daqui se depreende a falta de montadas para os terços de cavalaria que era evidenciada na defesa do Entre-Douro-e-Minho - coisa em que os espanhois não davam mostras de terem défice. Calcula-se que, por parte dos proprietários, fosse relativamente habitual o facto de escamotearem, à mínima oportunidade, os seus cavalos ao serviço da fronteira, trazendo-os de volta à procedência. O remédio para diminuir esta prática é ainda dado pela nota camarária ultimamente referida: quem não apresentasse as provas de que os cavalos ficavam nos lugares a que tinham sido destinados, levava uma multa de tostão diária e ficava sujeito ao procedimento legal que bem parecesse à Câmara, nomeadamente "proceder contra eles/a prizão" (29).

Pelo Regimento dos Almoxarifes das Cabeças das Províncias, datado de 20 de Novembro de 1657, sabe-se que a responsabilidade e guarda das cavalgaduras ao serviço nas fronteiras estava atribuída ao almoxarifado (30). De resto, sob a sua alçada estavam praticamente todos os dispositivos e apetrechos de ataque e defesa das praças e/ou acampamentos. Não somente as armas como "ferramentas de officios sobordina-/dos a artelharia, Carruagens e Animaes com q. seportes, ma-/teriaes, madeiras,

couzas de ferro, emsarcias e mais aderentes" (31). Tudo isto deveria o Almoxarife trazer ajustado. Tal equivale a dizer que, não só o material de infantaria como também o de cavalaria (incluíndo os próprios animais), passava pela sua vigilância, embora o próprio documento refira que, quanto aos apetrechos de cavalaria, "não he costume nos exércitos estranhos" (32) estarem sob alçada dos almoxarifes.

A escassez de cavalos para as fronteiras não podia ser mais explícita do que no Regimento do quinto Prezas, datado de 9 de Agosto 1658 (33).

O rei, invocando a sua condição de soberano e senhor natural, reclama que "de todas as Prezas q. se fizerem me toca o quinto" (34). Regulamentando-se ao longo de catorze capítulos as presas tomadas a Castela, é naturalmente analisada a partida decorrente da apreensão de gado cavalar. Cabe ao almoxarife a assistência à arrematação. Se lhe parecer que a venda das cavalgaduras pode enriqucer a fazenda régia, este "tomará pelo preço da rematação as/que couberem ao quinto" (35). Deste modo seria beneficiada a presa destinada ao soberano, mas também seriam beneficiados os soldados que a aquirissem deste modo peo seu justo valor. Embora se assista aqui a uma imposição imediata da quinta no que toca à presa das cavalgaduras, ordena-se, contudo, que "os cavalos q. trouxerem de Castela ou se tomarem em peleja/sendo capazes de servir nas tropas serão livres de pagar quin-/ta nem couza algua" (36).

Os capitães das companhias cujos soldados comprassem cavalos, poderiam inseri-los nas tropas pelo preço que fossem avaliados, desde que não excedessem a quantia de vinte e quatro mil reis. O corte da orelha era a marca estipulada para assinalar os animais obtidos por este expediente, sendo o capitão obrigado a dar aos soldados o mínimo de oito mil reis por cada montada. Desta maneira o rei previa que, mais do "q. outra preza das quaes lhes toca piquenas partes" (37) os soldados se esforçariam por apreenderem cavalos, mercê da sua boa contrapartida económica que estes lhes podiam proporcionar. É inequívoca a valorização e a importância dada às montadas para o exército, a ponto do rei prescindir da sua quinta parte da presa e estipular os limites dos preços pagos por cada animal adquirido para servir nos terços de cavalaria.

Notas:

1 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº2, p. 27.
2 - B. P. M. P., Ms 355, fls. 64-65.
3 - B. P. M. P., idem, fl. 64.
4 - B. P. M. P., idem, fl. 64.
5 - B. P. M. P., idem, fl. 64v.
6 - B. P. M. P., idem, fl. 64v.
7 - B. P. M. P., idem, fl. 64v.
8 - B. P. M. P., idem, fl. 65.
9 - Em contrapartida, pouco se sabe da força militar espanhola. Uma listagem avulsa sobre a gente de armas de fogo e provisões castelhanas, sem data, sem proveniência e sem qualquer referência de autoria, encontra-se na B. P. M. P., Ms nº 355. Trata-se de uma folha sem paginação, inserida no referido códice após a fl. 70. Transcreve-se seguidamente, a título de curiosidade, os números que compõem o poderio bélico espanhol que, pensamos, será datável dos inícios das Campanhas da Restauração.

"Traslado da carriagem e poder do enemigo/q(ue) se tirou dos seus livros da vedoria/carquenta tersos, vinte e seis de espanhoys, outo (sic)/de ytalianos, sinco de alemy(n)s, hu de fran-/sezes, mil e quinhentos homens p(ara) goarnisão das prasas.

Cavalaria

onze trosos de cavalaria, q(ue) se compoem de/sento e trinta nove co(m)panhias que são/por todos sete mil e quinhentos, os quinhentos para goarnicoi(n)s.

trens de artelharia, /duas mil carretas de boys, coatro mil e seis-/sentas e carenta e coatro vagens menores/, quinhentas mulas, duzentas mulas de tiro, /trinta e seys mil e duzentas e scincoenta e duas/arrobas de biscouto, em seijs sentos e trinta e/dous carros e saquos.

vinte mi e nove sentas e sincoenta e sinco/arrobas de farinha, onze mil e quinhen-/tas fanegas de sevada, vinte e seijs pesar (sic) de artilharia/coartro de carenta livras, nove meos ca-/nhoijns, seijs sacres, seijs murteiros, coartro/trebucos de lansar bombas trinta e seijs for-/nos de ferro."

Se pensarmos que estes números se destinavam a alimentar a guerra contra Portugal verifica-se que existia uma grande disponibilidade de meios humanos, animais e materiais capazes não só de aguentar a defesa da fronteira como, inclusivamente, despoletar campanhas ofensivas de conquista e saque. Em comparação com o número de gente da guerra evidenciado por esta manuscrito, recordemos que o alvará régio impresso, datado de 5 de

Setembro de 1641, no qual D. João IV orçamentava os custos da guerra e regulava os impostos necessários à sua manutenção, estimava o sustento de "hum bom exercito dente mil soldados de pé, & quatro mil de cavalo" (B.M.P., Ms. 355, fl. 46).

10 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº129, p. 46.

11 - Idem, *ibidem*, nº 36, p. 84.

12 - Idem, *ibidem*, nº 132, p. 142.

13 - A. H. M. P., L. V., nº 51, fl. 92.

14 - A. H. M. P., idem, fl. 92v.

15 - A. H. M. P., idem, fl. 92v.

16 - A. H. M. P., idem, fl. 92v.

17 - A. H. M. P., idem, fl. 92v.

18 - No entanto, em sessão camarária de 13 de Julho de 1662 - A. H. M. P., L. V., nº 58 - perante um aviso do Conde do Prado (então governador de armas do Minho) onde era dito que "o ene-/migo sahia dos portos da galiza com hua/grossa sahia armada com intento de acometer aos/lugares maritimos desta provincia" (fl. 50v.), o Porto diligenciava para que a gente dos concelhos de Baião, Bem Viver, Porto Carreiro, Penafiel e Aguiar de Sousa "que tivessem cavallos, ou eguas acudissem a esta cidade" (fl. 51), no sentido de guarnecer as companhias de cavalaria.

19 - B. P. M. P.,RES. 72, fls. 21v. - 22.

20 - A. H. M. P., L. V., nº 53, fl. 61v.

21 - A. H. M. P., idem, fl. 55.

22 - A. H. M. P., idem, fl. 55.

23 - A. H. M. P., idem, fl. 55.

24 - A. H. M. P., idem, fl. 62.

25 - A. H. M. P., idem, fl. 62.

26 - A. H. M. P., idem, fl. 63.

27 - A. H. M. P., idem, fl. 74v.

28 - A. H. M. P., idem, fl. 67.

29 - A. H. M. P., idem, fl. 67v.

30 - B. P. M. P., Ms 254, "Regimento dos Almoxarifados das cabe-/ças das Províncias de 20 de Novembro de 1657", 3º capítulo, fls. 27-37.

31 - B. P. M. P., idem, fl. 27.

32 - B. P. M. P., idem, fl. 27.

33 - B. P. M. P., Ms 254, "Regimento do quinto das Prezas de/9 de Agosto de 1658", fl. 37-40.

34 - B. P. M. P., idem, cap. 1, fl. 38.

35 - B. P. M. P., idem, cap. 4, fl. 38.

36 - B. P. M. P., idem, cap. 10, fl. 39.

37 - B. P. M. P., idem, cap. 10, fl. 39.

A Campanha de 1657:

uma situação de guerra na fronteira do Minho.

Na manhã de 7 de Maio de 1657 é lida uma carta do Governador do Castelo de Viana, onde este pede auxílio urgente à Câmara do Porto, devido à força do ataque feito pelos espanhois àquela fronteira. A vereação ordena ao Sargento-Mor da cidade, Gregório da Rocha, para preparar "com toda a brevidade" (1) as companhias dos auxiliares para "logo hirem de socorro a fronteira do Minho" (2) e para esse efeito seria lançado o respectivo bando. A resposta ao apelo é rápida e nota-se que a Câmara está pronta a acudir com o necessário, uma vez que o sargento avisa que "mandava toda a deligencia prevenir os soldados (...) para marcharem" (3), quando tal se ordenasse.

Simultaneamente é enviada uma satisfação ao Governador do Castelo de Viana, no sentido de o informar dos preparos de socorro e pede-se que este "avise do que mais he necesario" (4) para o sucesso das nossas armas.

Entretanto e prontamente, a Câmara trata dos preparativos para a defesa do Porto, marcando uma nova reunião para as duas da tarde. É aí que sabemos que eram quatro as companhias de auxiliares que partiam em direcção a Viana, embora os respectivos capitães se queixassem que "parte delas estavam desarmadas" (5).

Fica resolvido que do armazém da câmara portuense seriam fornecidas a Viana "oitenta e quatro ar-/mas e o murão, balas e pol-/vora nesesaria" (6), material que se assentaria no Livro das Armas. Acrescenta-se que a cada soldado "se socorrese a tres vin-/teis por dia" (7). Em relação às companhias que distassem duas léguas da cidade, elas deviam ser alertadas para socorrer o Porto, quando tal fosse requerido; quanto às restantes do seu termo, deviam ser dadas ordens para os cabos partirem imediatamente para Viana.

Damos, no entanto, conta que as companhias de auxiliares não teriam partido rapidamente da cidade e que a sua preparação e provimento não teria sido tão efectiva e pronta como fora sugerido atrás. A prova disso é que na quarta-feira, nove de Maio de 1657, os oficiais da Câmara lêem, juntamente com uma carta da cidade de Braga, uma missiva da "Villa/de Vianna em que pedia socorro a esta/cidade com gr. de aperto" (8). Perante a urgência, a Câmara tratou então que "partissem logo coatro companhias de soldados auxiliares que pro-/veram de armas nesesarias e mo-/nicoes çonforme o livro das armas"(9). O Porto serve efectivamente de intermediário entre a fronteira do Minho e o poder central. Com efeito dá-se conta que a Câmara de Viana envia emissários "as vinte com/hua carta p.a Sua Maj.de sobre a/entrada que inimigo tinha feito nesta provincia" (10). Viana pede, inclusivamente, à câmara para escrever ao rei.

A carta do Porto para sua Magestade não se faz esperar e escreve-se então ao rei no mesmo dia, a dar conta da situação e do

socorro que daqui se prestou, pois "logo prepa-/ramos quatro companhias da/gente mais luzida que/tem partido com suas armas/e monicoens a Villa de Viana"(11), fazendo salientar que em Viana foram "socorridos e armados por conta desta Camara" (12). Fala-se ainda da preparação da defesa da cidade e da sua costa. Repara-se contudo que a Camara ainda não teve qualquer ordem ou sinal do general dom Alvaro de Abranches.

Na folha 50 e 51 v. do documento referenciado, está trasladada uma carta da vila de Viana em que se dá conta que "o inimigo vem marchando/sem achar resistência" com o desígnio "de se fazer senhor das pracas/da ourella do Minho e da Marinha" (13). O aperto é verdadeiramente notório. Sabe-se, pela carta enviada de Braga, que às cinco da tarde e sete do corrente mês, que o "enemi/go entrara pella Raia segua e/viera marchando a vista de Monção e ficava no mosteiro que cha-/mado de Gaifem, imto a Valença e o desenho se diz de vir ca-/minhando adiante". Avisos de Braga foram simultaneamente enviados ao governador das armas "p. a saber os intentos do inimigo/de que tão bem avizassemos/a Brm.ces" (14).

D. Alvaro de Abranches lança, a nove de Maio, um apelo à Câmara, lido na vereação do dia seguinte, para que esta acuda "com o mais d.ro/que for possível" (15), pelos vistos bem necessário ao provimento da defesa da fronteira. Torna-se interessante verificar que o Porto funciona como pólo aglutinador dos esforços de guerra requeridos pelo Entre Douro e Minho. Efectivamente, a contratação de gente de armas, a requisição de cavalos, munições e armas, bem como dinheiro para a manutenção da guerra, passa mais pelo centro de decisão portuense do que pela Corte e pelo Conselho de Guerra sediados em Lisboa. Repare-se que as próprias notícias vindas da fronteira minhota passam, em primeiro lugar pelo crivo camarário da Invicta e somente depois são enviadas ao Rei. Este mesmo emite as ordens em relação à fronteira e fá-las passar pelo conhecimento dos oficiais da camara portuense. Interessante é também, sem dúvida, a imagem que se dá na mesma vereação de dez de Maio de 1657, a propósito das relações entre o governador da província (o Conde Álvaro de Abranches) e a Câmara. Esta noção é dada pelo Doutor Gaspar de Abreu de Freitas, Desembargador da Relação e Corregedor no ano de 1655. Este refere que nesse ano entregara as chaves da cidade a Alvaro de Abranches, que inclusivamente protestara por esse facto (16). No entanto, como actualmente ele acudia no Minho e necessariamente descurava a assistência do Porto "para dispor as cousas per-/tencentes ao conserto e goarda da cidade" (17), ele, Gaspar de Freitas, sob as ordens de Alvaro de Abranches, entregava agora as chaves das portas da cidade nesta Câmara "para/tratar da goarda e conserto dellas" (18). Em suma, a defesa do Minho era tão premente que o governador das armas

abdicava momentaneamente do controlo da defesa do Porto e responsabilizava os oficiais camarários para os cuidados a ter com integridade portuense.

Verdadeiramente elucidativa sob o ponto da situação desta surtida espanhola na fronteira do Minho é a extensa carta que, finalmente, o governador envia à cidade (19). Sabemos agora que o governador de São Tiago da Barra de Viana do Castelo se chama Manoel Lopes Brandão e que este mestre de campo mandara tocar a rebate na cidade e em Guimarães pedira socorros, já que o inimigo estava em Coimbra. Pelos vistos, entrando pela raia seca, o exército espanhol avançava pelo Minho e Trás-os-Montes com muita cavalaria. Não havia sido possível deter-lhe o passo. Evoluindo pela fronteira, tinha passado pelas praças todas sem entrar em nenhuma!

Entretanto tinham entrado cerca de 40 barcos grandes, "goarnecidos de inf-/antaria" (20) na barra de Caminha. As quatro caravelas que ali estavam fundeadas foram atacadas e conseguiram levar duas delas carregadas de sal embora as outras duas se tenham defendido muito bem. Os portugueses, com artilharia, conseguiram afundar uma das que os espanhóis haviam levado para a outra banda, ficando estes tão desorientados e desamparados que a outra caravela que levavam já não pôde passar.

D. Alvaro de Abranches havia então descido a Viana, temendo um ataque a esta cidade e à fortaleza. Dá conta que mete estrategicamente toda a infantaria paga, com mantimentos e munições, em estado de alerta e acrescenta que irá em seguida para Caminha onde fará "engrosso de gente asy da pro-/vinsia como socorro q. sendo/pedido a Tras dos montes e a el/Rei nosso senhor dinheiro e cavalos" (21).

O governador da província noticia ainda que o inimigo tinha ficado sobre Valença "e deu de noite tres envestidas ao forte que mandei fazer em são/sebastião, e de todas tres ate/amanhecer foi rechasando com grande perda sua" (22). A propósito, dá conta de um reforço feito à praça de S. Sebastião, através da contratação de mais três capitães pagos.

A carta fala ainda de uma investida do inimigo a uma ponte onde se deteve, ao mesmo tempo que entravam em Caminha.

Além disto, os espanhóis tinham ido a outra paragem, a qual não é mencionada, mas onde "os nossos/lhe matarão hu capitão e pouca de gente" (23). D. Alvaro de Abranches aponta ainda a existência de outras diversões que mandou fazer "pella terra dentro."(24).

Na vereação de 13 de Maio de 1657 é lida uma carta, enviada de Viana no dia anterior por D. Álvaro de Abranches. Esta dava conta que tinha chegado a "gente auxiliar" e "por/vir do caminho molestada ficou aqui nesta villa descansando" (25) (note-se que os

reforços pedidos ao Porto no dia sete, tinham chegado apenas no dia doze, cansados, já depois de o inimigo ter assediado toda a zona!). Relata pela 2ª vez o sucesso de Valença e adianta que o assalto inimigo ao forte de São Sebastião - mandado fazer por ele - tinha sido com cerca de 4 mil soldados e que tinha durado desde a "meia/noite ate amanhecer" (26). A defesa fora tão boa que os espanhóis se haviam afastado "deixando o campo e/foso cheio de mortos." (27). O assédio durara até à manhã do dia 10, altura em que o inimigo se "levantou de todo e se retirou" (28). A resistência dos portugueses terá sido ajudada pelas circunstâncias metereológicas, já que "o tempo tão bem foi contra eles" (29) - alusão a um provável temporal ou intenso nevoeiro que desmotivou e inviabilizou o assalto. O governador de São Sebastião e os seus capitães teriam, acabado o cerco, entrado em contacto com Alvaro de Abranches, afirmando que "não esca-/para a Tersa parte e q. morre-/ra Dom Fradique de Valadares" (30), esta última nota já era do conhecimento da Câmara quando da sua missiva ao rei (31).

É curioso verificar o contacto prontamente havido entre o governador do forte de São Sebastião e o Governador da Província do Minho, através de uma carta o primeiro lhe enviara, mal acabara o cerco. As comunicações eram bastante eficazes e o apoio imediato, pelo que nos dá conta D. Alvaro de Abranches ao mencionar os "socorros e refrescos" (32) que logo lhes havia enviado como panaceia e prémio de valentia. Acaba ainda a carta com uma alusão ao afastamento do inimigo. A retirada do vencido era, pelos vistos, acompanhada e até reforçada e coagida pelos vencedor, pois Abranches de Câmara tivera entretanto "aviso/de quem foi picando que/mas duas legoas da prasa/pegado a Monção, seia Dá/louvado q. ficou aquella/prasa asi deixada com tan-/ta reputação." (33). O exército espanhol, sem voz de comando, em debandada, passara junto a Monção sem lhe tocar sequer, tal era o estado de desorganização e as baixas que sofrera!

Abranches da Camara, visivelmente satisfeito, põe-se, por fim, à disposição dos oficiais do Porto para os servir, já que esta tinha sido fiel e solidária "com mui boa von-/tade" (34).

A Câmara do Porto, no mesmo dia de vereação, 13 de Maio de 1957, envia então uma carta ao governador da província do Minho (35). Depois de alguns encómios ao governador a propósito do aviso de rebate, da sua prudência e o "zello com que nos/defende" (36), informa-o ainda da partida isolada da companhia de auxiliares capitaneada por Inácio de Andrade, para completarem os socorros da fronteira e da continuação da tarefa do D.or Gaspar de Abreu de Freitas em relação à contratação de auxiliares.

Em folha do mesmo livro da vereação, o capitão Martim Gonçalves da Camara pede, do Castelo de S. João da Foz, por intermédio de um tal Francisco Ribeiro, sete quintais de polvora

para socorro da fortaleza, comprometendo-se a devolvê-los "não vindo o é-/nemigo" (37). A carta está datada de 16 de Maio de 1657.

Na mesma vereação onde se dá conta deste pedido, foi assente que o João de Tovar Coutinho, juntamente com o procurador da cidade e o sargento-mor fossem fiscalizar a costa de São da Foz, Matosinhos "e da banda de alem/da madanella e Santo andre" (38), no intuito de verem o que era necessário para o provimento dos redutos. Do mesmo dariam informação à Camara.

A sua missão continha ainda a ordem de fazerem guardar os redutos e fachos, por parte dos respectivos capitães e cabos. Nota-se aqui que, mercê de um simples alerta para abastecimento de pólvora a uma fortaleza, os oficiais camarários tentam dispôr do provimento e manutenção da defesa dos redutos vizinhos, tudo levando a crer que pudesse estar em preparação uma investida inimiga.

Notas:

1 - A. H. M. P., Lv. 53, fl. 45.
2 - A. H. M. P., idem, fl. 45.
3 - A. H. M. P., idem, fl. 45.
4 - A. H. M. P., idem, fl. 45 v.
5 - A. H. M. P., idem, fl. 46.
6 - A. H. M. P., idem, fl. 46.
7 - A. H. M. P., idem, fl. 46 v.
8 - A. H. M. P., idem, fl. 50.
9 - A. H. M. P., idem, fl. 50.
10 - A. H. M. P., idem, fl. 50.
11 - A. H. M. P., idem, fl. 50 v.
12 - A. H. M. P., idem, fl. 51.
13 - A. H. M. P., idem, fls. 50 e 51 v.
14 - A. H. M. P., idem, fl. 52.
15 - A. H. M. P., idem, fl. 55.
16 - A. H. M. P., L. V. nº 51, fls. 88 e 89 de 1655.
17 - A. H. M. P., L. V. nº 53, fl. 55 v.
18 - A. H. M. P., idem, fl. 55 v.
19 - A. H. M. P., idem, fl. 56.
20 - A. H. M. P., idem, fl. 56.
21 - A. H. M. P., idem, fl. 56 v.
22 - A. H. M. P., idem, fl. 56 v.
23 - A. H. M. P., idem, fl. 56 v.
24 - A. H. M. P., idem, fl. 56 v.
25 - A. H. M. P., idem, fl. 63 v.

26 - A. H. M. P., idem, fl. 64. O forte de S. Sebastião é, provavelmente, o fortim da Senhora da Cabeça, situado em Cristêlo Covo - Valença, que é apresentado no nosso catálogo com o nº 9.
27 - A. H. M. P., idem, fl. 64.
28 - A. H. M. P., idem, fl. 64.
29 - A. H. M. P., idem, fl. 64.
30 - A. H. M. P., idem, fl. 64.
31 - A. H. M. P., idem, fl. 61 v., 62 e 63 v.
32 - A. H. M. P., idem, fl. 63 v.
33 - A. H. M. P., idem, fl. 63 v.
34 - A. H. M. P., idem, fl. 63 v.
35 - A. H. M. P., idem, fl. 64 v.
36 - A. H. M. P., idem, fl. 64 v.
37 - A. H. M. P., idem, fl. 66 v.
38 - A. H. M. P., idem, fl. 67

Estratégias de Fortificação

Os estudos sobre fortificação (1) concluem, em regra duas ou três generalidades quanto ao carácter das obras militares:

a) Ofensivas - quando a disposição dos elementos favoreçam as acções externas da tropa que aquartelam.

b) Defensivas - se permitem resistir e rebater o ataque de um adversário.

c) Ofensivos/Defensivos - quando aliam a conservação das posições à capacidade e facilidade de ataque.

O factor que alia a capacidade de defender e ofender é o que se encontra em grande parte das obras militares da fronteira do Alto Minho, embora a protecção das populações fronteiriças e a integridade territorial da província seja o móbil fundamental da construção, acrescentos e manutenção das praças por nós estudadas.

O valor de qualquer fortificação depende da posição que ocupa ou da fiabilidade das obras que possui, aliando-se, sempre, o valor natural dependente da topografia do terreno ao valor artificial resultante do engenho, rigor de planificação e meios disponibilizados para a construção (2). Numa guerra operada a partir de um relevo acidentado, onde as escarpas de granito se sucedem aos pequenos vales alveolares ou longuilínios, era forçosa uma quotidiana vigilância contra eventuais ataques-surpresa a partir da transposição do rio ou de uma fronteira de contornos sinuosos onde as portelas sugeriam uma passagem facilitada ao trânsito da infantaria. Neste caso, o ataque - que implica sempre a exposição - força ao trabalho de batedores e ao reconhecimento de pontos de recuo estratégicos, capazes de facilitar a retirada e a (re)organização de uma linha de fogo defensiva.

O monte e o vale - condições naturais da posição - funcionam aqui, respectivamente, como recinto e fosso, sendo capaz de deter, pela sua altitude ou escarpa, no caso do primeiro; pela desprotecção em relação ao avanço das tropas, no segundo, quaisquer forças que organizem um ataque ou contra-ataque a uma obra de fortificação.

Os engenheiros responsáveis pelo risco de fortificação procedem, de acordo com as estratégia que o Estado determina, o estudo que singulariza o fim a que a praça se destina. Neste sentido, as obras podem ter os seguintes objectivos:

- Orgânico
- Logístico
- Táctico

O fim orgânico é caracterizado pela ocupação de uma posição num ponto estratégico permanente que interessa à defesa geral interna do Estado. Estão neste caso as bases de operação ou linhas de defesa de fronteiras (3).

O fim é logístico, se favorece os elementos de ofensa e defesa - os movimentos ou as permanências. Este objectivo pretende, em regra, sistematizar a cobertura à organização de bases de operações e linhas de defesa secundárias, constituir testas de ponte (4); campos permanentes (5), ou de observação (6); defender depósitos de munições, víveres e similares (7).

O fim táctico - o mais importante uma vez que a guerra deve favorecer o combate a quem é ocupante - caracteriza-se pelo facto de uma posição se tornar importante quando se encontra perante, ou se prevê a vinda, de um assédio e de um exército beligerante.

Qualquer obra de fortificação, para que seja realmente eficiente tem de, acima de tudo, ser facilmente mantida, quer em trabalhos de engenharia, quer em números de homens que constituam a sua guarnição. Uma obra que implique gastos onerosos de reparação dos seus muros, demasiado tempo na sua reconstituição, um avultado número de soldados na sua guarda ou um grande número de armas fixas para a sua defesa, pode comprometer toda a protecção necessária a um território e obrigar a um sacrifício monetário que é, frequentemente, incomportável.

Os teorizadores da fortificação concluem que, no que toca à eficiência das obras, deverão ser satisfeitas três condições gerais:

- Permitir, a quem utiliza as obras, o uso dos seus meios ofensivos e defensivos nas condições mais favoráveis.
- Dificultar ao máximo que o atacante possa destruir ou danificar os meios de combate contidos na obra.
- Impedir ao atacante o fácil acesso à obra (8).

Por outro lado, quanto mais fácil é a distribuição dos soldados pelo perímetro de uma obra, mais eficiente é a comunicação e o poder de se acudir aos locais onde a defesa é mais urgente, além de se garantir a noção da totalidade das forças que a guarnecem, de eventuais baixas que sofra e, inclusivamente, a consciência da estratégia utilizada pelo atacante, as suas perdas, os recursos, os avanços e os seus socorros. No fundo, quanto mais um exército estiver reunido, mais hipóteses tem de se defender, articulando e concentrando os seus esforços. Isto não se consegue com uma praça onde, por força do grande número de obras de fortificação, a tropa tenha de se dispersar, diluindo a sua capacidade de intervenção. É sempre preferível uma planificação do traçado em ordem à simplicidade da disposição que garanta não só a exequibilidade da

defesa mas também a rapidez do reconhecimento de qualquer falha, do que uma obra de fortificação complexa com uma grande quantidade de obras que suscitem policiamento e vigia aturada.

No caso português, a maior parte das obras defensivas do Alto Minho utilizadas durante os vinte e oito anos que duraram as Guerras da Restauração, foram o resultado da adaptação e/ou ampliação de antigas cercas ou estruturas de defesa medievais que ficaram enquadradas - por vezes quase abafadas - pelos trabalhos de engenharia militar de época moderna que lhes foram adicionados (9). Daqui resultaram, amiúde, obras sinuosas que, apesar da robustez que aparentavam, exigiam um grande esforço na reparação e manutenção dos muros. Além disso, os traçados substancialmente acrescidos exigiam uma maior quantidade de armas e homens treinados para a sua defesa, o que implicava um desgaste financeiro que a Coroa dificilmente comportava.

Se considerarmos uma fortificação a partir da importância do fim que com ela se pretende atingir, dos meios e do tempo disponíveis para a erguer, a previsão da sua durabilidade, bem como as potencilidades do armamento com que o inimigo a poderá combater, podemos, a partir da divisão feita segundo a identidade das obras de BORGATTI, distinguir três grupos de fortificação (10):

1 - Fortificações permanentes.
2 - Fortifcações temporárias:
  2.1 - semi-permanentes ou mistas.
  2.2 - campais.
3 - Fortificações ocasionais.

1 - As obras de carácter permanente são sempre construídas em locais estratégicos da defesa de um Estado, tais como as linhas fronteiriças e bases operacionais de vital importância. Daqui se infere o fim orgânico destas obras, em regra construídas sem que paire ameaça de guerra sobre o território.

O tempo previsto para a sua edificação favorece uma conveniente planificação dos trabalhos e uma cuidadoso critério na escolha e reunião dos meios e materiais que a integrarão. A alvenaria, a mamposteria, a argamassa de boa resistibilidade e o terrapleno bem compacto utilizam-se com rigor e método nas obras, relegando, contudo, o tijolo para as construções nos interiores da fortaleza, menos expostas às intempéries e aos ataques do inimigo.

2 - Este tipo de fortificação é erguido sob a ameaça de guerra, com meios e tempo naturalmente limitados. Não asseguram o mesmo grau de defesa e segurança das obras permanentes perante as acções do adversário e são mais vulneráveis aos rigores do clima.

2.1 - O fim da sua construção tanto pode ser a cobertura de pontos estratégicos permanentes - se caso não houve tempo para o seu provimento em tempo de paz - como pode ser logístico, ou seja, a sistematização de uma linha de obras que possa defender um curso de água que constitua fronteira, organizar cobertura de centros operacionais ou constituir uma barreira de defesa secundária e, simultaneamente permitir o desenvolvimento de manobras ofensivas.

O tempo e os meios disponibilizados são variáveis, segundo a urgência da criação da obra, podendo levar alguns dias ou algumas semanas, dependendo da eminência do ataque inimigo, mas a necessidade da construção não se compadece com experiências, erros ou alterações da sua breve planificação. Embora os materiais possam ser o mesmos que integram a obra permanente, o predomínio da terra é notório (não só pela rapidez de disponibilização mas também pela facilidade de manuseamento), tal como o tijolo, a argamassa misturada com a pedra não afeiçoada, a madeira e, eventualmente, pedra esquadriada para a construção a seco.

2.2 - São erguidas, em regra, em pontos tácticos, ou que se revelaram como tal pela eminência do ataque. Podem também ser colocadas em pontos estratégicos eventuais, cujo fim seja o de favorecer o domínio ou permanência no local de tropas destinadas à defesa ou ao ataque.

O tempo disponível para a sua construção é tão limitado que conseguem ser erguidas no espaço de um ou dois dias empregando, forçosamente, materiais disponíveis na área, naturais ou requisitados: terra, barro, tijolo e pedra avulsa. Mercê destes recursos utilizados, são bastante vulneráveis aos ataques inimigos e exigem constantes cuidados de manutenção, uma vez que se arruinam facilmente com as intempéries.

3 - As fortificações de carácter ocasional são - como o próprio nome indica - obras que se erguem sempre que é necessária uma protecção adicional extraordinária e a título precário. Normalmentes concebidas em locais que obedecem à táctica da disposição de um exército em campo, são construídas sem grandes cuidados de planificação pelas próprias tropas que as utilizam.

O tempo que é gasto na obra é racionalizado ao máximo, podendo ser feita numa questão de horas, com o adversário já perto ou mesmo sob o seu fogo.

De acordo com esta classificação, os recintos militares da área que estudamos podem, na generalidade e quanto à sua composição, ser divididos em três grupos:

1 - Fortificações amuralhadas.
2 - Fortificações de terrapleno em terra com revestimento exterior de alvenaria.
3 - Fortificações de torrão (11).

No primeiro caso são integradas as fortificações com raíz medieval, permanentes, de:

- Viana do Castelo
- Caminha
- Vila Nova de Cerveira
- Valença
- Monção
- Melgaço
- Lapela (12)
- Castro Laboreiro

O segundo caso engloba as fortificações temporárias que se tornaram permanentes ou, de acordo com a classificação anterior - semi-permanentes - concebidas propositadamente para as Guerras da Restauração, tais como.

- Fortim de Monte Facho - Moledo, Caminha
- Atalaia da Srª. da Encarnação - V. N. de Cerveira
- Forte de Azevedo - Lobelhe, V. N. de Cerveira

São enquadráveis neste núcleo os recintos ou acrescentos de época moderna de:

- Viana do Castelo
- Caminha
- Vila Nova de Cerveira
- Valença
- Monção
- Melgaço
- Lindoso

A terceira situação reúne seguintes recintos fortificados campais:

- Fortim do Monte do Facho - Moledo - Caminha
- Fortim de Campos - Campos - Vila Nova de Cerveira
- Fortim da Chã de Campos - Campos - Vila Nova de Cerveira
- Fortim da Carvalha - Vila Meã - Vila Nova de Cerveira
- Monte do Forte - Candemil - Vila Nova de Cerveira
- Fortim da Corôa do Picoto - Cornes - Vila Nova de Cerveira
- Fortim da Costa - Reboreda - Vila Nova de Cerveira
- Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Goian
- Forte de S. Luis Gonzaga - S. Pedro da Torre - Valença
- Fortim de Passos - Cerdal - Valença
- Fortim da Senhora da Cabeça - Cristêlo Covo - Valença

No primeiro caso, as praças que denotam maior robustez, mas as que comportam simultaneamente mais despesas de construção ou manutenção, a sua eficácea em caso de ataque depende não só da qualidade do muro, mas também do poder de fogo de um sitiante e da qualidade do seu tiro. A resistência da muralha depende em grande parte da pedra de construção, sem dúvida, mas também da argamassa que serviu para a consolidação. O tiro que atinge o recinto tem de ser suficiente para quebrar a pedra mas também para a deslocar da sua posição. Se a muralha estiver construída com uma argamassa robusta, esta funciona tal como de pedra se tratasse e mais dificilmente se consegue abrir uma brecha no seu alçado.

Passando para as fortificações onde o terrapleno é, em grande parte, responsável, pela delimitação e regularização dos seus alçados, observa-se que as obras apresentam poucos cuidados de manutenção e que são, em regra, suficientemente impermeáveis ao tiro. A cortina de pedra que as reveste permite nao só uma robustez adicional, mas também a contenção do terrapleno, proporcionando solidez às muralhas. A verificar-se o impacto e a quebra das pedras do muro, não se tornam tão vulneráveis à destruição uma vez que o terrapleno absorve a força agressora, permanecendo ainda capaz de proporcionar a defesa por mais algum tempo. No caso de se tratar de praças em cujos muros estão integrados tijolos, nomeadamente ao nível do parapeito (13) estes são consolidados com uma argamassa de grande resistência, bastante arenosa, onde a cal surge como componente, proporcionando uma robustez e uma durabilidade alternativa e menos dispendiosa do que a pedra.

Este tipo de construção é a que possui a melhor relacção entre a eficácia e o tempo utilizado na sua edificação. São relativamente

rápidas de erguer, económicas e difíceis de destruir, razão pela qual terá sido uma das opções utilizadas nestas guerras que requeriam respostas urgentes da arte de fortficar, para as quais, mais do que a dimensão, interessava a implantação, o apoio e a batida de território revelado vulnerável.

No que toca ao terceiro e último caso, o das edificações onde a terra constituía a maior parte do recinto (14) nota-se que são redutos erguidos mais para a observação e o controlo dos movimentos inimigos, do que propriamente para organizar uma linha de contenção que possa detê-los. Concebidos em terra, barro, pedra sumariamente cortada e seixos provenientes dos terraços fluviais onde são erguidos, estes redutos seriam capazes de oferecer apenas uma defesa temporária em caso de assédio, uma vez que a resistência dos seus muros estava inevitavelmente condicionada pela sua espessura, pelo clima e pelas forças da natureza (15). Funcionariam como atalaias, refúgios ou redutos capazes de abrigar uma guarnição que, através do seu tiro, pudesse dissuadir movimentos de tropas atacantes.

O móbil que motivou a construção dos fortins que rodearam o forte espanhol de S. Luis Gonzaga - também ele construído em torrão (16) - foi, sem dúvida, o estabelecimento de um cerco que policiasse o campo inimigo, desse o rebate e,eventualmente, impedisse as surtidas espanholas pelas populações vizinhas, mediante a criação de um campo de fogo batido ao seu alcance.

De tudo o que acabamos de referir, conclui-se:

1 - Da eficiência da pedra na construção das fortificações cuja missão fosse a protecção dos aglomerados populacionais ou territórios que o relevo e a tradição impunham como eixos de penetração tradicionais, imperando o estabelecimento de uma resistência permanente.

2 - Da necessidade de construção de bastiões militares de apoio que fornecessem uma defesa urgente mas igualmente robusta através de uma técnica de edificação que aliava o material disponível e por isso pouco dispendioso do terrapleno, à garantia de segurança que constituía a pedra.

3 - Do reforço da vigia e a eventual dissuasão de movimentos em sítios onde se manifestassem os sinais de ataque inimigo, através do aproveitamento do material que abundasse na zona e que servisse para garantir, com pouco gasto e rapidamente uma construção de apoio às tropas destacadas para a missão.

BORGATTI refere que a razão de ser de uma obra reúne, acima de tudo, três condições essenciais:

a) - Permitir, a quem utiliza a obra, o uso de meios de defesa e ataque, nas condições mais favoráveis.
b) - Perante o ataque, tornar difícil ao máximo a possibilidade de destruição ou danificação dos meios de combate que contêm.
c) - Impedir ao atacante o fácil acesso à obra (18).

Estes princípios colocam a tónica na invulnerabilidade e inacessibilidade ideais das obras militares, para as quais concorrem, necessariamente, a resistência dos seus muros e a escolha da sua localização.

A invulnerabilidade de uma praça sujeita a ataques de artiharia é determinada, acima de tudo, pela espessura dos seus muros, mais do que pela sua altura. O aumento ou aligeiramento da sua grossura assegura o nível de resistência e pode comprometer ou garantir a abertura de uma brecha por parte do sitiante, no entanto esta possibilidade acentua-se proporcionalmente em relacção à distância de tiro de baterias do exército atacante, do calibre das suas armas e à periodicidade do seu poder de fogo.

Detectamos, numa obra manuscrita da B. P. M. P. intitulada *Reflexões sobre a Arte de Fortificar* , da autoria de D. José Luiz de Sousa, discípulo do 1° ano da Academia Militar (19), uma série de considerações sobre a qualidade das muralhas e a sua vulnerabilidade em relação ao poder de fogo, a partir de algumas experiências efectuadas:

"O recinto de hua praça pode ser 1°/construido de rocha, q. he a melhor qualid.e/de recintos. 2° construido de muralha, 3° revestido de faxinas. 4° de terra simplesm.te./Das tres ultimas qualid.es de recintos os de muralhas se reputão melhores, apezar de/se poderem arruinar com a artilharia, e he/claro, q. a maior, ou menor possibilid.e de o fa-/zer depende da resistencia della, e da força/com q. as balas a percutem. Se hua muralha/for construida de pedra seca, pª a destruir bastará deslocar as pedras; mas se estas estiverem unidas com argamassa, então será/preciso desunir ou quebrar as pedras. Por-/tanto a resistencia da muralha depende da tenacid.e da cal, e da resistencia propria/das pedras e dividiremos as qualid.es destas/muralhas em tres classes, segundo a diversa/qualidad.e dos materiais, com q. podem ser construidas. As muralhas da primr.a classe são constuidas de pedra m.to forte, e cal/quasi tão tenaz, como a mesma pedra: as/de seg.da classe são construidas de tijolos, e/de cal tão tenaz como os tijolos, e

entrarão/na tercr.a classe, q. do a cal não for tão tenaz/como o tijolo.

Tendo examinado as cauzas da resisten-/cia de hua muralha, passemos a exami-/nar a força com q. abala deve bater para/nela abrir brecha. Esta força he claro, q. deve/ser maior do q. a resistencia da mesma mu-/ralha: mas tambem he claro, q. a repetição/dos golpes attenuando continuam.te o liga/mento das particulas, deverá diminuir a/resistencia a ponto de q, os ultimos golpes/possão cauzar a destruição, ainda q. cada hum/de per si fosse inferior á resistencia/da muralha. Tambem he claro, q. as me-/lhores theoricas dirivadas do conhecim.to/dos materiais das muralhas, da força/da polvora, e das leis da mechanica/serião m.to insufficientes pª alcançar aquillo/q. nos propomos, de avaliar proximam.te mas/com segurança a resistencia das muralhas; pelo q. recorremos á experiencia.

Experiencia 1ª As peças de 32 libras de bala atirando na distancia de 200 até/180 trabucos contra qualquer muralha da primr.a classe, e da grossura usual, só/podem fazer brecha depois de hum fogo/m.to longo, a q. ordinariam.nte não resistem/estas armas: e portanto sendo o recinto de hua praça de muralha da prim.ra classe, se julgará impenetravel a artilha-/ria todas as vezes, q. o sitiante não puder estabelecer as suas batarias em distancia menor/do que 300 trabucos.

Experiencia 2ª As mesmas balas de 36 atiradas contra hum recinto de mralha da seg.da classe na distancia de/300 trabucos só podem abrir brecha de/pois de hum tão gr.de num.ro de tiros, q./ordinariam.te lhes não resistem as peças./Portanto se o sitiante não puder esta-/belecer as suas batarias distantes do recin-/to menos do q. os 300 trabucos, hua mu-/ralha de ordinr.a grossura se reputará/impenetravel á artilharia. /

Experiencia 3ª As mesmas ba-/las de 32 libras expellidas contra mura-/lhas da 3ª classe numa distancia de 500/trabucos, ainda abririão brechas no re-/cinto, a não ser a incerteza dos tiros em tal distancia. /

Destas experiencias colhe-se 1° que/he preciso construir as muralhas da melhor/qualidad.e possivel e todas as vezes, q. o sitiante achar posições restrictas p.a collo-/car as suas batarias, e q. augmentando a/grossura da muralha, ella se puder fazer impenetravel á artilharia se deve-/rá sempre augmentar esta grossura. 2°/que tendo o sitiante lugar pª estabele-/cer suas batarias de brecha, se deverá/augmentar a força da praça com obras/exteriores, q. a cubrão ou de qualq.er outra for-/ma, isto é com sistemas de demolição, /minas, etc." (20).

Tendo em conta este tipo de experiências a construção de uma fortaleza idealmente resistente a partir da espessura dos seus muros, sem referir a edição das obras exteriores que sirvam de obstáculos adicionais ao fogo inimigo - teria de ter sempre presente os seguintes factores:

1 - Detectar locais que sejam possíveis de aproveitamento, por parte do atacante, para a instalação do seu fogo pesado.

2 - Prever, a partir da primeira característica, a distância de tiro e eventuais calibres transportados até ao local.

3 - Calcular as trajectórias e o impacto do fogo longo ou espaçado, que possa ser utilizado.

4 - Reforçar as espessura das obras onde as hipóteses de abertura de brecha se tornem previsíveis.

A partir daqui poder-se-ia seleccionar o sistema de fortificação mais adequado à exigência táctica de domínio de terreno podendo, independentemente das características que possuissem, variar na forma de traçado, embora normalmente sejam reconhecidos três tipos comuns:

- O sistema poligonal
- O sistema atenalhado
- O sistema abaluartado (21)

A qualificação das fortalezas e sua eficácia estratégica depende, então, em boa parte, da sua localização e consequente acessibilidade. Poder-se-à dizer que a inacessibilidade é proporcional à conjugação de dois factores: por um lado, a topografia acidentada escolhida para a construção da praça e, por outro, a impossibilidade de utilização de vias de comunicação que determina o seu isolamento.

O grau de facilidade de introdução de um atacante no perímetro fortificado categoriza a acessibilidade deste. Nessa acepção, a fortificação pode ser inacessível - tendo em conta a sua localização, ausência de acessos ou, pelo menos, a facilidade de os tornar intransponíveis - ou parcialmente inacessível, em caso de ataque surpresa - quando a sua localização e vias de comunicação sugiram uma defesa concertada, planificada, de molde a permitir a rápida concentração de esforços em direcção a uma linha de fogo ou a um eixo viário que seja responsável pela progressão do sitiante.

A inacessibilidade permanente da praça é completada com a impossibilidade de abrir uma entrada, uma brecha nas suas obras ou, pelo menos, quando existir esta baixa, não seja, de todo,

permitida a entrada ou a transposição que é determinada pela altura dos muros ou dificuldade de aproximação.

Uma praça parcialmente inacessível - eficaz, na defesa perante um ataque surpresa - completará uma implantação não ideal, com a altura e espessura das suas cortinas ou com a dificuldade de progressão em direcção às suas portas. Deste modo, mesmo que atacante consiga o avanço através de um eixo de comunicação mais permeável, a defesa optimizada e rapidamente assegurada pela guarnição à cortina onde o ataque é orientado, impede - junta com a qualidade dos muros - a aproximação e a escalada num ataque relâmpago.

Esta equação da acessibilidade coloca-nos perante uma definição do grau de perfeição da praça. Se a praça é inacessível, ou seja, todas as suas partes cumprem permanentemente o papel ideal de uma defesa, pode ser considerada como um recinto perfeito. No entanto, o seu grau de perfeição baixa, na medida em que se evidencia precária a integral salvaguarda das suas obras de fortificação, a rapidez de resposta em relação a um ataque orientado e a impermeabilidade dos seus acessos ou portas. Assim, directamente conectada com a acessibilidade está a atacabilidade. Um recinto é tão mais acessível quanto mais seja atacável. A obra militar que tenha eleito o local que proporcione mais dificuldades de transporte e colocação de artilharia inimiga para o assédio e a desejável rendição é a que se reputa de mais inacessível e inatacável.

O acesso e as possibilidades de ataque em relação a uma praça estão naturalmente condicionados pela sua situação. Se a estratégia que determina a construção de um recinto é a que força o atacante a tomá-lo previamente à sua incursão e domínio de uma região, mais concretamente, se a fortaleza se integra numa linha de detenção, a defesa escolherá um local inacessível, para garantir a inatacabilidade. Os sítios que proporcionam, por natureza, este tipo de resposta são os relevos rochosos, as imediações de lagoas ou braços de mar ou os rios de transposição problemática. Não existindo estas possibilidades naturais capazes de diminuir os gastos de construção de forteleza inacessível e inatacável, a solução mais eficaz privilegia a construção de um recinto de inacessibilidade quase permanente, onde são previstas as possibilidades de ataque, de modo a planificar respostas satisfatórias a um assédio rápido obtendo-se uma praça com apenas alguma frentes inacessíveis, para que se concentre esforços nas partes mais vulneráveis, seja não só pela complexização das suas cortinas, como pela disposição das baterias defensivas.

Quando não se torna possível a edificação de uma praça naturalmente inatacável,os profissionais de engenharia militar privilegiam as obras exteriores que obstam à sua acessibilidade, de

modo a que o inimigo seja impedido de transportar e colocar perigosamente perto as forças do seu ataque. É desta sorte que se impede a abertura de brechas no recinto fortificado e a consequente facilidade em tomar a praça. O resultado destas obras torna frequente a deslocação em relação ao sítio seleccionado à partida, a acumulação de um aparato defensivo constituído pela complexidade das obras exteriores, o consequente aumento dos meios humanos que se responsabilizam pela sua manutenção e, em última análise, o agravamento dos gastos da construção, preservação, equipamento e pagamento da respectiva guarnição.

O Ten. Cor. António Lopes Pires Nunes distingue as características fundamentais de um castelo estratégico capazes de o dotar de inexpugnabilidade. Embora não equacionando explicitamente o factor da acessibilidade, salienta a impermeabilidade "que traduz a dificuldade à sua penetração e se consegue pela elevação das muralhas", a invulnerabilidade que reflete a dificuldade à sua destruição e é obtida pela espessura e solidez das muralhas e a obstacularidade "que o torna de difícil acesso, pela construção e cinturas paralelas, barreiras, barbarcãs, fossos, etc" (22). Desenvolvendo a linha de pensamento deste autor obteríamos como características elementares de uma obra de carácter estratégico no século XVII, no território que estudamos:

- A impermeabilidade - proporcionada pela integração dos elementos que restam da fortificação medieval nas obras levadas a cabo a partir de 1640. Devido ao desenvolvimento da artilharia as obras de muralhas elevadas são secundarizadas, porque se tornam frágeis e inadequadas, rodeando-se de cinturas baixas, com trabalhos abaluartados.

- A invulnerabilidade - traduzidas pela contrução de obras com maior espessura e solidez, para resistirem ao trabalho sistemático da artilharia.

- A obstacularidade - que preferimos desiguar por acessibilidade, uma vez que não se trata somente da reunião de um conjunto de obras militares destinadas a dificultar o acesso, mas a conjugação destas com as características naturais disponíveis no terreno seleccionado para a defesa. Esta característica integra o número e a qualidade das obras exteriores à fortaleza que se controem em ordem a proporcionar, juntamente com o relevo e a orografia, e possível o grau satisfatório de perfeição da praça.

- O flanqueamento - como característica que define as fortificações abaluartadas pelo próprio traçado dos seus muros. Os baluartes erguidos nos remates das cortinas não só aumentam o

nível de invulnerabilidade da obra (especiamente se forem terraplanados) como, uma vez que são defesas laterais, propiciam uma maior defesa da cortina e consequente inexpugnabilidade da obra, mercê da possibilidade de manobrar e orientar o tiro, de acordo com as possibilidades dos ângulos que criam a partir das faces e dos flancos. Em relacção às obras construídas no fosso, elas são integráveis num esquema que visa, naturalmente, potencializar não só a invulnerabilidade da construção, mas também completar a sua inatacabilidade.

A construção de um recinto potencialmente atacável, porque acessível, obriga ao traçado de linhas de fogo tais que, em caso de assédio, possam facilmente conjugar esforços no sentido de uma resposta pronta e dominadora, ou seja, perante a visibilidade que a praça possui de todos os locais de eventual avanço inimigo, esta deve poder rebater de forma vitoriosa qualquer ataque. A colocação junto de uma portela deverá prevenir-se com atalaias, a situação junto a um alcantilado rochoso forcará o seu domínio e a sua inclusão dentro de um sistema defensivo de obras exteriores, se a praça estiver construída junto a um rio navegável tem de dominar todos os locais onde a margem proporcione um desembarque (23).

Como o relevo da fronteira do Alto Minho não é de molde a proporcionar facilidades de concepção de recintos inatacáveis (24), as obras da praça necessitam de criar artificialmente os seus próprios dissuasores de assédio e tomada.

Começando pelo fosso, este deve impedir, acima de tudo a sua transposição. No caso de se tratar de um fosso unicamente construído pelo arranque de terra, o seu talude de acesso - feito com a acumulação das terras retiradas pela escavação - deve ser de tal modo exposto ao tiro que parte do recinto, uma vez escalado pelo atacante, possa deter qualquer avanço e este possa ser facilitamente repelido. A sua largura é também um factor de impedimento que obsta à tomada da praça devido à exposição em que o inimigo se encontra após a descida. Se o fosso for inundado, a água apresenta um obstáculo adicional à tomada (25).

Directamente relacionadas com o fosso, temos a estrada coberta e a esplanada contígua, nos casos em que o espaço permite desenvolvê-las. Quanto menor fôr a resistibilidade do material que as compõe, maior é a dificuldade do inimigo em tomar essas obras. Clarificando: se a explanada e estrada coberta forem concebidas em terras arenosas, de difícil consolidação, o atacante depara-se com o impedimento de abertra de poços ou minas, que as escavem de modo a poder penetrar directamente no fosso. Uma estrada coberta feita com terra solta retirada do fosso, obsta à progressão de um túnel de protecção feito pelo inimigo com o intuito de se resguardar

do alcançe de tiro da guarnição sitiada e poder progredir assim no terreno, aproximando-se dos muros da praça (26).

A acessibilidade e a tomada do recinto fortificado dependem também do aproveitamento de afloramentos rochosos e outeiros que optimizam a concepção do fosso. Se a construção de uma praça aproveitar a altura proporcionada por uma massa rochosa e, a partir daí, desenvolver os seus muros, de molde a que obtenha um alicerce seguro, de difícil montada, alteado pelas obras de fortificação, mesmo que o atacante abra uma brecha no pano e consiga chegar ao fosso, dificilmente poderá aproveitar o seu ganho, devido ao esforço que tem de dispender na subida do terreno natural. Acresce o impedimento, na proporção da altura do talude ou base rochosa: torna-se quase impossível a escalada de um obstáculo que tenha a altura do recinto construído (27).

A rocha oferece uma defesa ideal, no entanto, se é aproveitado um cabeço cujas ladeiras em terra possam prever um desmoronamento ocasionado pela artilharia ou a escavação de minas, a conveniência da defesa leva a que se recue a construção do recinto deixando-o a uma distância da escarpa que proporcione segurança. Neste sentido, surge o inconveniente do fraco domínio do fosso e, assim, tornam-se necessárias a planificação e edificação de obras mais baixas que assegurem uma linha de defesa eficaz para rebater a aproximação do atacante (28).

Notas:

1 - FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Português*, Lisboa, 1729; GONÇALVES, A. Nogueira, *4 Lições da Arte de Fortificar*, Dep. de História de arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, ; GONZALEZ MENDOZA, Angel, "Estrategia del Castillo", *Castillos de España*, 1973; MOREIRA, Rafael, "A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal, Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica", *Actas do Simpósio Internacional integrado no IV Centenário da morte de João de Rudo*, Epartur, Coimbra, 1981; MOREIRA, Rafael, "A Arquitectura Militar do Renascimento, O Maneirismo", *História da Arte em Portugal*, vol. VII, ed. Alfa, 1987; MOREIRA, Rafael, "Do rigor teórico à urgência prática", *História da Arte em Portugal*, vol. VII, ed. Alfa, 1987; NUNES (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, "Fortificações terrestres, Fortificações marítimas e Fortificações mistas, *Castrum*, Assoc. Port. dos Amigos dos Castelos, 1, Lisboa, 1984; NUNES (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1988; PERINI (Gen.), Hardy, *Conférences Régimentales sur la Fortification*, Librarie Militaire, Paris, 1899; GUERRA ROMERO, Juan,

FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA
PORTO

"La estrategia de los Castelos de la raya Luso-hespañola", *Actas do 1º Simposio sobre Castelos de la Raya entre Portugal y España*, A. E. A. C., Madrid, 1984; VILLENA, Leonardo, "Arquitectture Fortificata, *Atti del 1º Congresso Internazionale*, Instituto Italiano dei Castelli, Bologna, 1976, ROJAS, Cristóbal de, *Tres Tratados sobre Fortificación y Milicia*, CEDEX (Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas), Biblioteca CEHOPU (Comisión de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo), Madrid, 1985.

2 - BORGATTI, Mariano, *La Fortificazione Permanente Contenporanea*, Parte I, "Premessa Storica e Fortificazione Teorica", Torino, 1989, 1, salienta que a partir da análise das fortificações que ocupam posições ofensivas ou defensivas naturais ou que, pelo contrário "se cria artificialmente, contruíndo de novo ou modificando o que existe", estas podem-se dividir em fortificações naturais ou artificiais, respectivamente.

Este autor mostra-se céptico quanto ao valor das posições naturais, referindo a dificuldade - ou impossibilidade - de se construir uma obra de provimento eficaz se a posição natural não garante uma situação "forte".

3 - Idem, *ibidem*, 27, define como linha de defesa, aquela que é constituída por diversas fortificações distribuídas ao longo de uma frente de operações. Para este autor, a linha de defesa pode adquirir importância ao servir de barreira fronteiriça de uma nação, constituída por uma série de grandes ou pequenas regiões fortificadas com uma missão comum de prevenção.

4 - Testas de ponte são para BORGATTI, Mariano, op. cit, 12, as fortificações erguidas junto a um curso de água importante, podendo permitir, ao exército que as possua, manobrar ofensivamente sobre a margem oposta

5 - Idem, *ibidem*, 3, define os campos permanentes como construções feitas em pontos estratégicos permanentes, erguidos em tempo de paz, com abundância de recursos e de tempo, susceptíveis de resistir aos mais potentes ataques inimigos e às injúrias do tempo.

6 - Idem, *ibidem*, 4, caracteriza-os como campos militares situados ao longo da costa ou ao longo da fronteira do Estado, com tropas destinadas a rechaçar o inimigo que tente desembarcar ou invadir o território. Podem possuir casernas defensivas, tricheiramento e grandes defesas naturais e artificiais.

7 - Idem, *ibidem*, 11 e 12, fornece algumas definições deste tipo de praças que, consoante a sua função, podem ser:

- Praças de apoio - termo genérico que denomina as bases estratégicas, centros de operações ou quaisquer fortificações que sirvam de base a tropas que operem em quaisquer zonas e que tanto estão na defensiva como tomam a ofensiva.

- Praças de depósito ou de provisionamento - são as que servem como grandes armazéns dos meios de guerra, para os ministrar - mal a ocasião ocorre - ao exército móvel.

- Praças navais, ou centros estratégicos navais - praças fortes costeiras que servem de apoio à frota para a defesa de toda a costa do Estado ou de uma parte dele.

- Estações de abastecimento - fortificações costeiras destinadas a grandes armazéns de meios de guerra necessários à frota. Os centros estratégicos navais e os centros defensivos são também estações de abastecimento.

8 - Idem, *ibidem*, 5. VILLASANTE Y PRIETO, Juan Rodriguez, *Las defensas de Galicia. Funcionalidad, forma y ejecución del diseño clasista*, Edicións do Castro, A Coruña, 1984, 45, apoiando-se em Fernandez de Medrano, adianta que "Tornava-se necessário obter recintos de grande firmeza para a resistência do fogo contrário e dos quais se devia disparar organizadamente, com potência e concentração, sem deixar por isso de cobrir-se do ataque inimigo, o qual procuraria fazê-lo pelos lugares mais débeis. Quer dizer, pelos laterais (flancos) e aproximar-se da zona baixa da muralha, como lugares menos visíveis e de maior dificuldade para o contra-ataque ou a simples defesa. Daqui outra necessidade funcional: que as fortificações contassem com uma zona periférica bem explanada, ou melhor dito, com um perfil que lhe facilitaria a sua protecção e acesso às suas portas controlado.".

9 - São os casos de Viana da foz do Lima, Caminha,Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço e Lindoso.

10 - BORGATTI, Mariano, op. cit, 3-4.

11 - O torrão é um material de construção obtido pela mistura de terras, barros, seixos e pedra avulsa.

12 - A propósito de Lapela, escreve VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, T. I, Lisboa, 1886, 43: "... em Lapella, onde existe essa pittoresca *Torre de Belem* do Minho, como lhe chama D, Antonio da Costa no seu livro, e que toda construida de pedras cubicas e sem cimento de qualidade alguma, reflecte sobre o rio a projecção dos seus 26 m de altura e 11,35 m de largura por cada uma das quattro faces.

Entre as ameias, no alto, algumas oliveiras e loureiros, que ahi vegetam, (...) examinámos a sua pequena porta em ogiva, encimada pelas armas de Portugal com onze castellos, o que parece demonstrar que ellas foram collocadas ali n'uma epocha posterior á sua fundação. Essa porta assenta sobre uma especie de soleira ou balcão, para penetrar na qual é necessario subir por uma escada de mão, não havendo vestigios de escada antiga.

A torre era a *torre de menagem* de um lindo castello, estylo militar do seculo XII, que em 1706 foi destruido para as obras de defeza de Monção; ficou ella só, a *vara do castello*, mas não sem que

uns *illustrados* vereadores monsanenses a não requisitassem já em 1860 ao governo para pedra das calçada!

Castello e torre foram em 1130 mandados construir por Affonso Henriques e foi seu edificador Lourenço de Abreu, senhor do couto e torre de Abreu, em Merufe, capitão strenuo, que ao lado do nosso primeiro rei obrou prodigios de valor no celebre torneio de Valle de Vez. Junto da torre ha uma delegação da alfandega de Valença."

13 - Valença constitui, neste caso, um paradigma.

14 - Embora maioritariamente construídas em torrão, podiam integrar cunhais, remates e portas em granito aparelhado. O manuscrito nº 1199 pertencente à B. P. M. P., da autoria de, Miguel Luiz Jacob, capitão de infantaria com exercício de engenheiro, intitulado "Tractado de Fortificação Regular e Irregular", explica, no seu "Livro I. Da Fortificação Regular", fl.85, o que é um reduto de terra e como este deve ser construído:

"O Reduto he hum piqueno Forte quadrado, que se faz fora da esplanada dentro do alcance do Mosquete a sua defensa he na frente/do mesmo Reduto. Tem hum parapeito com seu foço. Servem essas obras pª Corpos de Goarda, e impedir os aproxes (sic) ao inimigo, e deffender os/contornos da Praça, a sua construcção he do modo seguinte./

Descrevasse hum quadrº de 12, he 20 toizas de lado. Da parte interior doo mesmo quadrº se tire a base do Reparo de 3 toizas, e a do para-/pei.to de 9 he 10 pez. A altura do Reparo por sima do nivel da Campanha he de 3 pez, e a do Parapeito sobre o Terrapleno do reparo de 6 ou 7/pez havendo de se lhe fazer duas banquetas, porem o Reparo se faz algumas vezes mais alto conforme a necessid.e assim permite. Em/roda do Reparo da parte exterior se tira outra para.as com a distancia de 3 pez a q. chamão Berma e hum foço de 4 toizas de largo e alto 8, ou/10 pez com os angolos boleados. A ponte pª comunicação do Reduto se fara de 10 ou12 pez de largura quando seja necessrº meterlhe/a Artilharia mas quando não basta q. se lhe dé 5, he 6 pez de largo."

Cada toiza mede 1, 949 m.

O pé vale 30, 479 cm.

15 - As trincheiras de Caminha eram sempre destruídas pelo rio. VILLASANTE Y PRIETO, Juan A. Rodriguez, op. cit., 49, afirma que, no que toca à tecnologia dos materiais empregues na Galiza fortificada dos séculos XVI e XVII, serão empregues os mesmos que até ali vinham a ser utilizados, ou seja, "a pedra empregue em aparelhos diferentes (desde a mampostaria mais tosca aos silhares lavrados) ou em escultura; a madeira especialmente de carvalho, para vigas, carpintaria de edifícios e na de ribeira para os cascos dos buques. O ferro e o bronze utilizavam-se com grandes limitações."

16 - Este forte, imagem inequívoca de fortaleza de penetração, funcionava como acampamento avançado de tropas e armazém de abastecimento. A sua ligação privilegiada ao território espanhol, através da ponte das barcas, assegurava-lhe uma protecção adicional em caso de assédio e forçoso abandono da posição. A seu respeito, SORALUCE BLOND, José Ramon, *Castillos y Fortificaciones de Galicia. La Arquitectura Militar de los siglos XVI - XVII*, Fundación Pedro Barrié de la Masa, Conde de Fenosa, La Coruña, 1985, 187, chama-lhe "cabeça de ponte" e afirma que "não pode menos que considerar-se como uma obra singular e admirável, dadas as perigosas condições em que se realizou, não lhe faltando qualquer detalhe na sua construção. Tinha capacidade para 2.000 infantes e 500 cavalos, casas, quartéis, armazéns, etc..." Lembremos que, em 1656, D. Vicente Gonzaga, Capitão General espanhol, encabeça uma manobra militar de alto risco, ao atravessar o rio, junto a Tui, com uma força de 6000 infantes e 900 cavaleiros, com a missão de tomar Valença. Mercê da resistência portuguesa, empreende a fortificação a uma légua da cidade.

17 - BORGATTI, Mariano, op. cit., 5.

18 - O manuscrito, registado com o nº 1063, está dividido em duas partes: "I. Parte, Da Disposição do Recinto Magistral e Obras Exteriores"; "II. Parte, Ordens das Fortalezas, Seos Locais Proprios e da Força dos Reparos", está ordenado por parágrafos e, como o próprio nome indica, trata-se de um conjunto de análises académicas sobre fortificação. Sem qualquer indicação da data ou do local onde terá sido elaborado, resta-nos, perante a análise do tipo de letra e da redacção do documento, classificá-lo cautelosamente como tendo sido escrito no século XVIII. Lembremo-nos que a Academia Militar (extinta em 1799) foi a sucessora da Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, criada por D. João IV e dirigida pelo engenheiro português Luis Serrão Pimentel)

19 - B. P. M. P., Ms. nº 1063, SOUZA, D. Luiz de, *Reflexões Sobre a Arte de Fortificar*, II. Parte, Ordens das Fortalezas, Seos Locaes Proprios e da Força dos Reparos, Parágrafos 35 e 36.

20 - NUNES, (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991, 151. VILLASANTE Y PRIETO, Juan A. Rodriguez, op. cit., 51, admite que "as linhas e partes dos perfis da fortificação abaluartada permanente não variaram muito do século XVI ao XVIII e, inclusivamente, se mantiveram em grande parte do século XIX.".

21 - NUNES, António Lopes Pires, *O Castelo Estratégico Português e a Esratégia do Castelo em Portugal*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988.

22- NUNES, António Lopes Pires, op. cit., 47; Para o nosso estudo, salienta ainda a importância do "flanqueamento como elemento de defesa (...) das cortinas e fossos a partir dos baluartes ou pela construção de tenalhas no fosso, capoeiras ou outras obras no fosso" e que determina a especificidade da fortificação rasante.

23 - Da mesma maneira, uma praça não deverá estar perto de rios com rápidas correntes que possa colocar em perigo a suas obras de fortificação: veja-se o caso de Caminha e a sua constante despesa de manutenção. Uma zona pantanosa poderá ser zona de difícil ataque, mas é igualmente um sítio a evitar para a colocação de uma defesa, mercê da inacessibilidade a que fica exposta a guarnição, bem como as precárias condições de higiene a que estará sujeita.

24 - Exceptuando, talvez, o caso de Castro Laboreiro.

25 - Veja-se o caso de Santiago da Barra, em Viana.

26 - B. P. M. P., Ms. nº 1063, op. cit., parágrafo 30.

27 - B. P. M. P., idem, parágrafo 36.

28 - B. P. M. P., idem, parágrafo 31.

A Construção das Obras Militares

A reparação, construção ou renovação das fortificações de fronteira esteve naturalmente dependente da maior ou menor urgência que revestia a defesa e o grau de importância estratégica da zona onde elas se situavam.

D. João III, logo em inícios do seu reinado, não irá descurar a organização e correcto funcionamento das obras raianas, com particular destaque para a Beira e o Alentejo, principais teatros das operações militares das Guerras da Restauração.

Em 21 de Janeiro de 1641 era ordenado a Matias de Albuquerque que se apresentasse ao rei, no sentido de serem tratados diversos assuntos que respeitavam às fortificaçções da raia (1). Ainda no mesmo ano, a 25 de Maio, D. João III pedia informações ao Conselho de Guerra a propósito das fortalezas das barras de Lisboa, Setúbal e Viana. Urgia que fosse feito um inventário das "suas faltas e a razão destas" (2), bem como um relatório que classificasse as praças e se estavam providas com as suas dotações.

A escola de risco militar francesa terá sido, porventura, aquela que mais influenciou as obras feitas no período das guerras. Sabe-se que, a partir de Outubro de 1641, o engenheiro-mor Lasard com mais cinco engenheiros vindos de França, começaram a desenvolver trabalho em Portugal, acorrendo aos lugares a que fossem solicitadas as suas intervenções (3). Tratar-se-ia de executar, nesta primeira fase, um levantamento das necessidades de cada região, prever as obras de beneficiação ou traçar os planos de novas praças, bem como orçamentar as despesas necessárias à conservação dos trabalhos. Ao certo, sabe-se que as reparações necessárias tinham de ser financiadas com o dinheiro dos terços. Por consulta de 3 de Outubro de 1642, era determinado que o Conselho de Guerra remetesse ao Conselho da Fazenda a "relacção de todas as fortificações que necessitavam de reparação com as importâncias do seu custo" (4).

O engenheiro-mor Lasard e o seu "staff" teriam estado durante parte do ano de 1642, inícios de 1643 ocupados com as fortificações do Minho, segundo se depreende de uma extensa resposta do rei ao governador da província de Trás-os-Montes, D. João de Sousa.

Sua magestade deliberava a 21 de Fevereiro de 1643 que, face do pedido de envio de engenheiros, concretamente João Balhesteiros ou Diogo Pais, para a província de Trás-os-Montes, tal não era possível satisfazer uma vez que estes estavam destacados a trabalhar no serviço de fortificações de Lisboa. Mais, informava que Lasard e seus ajudantes já deviam ter acorrido a Trás-os-Montes para riscarem o que fosse necessário (5). A certeza de Lasard ter estado no Minho, ocupado com as diversas obras, é-nos transmitida pela determinação feita no mesmo dia, onde se diz mais

concretamente que Lasard "se achava inspeccionando as fortificações de Entre o Douro e Minho", mas deveria passar por trás-os-Montes e aí aguardar pela chegada do governador das armas, D. João de Sousa (6). Lasard não deverá ter ficado muito tempo em Trás-os-Montes, uma vez que em meados de Junho de 1643 o rei ordena a sua ida para Elvas (7).

Admite-se, no entanto, que grande parte das obras em curso eram inspeccionadas por elementos do exército português, sob os planos dos engenheiros. Devia ser mesmo frequente que, mediante orientações prévias, as fortificações fossem - em boa parte - resultado do empenho e responsabilização dos oficiais superiores das praças. Ainda em 1643, a 21 de Outubro, era recomendado que os capitães nomeados para as defesas das fronteiras fossem pessoas que "tivessem inclinação para os trabalhos de fortificação para melhor poderem continuar as suas obras" (8), o que denota, em primeiro lugar, a ausência de engenheiros militares em número suficiente para orientar os trabalhos nos pontos nevrálgicos das fronteiras e, num segundo momento, após essa consciencialização, a necessidade de se ter de trabalhar com os meios humanos possíveis e disponíveis na nossa força militar. Só assim se compreendem as ordens que evidenciam o trânsito urgente de engenheiros de uma província a outra, como autoridades competentes para trabalharem nas fortificações: em Fevereiro de 1644, D. João de Sousa reclamava a presença de um engenheiro em Trás-os-Montes, sete meses após lá ter estado Lasard. Sabe-se que terá ido um engenheiro francês de nome Paulo, pertencente á equipa de Lasard (9).

No que toca à responsabilização dos oficiais em relacção às obras das praças raianas, é evidente a preocupação régia, no sentido de averiguar quem, onde e com que estímulos desempenharia tais funções. Por determinação de início de Maio de 1648 o Conselho de Guerra terá sido incumbido, insistentemente, da realização de uma relação onde deveriam constar todas as praças de fronteira, os respectivos capitães-mores e o soldo por eles auferido (10) com particular ênfase dado aos lugares mais afastados da raia (11).

Os trabalhos de fortificação de praças seriam desempenhados não só pelos soldados da guarnição, mas também pelos presos que cumpriam a sua pena e pelos moradores dos lugares vizinhos.

Quanto a estes últimos, salienta-se o desempenho e as tarefas - porventura gratuitas - que prestavam nas obras das praças. No inícios de Abril de 1646, um decreto do Conselho de Guerra fazia eco dos pedidos dos moradores de Valença do Minho no tocava nos trabalhos de fortificação. Dado que sobre eles recaíam grandes obrigações militares, eram dispensados de realizarem trabalho gratuito nas obras de fortificação da Vila (12). Ainda a propósito da obras nas fortificações e sobre quem era requisitado amiúde para os trabalhos pesados, encontramos, a título de exemplo

documentado mais próximo, um recado que a Câmara do Porto envia ao capitão do Castelo de S. João da Foz, numa segunda feira, 25 de Agosto de 1650 (13). Neste aviso deparamos não só com trabalhos dos lavradores no fosso de S. João da Foz, como ainda um eventual alerta para a preparação da defesa. Para a vereação era forçoso "de parar por (ora) com as obras do fosso/por quanto hera tão necesario/o trabalho dos lavradores e acodi-/rem com suas companhias aos/redutos e trincheiras da praia/aonde são necesarios" (14). O trabalho de abertura e limpeza do fosso era pois da responsabilidade dos homens do campo, os únicos apetrechados com o material suficiente e eficaz para o trabalho de escavação da terra. A sua deslocação para as trincheiras e restantes trabalhos de defesa da orla marítima não reflectirá um sinal de alerta para um eminente ataque mas, mais naturalmente, um cuidado com a reparação e manutenção: sinal que esta primeira linha de defesas estava em estado precário. Dizemos que não estaria próximo o perigo de um ataque, baseados numa informação adicional do texto, no qual, ao falar de companhias da cidade e da sua guarda à fortaleza de S. João da Foz, entende-se que "não avia/por ora ocasião tam forçosa que sobri-/guasse ailo" (15). A defesa não era, no entanto, descurada e damo-nos conta que no mesmo dia a Vereação foi "ver os muros desta cidade e pre-/parar o que era necesario" (16), o que corrobora o cuidado posto na tarefa da organização e vigilância periódica do estado das obras militares da cidade.

Por certo que os capitães-mores deviam recorrer-se dos moradores e das Ordenanças para a prestação de serviços nas obras e, por vezes, extrapolavam as suas funções castigando ou prendendo os que não cumpriam os seus desígnios. Assim se compreende a provisão passada pelo Conselho de Guerra ainda em Abril de 1646, no sentido de os fronteiros e capitães-mores parassem de mal-tratar os habitantes de Valença (17).

Além dos engenheiros que corriam as fronteiras e dos que lá estavam providos de função (18), os mestres de campo também riscavam obras de defesa, tal como era incumbido, por exemplo, o Marquês de Montalvão, em Novembro de 1648, para as praças do Sul do país (19) ou em Maio de 1649 o Conde de S. Lourenço em relação à Póvoa (20). Este expediente foi-se tornando relativamente comum: a plataforma de Matosinhos - obra considerada de grande valor estratégico - foi construída segundo uma planta riscada por Frei João Turriano. Da sua edificação em 1643 estava encarregado o tenente do Castelo de S. João da Foz, Martim Gonçalves da Câmara (21).

Ainda no que toca à realização das obras das plataformas que defendiam as embocaduras e as passagens dos rios, estas estavam dependentes da ordem dos respectivos governadores das armas de

cada jurisdição. Veja-se o caso das plataformas de Matosinhos, Leça, Perafita e Azurara sobre as quais, em 1654, as directivas de execução competiam a Álvaro de Abranches, Governador das Armas de Entre Douro e Minho, membro do Conselho de Guerra e Mestre de Campo General (22).

Quanto aos relatórios que periodicamente informavam o rei do estado das praças portuguesas e o dinheiro dispendido com a sua manutenção, esses faziam parte das atribuições e competências da Contadoria Geral da Gente da Guerra e não do Conselho de Guerra como se poderia supôr (23). Estes relatórios serviam para averiguar e fazer o ponto da situação sobre a organização das linhas de fronteira e da rede de dependências estabelecida entre as principais fortalezas, fortins, baterias e fachos que compunham a nossa estratégia raiana.

As praças da raia que não estivessem sob a administração de centros de defesa de importância superior dispunham dos rendimentos do Real de Água para a organização da sua defesa, nomeadamente para o funcionamento das obras de fortificação que o governador das armas da províncias entendesse por bem levar a cabo, sob a orientação de um engenheiro por si requisitado (24).

A corroborar este facto, encontra-se uma queixa da Câmara do Porto (25). Em 1651, o Dr. D. Rodrigo de Menezes, governador da justiça e armas propõe á Câmara do Porto a construção de duas fragatas à sua custa (26). A justificação de tal propostas pendia-se essencialmente com o aumento de volume de comércio da cidade e com a defesa do Porto. Em contra-argumentação irredutível, a Vereação acusava o rei em 4 de Julho de 1651 sobre o lançamento do Real d'Água sobre o povo portuense, sendo que "o seu produto hoje se aplica as fortifica-/soins do minho devendo de ser para as desta cidade em que sua Mag. de não fas despesa algua" (27). O aproveitamento dos rendimentos daquele imposto não invalidava a canalização de dinheiro das terças para o pagamento das obras das fortalezas maiores da fronteira. Desse mesmo fundo eram prestadas contas pelo Conselho de Guerra sempre que o monarca as requeria (28).

Em todo o caso, a falta de engenheiros para a planificação das obras militares fazia-se sentir e não era muitas vezes resolvida com a simples requisição por parte dos governadores das armas. A sua intercedência e poder de intervenção junto do monarca não chegava para remediar a desorganização que, por vezes, era evidenciada pelas ordens de deslocação dos engenheiros alheias e contrárias a directivas pré-estabelecidas. Disso mesmo se queixava D. Álvaro de Abranches ao rei, em Setembro de 1655, informando-o de um equívoco que se passara com o engenheiro Miguel de Lescolle. Estando este engenheiro previsto para efectuar serviço na província do Entre Douro e Minho - da qual D. Álvaro de Abranches era

governador de armas - tinha-lhe sido comunicado que devia deslocar-se para a de Trás-os-Montes, onde era necessária a sua intervenção. Lescolle terá acatado esta última ordem, participando a sua impossibilidade de servir simultaneamente nas duas províncias. Perante o caso apresentado por D. Álvaro de Abranches, o rei resolvera incumbir o Conselho de Guerra de "acomodar com engenheiros a província de Entre Douro e Minho e a de Trás-os-Montes" para que, uma vez nomeados os respectivos técnicos para cada província, se pusesse fim às situações de indefinição resultantes de apelos de urgência e a gestão das obras se levasse a bom termo (29).

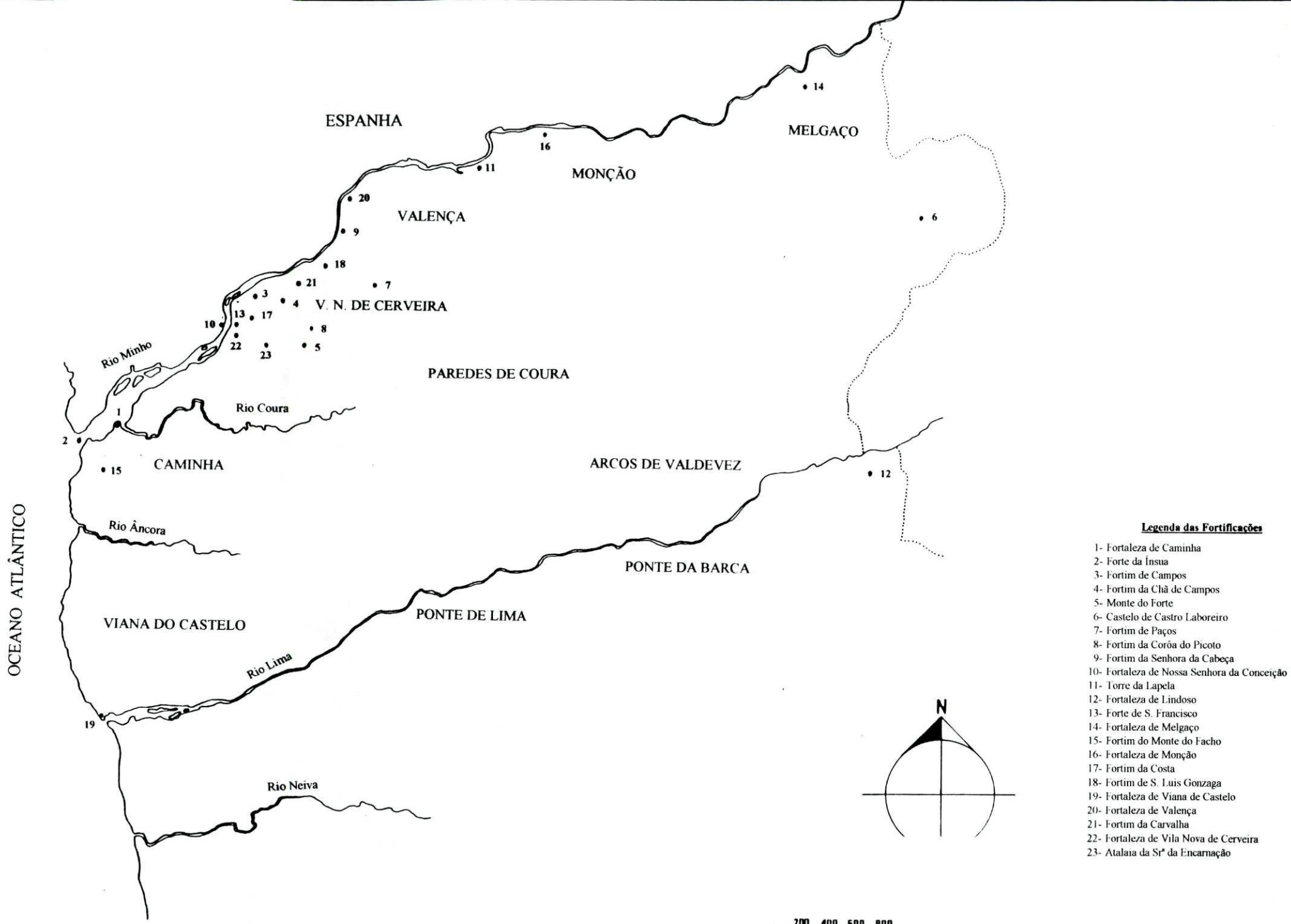
Notas:

1 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 60, 35.
2 - Idem, *ibidem*, nº 146, 41.
3 - Idem, *ibidem*, nº 225, 61.
4 - Idem, *ibidem*, nº 99, 77.
5 - Idem, *ibidem*, nº 36, 84.
6 - Idem, *ibidem*, nº 39, 86.
7 - Idem, *ibidem*, nº129, 96.
8 - Idem, *ibidem*, nº 166, 101.
9 - Idem, *ibidem*, nº 83, 125.
10 - Idem, *ibidem* nº 37, 120; Idem, nº 44, 121.
11 - Idem, *ibidem*, nº 62, 123. Mandará tomar idênticas medidas em relacção aos sargentos-mores em 28 de Maio de 1646, nº 150, 145.
12 - Idem, *ibidem*, nº 111, 140.
13 - A. H. M. P., L. V. nº 52.
14 - A. H. M. P., idem, fl. 220 v.
15 - A. H. M. P., idem, fl. 220 v.
16 - A. H. M. P., idem, fl. 220 v.
17 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 117, 18.
18 - Em 1653, Fernando Francisco Groenenberg era o engenheiro de Trás-os-Montes, SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 74, 209.
19 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 76, 173.
20 - Idem, *ibidem*, nº 54, 178.
21 - Idem, *ibidem*, nº 71, 209.
22 - Idem, *ibidem*, nº 81, 217.
23 - Idem, *ibidem*, nº 27, 192.
24 - *ibidem*, nº 7, 211.
25 - A. H. M. P., L. V. nº 56.

26 - A. H. M. P., idem, fl. 91 v.-98 v.
27 - A. H. M. P., idem, fl. 97 v.
28 - SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, op. cit., nº 65, 215, apresenta por exemplo, a determinação de 18 de Maio de 1654.
28 - Idem, *ibidem*, nº 52, 226.

Catálogo descritivo da arquitectura militar da costa atlântica e raia do Alto Minho

Fig. 1

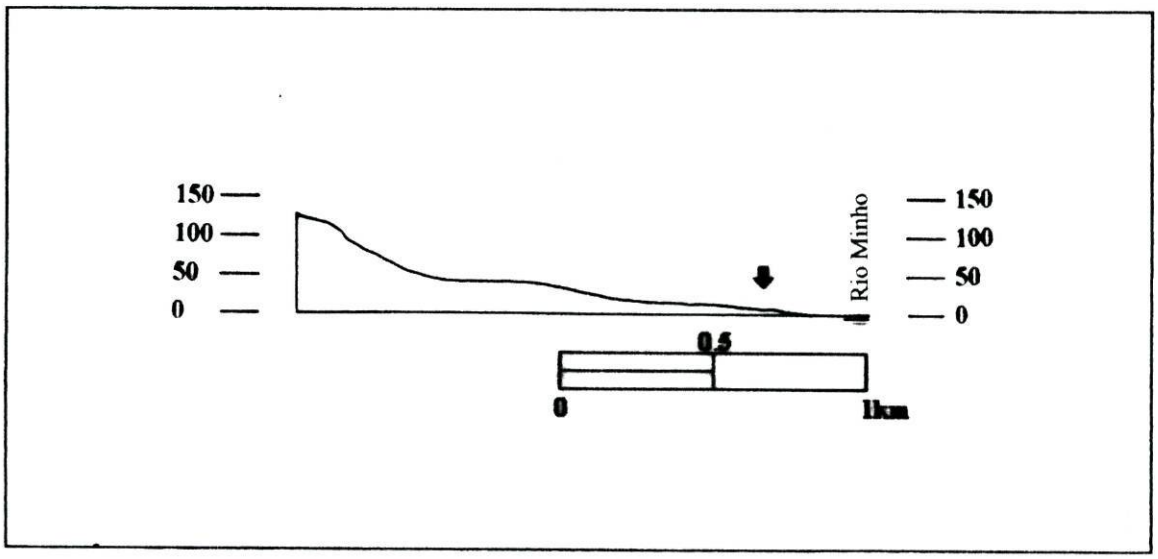


Legenda das Fortificações

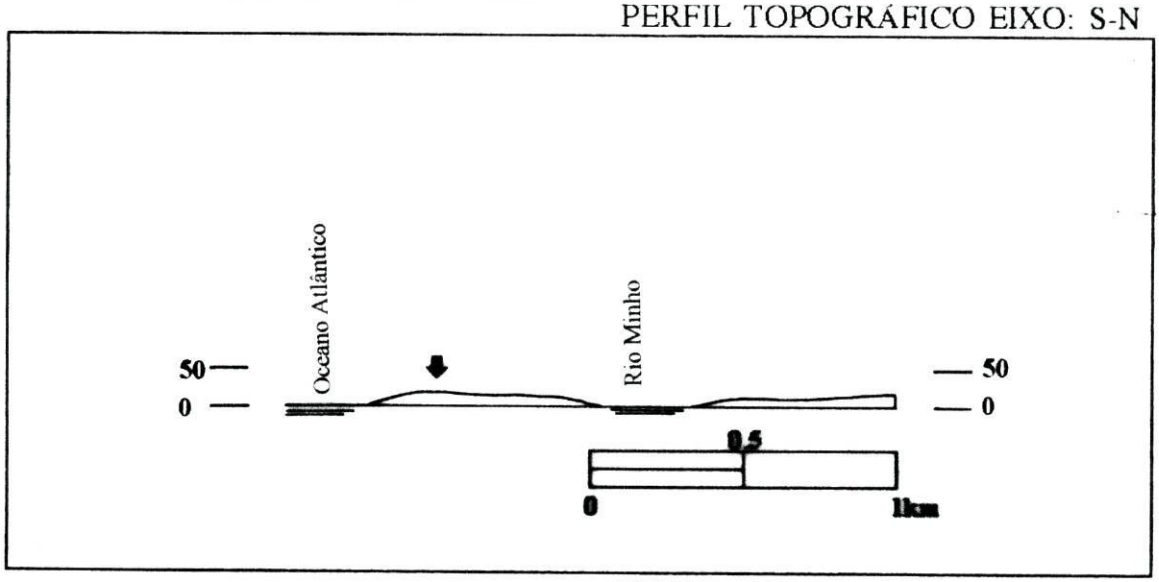
1- Fortaleza de Caminha
2- Forte da Ínsua
3- Fortim de Campos
4- Fortim da Chã de Campos
5- Monte do Forte
6- Castelo de Castro Laboreiro
7- Fortim de Paços
8- Fortim da Coroa do Picoto
9- Fortim da Senhora da Cabeça
10- Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição
11- Torre da Lapela
12- Fortaleza de Lindoso
13- Forte de S. Francisco
14- Fortaleza de Melgaço
15- Fortim do Monte do Facho
16- Fortaleza de Monção
17- Fortim da Costa
18- Fortim de S. Luis Gonzaga
19- Fortaleza de Viana de Castelo
20- Fortaleza de Valença
21- Fortim da Carvalha
22- Fortaleza de Vila Nova de Cerveira
23- Atalaia da Srª da Encarnação

1 - Fortaleza de Caminha - Caminha

- 41º 52' 30" N
- 0º 15' 34" E
- 5m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Na descrição sumária que acompanha a **"Planta da Barra de Caminha e Entrada do Rio Minho"** (1), o Sargento de Infantaria Gonçalo Luís da Silva Brandão afirma que **"Vesse aqui a Barra de Caminha fim do curço do Rio Minho envolto no Mar Occeano, tanto pella parte de Portugal, Como/de Galliza, ficando-lhe no meyo a Fortaleza de N. Sra. da Insoa q. odivide. Mostra-se a Villa da Guarda, sua/Enseada e Fortalleza: O Camarido O Ryo Coura e Salinas, que da sua Parte Ea. Pellas duas Barras/so entrão embarcaçoens**

pequenas, Como Hiates ou Caravellas. O q. sedis Camarido he mais de quar-/to de legoa de matta de Sobreyros e Pinheyros Velhissimos, q. em dia de S. Bento deste anno de 1758 padecerão/grande destroço" (2).

O desenho aguarelado que acompanha esta descrição mostra ainda a representação, junto à vila de La Guardia, do forte de Santa Cruz: uma praça de planta quadrangular, defendida por quatro baluartes colocados nos seus ângulos e revelins que cobrem as respectivas cortinas.

D. José Cornide, na sua descrição setecentista revela que **"la parte de Portugal a un cuarto de legua de la desembocadura del Miño se halla la plaza de Caamiña, que aunque de poca consideración es la única que tienen los portugueses en esta parte para defensa de la entrada a la provincia de Duero y Miño"** (3). Referia-se naturalmente à zona raiana que se iniciava pela foz da fronteira fluvial, uma vez que as entradas mais importantes da província, situadas mais concretamente no Alto-Minho, estavam protegidas pelas fortalezas de Viana e Valença.

A **"Prassa de Caminha de todo acabada"**, conforme nos revela a planta feita em Viana por Villa Lobos em 29 de Setembro de 1713 é uma grande obra de engenharia militar moderna que aproveitou parcialmente o velho perímetro amuralhado medieval, o **"Corpo da Villa Velha com suas Muralhas e terra em toda"**, erguido a partir do reinado de Afonso III (4) e do qual, no século XVIII, restavam onze cubelos defensivos, um dos quais a proteger a Porta de Viana posicionada a Sudoeste (Fig. 2) (5).

A integração do primitivo conjunto defensivo (6) na fortaleza de Época Moderna levou ao desenvolvimento progressivo do circuito amuralhado junto à Igreja Matriz (Fig. 5.1), onde se procedeu à destruição dos velhos muros e se integrou um meio baluarte de grandes dimensões, sem terrapleno, que abrigou o novo **"almazem"** (Fig. 2), do qual, presentemente, não restam quaisquer vestígios. Quanto ao meio baluarte, que é, ainda hoje, um dos motivos emblemáticos da cidade, apresenta-se erguido com alvenaria seca e regular de granito, de blocos bem aparelhados e de boa esquadria, de médias e grandes dimensões, dispostos em fiadas horizontais. O parapeito de duas fiadas, rematado a blocos com a inclinação de uma água, está aberto com canhoeiras trapezoidais e apresenta, exteriormente, o tradicional cordão semicircular que vinca e separa a escarpa do parapeito. Ao adarve, largo e lajeado, tem-se acesso, no interior, através de duas amplas rampas (Fig. 3.1). Possui no seu vértice uma guarita de quatro frestas, hexagonal, de alvenaria de pedra seca, com fino pico, abobadada e coroada com um plinto.

À vista conserva-se igualmente um dos panos que unia o meio baluarte ao flanco de um baluarte terraplanado posicionado a Norte, sobre a embocadura do rio Coura (Fig. 3.2). Hesitamos bastante ao denominar este elemento como um verdadeiro baluarte, uma vez que se apresenta com o traçado similar ao de um revelim. No entanto, pela sua gola extremamente fechada, o terrapleno que evidencia e a união dos seus flancos ao cone que avança da fortaleza, achamos por bem designa-lo como um baluarte, embora seja apenas identificado pelo Sargento Brandão como mais um elemento pertencente à **"Trincheyra que corre pella marjem do mes-/mo Rio (Coura)"** (7). Este vestígio do recinto de Época Moderna é de confecção mais tosca que o elemento analisado anteriormente. Embora apresente os cantos e remates de granito bem esquadriado, o pano da escarpa é feito de blocos de variadas dimensões, formando um aparelho irregular, misturado com pedra miúda e argamassa arenosa. O seu parapeito é grosseiro, não rematado e deles estão ausentes as canhoeiras. (8)

As linhas de fortificação concebidas para e ao longo das Guerras da Restauração são um conjunto extenso de muralhas traçadas em cremalheira e abaluartadas (9), entrecortadas por baluartes, mais ou menos irregulares e meios baluartes (Fig. 4), a que Villa Lobos chama respectivamente **"Forteficassão nova da parte da terra toda acabada com seus Fossos, estradas emcubertas e explanadas"**, **"Trincheiras da parte do Ryo Coura"** e **"Trincheiras da parte do Ryo Minho"** (Fig. 2). Na realidade, todo o traçado que delimita a praça pelos lados Poente, Sul e Sudoeste era marginado por um fosso largo e, a avaliar pelo perfil que consta da planta de Villa Lobos, possuía apenas berma. A escarpa de alvenaria terminava ao nível do cordão, sendo o parapeito, a banqueta, o terrapleno e a escarpa interior concebidos em terra (Fig. 5.2).

O **"Convento dos padres Capuchos"**, com a igreja e claustro é ainda identificado junto ao local onde hoje se situa a propriedade da Casa de Leiras (10).

Exterior ao polígono da fortificação moderna estão representados dois templos (Fig. 2): a igreja de Santo António, assinalada juntamente com o seu cruzeiro - situada a Nascente do Cavaleiro de Santo António, em frente à **"Porta Nova da Corredoura"** (11) - e a **"Igreja Velha"**, posicionada a Sul do Cavaleiro de Santo António, próximo do vértice de um dos meios-baluartes que delimitam a praça.

Localizado a Poente, a proteger uma larga cortina, estava o **"Revelim da Arga do Coura"** (Fig. 2) que o Sargento Brandão revela estar inundado **"com agoa do Ryo Coura"** (12), naturalmente para garantir uma defesa mais eficaz através da barreira natural aproveitada que um braço do rio constituía (13).

Pelo lado da terra, a Sul da **"Porta da Misericórdia"**, Villa Lobos coloca, concêntrico ao avanço "em chicana"(14) que sobressai na cortina, o **"Cavaleiro de S. António"**(Fig. 2) - um elemento de defesa adicional constituído por um pano de muralha mais elevado, a sobrepujar o terrapleno da obra fortificada.

Além da Matriz e armazém inseridos na primitiva cerca, são representadas por Villa Lobos junto à mesma, a Igreja da Misericórdia, a capela de S. João, com a entrada voltada ao Coura, e a desaparecida capela de S. Sebastião, junto à Porta de Viana: todas situadas no exterior das muralhas medievais. A Porta de Viana, enquadrada pela única torre que resta da antiga cerca medieval é hoje um dos ex-libris de Caminha, figurando ao lado do edifício dos Paços do Concelho, com o seu relógio de inícios do século XVII, em inúmeros postais ilustrados. Possui dois pisos e é coroada de ameias e **"merlões ponteagudos"** (15). Uma inscrição sobre a porta, na face voltada ao actual Largo do Terreiro, testemunha o voto à Virgem Maria feito por D. João IV após 1640:

"AETERNITATI SACR. IMMACULLATISSIMAE CONCEPTIONI MARIAE JOANNIS IV PORTUGALIAE REX UNA CUM GENERALIBUS COMITTIS, ET SUA REGNA SUB ANNUO CENSU TRIBUTARIA PUBLICE VOVIT ATQUE DEIPARAM IN IMPERII TUTELAREM ELECTAM A LABE ORIGINALI PRESERVATAM PERPETUO DEFENSORUM JURAMENTO FIRMAVIT VIVERET UT PIETAS LUSITANA HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE EXARARIT JUSSIT ANNO CHRISTI MDCLVI IMPERII SUI VI" (16).

A Sudoeste da Fortaleza, a marginar o rio Minho estende-se aquilo que Villa Lobos designa por **"Obra exterior do Arrabalde também acabada"** (Fig. 2). Trata-se de uma importante obra exterior, de grandes dimensões, de resco bastante irregular, aberta na gola e que, apesar de não possuir as características típicas de uma coroada (17), não repugna identificá-la como tal.

Além de valorizar a defesa da praça proporcionando-lhe um reduto fortificado direccionado à barra, protegia ainda a **"Porta nova da Mizericórdia"**, aberta no extremo Sudoeste do bastião principal (Fig. 2). O Sargento Brandão no seu album informa que se trata do **"Forte de S. Rodrigo e obra exterior que vai pella parte da terra/e fechar com o fosso da Praça Principal"** (Fig. 6) (18). Provida de fosso pelo lado da terra, possui, tal como a fortaleza, uma barreira de **"trincheiras da parte do Ryo Minho"** a que o Sargento Brandão acresce que é uma **"trincheira de pedra e cal, com parapeito e banqueta"** (Fig. 6) (19). Nada resta. Abrigava o Convento das Freiras de Santa Clara e rematava pelo seu extremo Sudoeste, ligada à cortina e à trincheira, numa

obra com dois meios baluartes que se assemelhava a uma tenalha. Dizemos que se assemelhava porque, na realidade, possui flancos que a ligam à cortina, o que a torna um elemento relativamente incomum nas obras de engenharia militar (20).

O album do Sargento Brandão, além de assinalar esta obra identifica-a "**Forlim** (sic) **ou Tenalha da Laje, q. anda arendada pella Vedoria**" (Fig. 6) (21), dando mostras que se encontrava arruinada pelos temporais. Era natural que a parte do polígono voltada ao rio, porque mais vulnerável, sofresse amiúde contingências que levassem a constantes reparações. O perfil desta parte da praça (Fig. 3) mostra-nos uma escarpa, desprovida de fosso, com parapeito de uma água e um reparo estreito que funcionaria como ronda, cingida por um contraforte interior.

Notas:

1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl.2.
2 - Idem, *ibidem*, fl. 1 v.
3 - CORNIDE, D. José, op. cit.,135-136)
4 - ALVES, Lourenço, op. cit. 43.
5 - Lourenço Alves adianta que a muralha medieval possuía "dez torres menores e três maiores" - ALVES, Lourenço, op. cit, 43. O conjunto monumental fortificado de Caminha foi considerado I. I. P. pelo Decreto nº 47508 de 24 - 1 - 1967, rectificado a 10 - 3 - 1967 pelo Decreto nº 251 / 70 de 30 - 6,. Cfr: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, I. P. A. A. R., Vol. III, Lisboa, 1993, 18.
6 - Segundo GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, 21-22, as primeiras muralhas devem-se a D. Dinis, sendo alvo de ampliações sucessivas, já na Época Moderna, nos reinados de D. João IV, D. Afonso V e D. Pedro II. VIEIRA, José Augusto, op. cit.,164, ao referir-se aos primitivos muros da vila, adianta que: "a data d'estes ultimos deve remontar á epocha de D. Afonso III ou de D. Diniz. Era essa muralha de boa cantaria e tinha dez torres e quatro portas, vindo a ser a da *Villa*, onde está hoje o relogio, dando para o largo ou Praça municipal (...); a do *Sol*, a *Porta nova* ou da Senhora da Boa Nova por existir ahi um oratorio désta invocação, e a do *Marquez* que dava para o rio sobre um caes hoje assoreado, assim chamada depois que veio a fazer parte do palacio do marquez de Villa Real."
7 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 1 v.
8 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 22, data este baluarte de 1686, logo, posterior às Guerras da Restauração.
9 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 151.

10 - A Casa de Leiras, na posse da família Avillez, ostenta um portão datado de 1701 e possui uma capela, vinda do lugar da Graça - Vilarelho, Caminha. Abrigados pelo pequeno templo estão um magnífico altar da Renascença, em pedra, e uma sepultura datada de 1613, ou seja, anterior às Guerras da Restauração e feita um século antes de Villa Lobos desenhar a planta da Fortaleza de Caminha.

11 - Em 1713, Villa Lobos chamava-lhe **"Porta Nova"**, mas BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 3 v. e 4, chama-lhe apenas, 45 anos passados, **"Porta da Corredoura"**.

12 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 3 v.

13 - O sombreado mais ténue que se nota ao nível do fosso na representação da planta de Villa Lobos junto ao revelim deve ser elucidativo deste pormenor, embora ele não o descrimine na legenda.

14 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 151.

15 - ALVES, Lourenço, op. cit., 44.

16 - Idem, *ibidem*, 46.

17 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 161, define coroada como "grande obra exterior, colocada frente a um baluarte ou a um revelim, geralmente aberta na gola, constituída normalmente por um baluarte central ladeado por dois meios baluartes, a que se liga por cortinas"

18 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 3 v e 4.

19 - Idem, *ibidem*, fl. 3 v. e 4.

20 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 195, no que respeita à definição de tenalha, socorre-se de GONÇALVES, A. Nogueira, *Lições da Arte de Fortificar*, Dep. de História de Arte, Fac. de Letras, Univ. de Coimbra, s.d., dizendo que a tenalha foi pouco utilizada entre nós. JACOB, Miguel Luis, "Tratado de Fortificação Regular e Irregular", op. cit., fl. 41, torna-se muito mais clarificador, distinguindo "tenalha simples" e "tenalha dobre ou flanqueada". A primeira, "he huma obra q. tem na/frente deux (sic) Ang.(ulos) salientes, e hum reintrante e se coompoem de duas faces"; a segunda - a que nos interessa - "he uma obra q. tem na frente 4 faces/q. se flanqueião reciprocamen.te cada duas e foormam deux (sic) ang.(ulos) reintrantes e/tres salientes".

21 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., 3 v. e 4.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Caminha

A Corpo da villa velha com suas Muralhas e Artelharia
BB Fortificação nova da parte da terra toda abobada com seus Fossos, Estradas encubertas e explanadas
C Nevelim na Arga do Coura
DD Obra exterior da Alcabala de tambem abobada
EE Trincheiras da parte do Rio Coura
FF Trincheiras da parte do Rio Minho
G Igreja Matriz e sitio de Santa Barbara em
H Juizo Civil
K Convento das Freiras de S. Clara
I Convento dos Padres Capuchos
L Igreja velha
M Porta nova da Juizo Civil
N Porta nova da Corredoura
O Porta do mar
P Porta de Viana
Q Cavalleiro de S Antonio
Esta Praça esta devaixo da Cidade de Viana 29 de 8.bro de 1713

Rio Coura

Rio Minho

Perfil da parte do Rio

Palmos para a praça

Perfil de smoboa da parte da terra

Braças Geometricas de 10 palmos

Fig. 2

"Caminha"

"**A**. Corpo da villa velha com suas muralhas e torres em roda"

"**BB**. Forteficassão nova da parte da terra toda acabada com seus Fossos estradas emcubertas e explanadas"

"**C**. Revelim na Arga do Coura"

"**DD**. obra exterior do Arabalde tambem acabada"

"**EE**. Trincheiras da parte do Ryo Coura"

"**FF**. Trincheiras da parte do Ryo Minho"

"**B**. Igreja Matris e junto della o almazem"

"**H**. Mizericordia"

"**I**. Convento dos padres Capuchos"

"**L**. Igreja velha"

"**M**. Porta nova da Mizericordia"

"**N**. Porta nova da Corredoura"

"**O**. Porta do vau"

"**P**. Porta de Viana"

"**Q**. Cavaleiro de S. Antonio"

"Esta Prassa esta de todo acabada Viana 28 de 8bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos"

"0-90 Palmos para os prefis"

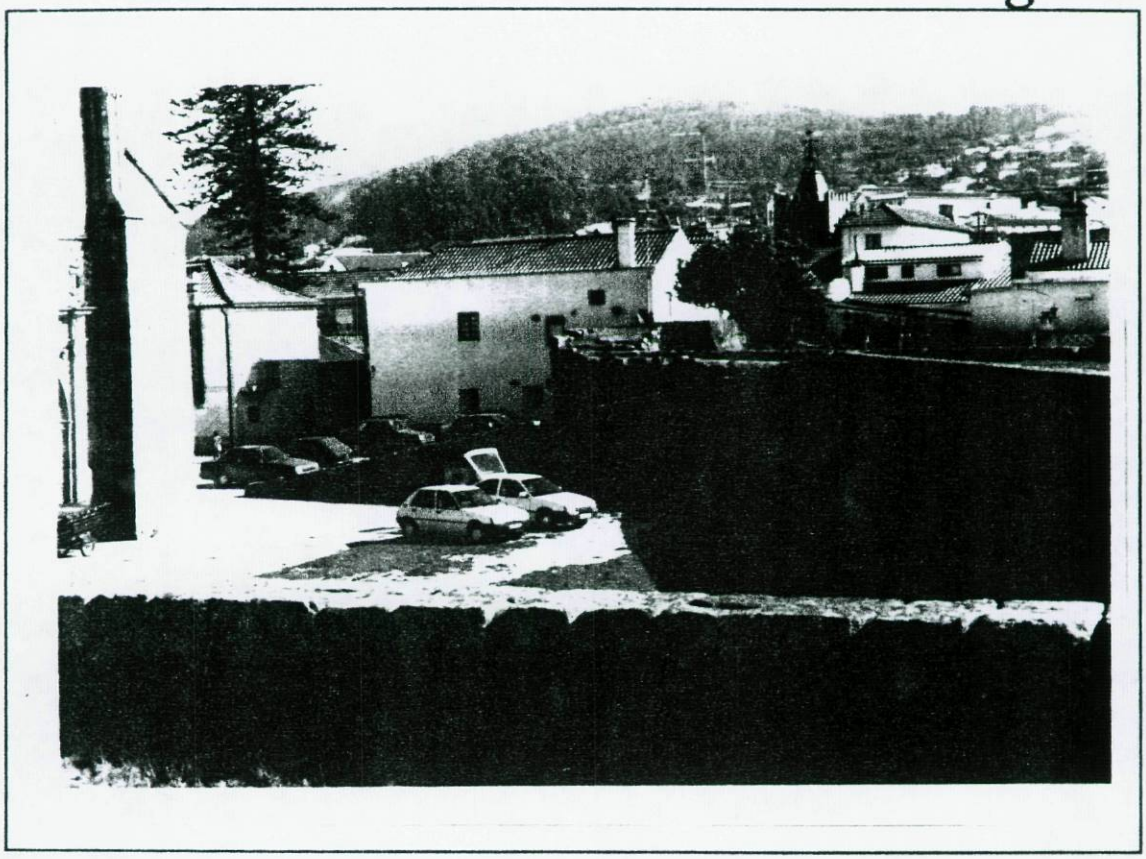
"0-160 Brassas Craveiras de 10 palmos"

"29 de 8bro de 1713"

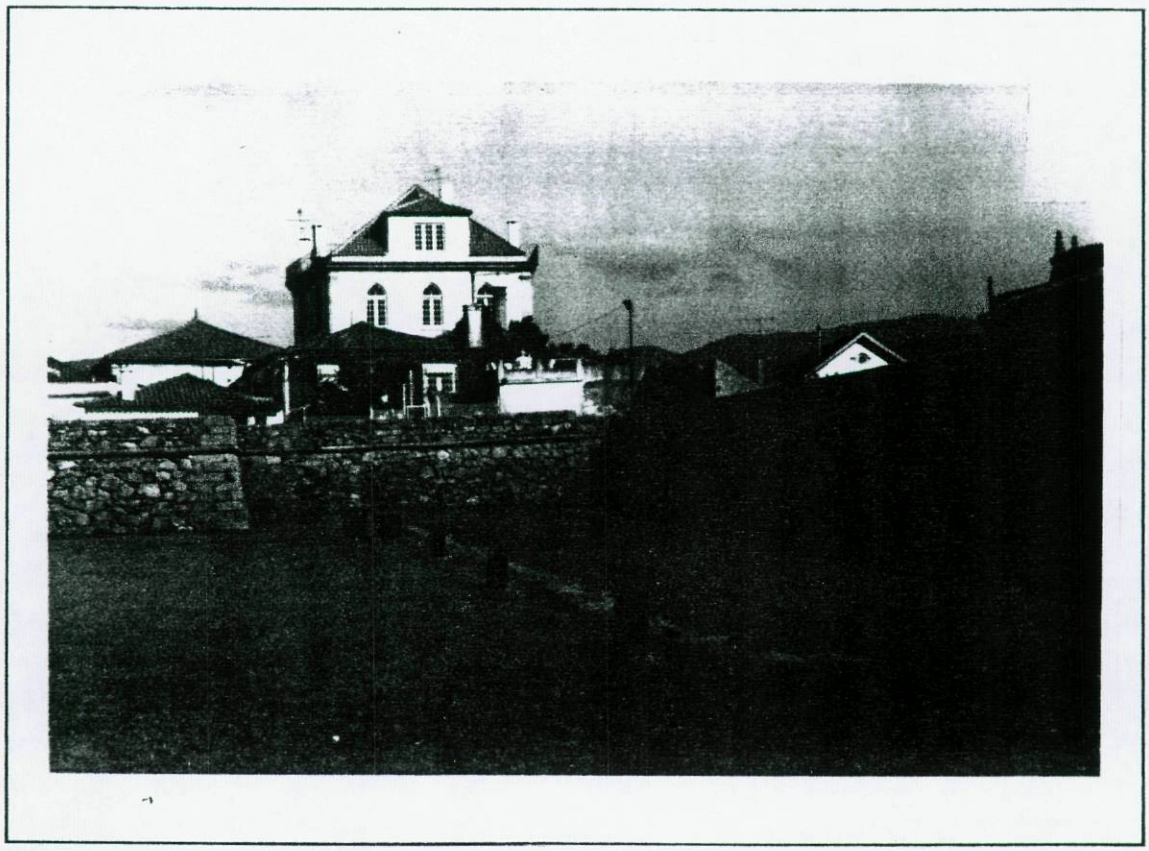
"M.el Pinto de Vª Lobos"

D. 239 V.

Fig. 3



1



2

Fig. 4



Fortaleza abaluartada de Caminha.
Legenda:
_____ - Vestígios actuais da fortaleza abaluartada.
-------- - Traçado hipotético da fortaleza abaluartada.

Fig. 5



1



2

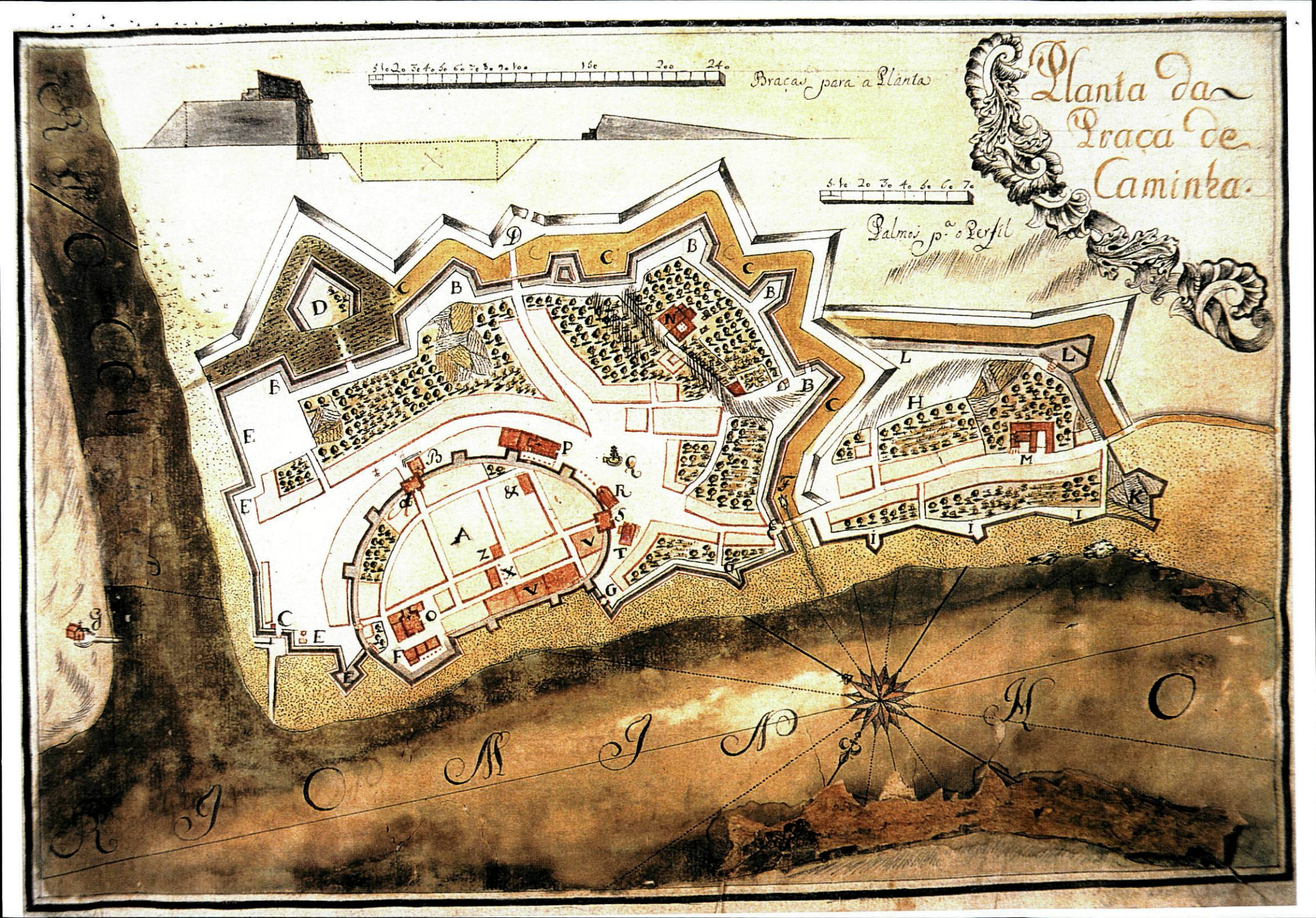

Planta da Praça de Caminha.
Braças para a Planta
Palmos p.ª o Perfil
A
B
C
D
E
F
G
H
I
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
V
X
Z
NORTE
SUL

Fig. 6

"**A**. Villa Velha Cercada de altos muros de Cantaria, Com as Torres que em roda tem"

"**B**. Forteficação/mais moderna e Praças de Armas"

"**C**. Fosso da Forteficação, com estrada encuberta, Parapeito e/Explanada"

"**D**. Revelim com agoa do Ryo Coura"

"**E**. Tryncheira, q. corre pella marjem do mes-/mo Ryo"

"**F**. Meyo Baluarte atado ao muro velho, com sua Bataria; e Armazem de Armas e/Polvora"

"**G**. Muro pella parte do Ryo Minho, q. vai atar na Forteficação da Terra"

"**H**. Obra separada da Praça Prinçipal"

"**I**. Trincheira de pedra, e cal, com parapeito, e banqueta, por on/de corre o Ryo Minho the"

"**K**. Forlim (sic) ou Tenalha da Laje, q. anda arendada pella Vedoria e u(so?) (de?)-/lla lhe fas etem feito ruina grave"

"**L**. Forte de S. Rodrigo, eobra exterior, q. vai pella parte da terra/the fechar com ofosso da Praça Principal"

"**M**. Convento de S.ta Clara de Freiras Franciscanas"

"**N**. Convento/dos Capuchos"

"**O**. "greja Matris"

"**P**. Mizericordia"

"**Q**. Chafaris da Praça"

"**R**. Cape-/lla de S. Sebastião"

"**S**. Torre q. em sima tem o Relogio da Praça"

"**T**. Hospital/Real Com ruina no frontespicio ou Porta Prinçipal"

"**V**. Quarteis dos Melitares"

"**X**. Corpo da Guarda principal, q. tem omadeiramento em evidente ruina"

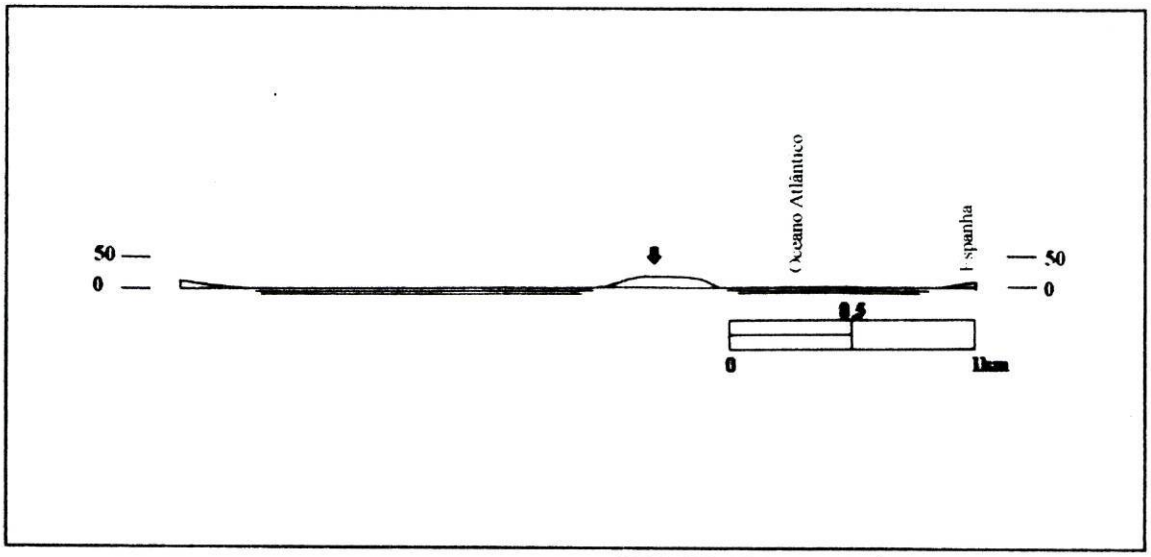
"**Z** Cadeya"

"**&**. Hospital da Mizericordia"

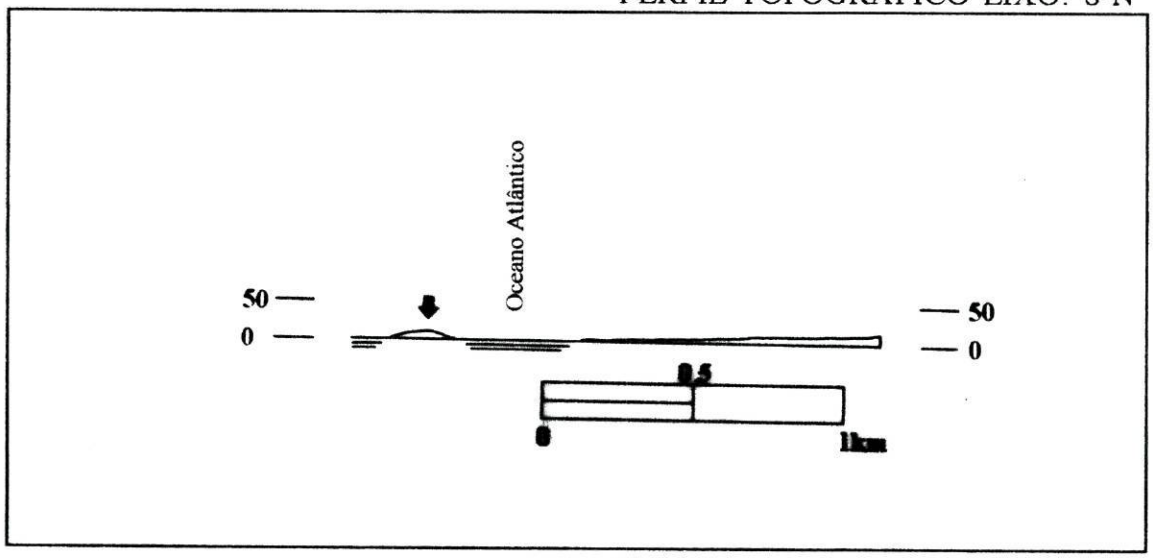
"**A**. Porta q. em sima tem a Capella de S.to Antonio Esqueçido/B. Capella se S. João. C. Porta do Vau. D. Porta da Corredoura E. Porta de Vianna/Ambas estas Portas tem tranzito de abobeda de Cantaria, e Corpos de Guarda, com seteyras pellos lados./No fosso da Porta de Vianna esta hua fonte de boa agoa, Util para a Praça q. asinala a letra/F. Q. Capella de N. S.ra daJuda, passajem do Ryo."

2 - Forte da Insua - Insua - Caminha

- 41º 51' 25" N
- 0º 15' 34" E
- 5m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Implantado numa ilha arenosa à entrada do estuário do rio Minho (Fig. 7 e 8.1), este belo exemplar de fortaleza marítima, construído entre 1649 e 1651, (1) veio aconchegar o vetusto convento franciscano consagrado a Nossa Senhora (Fig. 8.2).

D. José Cornide, no século XVIII, descreve do seguinte modo a sua situação: **"la desembocadura del río Miño enfrente de la punta de Santa Tecla, hay una islita pequeña, en la que sólo hay una iglesia de la Virgen que se llama Nuestra Señora da Insua: en la que se estaleció un convento de**

frailes franciscos. Tiene su defensa aunque corta, y pertenece a los portugueses" (2).

A **"defensa corta"** é um forte de planta quadrangular, com dois baluartes completos e dois meios-baluartes terraplanados, destinados a protegerem os respectivos cantos do polígono que integra um redente na sua cortina voltada a Sul (Fig. 9) (3).

O redente destacado, tal como os baluartes e os meios-baluartes, apresenta-se terraplanado e lajeado. Note-se que o parapeito dos baluartes e dos meios-baluartes não é tão alto como o das cortinas.

O acesso ao adarve, faz-se no interior do forte, respectivamente a Nordeste e a Sudeste, através de dois lances de escada com 21 degraus.

O interior da fortaleza possui o antigo convento dos Capuchos a ocupar a quase totalidade da parada e onde, apesar da ruína, se destacam ainda alguns compartimentos do piso térreo, com realce para a cozinha, o refeitório, a igreja, uma capela-oratório e um minúsculo mas primorosamente concebido claustro. No piso superior, hoje desmantelado, situavam-se as celas dos monges.

Os baluartes, voltados a Norte, de gola curta e linha capital extensa, possuem flancos diminutos, perpendiculares às cortinas e faces alongadas, o que torna o ângulo de flanco recto, e as linhas e defesa rasante e defesa fixante prolongadas. Estão ponteados, tal como os meios-baluartes, por guaritas prismáticas, exagonais, em pedra e todas possuem cinco pequenas aberturas de vigia. Alguns dos plintos que coroavam as suas cúpulas já desapareceram.

A Norte e a Poente notam-se ainda muito bem os restos do caminho coberto, até ao revelim (Fig. 10.1) que cobre a porta (Fig. 10.2). Este revelim, sem flanco, possui uma entrada de arco perfeito e, no vértice, uma guarita similar à dos baluartes encostados ao terrapleno das cortinas voltadas a Nascente e a Norte.

Das dependências ligadas à manutenção da fortaleza e destinadas a albergarem a guarnição, restam as paredes dos compartimentos junto às faces esquerdas dos baluartes.

Os compartimentos foram concebidos com blocos de pedra aparelhada, pedra miúda e tijolos, de parede dupla, sendo a exterior de alvenaria regular e eram rebocados. À entrada, do lado direito situava-se a cozinha com uma despensa e do lado esquerdo, os três compartimentos que se distinguem pertenciam ao **"Quartel do Governador"** - a fazer fé no desenho e legenda do Sargento Brandão (Fig. 7 e 11.1) (4). A Norte, os cinco cómodos que acompanham em linha a cortina da praça eram, segundo o mesmo autor, os **"Quarteis dos militares"** (5). Um destes compartimentos, o do canto do lado Poente, ainda conserva a cobertura de telha portuguesa e a chaminé em tijolo e revestida a

argamassa. Devia ter funcionado como casa de apoio ao farol que se ergue no baluarte Noroeste.

O texto que acompanha o desenho aguarelado do forte, integrado no álbum da B. P. M. P. é parco mas fornece-nos uma informação adicional ao que hoje nós nos conseguimos aperceber no trabalho de campo:

"Em hum Mheo de figura ovada Seacha a Fortalleza q. seve de N. S.ra da Insoa, cercada de rochedos/nomeio das Barras de ambos ops Reynos. He quadrada com dous Baluartes inteiros, e dous meios/Baluartes com hum Angulo Saliente de alvenaria de pedra e cal e Cordão de Cantaria e dames-/ma tem os socalcos que mostra a letra L para a Rezistencia dos mares; Quazi todos os annos se/gasta muito dr°. em reedeficallos" (6).

Se analisarmos o desenho do Sargento Brandão (Fig. 7), observa-se que os **"socalcos"** mencionados no texto acompanhavam todo o lado Sul da fortaleza, resguardando os dois meios baluartes, a cortina e o redente. Era natural que tivessem um papel preponderante na manutenção das paredes do forte, devido à violência com que o mar encapelado do estuário açoitaria, especialmente nas invernias.

O paiol, situado a Oeste, encostado ao terrapleno da cortina é uma verdadeira casa-forte de planta quadrangular inserida num espaço rectangular de meros espessos e altos, com um anexo composto por duas divisões (Fig. 11.2).

Este resguardo do **"Armazém de Munições de guerra"** (7) apresenta-se concebido em tijolo de 3cm de espessura, pedra e argamassa muito compacta e arenosa e está coberto, à semelhança dos de Valença e Monção, com volumosas lajes de granito, formando um telhado de uma água. Era aqui que estavam guardadas as munições que alimentavam as duas peças de artilharia em bronze (Fig. 12.1) que restam no forte. Colocadas nos ângulos da frontaria, e ostentando as armas de Portugal, estão perfeitamente datadas pelas inscrições que apresentam inseridas em cartelas decorativas:

DOM IOAO III REY
DE PORTVGAL SENDO TINEN
TE G.L COREA
LVCAS MATIAS ES
CARTIM MEFES Lxa
1649.

As peças conservam ainda a gravação das respectivas medidas.

lado Norte: 30 - 3 - 24 (Fig. 12.1)
lado Sul: 29 - 0 - 28

No álbum concebido pelo Sargento Brandão são colocadas na Insua duas fontes exteriores ao forte (Fig. 7), ambas situadas no seu vértice, é delimitado o caminho de ronda e está representado o revelim - recortado com aberturas rectangulares de vigia (15 na face direita) - que cobre a porta da praça. A entrada do forte, imponente, de arco perfeito, está coroada com um frontão triangular no qual se insere o escudo das armas reais (Fig. 10.2). Ao lado surge a pedra de armas dos Limas, colocada sob a administração de D. Diogo de Lima, Governador das Armas da Província do Minho no tempo da construção do forte. Uma inscrição inserida na porta revela a consagração da obra:

"A piedade do muito alto, e poderoso Monarca ElRei D. João IV, ministrada pela intervenção, e assistencia de D. Diogo de Lima Nogueira, General, e Bisconde de Villa Nova de Cerveira, Governador das Armas, e exercito da Provincia de Entre Douro e Minho, dedicárão esta fortificação à Serenissima Rainha dos Anjos N. Senhora da Insula para asylo, e defensão dos religiosos da primeira Regra Serafica, que assistem nos continuos jubilos desta Senhora, debaixo de cujo patrocinio se assegura a defensa desta costa. Fez-se a obra na era de 1650." (8)

No que toca às duas reservas de água potável, a fonte que estaria localizada a Poente (Fig. 7), não se consegue distinguir actualmente no terreno, devido à movimentação das areias que, certamente, a cobriram (9). A outra, também extramuros (Fig. 12.2), voltada a montante do rio Minho, denota um certo cuidado de manutenção e preservação, devido ao facto de ter sido a principal responsável pelo abastecimento de água à guarnição e ao convento. Compõe-se de um lance de escadas com dez degraus, que desemboca numa parede de cantaria com uma pequeno postigo quadrangular. Era uma fonte de mergulho, cuja mina se encontra presentemente seca e completamente atulhada de areias e lixo (10).

Notas:

1 - Sendo Governador das Armas da Província do Minho, D. Diogo de Lima, 9º Visconde de Vila Nova de Cerveira. Cfr. *Chronica da Conceição*, T. I, Liv.II, Cap. XXXIX, Lisboa, 1760, 465.

2 - CORNIDE, D. José, *Descripcion circunstanciada de la Costa de Galicia, y Raya por donde confina con el inmediato Reino de Portugal, Hecha en el año de 1764*, edición i estudio por X. L. Axeitos, Ediciós do Castro/historia, Coruña, 1991, (par. 8º, Division O Partido desde la desembocadura del Río Miño en la Mar hasta el principio de la raya seca, sus riberas, Plazas y defensa), 135.

3 - Opinião diferente possui GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 22, quando o descreve como sendo de "planta de estrêla hexagonal". O Forte da Ínsua foi considerado M. N. , pelo Decreto de 16 - 6 - 1910, Cfr: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, op. cit., 20.

4 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.) op. cit., fl. 2 v. e fl.3.

5 - Idem, *ibidem*, fl. 2 v. e fl. 3.

6 - Idem, *ibidem*, fl. 2 v.

7 - Idem, *ibidem*, fl. 2 v. e fl. 3.

8 - *Chronica da Conceição*, T. I, Liv. II, Cap. XXXIX, Lisboa, 1760, 465. VIEIRA, José Augusto, op. cit.,197, esclarece-nos que "o mosteiro é de fundação de 1392 e foi levantado pelos frades Gonçalo Marinho e Diogo Arias, os mesmos que edificaram o de Mosteirô em Valença. (...) Depois, só em 1676 e 1707 teve reparações e accrescentamentos, concluida que foi a fortaleza, que D. João IV mandou erigir em 1649, já para aproveitar na defeza do reino aquelle ponto estrategico, já para livrar os pobres monges dos assaltos continuos dos piratas que infestavam a costa e praticavam toda a sorte de vandalismo, pelo que em 1616 elles proprios haviam resolvido edificar um convento na villa, para onde effectivamente se trasladaram,desamparando a Insua."

9 - Na *Chronica da Conceição*, T. I, Liv. II, Cap. XXIX, 413-414, esta é considerada um recurso de fraca importância em relação à fonte principal, e fica "distante daquella noventa passos, pouco mais ou menos; porèm como nas marés das Luas novas, e cheias (cujas crescentes são maiores) lhe chega a agua do mar em pouca distancia: daqui nascerá o ser a desta fonte de tão má qualidade, e tão desabrida no gosto, que não se usa della para beber..."

10 - A *Chronica da Conceição*, T. I, Liv. II, Cap. XXIX, 413, descreve da seguinte maneira este elemento: "A fonte está bastante funda, pois se desce para ella por duas escadas de pedra. A primeira, que tem onze degráos, finaliza em hum atriozinho, ou patim, ao qual se segue a segunda escada com seis degráos, porém toda cuberta pelo alto ao modo de abobeda; pelo que não tem mais luz, que a que lhe entra pela porta, onde tem principio esta escada. Os ultimos degráos muitas vezes estão cubertos de agua mais, ou menos, segundo a crescente, que tem a fonte. Esta no centro he formada ao modo de huma pia dos mesmos penhascos naturaes, sem se ver donde nasce a agua..."

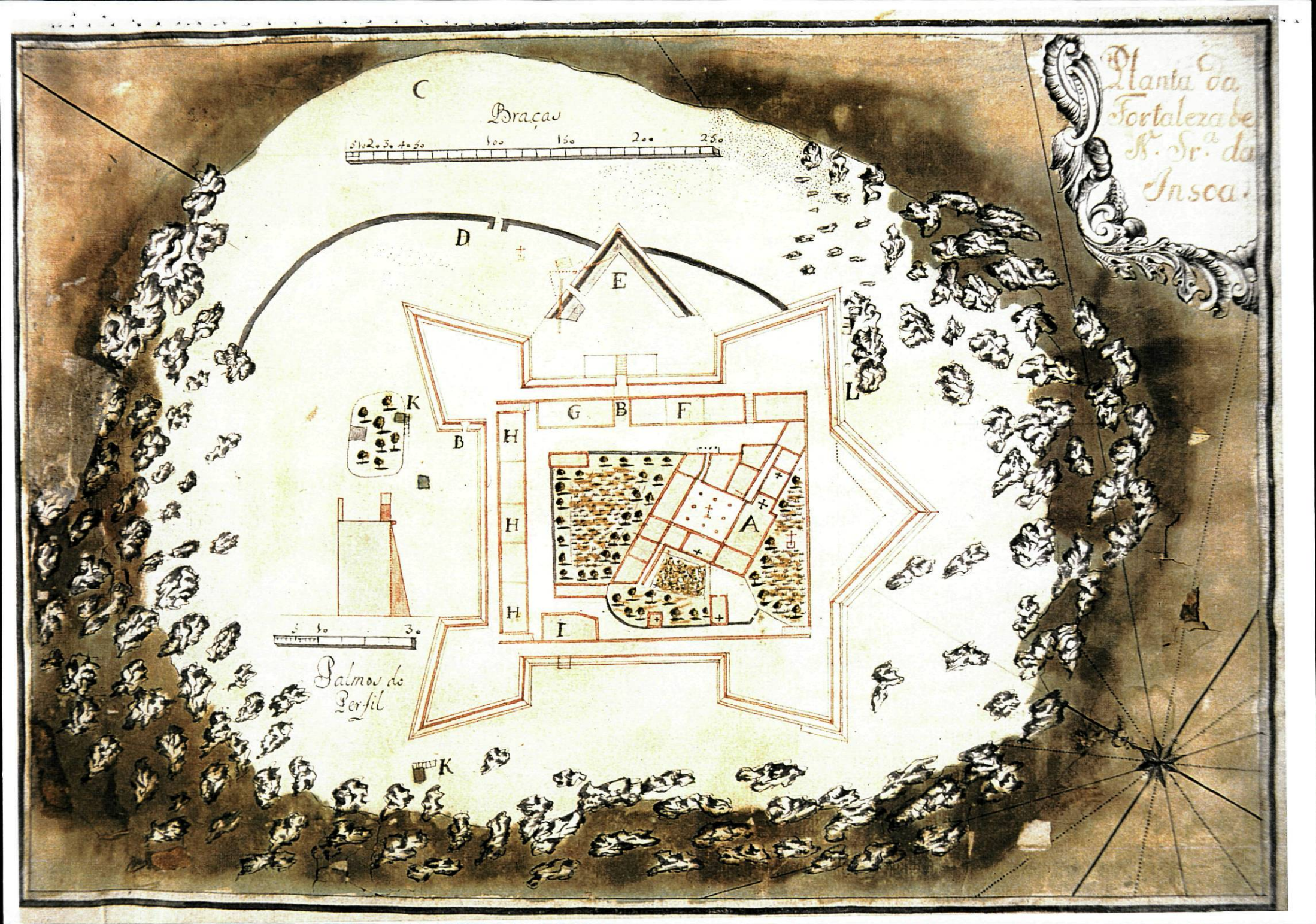

Planta da Fortaleza de N.ª Sr.ª da Insoa.
C
Braças
5 10 20 30 40 50 100 150 200 250
D
E
L
K
G
B
F
H
H
H
A
I
B
5 10 30
Palmos do Perfil
K

Fig. 7

- Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Insua - fl. 3
- Legenda - fl. 2 v.

"**A**. Convento dos Capuchos dentro da Fortaleza"

"**B**. Portas da Fortaleza"

"**C**. Unico dezembarque"

"**D**. Paredão, que cobre a fonte eo Baluarte do Norte"

"**E**. Revelim, que Cobre aporta Principal"

"**F**. Quartel do Governador"

"**G**. Corpo da Guarda Principal"

"**H**. Quarteis dos Militares"

"**I**. Armazens de Municoens de Guerra"

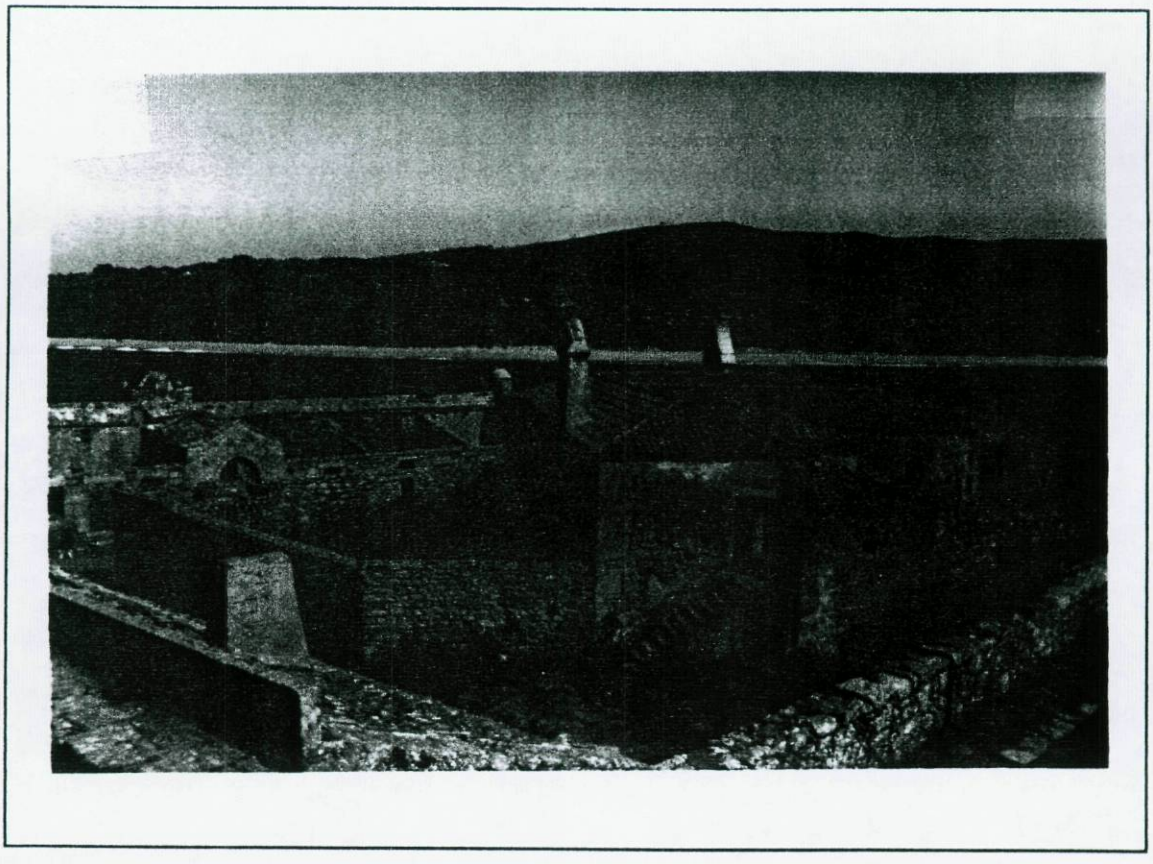
"**K**. Fontes"

"**L**. Socalcos (...) para a rezistençia dos mares; Quazi todos os annos se/gasta muito dr° em reedeficallos."

Fig. 8



1



2

Fig. 9

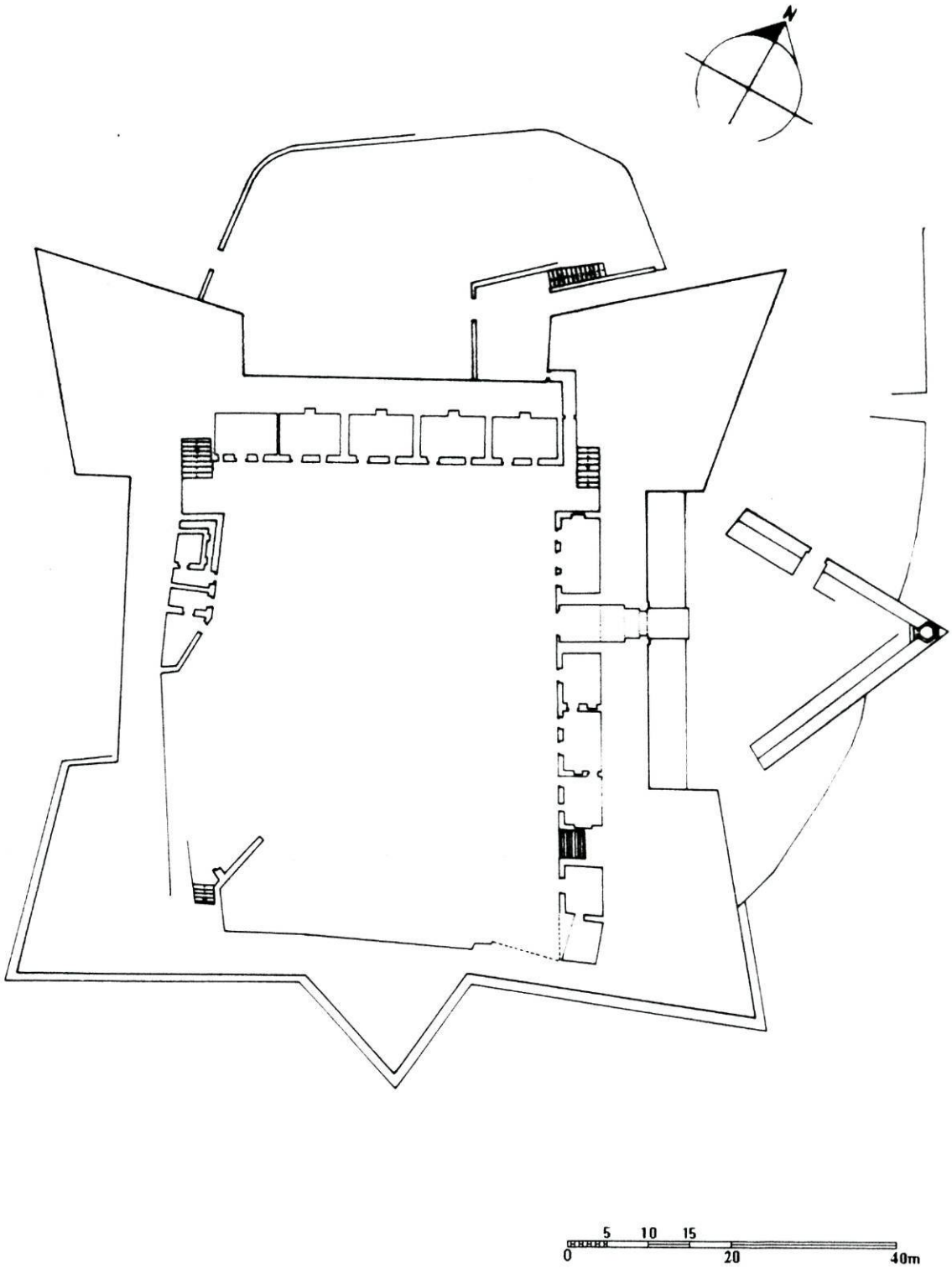
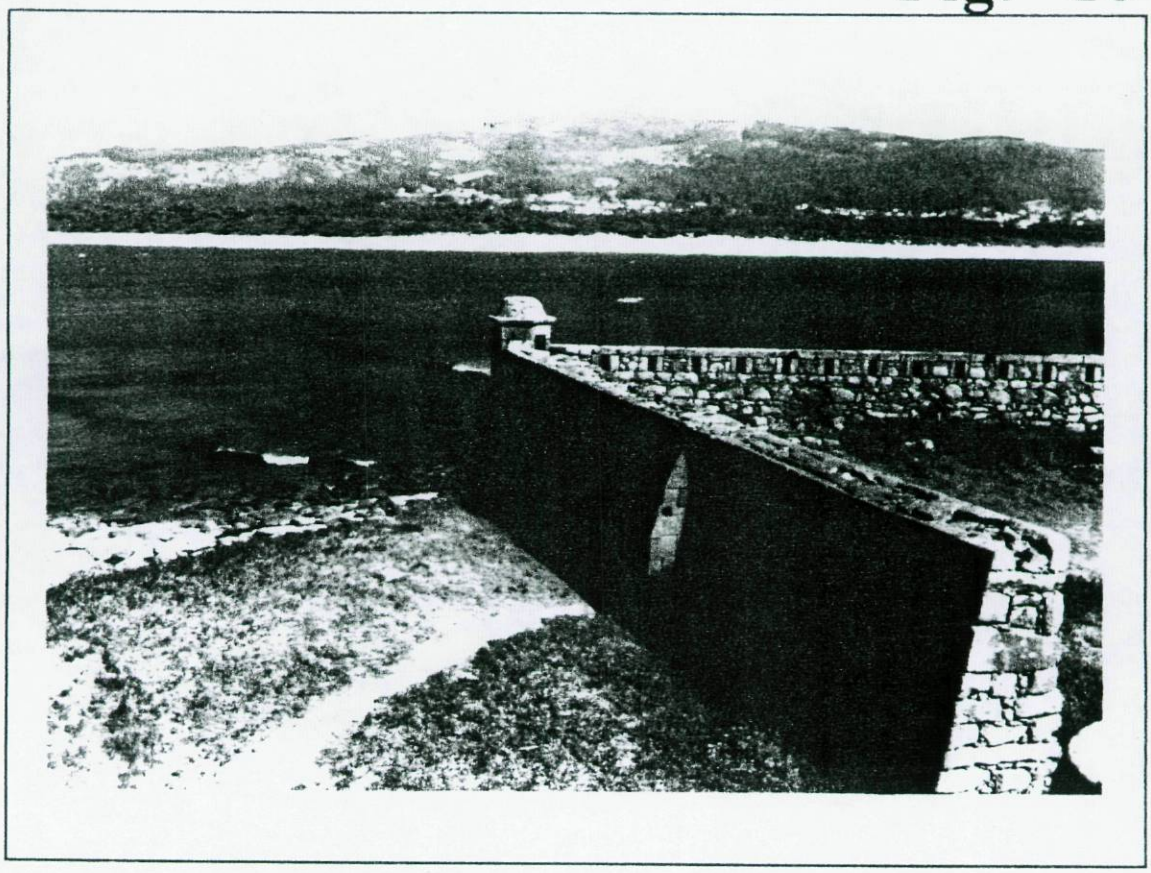
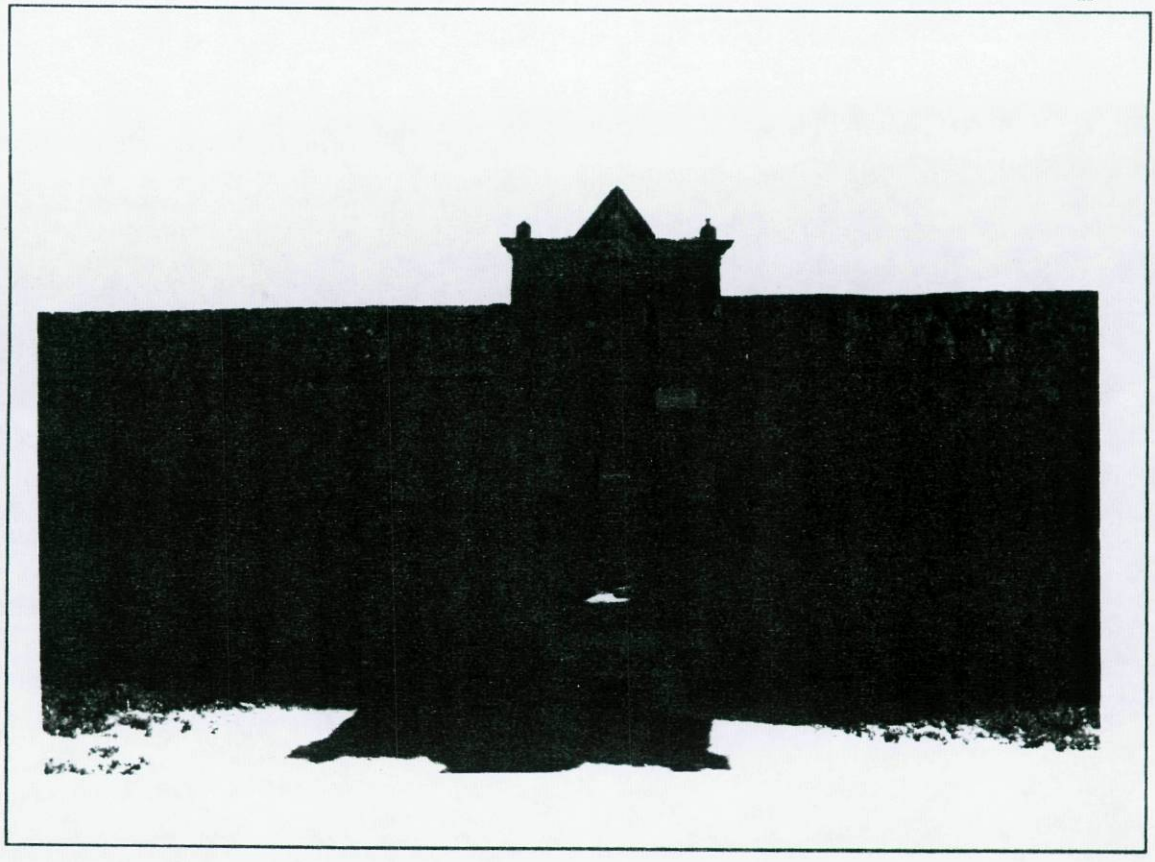


Fig. 10

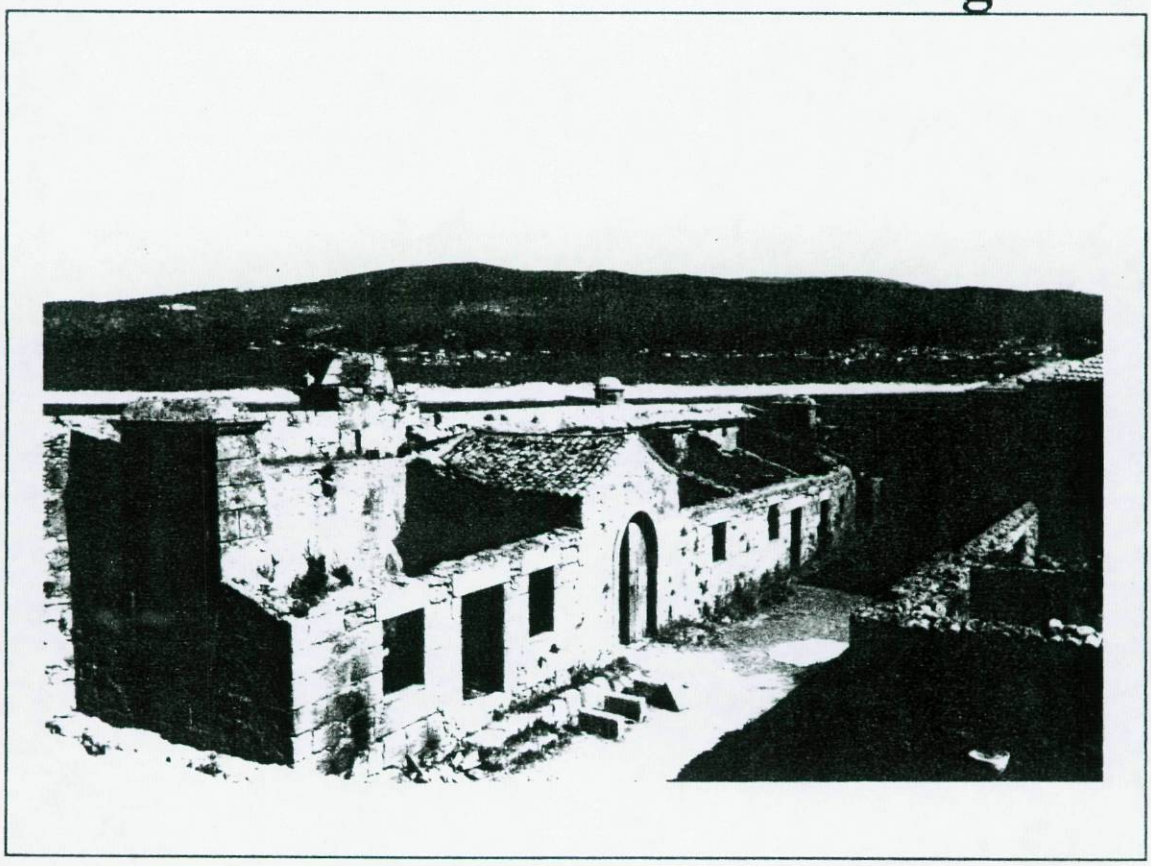


1

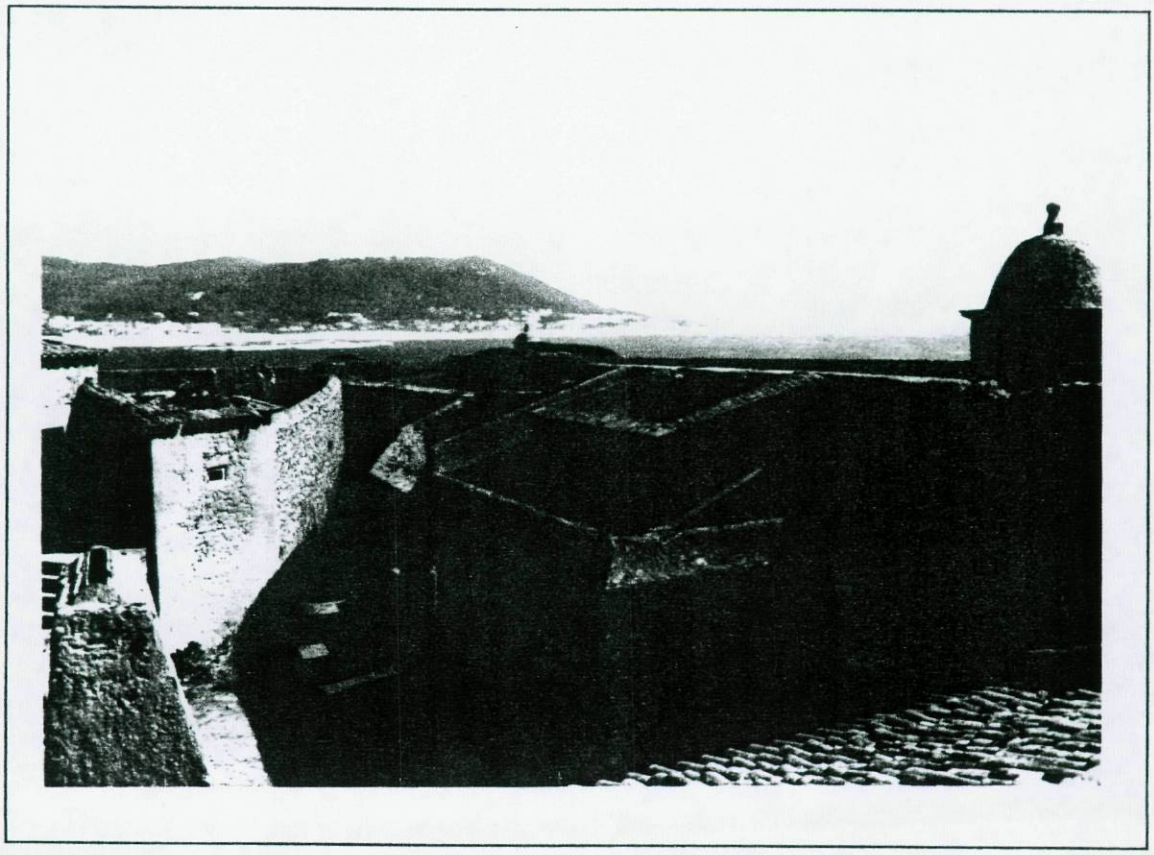


2

Fig. 11

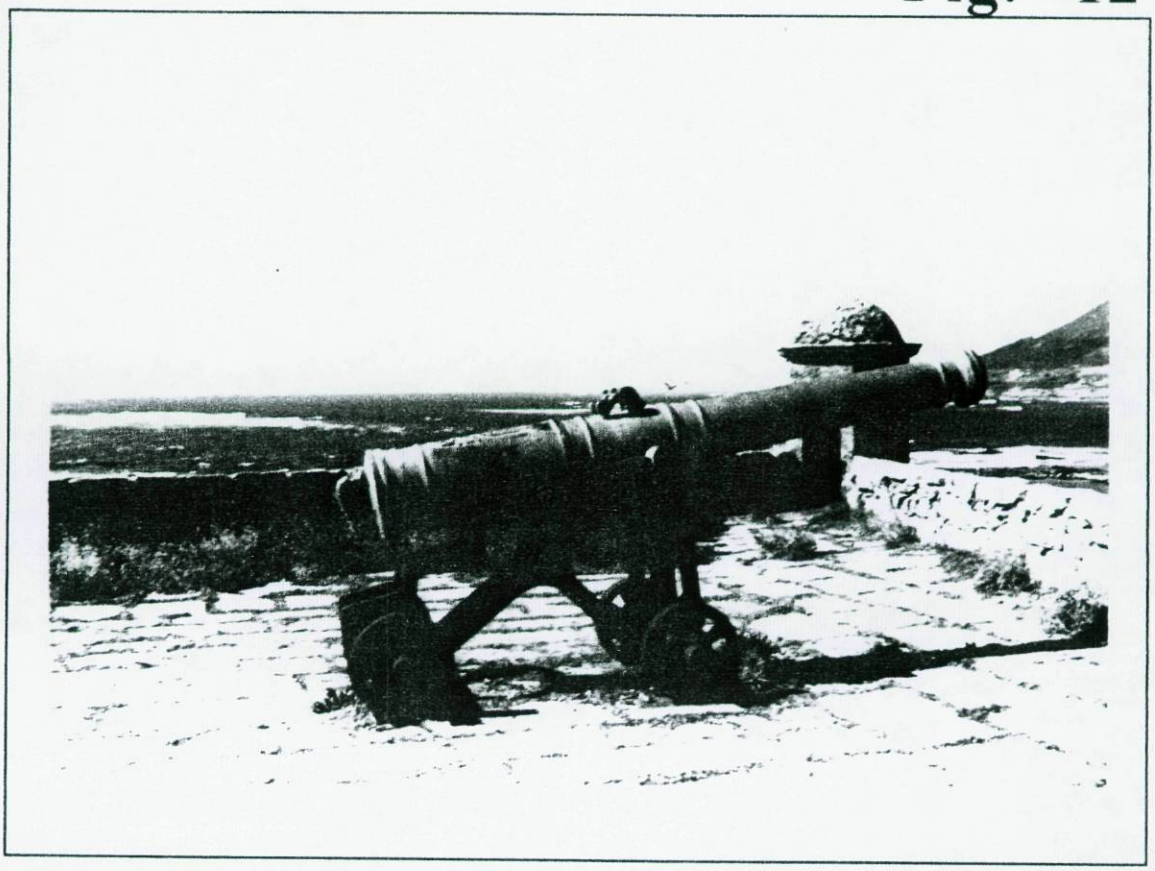


1

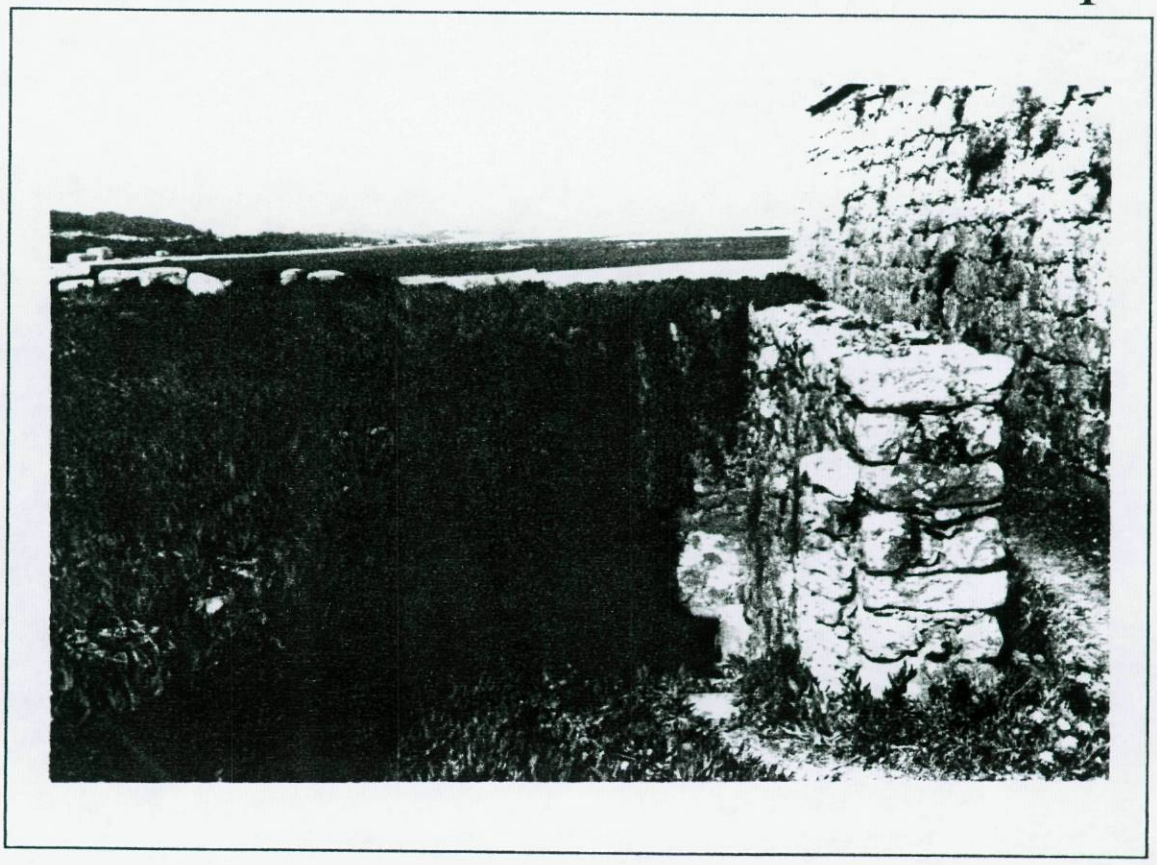


2

Fig. 12



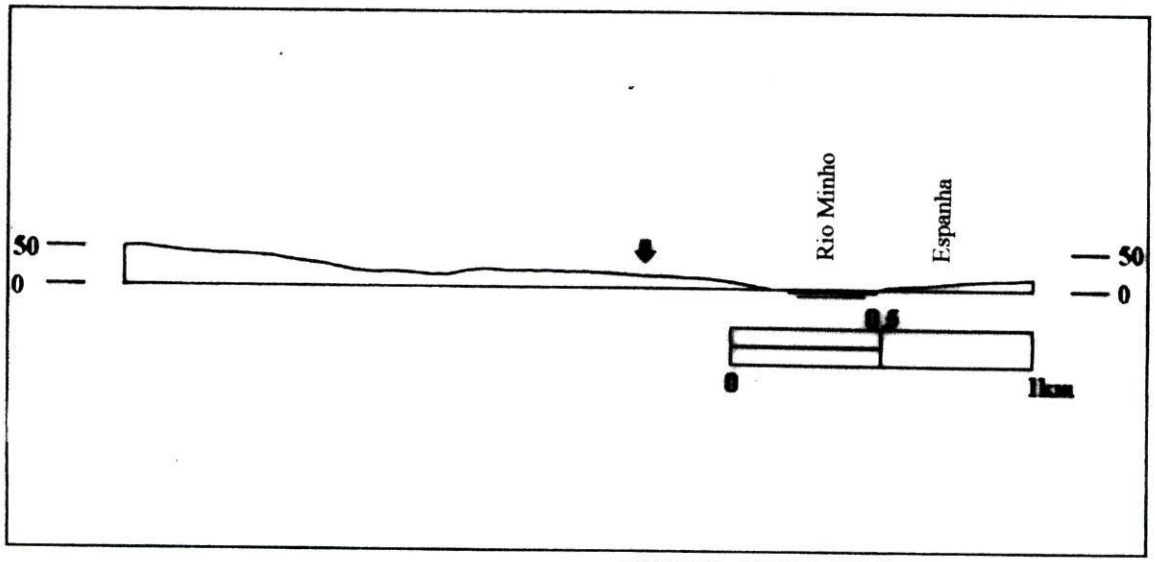
1



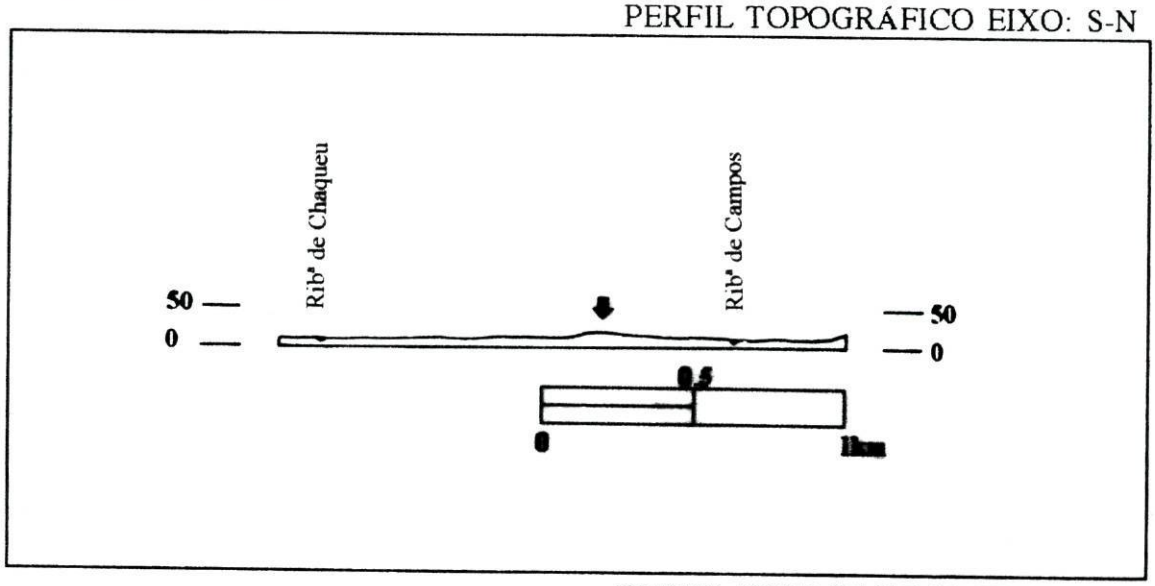
2

3 - Fortim de Campos - Lugar do Outeirinho (ou Lugar do Forte) - Campos - Vila Nova de Cerveira

- 41º 58' 42" N
- 0º 26' 20" E
- 16m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Luís Figueiredo da Guerra refere uma "atalaia abaluartada de Campos" (1), tomada em Setembro de 1658 pelos espanhóis.

Nos inícios da década de oitenta do nosso século, a autarquia de Vila Nova de Cerveira decidiu instalar dois pólos industriais bem perto da zona ribeirinha de Campos. O terreno foi desmatado, terraplanado, loteado e construiram-se as necessárias infra-estruturas para a localização e acessos de uma cintura fabril no

lugar do Outeirinho. Data desta altura a total destruição dos vestígios que ainda restavam de um pequeno forte.

Testemunhos da população local afiançam que, nessa altura, já só se distinguiam um conjunto de "regueiras" semi-derruídas, em terra, saibro e seixo - talvez o que restava do antigo fosso - rapidamente pulverizadas pelas máquinas que desbravaram e prepararam o terreno. Referem ainda que o desmantelamento desta defesa terá começado anteriormente com a retirada de pedra para a construção e consolidação da marginal de Caminha, mais concretamente do paredão.

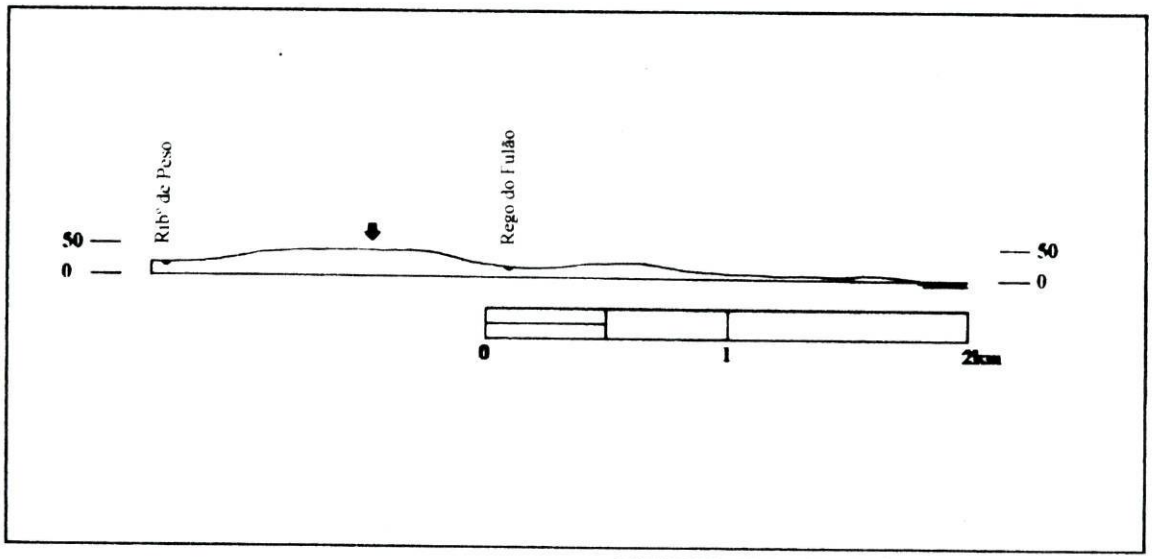
A fazer fé nestes testemunhos, tratar-se-ía, porventura, de um fortim de torrão, com os baluartes e as cortinas feitos de argamassa, seixo e terra e teria, provavelmente, os cantos e remates concebidos em pedra esquadriada - só assim se compreende o referido saque e aproveitamente de pedras para a obra pública de Caminha. Desconhece-se por completo o traçado, as dimensões e as estruturas integradas no seu perímetro, embora a zona designada pelos populares inquiridos por nós coincida com os talhões onde se erguem actualmente as empresas PRAIAEXPOR, INCARCER, FUNDILUSA e GARCIA E BOUÇA E CA. LDA., situadas a Noroeste do núcleo industrial de Campos (1).

Notas:

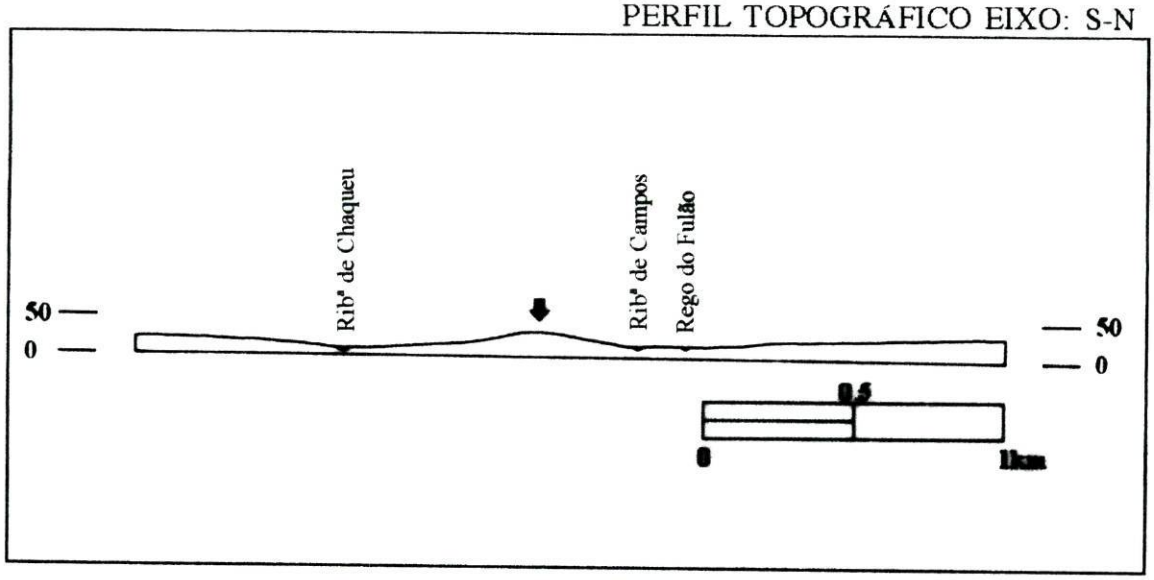
1 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, 21.

4 - Fortim da Chã de Campos - Chã de Campos (ou Lugar da Gândara) - Campos - Vila Nova de Cerveira

- 41º 58' 27" N
- 0º 26' 28" E
- 15m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Este fortim será mais um dos que Figueiredo da Guerra relaciona com o cerco de defesas e atalaias portuguesas feito ao forte espanhol de S. Luis Gonzaga (1).

No trabalho de campo que efectuamos distingue-se, actualmente, no centro de uma urbanização de pequenas moradias, uma bouça arborizada por pinheiros que pode bem corresponder ao local onde, por alturas da década de 60 do século XVII, o exército português terá construído uma pequena defesa entrincheirada.

Uma regueira, pelo lado Nascente, delimita o espaço no qual detectámos um polígono sub-rectangular, cingido por um talude bastante derruído e esboroado, composto de terra e saibro. A Norte (foto), distingue-se o antigo fosso, hoje parcialmente transformado em caminho toscamente asfaltado para serventia dos moradores do lugar.

A ideia que se nos oferece, depois de analisada a área, é a de estarmos perante os restos de uma defesa constituída por parapeitos para atiradores, que podia ser de planta estrelada, com dois ou três baluartes pelo lado Poente e Noroeste.

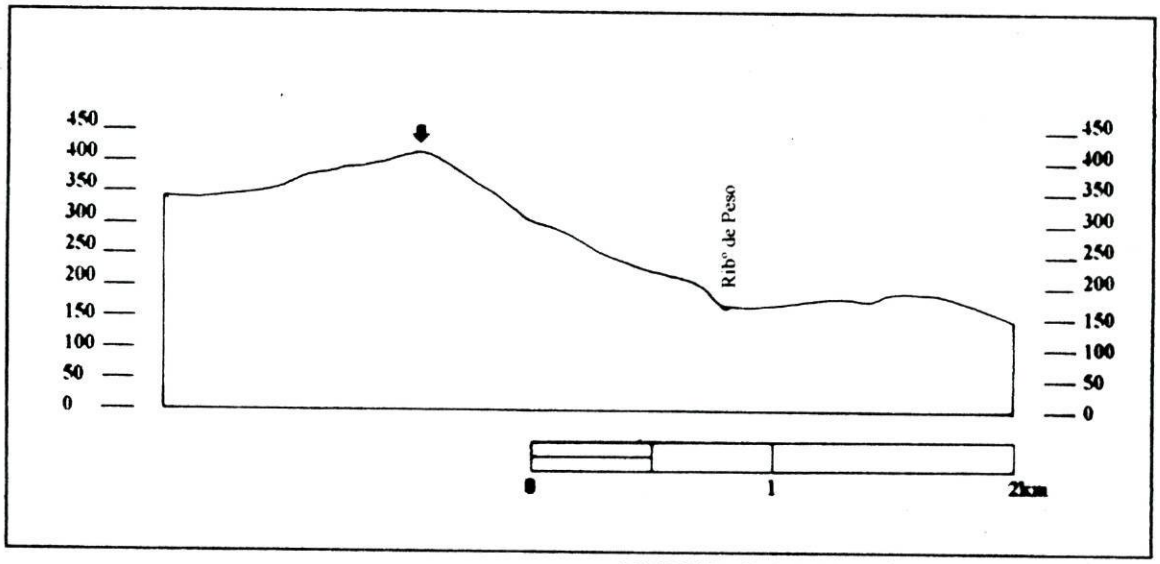
Dificilmente se poderá reconstituir o traçado deste fortim e das obras exteriores a ele associadas - se é que alguma vez as teve - uma vez que a bouça onde os vestígios são detectáveis está em boa parte cercada e em risco de ser totalmente integrada nos lotes edificáveis da urbanização.

Notas:

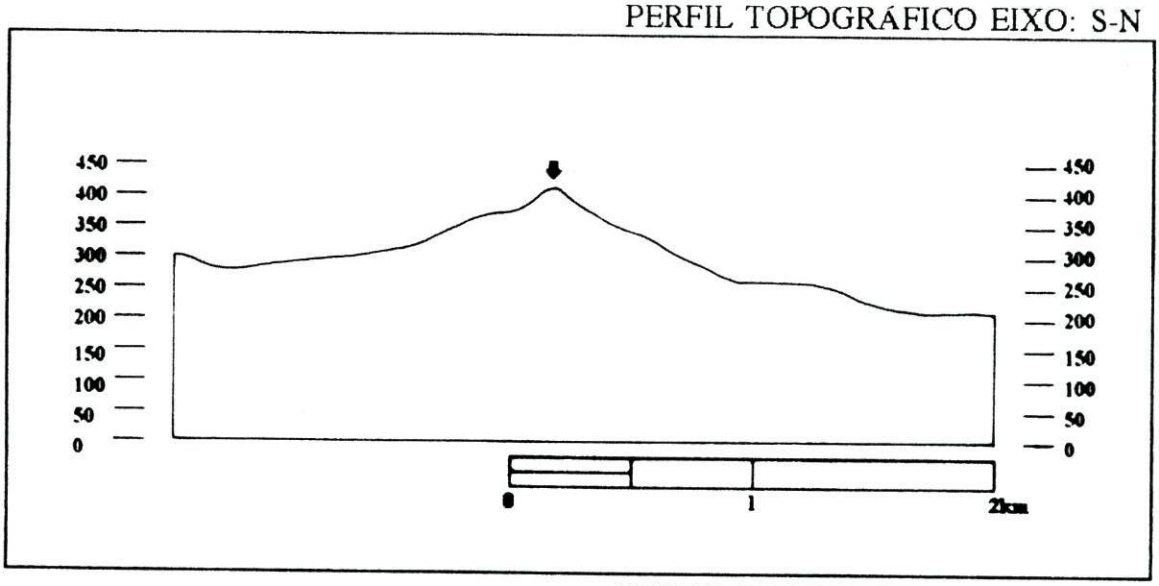
1 - GUERRA, Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 20.

5 - Monte do Forte - Candemil - Vila Nova de Cerveira

- 41º 55' 39" N
- 0º 27' 43" E
- 412m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

O topónimo é por demais inequívoco e indica a existência de uma obra de engenharia militar que aqui se ergueu e baptizou para sempre o monte pela sua importância estratégica, pelo simples domínio da paisagem ou pelo papel de segurança que terá desempenhado.

Se observarmos a Cartografia das obras militares da costa atlântica e raia do Alto Minho (Fig. 1), facilmente o articulamos com os fortes que existiram em Campos, ou as defesas que dominavam a Côroa do Picoto (Cornes) e Coura (concerteza o Monte da Cidade).

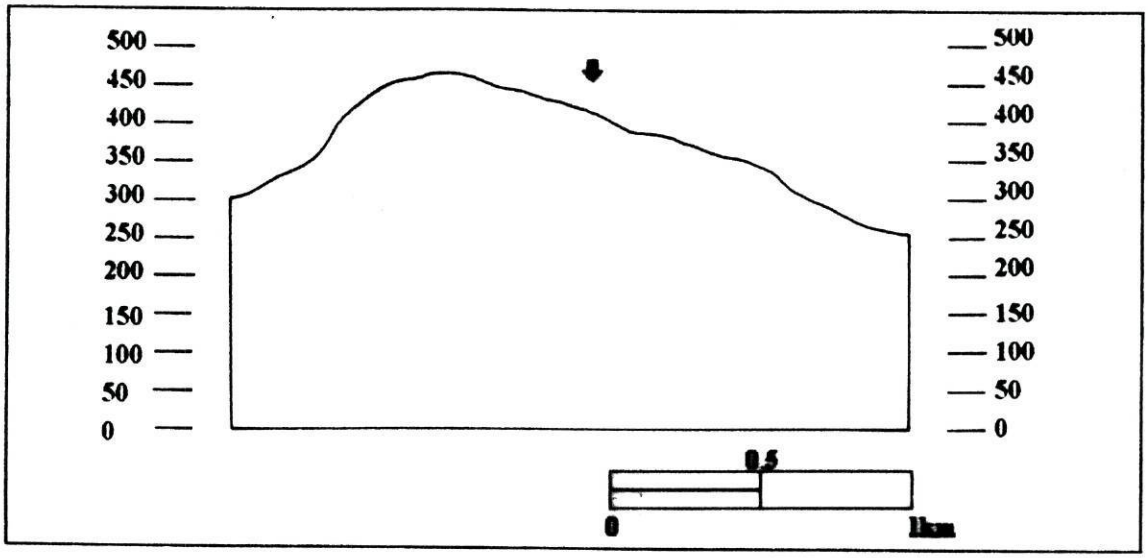
O acesso ao topo faz-se através de um íngreme corta-fogos, coberto de um alto e espesso mato, pelo lado Norte do monte. Todo o relevo está, de resto, revestido de um volumoso mato onde se destacam as silvas e os fetos e arborizado com pinheiros e alguns carvalhos. A lavragem do monte para o plantio de pinheiros pelos Serviços Florestais terá destruído qualquer parapeito, restos de muralhas ou escarpas e fossos que eventualmente tivessem aqui existido.

Apesar de todo o arrasamento de uma provável obra de defesa militar - quer ela estivesse ligada às Guerras da Restauração, quer estivesse conectada com as Guerras Peninsulares - uma vez subido o monte depara-se com uma côroa subcircular, terraplanada, com um prolongamento (uma asa) pelo lado Sul. Surgem ainda os vestígios do que resta de um talude voltado a Poente e um outro, bastante pronunciado, voltado a Nascente. Serão os restos da escarpa da fortaleza que identificou para sempre o monte? Salientamos ainda que, no topo do talude que se ergue a Nascente, se consegue vislumbrar um arremedo de parapeito, derruído, feito em pedra miúda, cascalho e terra. Estaremos perante as ruínas de uma obra de segunda linha, de largo alcance visual, sem grandes requintes arquitectónicos, e similar - em técnica e função - às defesas que encontramos, por exemplo em Cornes ou em Reboreda (V. N. de Cerveira)? Esta dúvida só poderá ser ultrapassada com trabalhos de sondagem arqueológica sistematizada na área, corroborados com a detecção de uma oportuna documentação onde se insira um rol destes precários trabalhos de engenharia militar.

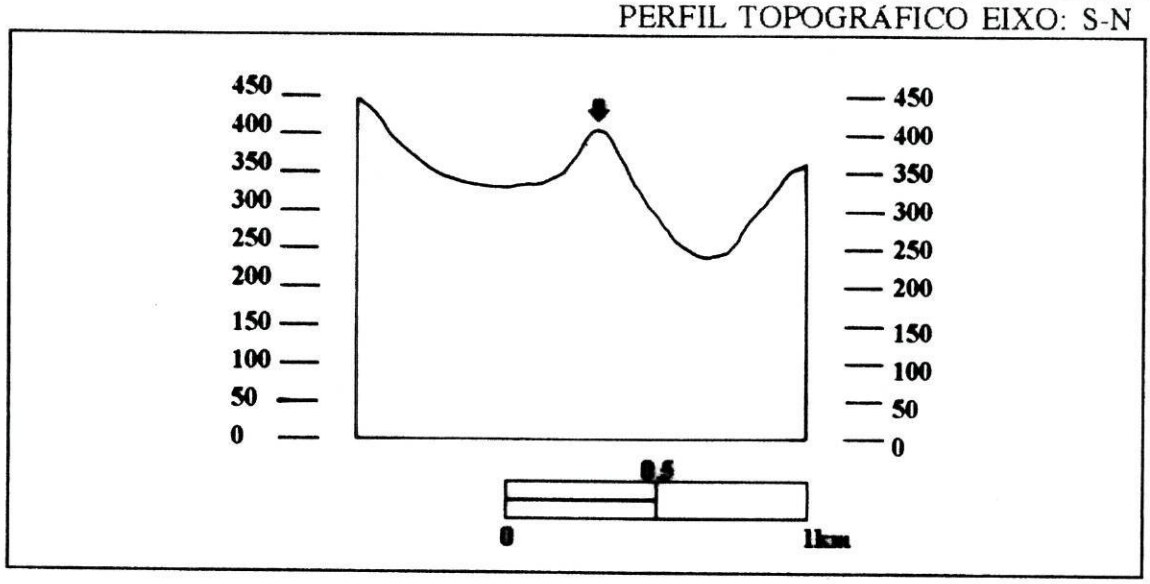
Inédito.

6 - Castelo de Castro Laboreiro - Castro de Laboreiro - Monção

- 42º 01' 07" N
- 0º 58' 33" E
- 403m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

A plena raia seca minhota que separa os dois reinos peninsulares é descrita em termos estratégicos, sob o ponto de vista dos espanhóis, no século XVIII, por D. José Cornide:

"Desde el lugar de Padrenda empieza la Raya Seca, que divide los dominios de España y Portugal, cuya línea, aunque no tiene barrera, ni más que los precisos deslindes, deja separados los lugares de Galicia de los de Portugal. Esta Raya empieza a correr desde la orilla del Miño en que está citado Padrenda hasta encontrar con el

río Limia, que atraviesa ambos reinos; su dirección se extiende por espacio (96 R) de cinco o seis leguas sobre montañas escarpadas, interrumpidas de profundos valles. Los caminos que cruzan de una parte a otra son impracticables, llenos de precipicios y desfiladeros; por lo que es impossible el conducir por este paraje artillería, y muy difícil emprender marchas.

En todo el espacio de estas seis leguas no hay en la parte de Galicia defensa alguna, más que ha puesto la naturaleza en el mismo terreno; pues el antiguo castillo de Milmanda, sólo tiene vestigios de haber existido en otro tiempo para defensa de la Raya sobre la que está situado sin que en el día tenga cañones, murallas enteras, ni guarnición" (1).

Acantonada no alto do penhasco que faz dela um verdadeiro "ninho de águias" (Fig. 13 e 14.1), a fortaleza medieval, natural herdeira do chamado castelo de detenção (2), apresenta uma cerca de planta sub-elíptica, de paredes duplas e bom granito de grão médio e grosso, de aparelho regular e pseudo-isódomo (Fig. 14.2 e 15.1).

Este bastião do século XIII, com raízes nos primórdios da nacionalidade (3), foi aproveitado pela sua localização estratégica no tempo das Guerras da Restauração (4). É composto de dois recintos desnivelados, melhor dizendo de um albacar, (5) de grandes dimensões que podia funcionar como pátio de armas (Fig. 15.2) e um pátio superior principal (Fig. 16.1), onde, por certo, existiria a torre de menagem (6).

O albacar, alongado a Sul, apresenta duas entradas: uma principal de arco redondo e outra, mais pequena, de lintel plano, quase dissimulada na cortina da cerca. As residências militares, oficiais e de serviços, bem como as cavalariças, estariam encostadas à muralha deste pátio, pelo lado Nascente. Notam-se ainda os vestígios de dois compartimentos, um dos quais com os restos de uma escada e ainda duas construções praticamente ao nível dos alicerces, de planta rectangular, feitas em parede dupla com grandes blocos - que fogem ao tipo de confecção do resto dos compartimentos - junto ao muro que separa os dois recintos. A muralha deste recinto apresenta-se de menor espessura no lado Poente, o que é compreensível dado que o alcantilado rochoso sobre o qual está erguida torna-se uma barreira de defesa natural, obstando de tal maneira à transposição que os estrategas optaram pelo referido aligeiramento.

Dentro do último reduto, de planta rectangular com abertura de arco ogival voltada a Norte - a chamada Porta do Sapo (Fig. 16.2) - a dar para a penha de difícil acesso, existem os restos de construções rectangulares adossadas à muralha, entre o ângulo

Nascente e o muro alto - de confecção idêntica à da maior parte das muralhas - que separa os dois recintos. Tratar-se-ão dos restos da torre de menagem medieval? A sê-lo, imagina-se uma construção demasiado esguia. Mesmo junto à porta deste pátio de dimensões reduzidas existem, intra-muros, duas cavidades rectangulares abertas na rocha, podendo a maior estar relacionada com a primitiva cisterna de abastecimento de água à fortificação.

O álbum do Sargento Brandão, pertencente aos fundos da B. P. M. P., para além de nos fornecer uma pálida representação do castelo, dá-nos uma imagem não muito lisonjeira da sua importância estratégica. Na sua memória descritiva revela -o assim:

"Vai fluindo o Ryo Minho the odas varges, e êntrando no Reyno de Galliza da fim a Prov.ª que continua pella Raya Seca. He hua legoa toda a margem deste Ryo precepitada p.ª elle dehua eoutra parte, oque tão bem fas o Ryo das Varges the o Porto dos Cavalleyros, e da hi torna a subir para o Castello (nome antigo de semelhante obra) de Crasto Laboreiro, por caminho que mal cave Carro, que para aparte de Portugal he despenhado e p.ª ade Galiza alcantillado em Sobida. O Porto dos Cavalleyros he apassage mais tratavel deste para aquelle Reyno.

Sobre húa Serra innacessivel esta Situado otal Castelo emforma prolongada divizo em dous depedra de Cantaria. Não sei possa defender entrada, nem passagem, e oprestimo que lhe julgo, he servir para ninhos de Aguias (onde ha muitas) e covil de Ladroens. Os moradores de Crasto gente indomita, eintractavel estão aliançados Com os Gallegos" (7).

D. José Cornide opta por um registo que, apesar de não ser tão inconveniente no tratamento das gentes de Castro Laboreiro, acaba por proporcionar igualmente uma imagem agreste e subvalorativa desta defesa ao referir que:

"En la parte de Portugal hay un castillo antiguo de poca defensa, y menos fortaleza: pero está situado en un cerro tan empinado, escabroso y rodeado de montañas (96 V) tan inaccesibles que parece impossible atacarlo, ni después servirá de mucho. Llámase Castro Leboreiro y estará a un cuarto de legua de la Raya" (8).

A planta de Villa Lobos, (Fig. 13), pertencente ao fundo da B. N. L., mostra-nos uma construção situada bem próxima da linha de fronteira, divisando-se a povoação espanhola de Lobeira, cingida com os seus muros. Àparte o risco que enquadra o traçado das muralhas no topo do alcantilado rochoso, verificamos que a compartimentação do castelo não coincide verdadeiramente com a prospecção de campo que efectuamos. Na planta do conhecido engenheiro de fortificação, deparamos com um reduto principal de

dimensões bem mais generosas do que na realidade ele é e com mais compartimentos do que na actualidade os vestígios no terreno evidenciam. Por outro lado, no recinto maior, não estão representados junto da porta de comunicação com o núcleo principal, os muros das duas construções por nós já mencionados. Se no estado actual não escapam ao olhar de qualquer visitante que percorra a praça, como terão escapado ao olhar atento de um mestre engenheiro? Serão de lavra posterior, do século XIX, conotadas com as invasões francesas? Não o cremos. Terá Villa Lobos, na verdade, palmilhado o perímetro do castelo de Castro Laboreiro ou terá elaborado esta planta baseado em informações não muito rigorosas?

Notas:

1 - CORNIDE, D. José, op. cit., 146-147.
2 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Estado Maior do Exército, Lisboa, 1988, 44.
3 - ALVES, Lourenço, op. cit., 66, baseado em PINTOR, (Pe.), Manuel A. Bernardo, *Castro Laboreiro e seus forais*, Bracara Augusta, vol. XVIII-XIX, T. III, 151-162, afirma que D. Afonso Henriques terá mandado reparar as muralhas na 1ª metade do século XII, obra essa que foi concluída pelo seu filho Sancho I. Após a grande destruição inflingida por Castela, ocorrida em 1212, caberá a D. Dinis a sua reconstrução em 1290. GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., assegura que o Mestre de Avis ter-lhe-á construído o presídio, uma vez que o castelo terá sido sempre aproveitado para "conter as diversas invasões espanholas". A obra foi considerada Monumento Nacional pelo Decreto nº 33587 de 27-03-1944 - Cfr: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, op. cit., vol. III, Distrito de Viana do Castelo, Concelho de Melgaço, 28.
4 - É conhecida a campanha galega de 1666, empreendida por D. Baltazar Pantoja, na qual Casto Laboreiro soçobra às mãos do exército inimigo. De pouco lhe servirá a vitória, pois as armas portuguesas, comandadas pelo conde do Prado rapidamente retomarão o comando da fortaleza. Cfr. ALVES, Lourenço, *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho*, Caminiana, Ano VII, nº 12, Caminha, Dezembro de 1985, 66 e GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, Coimbra, 1926.
5 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 24, também o designa por pátio de armas ou pátio baixo.

6 - Os diversos investigadores que se debruçaram sobre as ruínas do castelo não referem, em regra, as áreas do castelo e respectiva funcionalidade. GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 5-6, discorre sobre as dimensões do planalto onde está implantada - "de forma oval, no sentido norte-sul,méde 50 metros sôbre 15 de largo" - e indica as condições de acessibilidade: "pela porta do sol, voltada ao poente, única subida transitável, porque a outra é uma verêda perigosa, estreita e íngreme, cujos degraus abertos na rocha, em fórma de pegadas, que se dirige à porta do sapo, oculto postigo aberto na muralha setentrional, apenas com 0,60m de largura, e pouca altura, por onde mal cabia um homem". É bem verdade que o caminho até Porta do Sapo é destinado às pessoas com resistência física suficiente para galgar a penha íngreme com os seus episódicos degraus toscamente talhados. No entanto, o antigo postigo terá sido substituído nos anos quarenta por uma estreita e falsa porta de arco apontado, mais adequada ao acesso ao interior do recinto. VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, T. I, Lisboa, 1886, 20, assegura que: "Era pela chamada Porta do Sapo, a do Norte, mal distincta na nossa gravura, que teríamos de penetrar no castello; para lá chegar porém, necessario era subir uns degraus abertos na rocha viva (...)".

Este mesmo autor dá uma imagem pitoresca da obra, referindo que: "O castello, que o povo attribue aos mouros, é evidentemente construcção romana; dentro encontram-se ainda vestígios de quarteis e ha egualmente um poço, que os antigos dizem ter possuido agua nativa. Os muros actuaes, arruinados bastante, são baixos e como que apenas coroam o castello natural da penedia. Duas portas dão entrada para este recinto; a do norte por onde penetrámos, e a do sul, de accesso um pouco mais fácil, mas ainda assim perigoso.

D. Afonso Henriques rodeou de muralhas o primitivo castello, como consta de uma doação que este principe fez ao couto de Paderne; mas a fortificação actual é obra de D. Diniz, que a ella mandou proceder por ter um raio, cahído no paiol, causado uma explosão formidavel. (...) No fundo o ribeiro Fraguedo serpenteia, como ondeante cobra, indo perder-se além, entre as serras de Lindoso, que d' este ponto se avistam, para confluir no Lima", Cfr: VIEIRA, José Augusto, op. cit., 21.

7 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op.cit., fl. 13 v.

8 - CORNIDE, D. José, op. cit. 147.

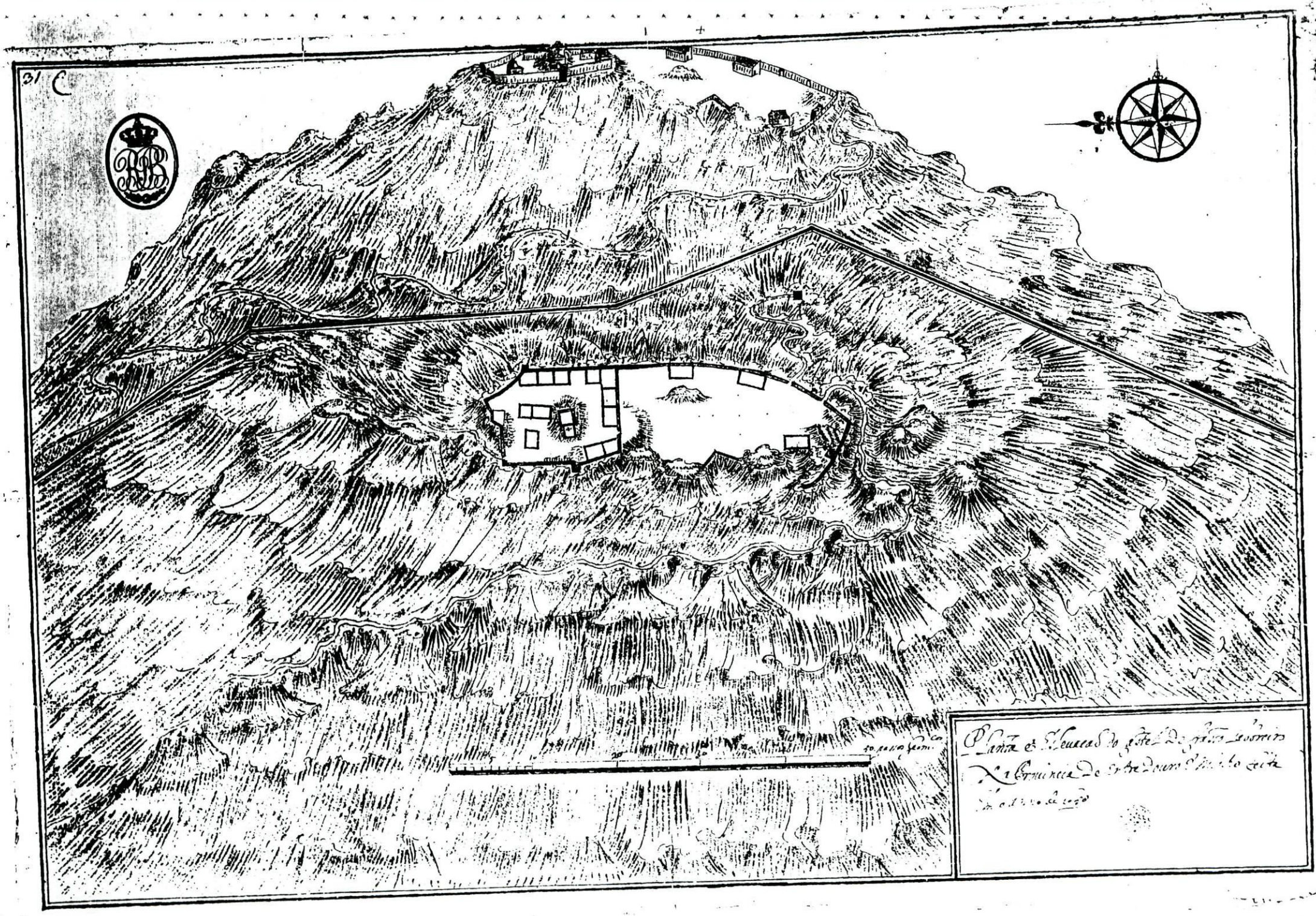


Fig 13

"Planta e Eslevação do Castel de Crasto Laboreiro na Província de Entre Douro e Minho feito Em o anno de 1650"

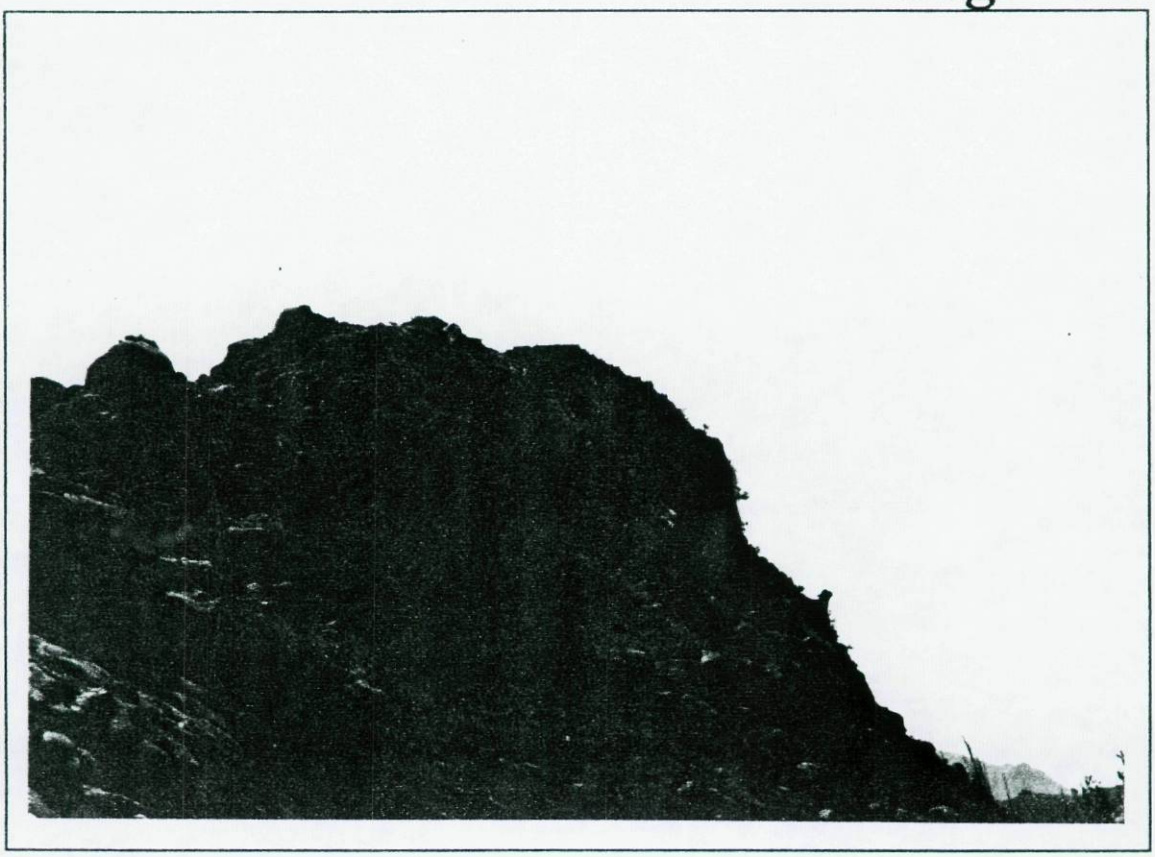
"31 C" - "anno de 1650"

"Pasta L N° 868"

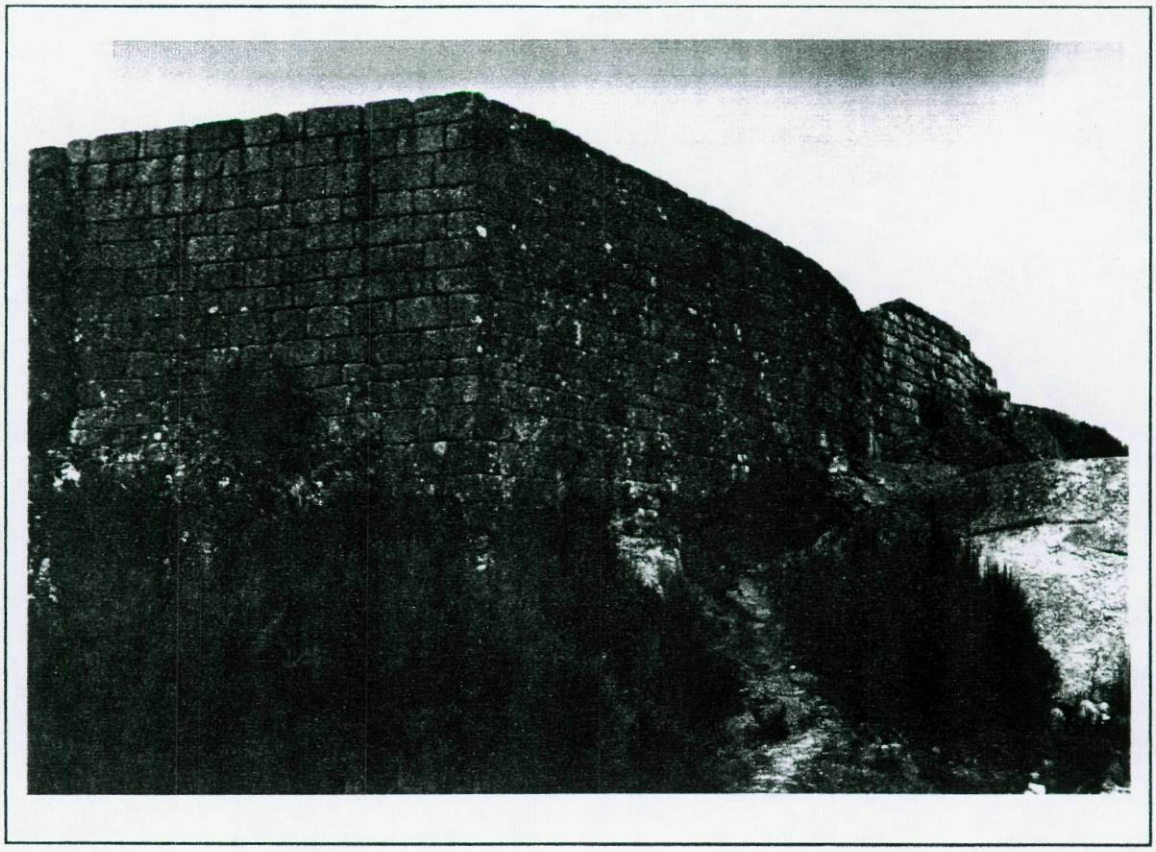
"0 - 50 passos Geom. cos"

D. 236 V.

Fig. 14

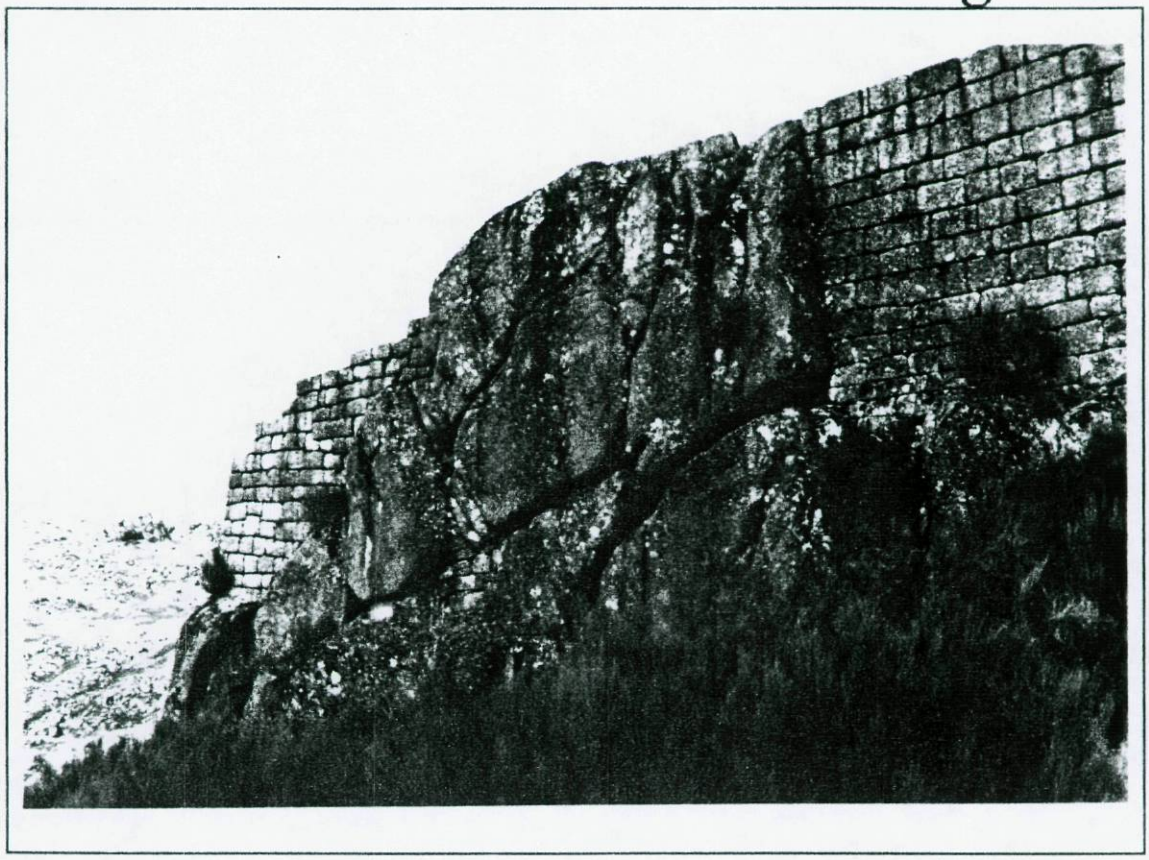


1



2

Fig. 15

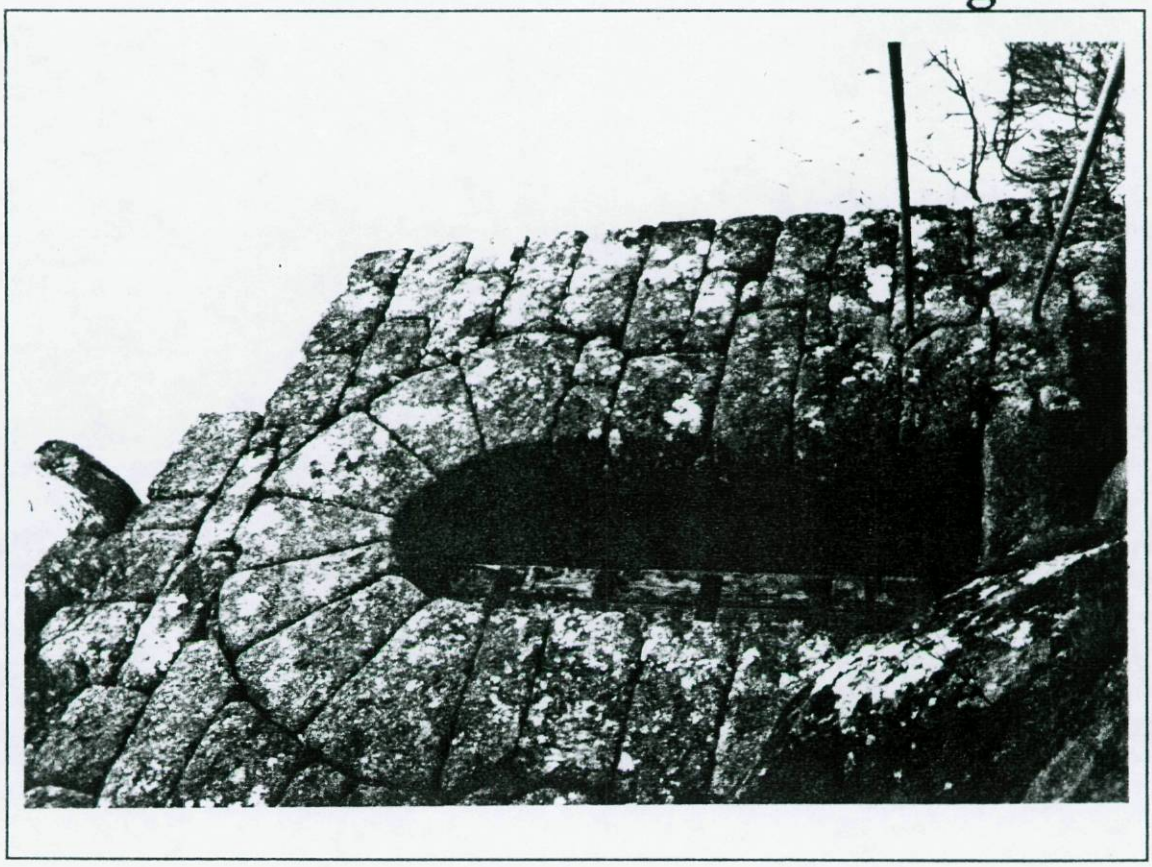


1



2

Fig. 16



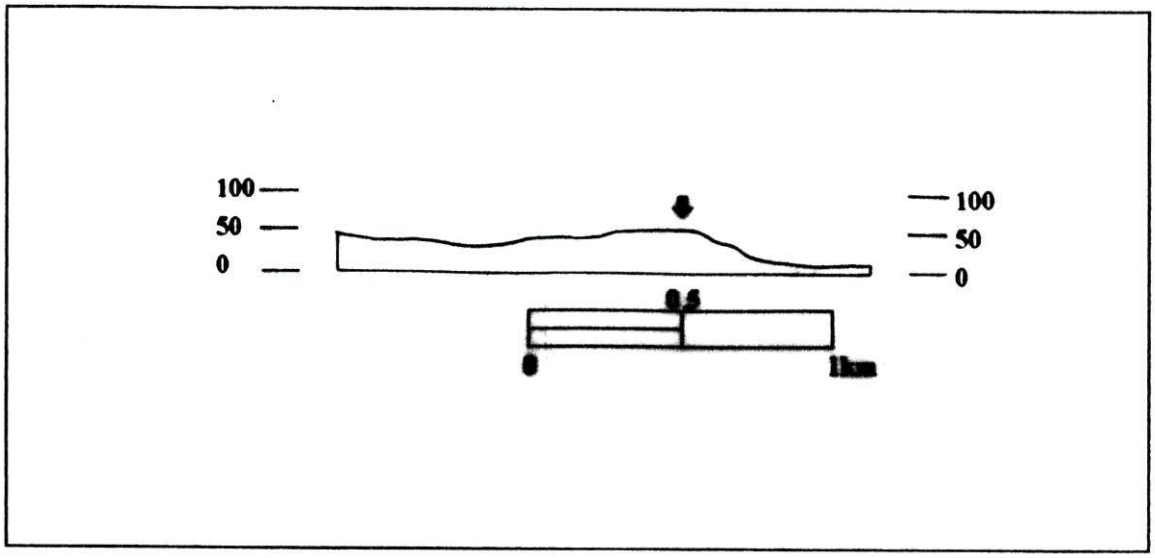
1



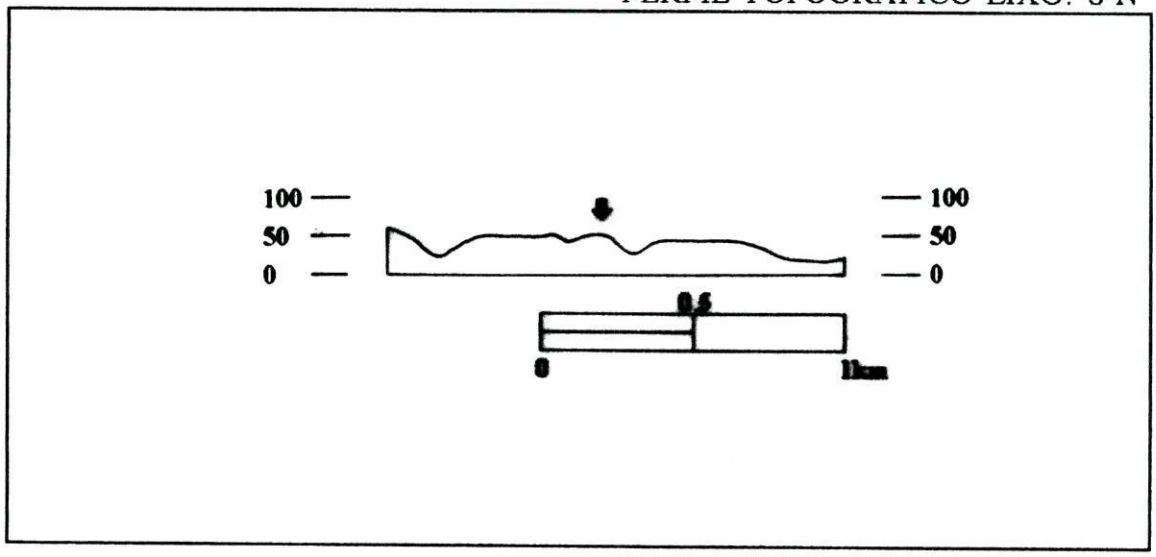
2

7 - Fortim de Paços - Lugar de Paços - Cerdal - Valença.

- 42º 58' 30" N
- 0º 29' 50" E
- 27m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Esta obra defensiva, com características que a aproximam de um pequeno castro agrícola dos primórdios da Romanização (1), poderá, eventualmente, ter sido utilizado durante as Guerras da Restauração como fortim ou, pelo menos, como atalaia destinada a vigiar os movimentos da estrada que seguia para Braga e que se situa a Norte deste local.

No espaço em questão salienta-se uma corôa sub-elíptica delimitada num terraço fluvial, aplanada, com talude de declive bastante pronunciado e elevado (cerca de 7/8 metros), um fosso

(Fig. 17)- que é estreito, se o compararmos com as obras similares da época da Restauração - uma mota circundante, parcialmente artificial e um segundo fosso, actualmente transformado em caminho.

As razões que nos levam a colocar a hipótese de ter sido um habitat do dealbar da romanidade reutilizado nas Guerras da Restauração, prendem-se com a via de penetração já referida que passava nas suas imediações e que seria, em boa parte, ainda aproveitada a meados de seiscentos, bem como a presença das defesas habituais utilizadas num tipo de fortificação de 2ª linha não permanente, de resposta rápida e sumária perante as exigências de defesa numa guerra para a qual não existiam grandes verbas disponíveis.

Não se notam na corôa quaisquer sinais de parapeito ou banqueta que nos possam levar a afirmar da total veracidade de um aproveitamento defensivo na Época Moderna mas a grande obra de terrapleno feita no topo, que terá arrasado as casas do habitat castrejo e o facto de se distinguir aqui e além os restos do antigo muro que complementava toda a defesa do perímetro do antigo povoado, leva-nos a aduzir que, com a regularização do terreno, o espaço tivesse sido reaproveitado. De resto, se existiam aqui obras de defesa ainda tão bem conservadas, não se sabe porque razão os estrategas das Guerras da Restauração iriam dispender dinheiro e esforços humanos na construção de outras que policiassem neste ponto a estrada que conduzia a Braga (1).

Notas:

1 - O local possui um sistema de defesa similar aos que foram tipificados por ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, *Proto-História e Romanização na Bacia Inferior do Lima*, Estudos Regionais, nº especial 7/8, Viana do Castelo, 1990, 281.

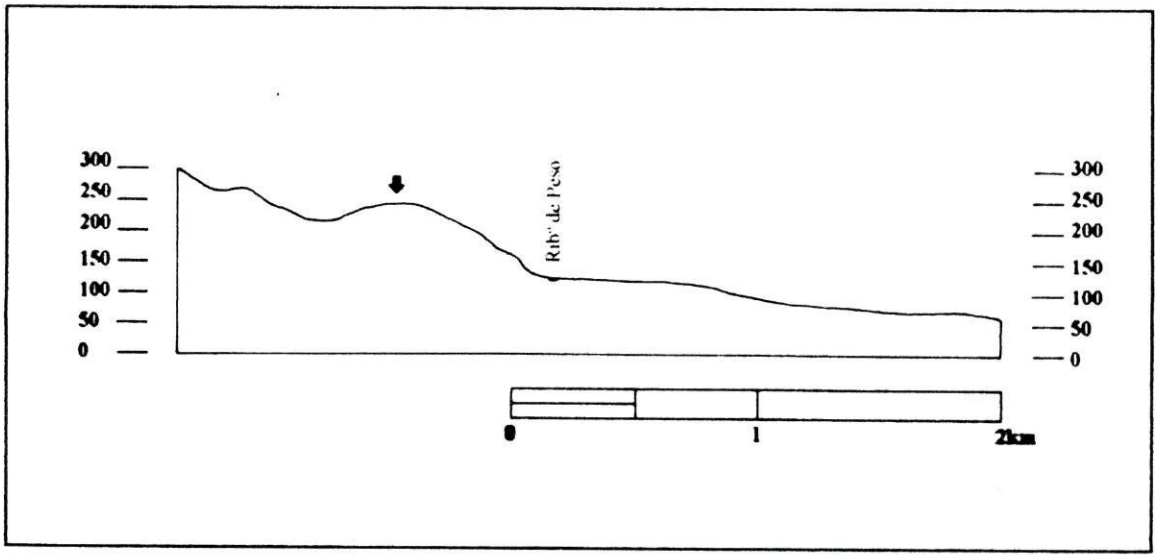
2 - VIEIRA, José Augusto, op. cit.,108 e 109 informa-nos que "limitando com S. Pedro fica a freguesia de Cerdal, a mais populosa e extensa do concelho. Existiram ahi tres fortes, dos quaes ainda ha vestigios e cujo estudo recommendamos aos eruditos. São os dois primeiros os de Paços, e o de Bacellar, onde ha ainda pouco se viam algumas pias redondas de pedra e uma casa de fórma circular, e onde se teem encontrado moinhos de mão, e tijolos antigos..." Será este o forte de Passos ou mesmo o de Bacellar apontados por este erudito oitocentista?

Fig. 17

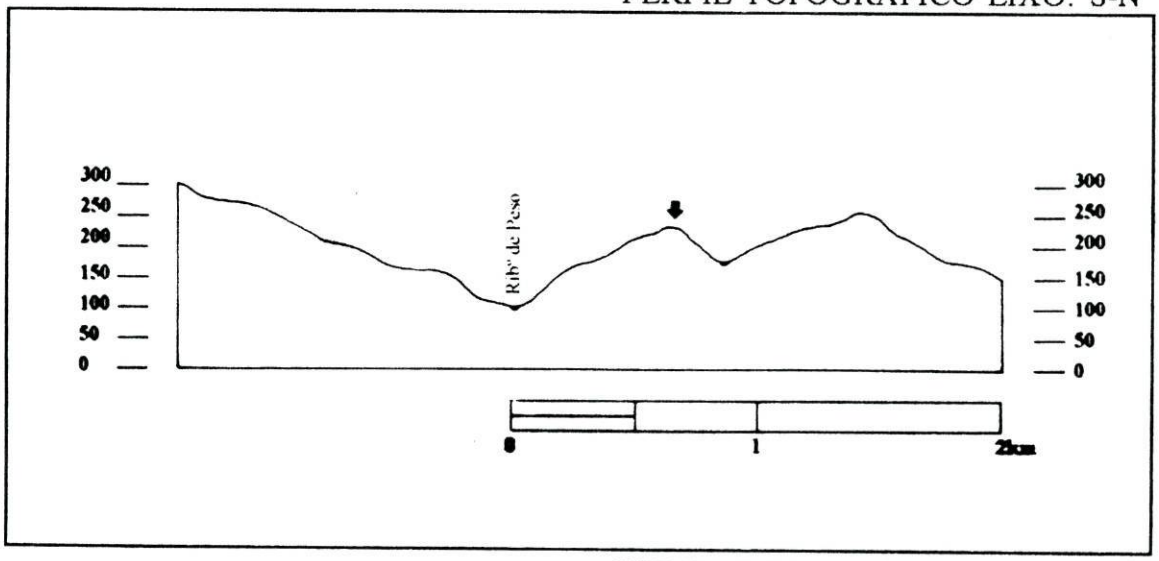


8 - Fortim da Corôa do Picoto - Cornes - Vila Nova de Cerveira

- 41º 56' 16" N
- 0º 27' 30" E
- 234m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Este pequeno fortim está instalado num cabeço elevado, articulado com o Monte do Forte em Candemil, com a zona de Campos - onde existiam, pelo menos três fortins construídos em torrão nas Guerras da Restauração - e com a Praça de Valença.

Trata-se de mais uma defesa de 2ª linha, onde não existem quaisquer sinais de aquartelamento em pedra ou de um complexo sistema defensivo onde se possam distinguir com nitidez os componentes clássicos de uma obra de engenharia de fortificação moderna.

O sistema defensivo é constituído por uma coroa circular, de topo ligeiramente côncavo, posicionada no extremo Poente do cabeço, rodeada de uma espécie de falsa braga com adarve e parapeito a Sudoeste, destinada a proteger o largo fosso subsequente.

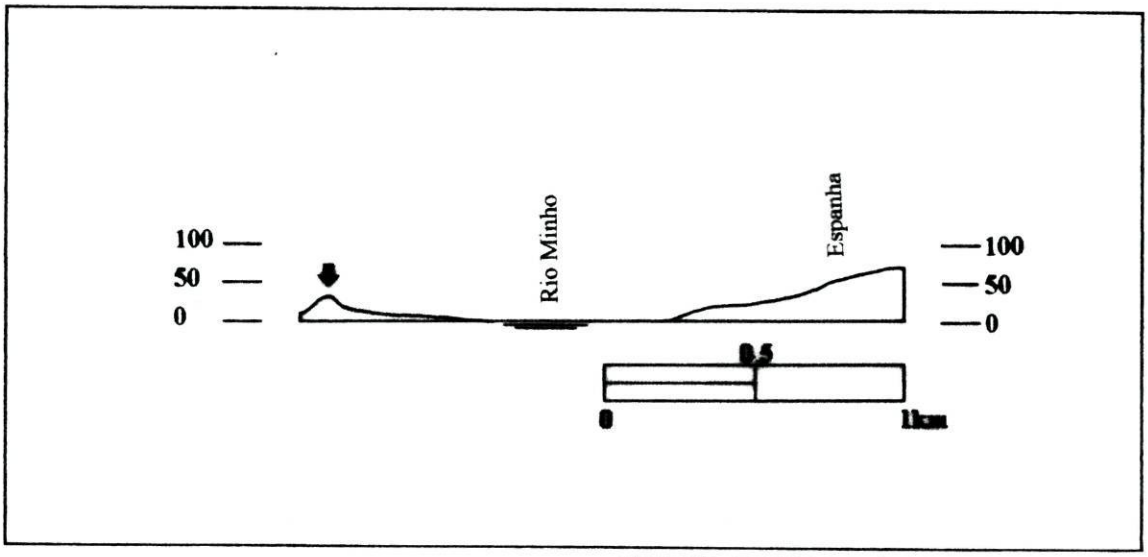
Aqui se podia instalar uma peça ou duas de artilharia, rodeada por um adarve inferior, protegido a Sudoeste com parapeito concebido em grauvaque miúdo e terra, formando um talude destinado a delimitar a asa subsequente que se prolonga também para Sudoeste. Desta maneira, em caso de ataque pelo lado da asa do monte, os atiradores colocados no adarve conseguiam alcançar a tiro os invasores, mercê da cobertura que o parapeito proporcionava. Em último recurso, já acantonados na corôa, facilmente varriam o topo do talude e parapeito se o inimigo os intentasse tranpôr a partir da asa. Esta, de traça elíptica, serviria para acampamento da guarnição e estava ainda protegida nos flancos e no topo Sudoeste por uma muralha e um talude de ligeira inclinação.

O fortim, que também pode estar relacionado com a Guerra Peninsular, nomeadamente com a campanha de Soult visava, no essencial, a protecção e a vigia dos já referidos fortins de Campos que foram sendo arrasados modernamente. Embora hoje se encontre coberto de mato espesso e alto e abundantemente arborizado de pinheiros e eucaliptos que obstam à sua correcta definição através de um perfil topográfico, este fortim asseguraria essencialmente o papel de uma atalaia, cuja utilização ganharia acuidade em casos de alerta e eminência de ataque organizado à fronteira.

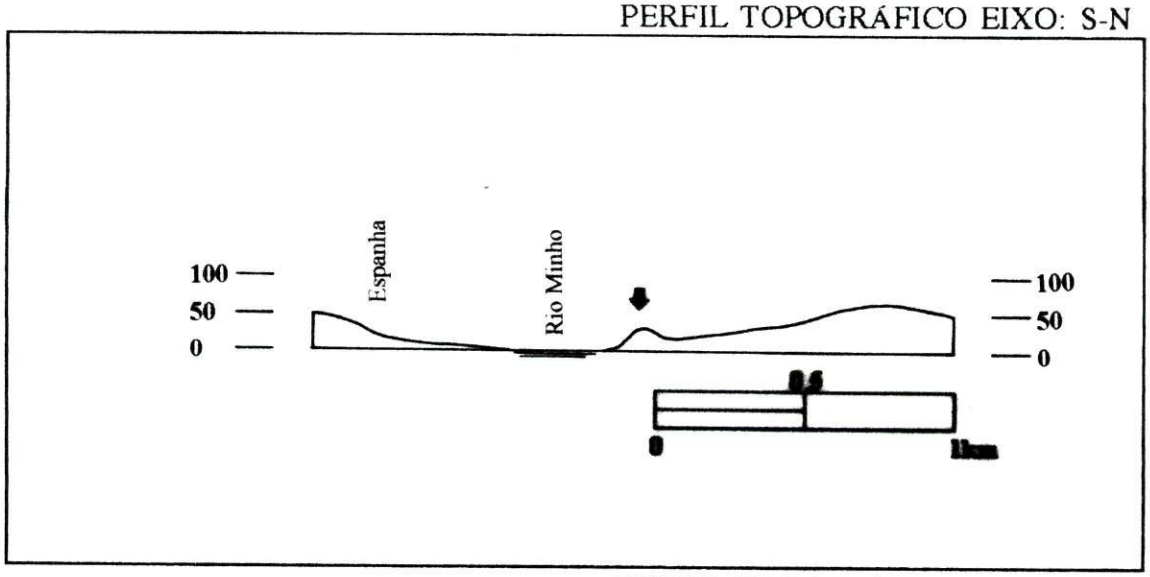
Inédito.

9 - Fortim da Senhora da Cabeça - Senhora da Cabeça - Cristelo Covo - Valença

- 42º 01' 28" N
- 0º 28' 32" E
- 27m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Esta defesa ergue-se num terraço fluvial do rio Minho que alberga, no topo Sul, a capela consagrada a Nossa Senhora da Cabeça.

Compõe-se de uma plataforma oblonga, hoje de feição sub-circular, aplanada, com talude e dois fossos. Em termos de fortificação seria bastante eficiente, uma vez que - e embora não se vislumbrem quaisquer vestígios de construção que lhe garantissem uma maior solidez - estava dotada de uma escarpa íngreme e uma

linha de contra-escarpa de declive suave, exposta ao fácil alcance do tiro feito pelos defensores colocados na banqueta da plataforma. O duplo sistema de fossos com uma mota de terra central, hoje muito florestada de eucaliptos e pinheiros, conferia-lhe um resguardo adicional uma vez que, conseguindo o inimigo ultrapassar o 1° fosso, a barreira de terra que tinha de transpôr tornava-o um alvo fácil para os atiradores do fortim. Este obstáculo em terra acumulada da escavação dos fossos podia ser ainda provido de uma paliçada - tal como as que por vezes precedem o caminho coberto nas obras clássicas de fortificação abaluartada - e, nesse caso, a sua transposição tornar-se-ía bem mais dificultada.

Pelo lado Noroeste, consegue-se distinguir ainda muito bem o talude arborizado e coberto de mato (Fig. 18.1), bem como a plataforma natural, que serviria de esplanada e que prepara o acesso aos dois fossos. Está hoje parcialmente destruída devido aos campos de cultivo que a cortaram, assim como ao talude, unindo os dois fossos (Fig. 18.2). A Nascente, a topografia foi recentemente descaracterizada pelo total aplanamento do terreno.

O terraço fluvial, apenas coberto por um metro de terra no topo da plataforma, possui uma cota bastante elevada e os fossos foram cavados com bastante largura a uma grande profundidade o que, de resto, os torna bem diferentes das defesas habituais que distinguem os povoados castrejos agrícolas (1), não na intenção, mas, pelo menos, na concepção.

Esta obra de engenharia militar, situada a uns escassos 500 metros das obras exteriores da fortaleza de Valença, tinha por fim a protecção do flanco Sul deste importante bastião das nossas linhas de defesa da fronteira do Minho e, naturalmente, deter o avanço de qualquer trânsito de tropas inimigas que, uma vez transposto o rio, se abeirasse perigosamente das defesas portuguesas (2).

Os trabalhos de engenharia que completariam este fortim, nomeadamente os parapeitos, a banqueta, o terrapleno e, de uma maneira geral, a sua planta, não se conseguem distinguir devido ao extenso e denso manto de vegetação - onde pontificam as mimosas - que cobrem o seu núcleo.

Notas:

1 -ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, op. cit., 281.

2 - Esta obra militar deve, certamente, tratar-se do Forte de S. Sebastião, referenciado no Livro de Vereações, n° 53, fl. 64. do A. H. M. P.

Inédito.

Fig. 18



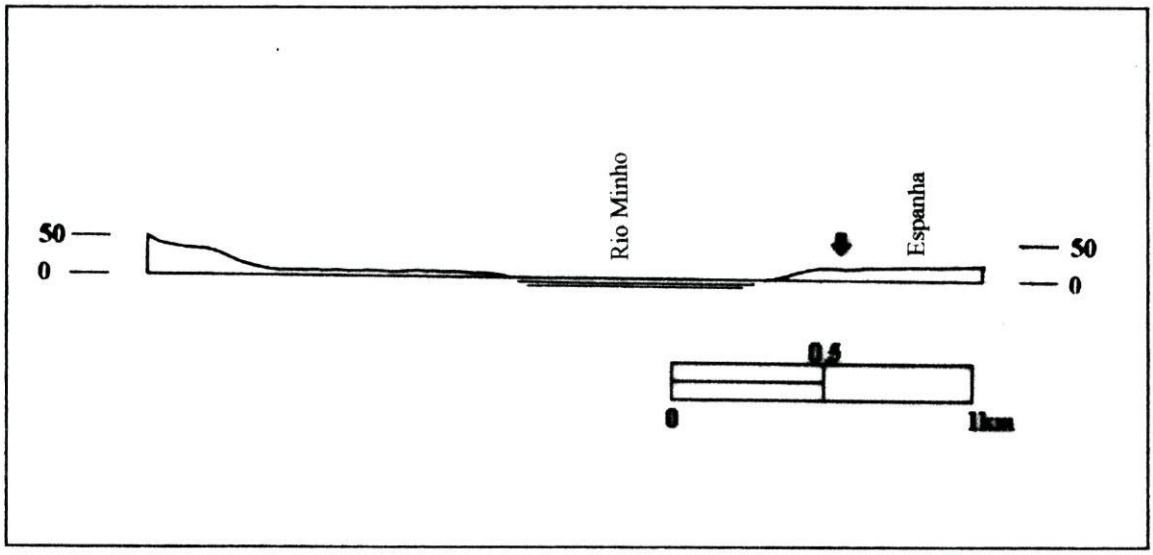
1



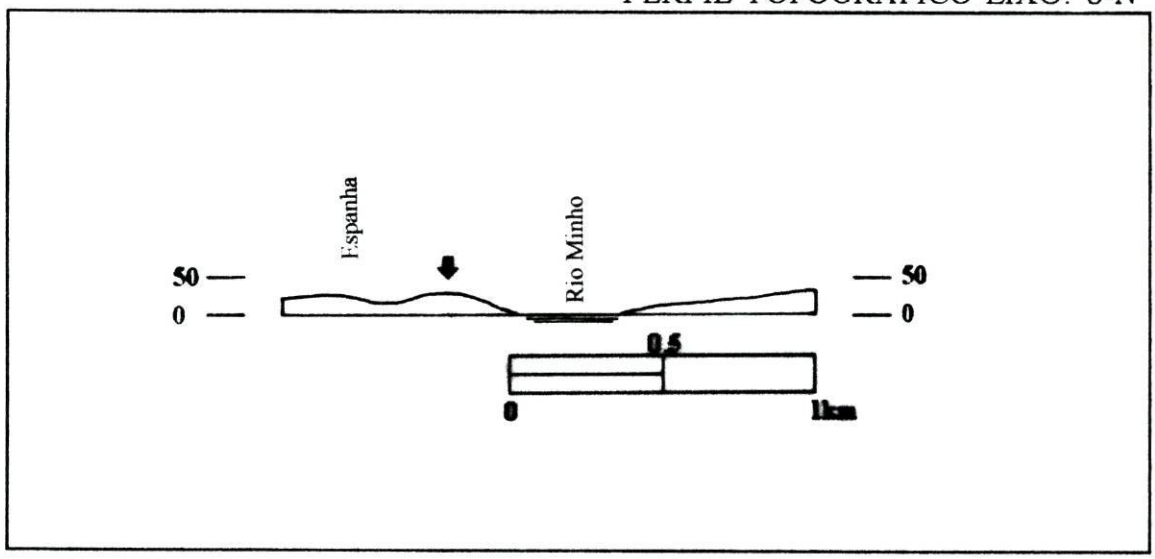
2

10 - Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição - Goyan - Tomiño - Espanha

- 41º 56' 22" N
- 0º 22' 51" E
- 15m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Manuel Pinto de Villa Lobos terá sido responsável pelo risco de uma avantajada fortaleza em Espanha, no lugar de Goyan. As incursões portuguesas em terras da Galiza foram, quase sempre, seguidas do arrasamento das estruturas fortificadas do exército inimigo. Uma das provas está, de resto, expressa na carta e no desenho atribuído a Villa Lobos (Fig. 19) que se encontra patente na B. N. L. (1).

Mostrando a margem galega fronteiriça à praça de Vila Nova de Cerveira, a aguarela representa, defronte do Penedo do Castelinho o **"Fortim da Barca de Gayão q. se arrazou"** (Fig. 19). Este desenho, que não evidencia qualquer sinal de trincheira ou plataforma no Castelinho (2), dá o forte como arruinado, embora ele não surja como tal no documento, que representa as defesas de Vila Nova de Cerveira, datado de 29 de Setembro de 1713 (Fig. 20).

Por outro lado as três representações deste forte galego não coincidem integralmente: se na planta datada de 1713 surge com dois revelins, respectivamente colocados a Sudeste e a Noroeste (Fig. 20), no desenho que divulga o Forte da Conceição, a pequena fortaleza de Goyan apenas aparece com a representação do revelim Noroeste a cobrir a entrada (3) (Fig. 19) e, pela pena do Sargento Brandão, a obra militar galega está provida de quatro revelins (Fig. 21).

O actual Forte de S. Lourenço de Goyan, construído em 1673, não é na realidade o da "Barca de Gayão" arrasado a 26 de Outubro de 1663 pela campanha do Conde do Prado, que a planta da B. N. L. identifica com a letra "D" (Fig. 19), nem o que aparece apenas projectado em termos de contornos na mesma planta e designado como **"I. Forte que se hade fazer"** (4), mas a obra que surge representada na margem direita do Minho ao observarmos a planta de Vila Nova de Cerveira, datada de 1713 (Fig. 20). No início das hostilidades, concretamente na primeira investida portuguesa feita a 3 de Março de 1644 nestas terras que actualmente pertencem a Tomiño, a população da Vila da Barca teria apenas umas linhas de trincheira feitas em pedra e, no que toca à fortificação, as honras da defesa estavam a cargo do Paço da Torre: uma casa-forte de finais do século XIV, inícios do século XV (5). Ainda em 1644, após o total saque e arrasamento da Vila da Barca e do incêndio provocado nas suas defesas por parte do nosso exército, os espanhóis começaram a envidar todos os esforços na construção de um forte em Goyan. Sabemos que o rigoroso Inverno do mesmo ano atrasou a fábrica desta obra apressada em pedra seca, a ponto de, em Outubro de1645, não estar ainda totalmente terraplanado e com o fosso incompleto (6). Juntamente com o outro forte de campanha existente em Amorín, estava assim constituída a magra defesa da fronteira espanhola na zona. Assim, após a campanha portuguesa de Outubro de 1663 e a fácil ocupação do forte, descrito como "uma torre com quatro baluartes" (7) defendido por cinco peças de artilharia e tendo como guarnição cerca de 200 soldados velhos, o Conde do Prado resolve empreender as obras de um sistema magistral de fortificações.

No que respeita à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, a obra terá feito parte deste projecto, que visava dotar, após a tomada do Forte da Barca de Goyan, a margem direita do rio Minho

de um conjunto estratégico de defesas portuguesas de penetração. Mal havia sido ocupado o terreno, ter-se-à, a instâncias do mestre de campo D. Francisco de Azevedo, traçando as **"linhas de circunvalação do Quartel que ocupou o Exército em quanto se fabricou a Fortaleza"** (8), (Fig. 19).

Situado a cerca de 700m a Noroeste do forte conquistado, a uma cota de 46m, concebido em terra, era capaz de conter uma guarnição de 3 000 infantes e 500 cavalos e terá sido erguido num intervalo de tempo reduzido: cerca de dois meses (9).

O seu traçado mostra-nos um polígono irregular constituído por quatro baluartes extremamente irregulares, quase meios-baluartes, com uma das duas faces sobre-prolongada e flancos assimétricos e um baluarte localizado a Nordeste que, embora mais aproximado dos cânones, possui também a face direita mais comprida. Tinha dois revelins, um que cobria a cortina voltada a Poente e outro que cobria, no lado oposto, a entrada da praça. Este último estava conjugado com horneveque de braços compridos, a que a legenda da Fig. 19 dá o nome de **"Meya lua e obra corna q. cobre a porta"**. Na verdade não existe aqui qualquer obra exterior que possamos designar por "meia lua" (10). O que está representado no desenho de villa Lobos é uma obra corna (ou horneveque), não só dotada de um revelim, que protege não só a face direita de um baluarte como também a entrada da fortaleza e o respectivo revelim. A sua gola, aberta, é irregular, linear, e não circular.

O fosso largo e pouco profundo que circundaria toda a defesa é bem evidente no perfil da fortaleza que Villa Lobos riscou (Fig. 19). Outro pormenor relevante é o sistema de defesa pormenorizado que envolve o bastião consagrado a Nossa Senhora da Conceição. Villa Lobos coloca ligeiramente a Nordeste desta praça uma defesa denominada **"Forte das Chagas"** (Fig. 19). Trata-se de um pequeno forte de planta quadrangular e quatro baluartes regulares nos seus ângulos, com dois revelins: um a proteger a cortina Norte e outro a proteger a entrada aberta na cortina Sul. A planta mostra ainda o traçado das **"linhas de comunicação do Forte da Conceição ao Forte das chagas"** (Fig. 19), bem como o fosso deste último A prospecção no local não evidencia quaisquer sinais da existência deste forte, tal como não se dislumbram os vestígios de uma **"Caza Forte"** que Villa Lobos representa numa pequena mota a Sudeste do forte, próximo da margem do rio Minho. Tratar-se-ia, esta última, daquela antiga torre de finais do século XIV, inícios do século XV incendiada em 1644 e posteriormente recuperada de molde a que servisse de atalaia a toda esta elaborada linha defensiva?

Villa Lobos chega ao pormenor de esboçar um **"forte que se hade fazer"**, situado a Sudeste da fortaleza de N.ª Sr.ª da

Conceição (Fig. 19). A avaliar pelo desenho tratar-se-ia de uma defesa em tudo semelhante ao Forte das Chagas, mas de maiores dimensões, embora não esteja representada qualquer obra exterior ao polígono abaluartado.

Nas duas margens são identificados os respectivos **"Caes do Dezembarcadouro das Barcas"** (Fig. 19), sendo assinalado o porto português ligeiramente a Norte do Penedo do Castelinho e é localizado o **"Lugar da Ponte de Barcos"**, bem como o seu congénere galego (Fig. 19), tendo representada a ponte que une as fronteiras, situada a Sul do Penedo do Castelinho. Esta ponte, foi obtida pelo alinhamento de embarcações, terá sido feita pelos portugueses após a tomada de Goyan em 1663.

Possuímos algumas dúvidas quando confrontamos as informações do desenho por nós aqui publicado com as que obtivemos pela consulta do manuscrito do Sargento Brandão (11). Nenhuma referência é feita ao Forte da Conceição, ao Forte das Chagas, à casa-forte e, muito menos ao tal forte projectado que nos revela Villa Lobos. Efectivamente, quer na **"Carta Topográfica do Rio Minho de hua e outra parte da Praça de Caminha athe a de Valença"** (12), na **"Carta Topográfica de Villa Nova de Serveyra e seus aredores"** (13), ou ainda na **"Planta da Praça de Villa Nova de Serveyra"** (14) não encontramos qualquer informação desenhada ou escrita àcerca das referidas praças militares da margem direita do Minho, mas, e tão só, no que respeita aquela área, surge evidente a localização do forte de **"Gayão"** (15). Na fl.5 v., que discrimina o desenho da fl. seguinte, o forte de Goyan é explicitamente referido **"Da barra em que q. no Mar Occeano se Sepultta o Ryo Minho amostra esta planta the a praça de Valença q. são quatro Legoas com os termos de cada Praça devisos de Cores e Sinalados empontinhos. Vese no mesmo rio da parte de Galiza os lugares q. ao pe delle ha. Duas Legoas da Praça de Caminha fica a de Villa Nova de Cerveira na margem do mesmo Ryo, defronte do Forte ou Fortaleza de Gayão de Galiza"**. Perante a omissão que este album faz de quaisquer outras fortalezas situadas na margem fronteiriça a Vila Nova de Cerveira, a dúvida adensa-se. Por que razão, em meados do século XVIII não existe qualquer referência a defesas de tão grande vulto como as que mostra a planta da Fig. 19? Teria sido tudo arrasado?

Em prospecção no terreno, conseguem-se facilmente detectar os restos da traça abaluartada de Nossa Senhora da Conceição, nomeadamente o horneveque, o fosso, o caminho coberto, embora a esplanada tenha sido desmantelada - cachada - pelos terraços onde hoje despontam os vinhedos e se erguem cada vez mais moradias particulares. Menor sorte teve o Forte das Chagas, do qual, só com muito boa vontade, se consegue distinguir o fosso. Da casa-forte,

não restam quaisquer sinais que possam, ainda que minimamente, garantir a sua localização. A explicação parcial da descaracterização do sistema defensivo - que não clarifica a omissão do Sargento Brandão - é dada pela Cédula Real que autoriza a construção do forte de S. Lourenço em 13 de Agosto de 1688:

"Que o forte de Goyan letra D. donde antes estaba la Atalaya se haga todo de nuevo por ser puesto mas inmediato vatir con artillería y mosquetería a Villanueva, y que en el interin que se hace, se mantegna el fuerte letra B que llaman de las llagas y se desmantelará depois que esteja acabado el de Goyan, y para la fabrica de este puesto se podrá valer de los materiales del fuerte de la Concepción de se desara luego" (16).

Notas:

1 - CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da Colecção de Desenhos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura-Direcção Geral do Património Cultural, Lisboa, 1977, 123, D. 247 V. Cfr. fig. 19.

2 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 6, representa contudo uma trincheira angulosa. Esta trincheira terá sido construída numa data bem posterior às Guerras da Restauração e provavelmente deve ser relacionada com a construção do forte de S. Lourenço de Goyan.

3 - No álbum do Sargento Brandão, fl. 6, da B.M.P.M., os revelins também são evidenciados.

4 - O Forte de S. Lourenço de Goyan, actualmente em ruínas, é uma obra iniciada após a paz estabelecida entre os dois países, iniciada em 1671 e concluída em 1673. Cfr.,GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, Exc.ma Diputacion Provincial de Pontevedra - Servicio de Publicaciones, Pontevedra, 1987, 219-221.

5 - GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, Exc.ma Diputacion Provincial de Pontevedra - Servicio de Publicaciones, Pontevedra, 1987, 207.

6 - GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, op. cit., 209 e SORALUCE BLOND, José Ramón, *Castillos y Fortificaciones de Galicia. La Arquitectura Militar de los siglos XVI- XVII*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, La Coruña, 1985, 179.

7 - GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, op. cit., 211. SORALUCE BLOND, José Ramón, op. cit., 178-179, sustenta que se trata de uma obra realizada em 1644, com o custo de 50 000 ducados. Adianta que possuía um fosso com 12 pés de largura na boca, 7 pés no fundo e uma altura de 6 pés ; estava protegido com uma trincheira de 9 pés no interior e oito no exterior e, no que respeita à grossura do seu muro - dotado de duas banquetas - esta era de 13 pés na base e 5 no alto.

8 - As linhas de circunvalação, segundo NUNES, A. Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991, 74, são o conjunto de "fosso com parapeito e outras obras acessórias que cortava o acesso à praça por tropas de socorro e evitava as comunicações com o exterior". São típicas de uma situação em que o inimigo possui condições para socorrer a praça com o seu exército. Normalmente esta barreira é feita segundo os eixos de aproximação naturais que o opositor possa utilizar e tratava-se de uma cintura de fortificação temporária com o fim de definir uma zona a defender.

9 - GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, op. cit., 211.

10 - Segundo NUNES, A. Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit.,147, uma meia lua é "uma obra exterior, com duas faces e dois flancos, que cobre o ângulo do baluarte. É uma obra do tipo do revelim, mais pequena e com a gola curvilínea em forma de meia lua". Para JACOB, Miguel Luiz, "Tractado de Fortificação Regular e Irregular", op. cit, fl. 41, a meia lua "he huma piquena obra/sobre a contraescarpa de fronte do ang.(ulo) flanqueado, com duas faces, e flancos/e hum parapeito".

11 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit.

12 - Idem, *ibidem*, fl.5.

13 - Idem, *ibidem*, fl.6.

14 - Idem, *ibidem*, fl 7.

15 - Idem, *ibidem* fls. 5 e 6.

16 - A. G. S. Consejo, lib. 304, fl. 325, citado por SORALUCE BLOND, José Ramon, op. cit., 179.

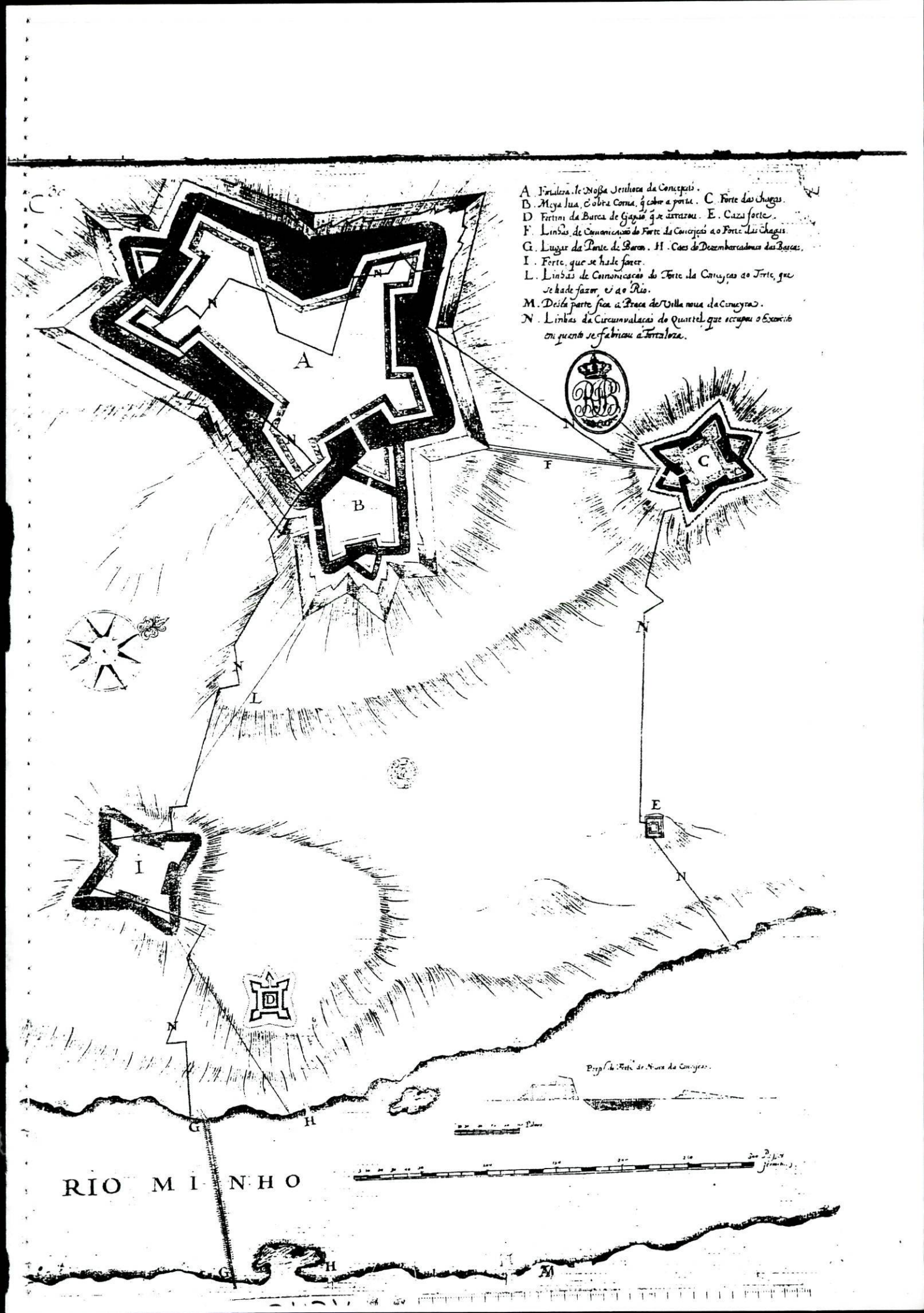

A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.
B Meya lua, ó obra Corna, q cobre a porta.
C Forte das Chagas.
D Fortim da Barca de Gaya q se arrazou.
E Caza forte.
F Linhas de Comunicação do Forte da Conceição ao Forte das Chagas.
G Lugar da Ponte de Baron.
H Caes de Desembarcadouro das Barcas.
I Forte, que se ha de fazer.
L Linhas de Comunicação do Forte da Conceição ao Forte, que se ha de fazer, e ao Rio.
M Desta parte fica a Praça de Villa nova da Conceição.
N Linhas da Circunvalação do Quartel que occupou o Exercito em quanto se fabricou a Fortaleza.
A
B
C
D
E
F
G
H
I
L
M
N
RIO MINHO

Fig. 19

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição

"**B**. Meya lua, e obra corna q. cobre a porta"
"**C**. Forte das Chagas"
"**D**. Fortim da Barca de Gayão q. se arrazou"
"**E**. Caza forte"
"**F**. Linhas de comonicação do Forte da Concejção ao Forte das Chagas"
"**G**. Lugar da Ponte de Barcas"
"**H**. Caes do Dezembarcadouro das Barcas"
"**I**. Forte, que se ha de fazer"
"**L**. Linhas de comunicação do Forte da Concejção ao Forte, que se ha de fazer, e ao Rio"
"**M**. Desta parte fica a Praça de Villa nova da Cerveyra"
"**N**. Linhas de circumvalação do Quartel que occupou o Exercito em quanto se fabricou a Fortaleza"
"Rio Minho"
"Perfil do Forte de N. Srá da Concejção"
"Cª de 1713"
"0-300 Palmos geometricos"
D. 247 V.

43 C

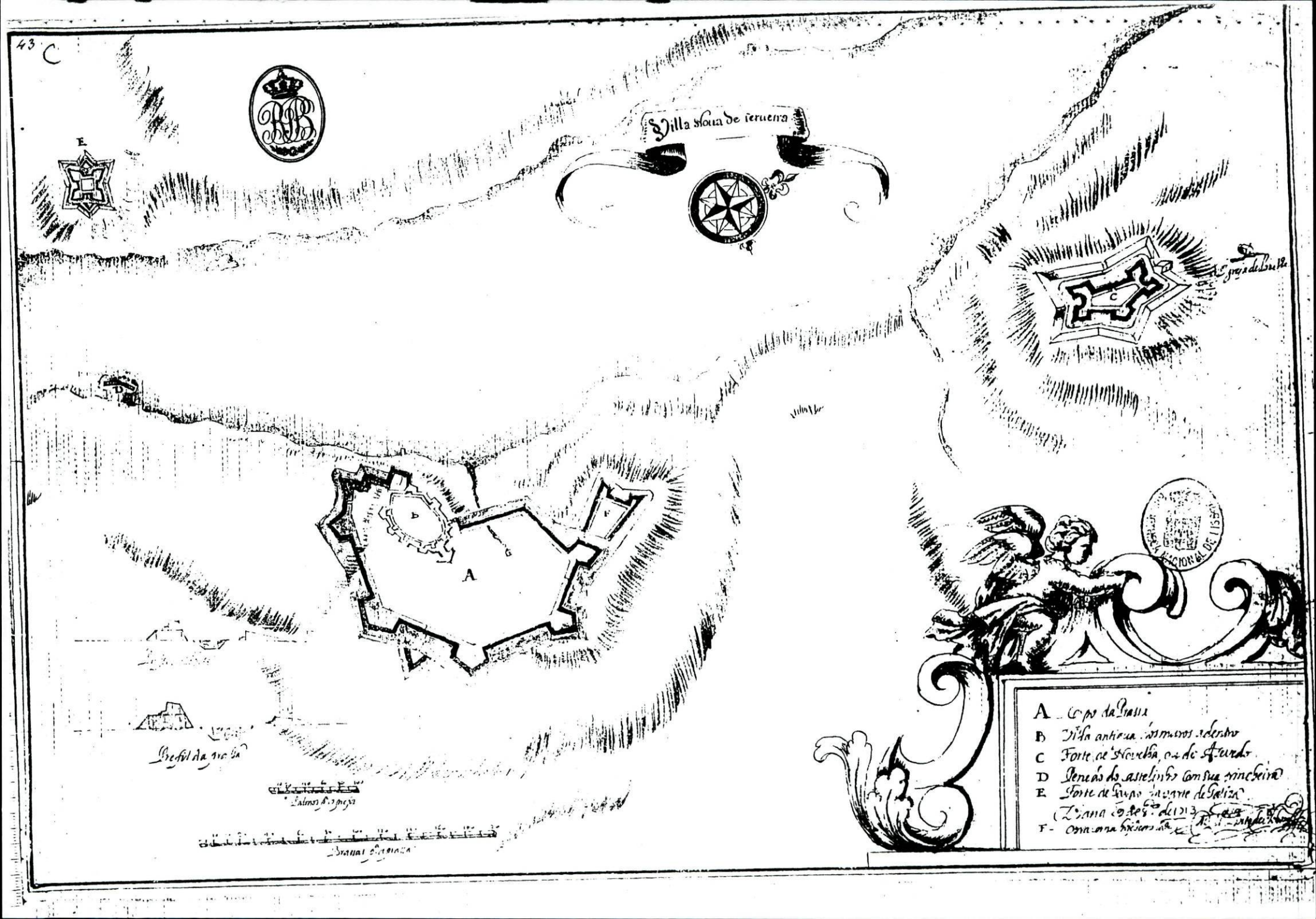

Villa Nova de Cerveira
A
B
C
D
E
F
Perfil da muralha
Salmos Augusta
Planta da Fortaleza

Fig. 20

"Villa Nova de cerveira"
"**A**. Corpo da Prassa"
"**B**. Villa antigua dos muros adentro"
"**C**. Forte de Novelha, ou de Azevedo"
"**D**. Penedo do Castelinho com sua trincheira"
"**E**. Forte de Gayão da parte da Galiza"
"**F**. Obra Corna hoje demolida"
"Viana 29 de 8bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos"
"Prefil da Torre"
"Prefil da prassa"
"43 C"
"Igreja de Lobelhe"
"29 de 8bro de 1713"
"M.el Pinto de Vª Lobos"
"100 palmos pª os profis"
"0-200 Brassas pª a prassa"
D. 240 V.

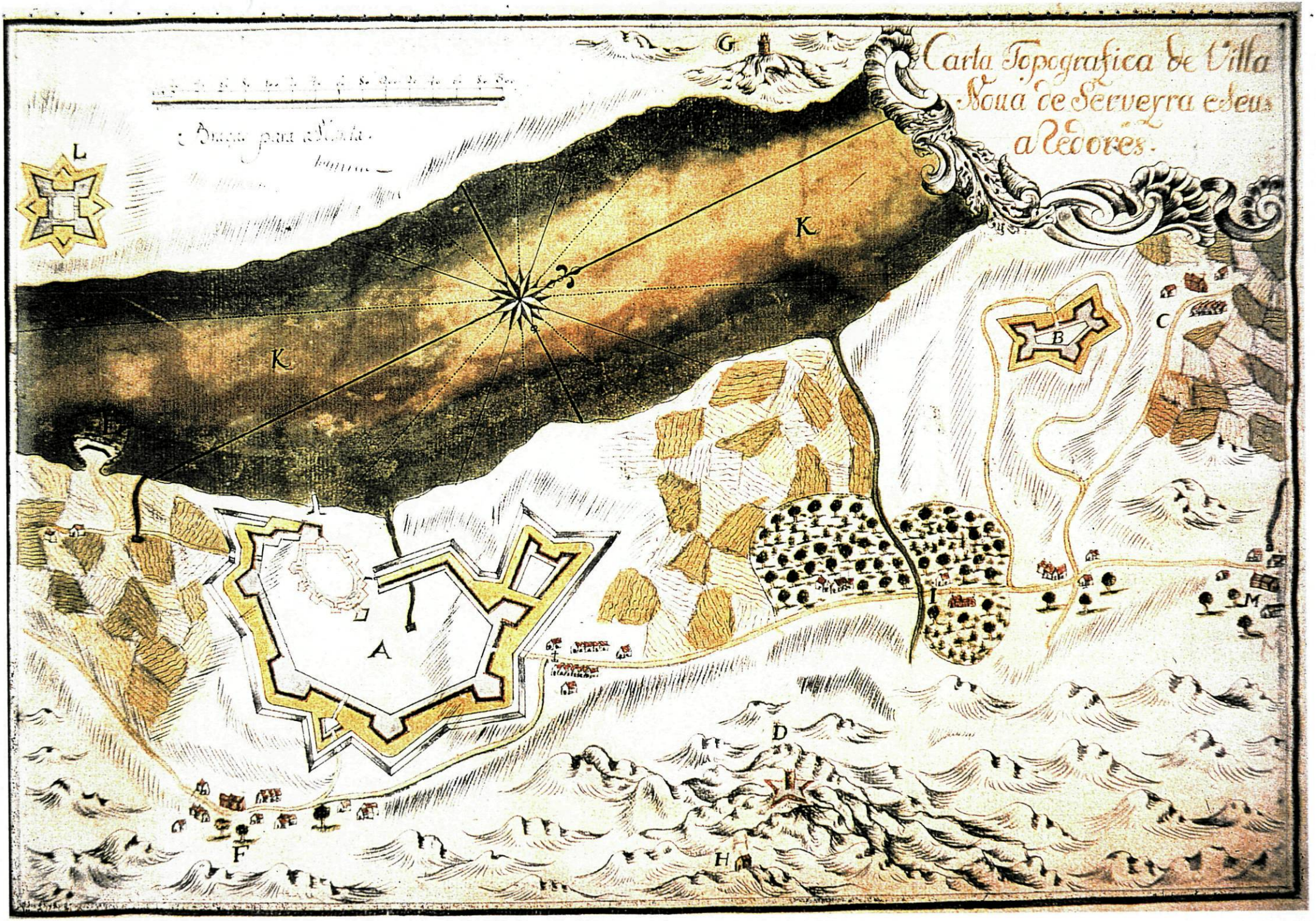

Carta Topografica de Villa Noua de Serveyra e seus a Cedores.
Escala para a Carta
G
L
K
K
B
C
A
I
M
D
F
H

Fig. 21

"Carta Topografica de villa Nova de Serveyra e seus arredores" - fl. 6

Legenda - fl. 5 v.

A. "Praça de Villa nova de Cerveyra"

B. "Forte de S. Francisco de Azevedo ou de Novelha"

C. "Lugar deste nome (Novelha actual lugar de Lobelhe) (...)"

D. "Atalaia da Encarnação (...)"

E. "Penedo entrado ao Ryo defronte do Forte Gallego, onde o Ryo he mais estreito e mais fundo" (...).

F. "Lugar de Cortes"

G. "Atalaia redonda"

H. "Ermida do Spirito Santo"

I. "Quinta e Ermida / de S.to Antonio"

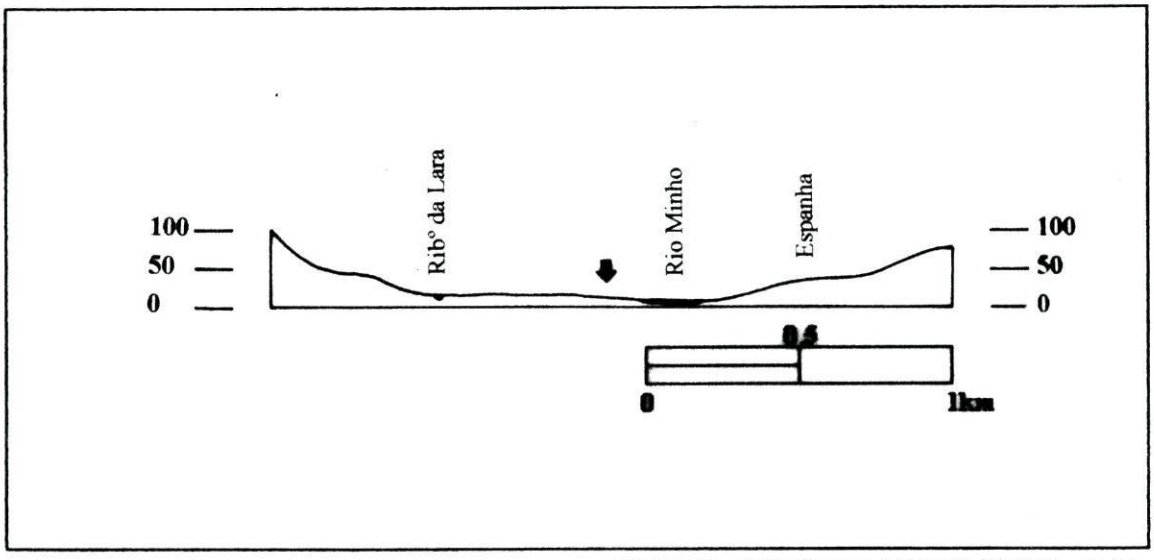
K. "Ryo Minho"

L. "Forte de Gayão"

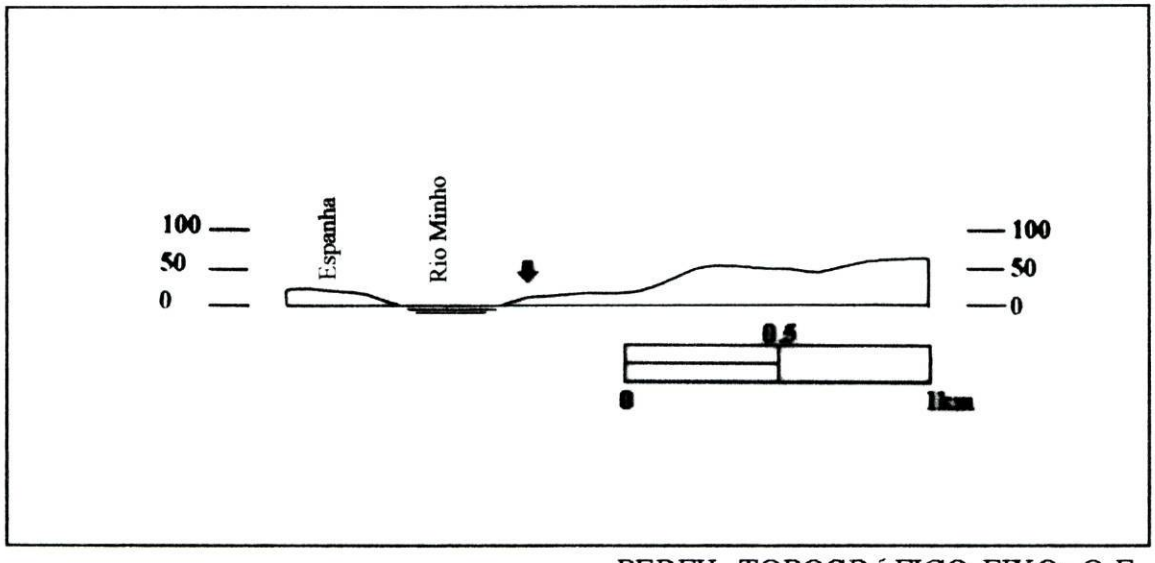
M. "Lugar da Breia"

11 - Torre da Lapela - Lapela - Monção

- 42º 03' 17" N
- 0º 35' 42" E
- 10m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Este bastião defensivo é uma construção de planta rectangular do séc. XIV, assente num esporão rochoso, desbastado e aplanado, da margem esquerda do Minho (Fig. 22 e 23.1). Erguida em alvenaria de pedra seca, com aparelho pseudo-isódomo e fiadas testa-peito, está ainda bem conservado e mantém, mais ou menos intactas, todas as características comuns a este tipo de obra defensiva. Guardiã da povoação fundada por Afonso Henriques e repovoada pelo seu filho, a altaneira defesa é anterior ao antigo castelo que a acompanhava, erguido durante os reinados de D. João

I e D. Afonso V (1). Luis Figueiredo da Guerra coloca os inícios da construção da torre sob a égide de D. Pedro I e a sua conclusão no reinado de D. Fernando, que lhe terá mandado inserir o escudo que culmina a porta de entrada (2).

Medindo 35m de altura, 8 de largura e 2,50m de espessura dos muros (3), esta torre possui quatro pisos (Fig. 24), sendo a entrada aberta ao nível do 1° andar (Fig. 24.1), com uma porta de arco ogivado, rematada em trabalho de chanfro, coroada com uma pedra de armas reais relevada. O acesso faz-se por uma íngreme escada moderna, em ferro, pintada de verde escuro, encostada ao amplo patamar de pedra - suspenso defronte da porta quadrangular - suportado por três volumosas mísulas em forma de nave.

O soco da torre é vincado com três fiadas de pedra salientes - sendo a superior rematada com um trabalho de vasamento - no sentido de proporcionar uma maior robustez ao arranque directo do piso rochoso.

Voltada a Oeste, a torre só ostenta duas frestas longitudinais ao nível do terceiro piso (Fig. 24.3), enquanto o resto da fraca iluminação interior é assegurada pelos demais alçados (pisos 1 e 2) com frestas semelhantes (Fig. 24.1 e 2).

O pano Nascente, ao nivel do 2° piso possui dois silhares salientes, a ladearem a fresta de iluminação correspondente a esta orientação. A finalidade estará relacionada com algum elemento da antiga construção acastelada que, porventura, fosse adossado à torre? A contrariar isto está, não só a fresta correspondente do piso inferior, como também a inexistência de quaisquer sinais de reformulação parcial ou total deste alçado. Não existem diferenças de coloração, de qualidade de granito ou inclusivamente de reconstrução que tivesse interrompido o aparelho regular do edifício, capazes de justificar a anexação de um anterior apêndice arquitectónico.

O topo da fortificação possui ameias de duas águas a rodearem o seu perímetro (Fig. 24.4). Estes elementos, denominados frequentemente como "ameias primitivas com remate piramidal" (4) são amiúde inseridos numa cronologia que abarca os séculos XII, XIII e XIV, o que estará correcto num edifício deste tipo que - apesar da intervenção feita pelos monumentos nacionais na 1ª metade do nosso século - apresenta nos seus paramentos algumas siglas medievais de canteiro.

A Torre da Lapela fica posicionada simetricamente ao Lugar da Barca (Fig. 23.2), em Espanha, pertencente à Comarca de Salvaterra do Minho. Este lugar possui, ligeiramente a Norte, junto a um volumoso pinheiro manso um topónimo significativo: o lugar da Torre Velha. Apesar de actualmente não existirem quaisquer vestígios desta fortificação - o adjectivo toponímico "velha" atesta a

antiguidade e quiçá a ruína arquitectónica. É evidente que estamos perante um passo do rio onde existiriam em época medieval dois bastiões estratégicos, defensivos e dissuasores de quaisquer acções militares que se processassem a partir de uma e outra margem do Minho. Estranhamente D. José Cornide não refere qualquer vestígio ligado a este topónimo espanhol, nem menciona qualquer memória de uma remota existência:

" **Sigue la ribera del río por la parte de Galicia por espacio de dos leguas (desde Tuy) hasta Salvatierra sin que en ellas haya plaza ni castillo alguno, ni otra defensa que el Miño, que no es vadeable pero se pasa con barcas por todas partes**" (5).

No que respeita à Torre da Lapella, a opinião deste fidalgo espanhol do século XVIII é de clara substimação referindo-a como uma defesa isolada:

" **En las dos leguas que hay en la parte de Portugal desde Valencia a Monzón que son igualmente llanas tampoco hay más fortificación que una antigua torre llamada de la Lapella de muy poca consideración situada (91 R) a una legua de distancia de ambas plazas en medio del camino sobre el río**" (6).

No séc. XVII a torre portuguesa, ainda em bom estado de funcionamento - ao contrário da sua congénere espanhola - deverá ter funcionado como atalaia das nossas forças militares, capaz de ainda garantir uma guarda e um controlo eficaz de um tramo de rio com fraca largura entre as duas margens (Fig. 23.2). No entanto, tal situação não terá impedido que, em 1658, o exército espanhol comandado por D. Rodrigo Pimentel, governador e capitão geral da Galiza, tivesse tomado esta defesa armada com três canhões e 150 soldados (7), aquando da invasão processada através de Valença. A partir daí, após a rendição do seu alcaide, Gaspar Lobato de Lanções, o castelo de Lapela constituirá uma bandeira de penetração espanhola em terras de Portugal até à celebração do tratado de paz com Castela em 1668 (8).

O Minho, barreira natural que vincava a fronteira era, igualmente, uma fonte de sustento para galegos e portugueses. Actualmente ainda chegam à Lapela - que possuía uma alfândega a escassos metros da torre (9) alguns exemplares de salmão, sável, taínha e solha e da banda de Espanha, ligeiramente abaixo da torre, existem dois esporões artificiais, um pouco arruinados, que lembram a pesca da lampreia feita nas Invernias, quando a água batia no paredão, fazia o remanso e a lampreia encostava à margem. Também os temos do lado de cá, pouco acima da Lapela, a recordarem os tempos em que o rio era um bom recurso económico que não discriminava coroas e bandeiras antagónicas.

Notas:

1 - ALVES, Lourenço, op. cit., 54.
2 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 12. Ainda segundo este estudioso, D. Manuel terá mandado reforçar as obras anteriormente fortificadas. Após as guerras da Restauração, desfizeram os muros do castelo em 1685, "para aproveitar a pedra para as muralhas com que rodearam toda a vila de Monção". Um pouco discordante é a opinião de VIEIRA, José Augusto, op. cit. 44, ao referir que o castelo foi demolido em 1706 para que as suas pedras fossem aproveitadas na reformulação das muralhas de Monção, sendo o golpe de misericórdia dado em 1860, quando a vereação da mesma vila requisita o granito que restava da muralha da Lapela para o calcetamento das ruas. Sita no Lugar da Rua, Freguesia de Lapela, Concelho de Monção. Considerada Monumento Nacional, por decreto de 16-06-1910, Cfr:*Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário*, op. cit., 38.
3 - ALVES, Lourenço, op. cit., 56. GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit.,12, diz que a torre de "três andares media 22 metros de alto sôbre 8 de largo, e 2 m,30 de grossura de muros".
4 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 30.
5 - CORNIDE, D. José, op. cit., 138.
6 - CORNIDE, D. José, op. cit., 138.
7 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit.,12.
8 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit.,12, diz que o exército espanhol terá passado "o rio em Lapela, no dia 30 de Setembro, sitiou a fortaleza a 2 de Outubro, dando assalto no dia 4", tendo a nossa guarnição capitulado a 5.
9 - VIEIRA, José Augusto, op. cit., 44.

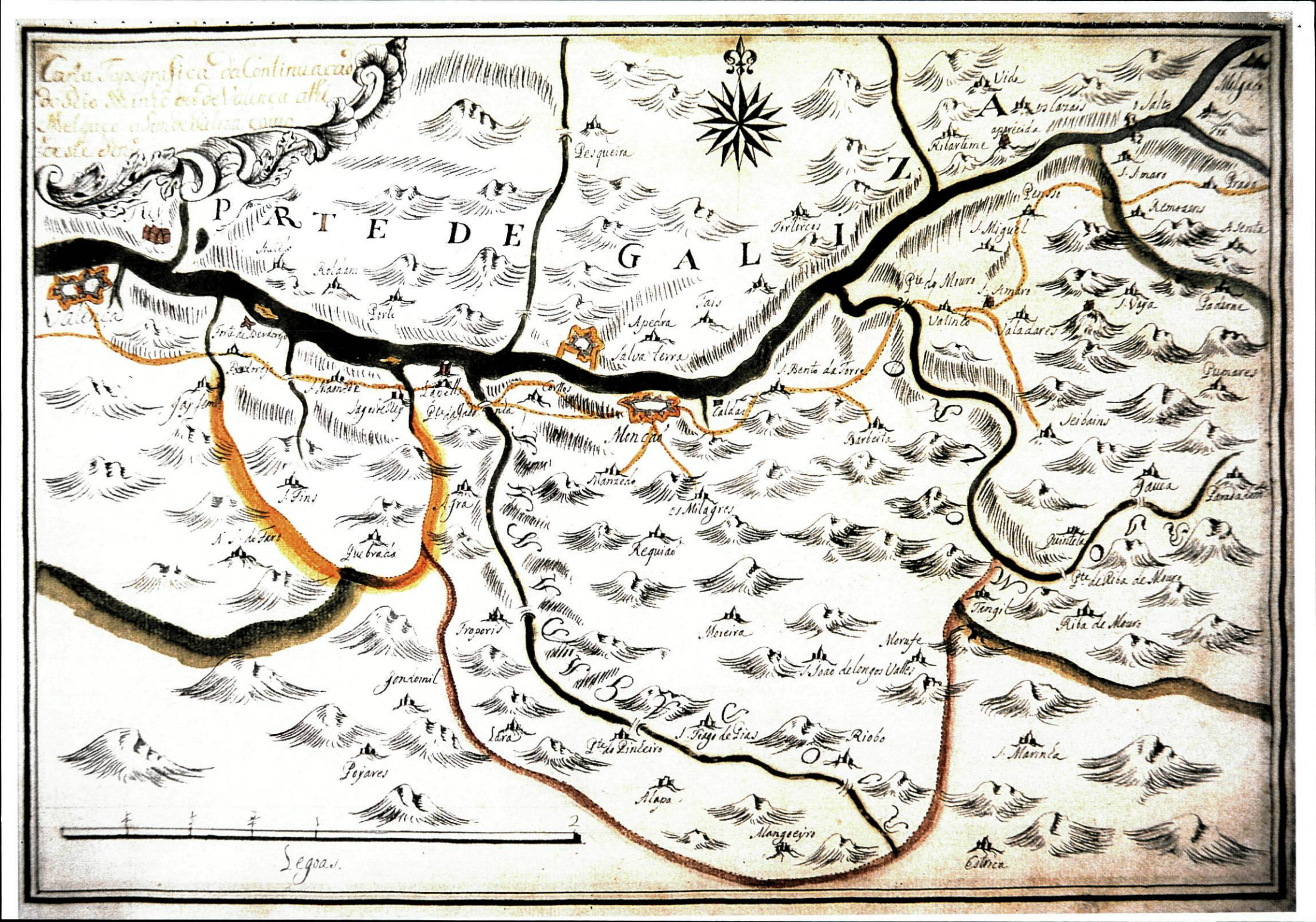
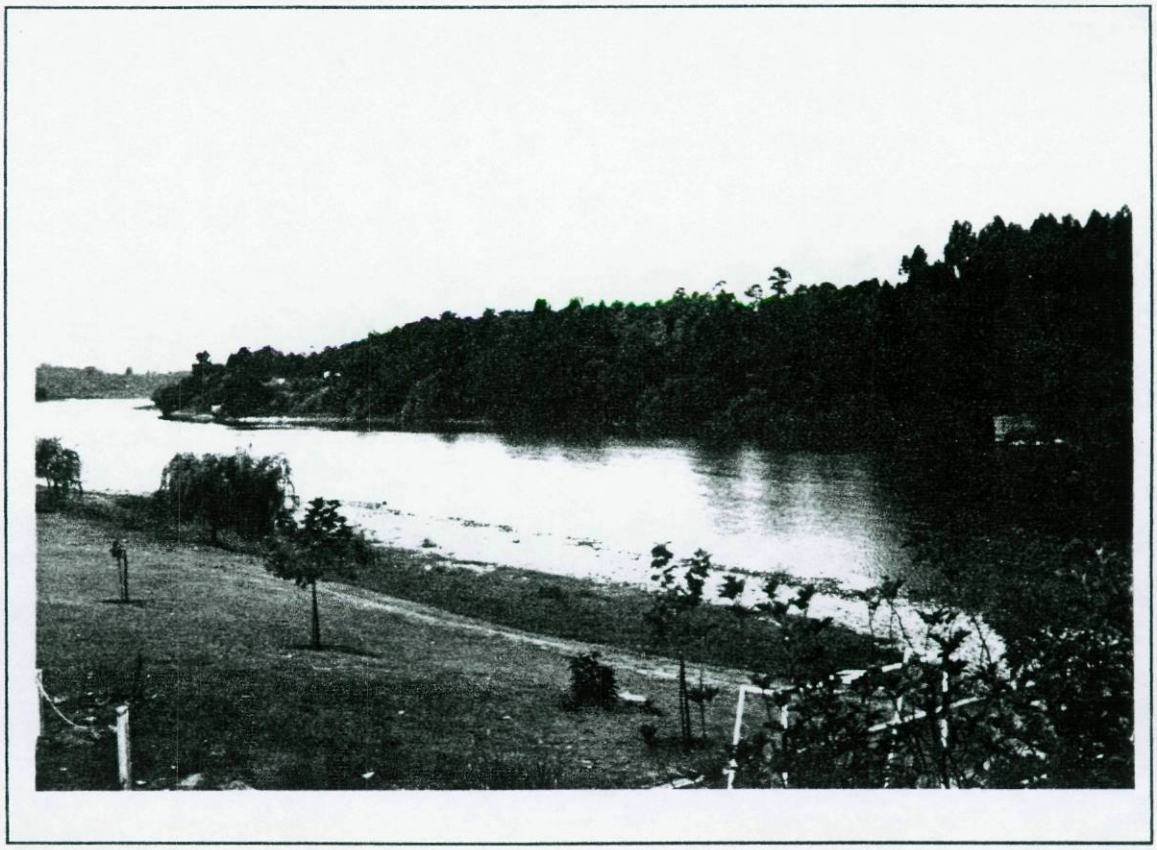

Carta Topografica da Continuação do Rio Minho até a Villa de Valença athe Melgaço athe Hespanha como se vê
PARTE DE GALIZ
A
Desqueira
Portieres
Vide
Melgaço
os Lazaros
Salta
Kilarlume
agoreida
S. Amaro
Prado
Remoens
Perosso
S. Miguel
Ponte de Mouro
S. Amaro
S. Vega
Valinho
Valadares
Gondome
Guimares
Seibains
Barbeita
Apedra
Salva Terra
S. Bento da Torre
Mongão
Manzeda
os Milagres
Reguido
Afra
S. Fins
Gubraçã
Fagilde
Tengi
Rita de Moura
Mereira
Merufe
S. Joaõ de Longos Vallez
Gondomil
Lara
S. Tiago de Dias
Riobo
Pojares
Alapa
Mangoeiro
S. Marinha
Estrica
Segoas.

Fig. 23



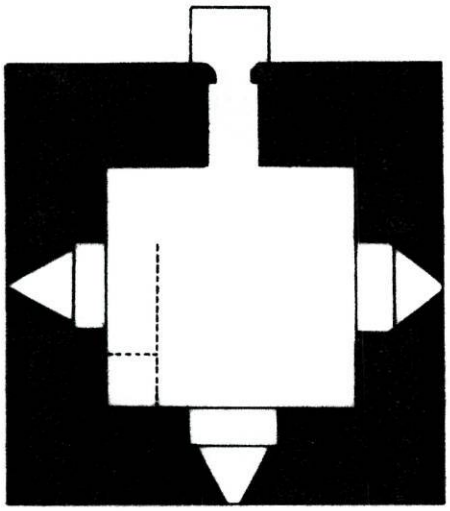
1



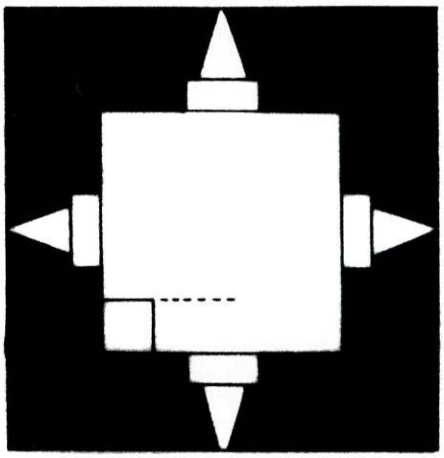
2

Fig. 24

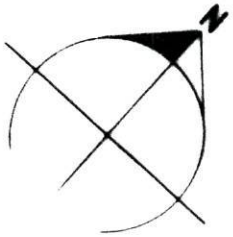
Vestígios actuais da Torre de Lapela.



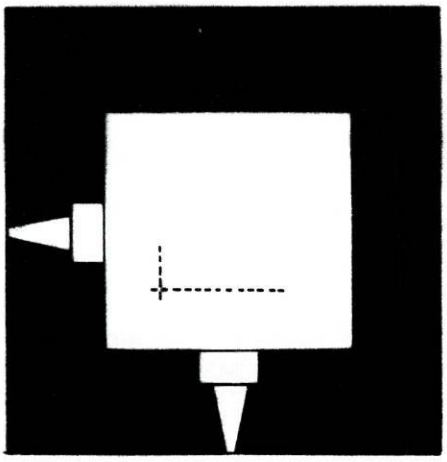
24.1 - 1° Piso.



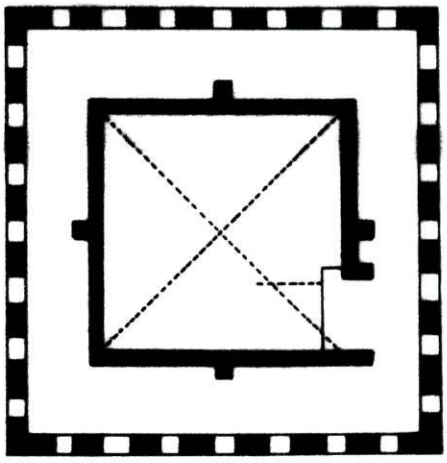
24.2 - 2° Piso.



24.3 - 3° Piso.



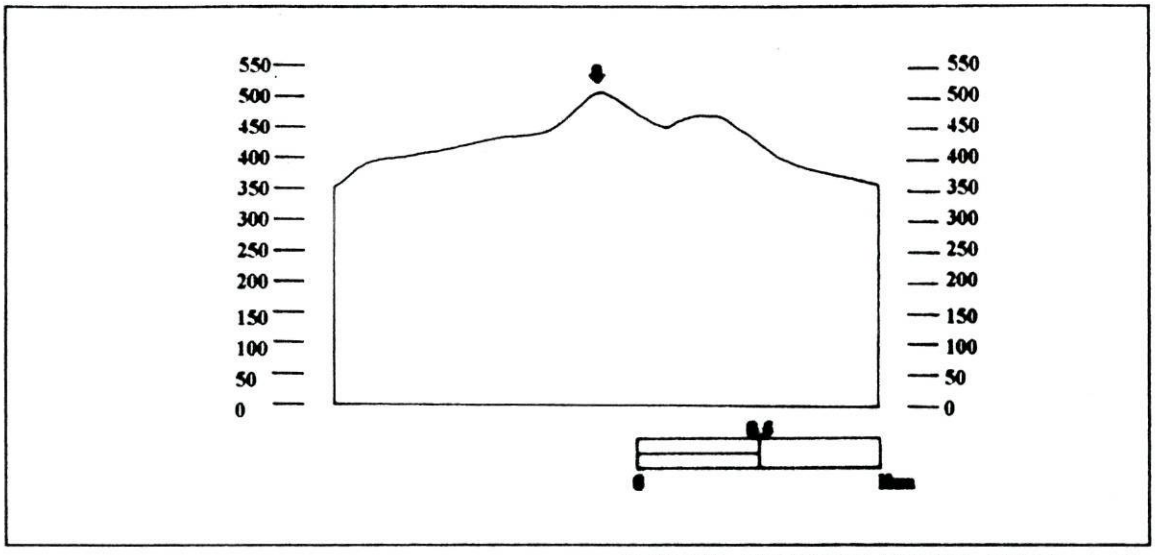
24.4 - Cobertura.



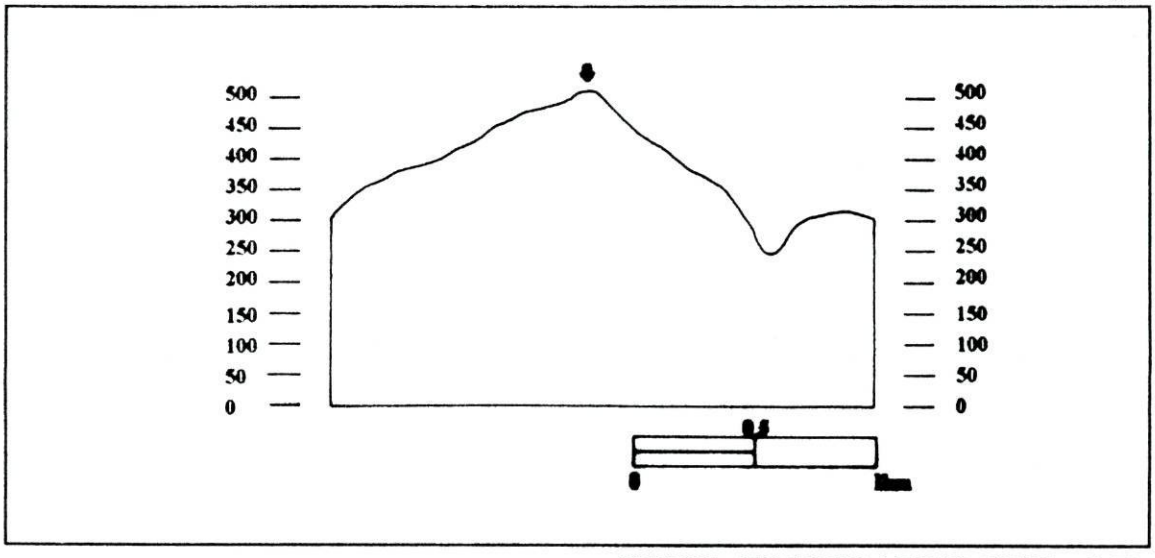


12 - Fortaleza de Lindoso - Lindoso - Ponte da Barca

- 41º 04' 47" N
- 0º 39' 00" E
- 20m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Este bastião militar não provocava grande respeito aos espanhóis do século XVIII, se atentarmos na localização e referências que dele faz D. José Cornide:

"En la parte de Portugal son siempre (99 R) iguales las montañas en todo el espacio de estas siete leguas que llegan desde el río Limia hasta el castillo de Monte Alegre situado junto a las montañas que anteceden al valle de Monterrey. Sobre el río Limia luego que sale de la frontera de Galicia, en umas montañas muy elevadas, que

hacen frente a la limia, tienen los portugueses un castillo contiguo sin cañones, ni más fortaleza que las murallas, llamado el castello de Lindoso, casi en la misma situación, y estado que Castro Laboreiro." (1)

Implantada num maciço granítico de grão médio, que foi aplanado e desbastado, a obra militar de época moderna enquadra e abrange toda a planta do antigo castelo medieval (Fig. 25, 26.1 e 2) (2). Esta, diz o Sargento Brandão, **"He de figura quazi quadrada, cercado de muralha muito an-/tigua, em altura de quasi 40 palmos, com oparapeito comprehendido nella"** (3). Refere-se, sem dúvida ao aparato defensivo medieval, uma vez que as obras maiores relativas às Guerras da Restauração e exteriores ao antigo polígono, constam de um circuito pentagonal irregular que rodeia a muralha antiga e que comporta cinco baluartes (Fig. 25 e 27).

As obras da engenharia militar do séc. XVII são menos elevadas em altura e distinguem-se bem do anterior perímetro amuralhado devido à alvenaria de granito de média e grande blocagem, com pedra miúda, sem vestígios de argamassa nas juntas (Fig. 26.1,2 e 28.1).

Na muralha interior - a do antigo castelo - notam-se, nos pontos mais elevados, as cerca de catorze fiadas de reconstrução levadas a cabo pelos Monumentos Nacionais a meados do século, que não têm nada de similar com a primitiva alvenaria do castelo - esta denota a técnica testa-peito, com aparelho seco de blocos quadrangulares e rectangulares - naturalmente siglada. O pico das pedras evidenciado na reconstrução dos Monumentos Nacionais é diferente, tal como a esquadria e o aparelho, além de integrar, de forma bem visível, bastante argamassa (Fig. 28.2 e 29.1).

As portas do castelo e a obra abaluartada estão orientadas para Norte e, se qualquer dúvida houvesse quanto à datação dos arranjos exteriores, o revelim (Fig. 29.2) que protege a entrada e respectiva cortina dissiparia as dúvidas. Trata-se de um elemento típico da fortificação abaluartada e que, no caso vertente, possui passagem de lintel plano (Fig. 30.1) e parapeito alto ao qual se ascende por um lance de 7 escadas adossado ao revelim.

Sobre a porta de entrada, de arco redondo, existe a base de um matacão, do qual restam apenas duas mísulas em forma de nave.

A todo o perímetro das muralhas exteriores estende-se o caminho coberto e o respectivo parapeito, notando-se bem que, pelo lado da entrada, a **"Estrada encoberta"** (4) foi parcialmente obtida por aplanamento da rocha. Um talude de inclinação razoável - a chamada esplanada - protege a aproximação à **"estrada cuberta"** (Fig. 31). Um pormenor do perfil da planta elaborada por Luis Pinto de Villa Lobos, e a legenda geral que acompanha o

desenho, mostra que o caminho coberto estaria ainda salvaguardado por uma paliçada ou "**estacada**".

A denominação do polígono abaluartado torna-se peculiar quando comparamos a legenda que acompanha o desenho do Sargento Brandão com a de um desenho atribuído a Luis Serrão Pimentel (Fig. 32). O primeiro chama-lhe "**Barbacão com seus baluartes**" (Fig. 27) (5) e o consagrado engenheiro designa-o por "**Barbacam exterior**", acrescentando que "**sefes no anno de 1656**" (Fig. 32). A terminologia medieval está ainda bem viva na aplicação prática da designação dos elementos fortificadores típicos da época moderna. Na realidade, uma barbacã ou uma barreira é um muro mais baixo do que a cerca principal do castelo, mas que a pode cingir inteiramente, deixando um pequeno espaço - quase um corredor - de circulação (6).

Acrescente-se que o desenho atribuído a Villa Lobos é bem mais elucidativo do que se observa no álbum do Sargento Brandão, uma vez que, no que respeita aos baluartes, nos evidencia as "**emmendas que se fizerão nellas depois de sua recuperação**" (Fig. 32). Na realidade estas emendas tiveram, de uma maneira geral, como finalidade, o aumento da linha capital, pelo prolongamento em alguns casos de um só flanco e respectiva protecção da face e em outros, o aumento da dimensão dos dois flancos e consequente alongamento das faces correspondentes.

Voltados a Nascente e a Sudoeste, sobre dois baluartes, erguem-se dois muros couraçados ou, pelo menos no caso dos muros voltados a Este - o que parece ser o resto de uma antiga protecção de um ponto mais vulnerável da muralha medieval, hoje facilmente confundido com um cubelo bastante avançado e rodeado por um baluarte. A planta atribuída a Villa Lobos (Fig. 32) legenda-os como "**paredoens de resguardo**". A defesa voltada a Nascente, é guarnecida com uma ladroneira, ou seja, um "balcão de pedra, totalmente fechado" (7) com os três cachorros em nave e tecto de uma água, feito de grandes blocos de granito bem aparelhado.

As guaritas que pontuam o vértice dos ângulos flanqueados em cada baluarte são cilíndricas, com duas aberturas rectangulares e coroadas com cúpula de pedra (Fig. 30.2) (8).

O parapeito da obra abaluartada, nos sítios onde se conserva, não apresenta o remate de uma água, lajeado, característico das fortalezas seiscentistas de grande aparato, situadas a Norte do Douro e evidencia o miolo de pedras e terra entre as duas últimas fiadas. Encontram-se aqui, no entanto, as caracteristicas canhoeiras deste tipo de fortificação com desenho trapezoidal (Fig. 33.1) (9).

Da antiga artilharia, permanecem ainda duas peças de bronze de pequeno calibre, pousadas sobre lajeado, respectivamente nos baluartes posicionados a Nordeste e a Noroeste (Fig. 33.2). O baluarte voltado a Sudoeste é mais alto que os outros e apresenta

dois lances de escadas de acesso, um de 16 degraus que arranca do terrapleno e outro de 2 degraus que dá para o adarve da cortina.

O acesso ao adarve estreito e não pavimentado desta obra exterior faz-se através de duas rampas, uma posicionada a Sudoeste e outra a Nordeste. A muralha medieval apresenta um parapeito lajeado, de uma água, provavelmente fruto de uma adaptação às novas exigências da artilharia do século XVII. Apresenta em todo o seu perímetro 6 canhoeiras. No interior da antiga cerca, além da torre de menagem de dois pisos no seu ângulo Norte (10), conserva os antigos quartéis de infantaria, na actualidade parcialmente restaurados para o apoio à musealização da praça. Num dos compartimentos restaurados, paredes-meias com o antigo aquartelamento adossado à cortina do lado Oeste, encontra-se o forno circular abobadado, com o piso revestido a grandes lajes, mantendo a pedra remate da chaminé assente em duas volumosas mísulas laterais. Perderam-se, no entanto, a capela e os **"almazens"** que primitivamente estavam adossados à torre (Fig. 27 e 32). A cisterna, ainda presentemente com água, apresenta uma cobertura fruste composta de pedra de variadas dimensões.

Notas:

1 - CORNIDE, D. José, op. cit., 150.

2 - GUERRA, Figueiredo da, *Castelos de Portugal*, Coimbra, 1926, 30, atribui a sua construção a Afonso II, nos primórdios do século XIII (1217)). O conjunto fortificado foi considerado M. N. pelo Decreto de 16 - 6 1910, Cfr: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, op. cit., 42.

3 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl 15 v.

4 - Idem, *ibidem*, fl. 15 v e 16.

5 - Idem, *ibidem*, fl. 15 v. e 16.

6 - Nunes, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991, 48. Este autor, baseado em Villena Prado, Leonardo, *Glossário de Fortificacion Abaluartada, en cinco línguas* e na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, cita os dois e conclui que a barbacã ou a "barreira", não se pode aplicar somente à fortificação de uma porta ou ponto débil, mas a toda a defesa principal, designando-a no entanto, exclusivamente, para a identificação de elementos construtivos medievais.

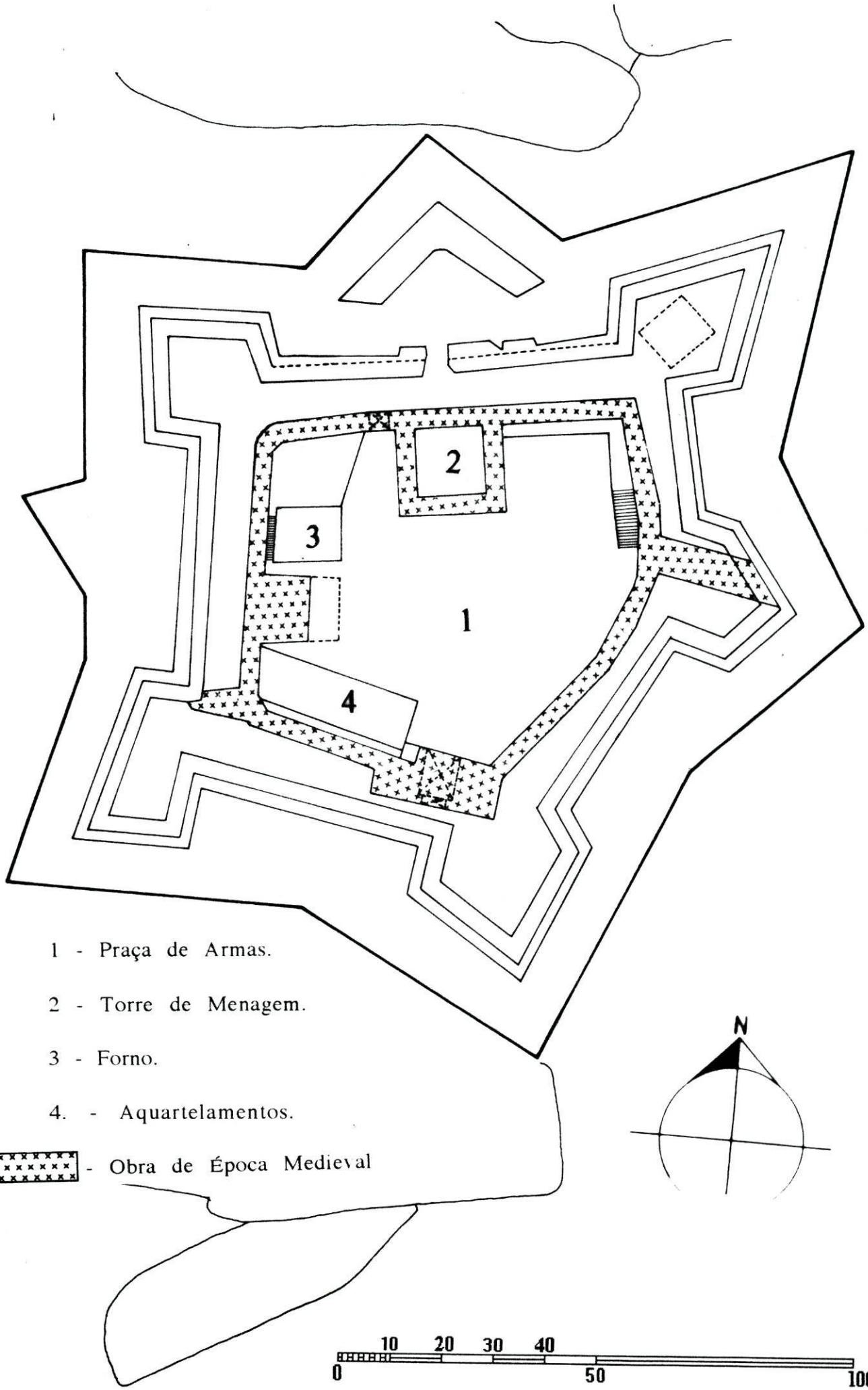
7 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de fortificar*, op. cit., pág. 130.

8 - Exceptua-se a que defende o baluarte Sudoeste, que possui ainda duas frestas rectangulares assimétricas.

9 - No terreno contabilizamos seis.

10 - ALVES, Lourenço, op. cit. 71, aponta em 15 m a altura da torre.

Fig. 25



1 - Praça de Armas.

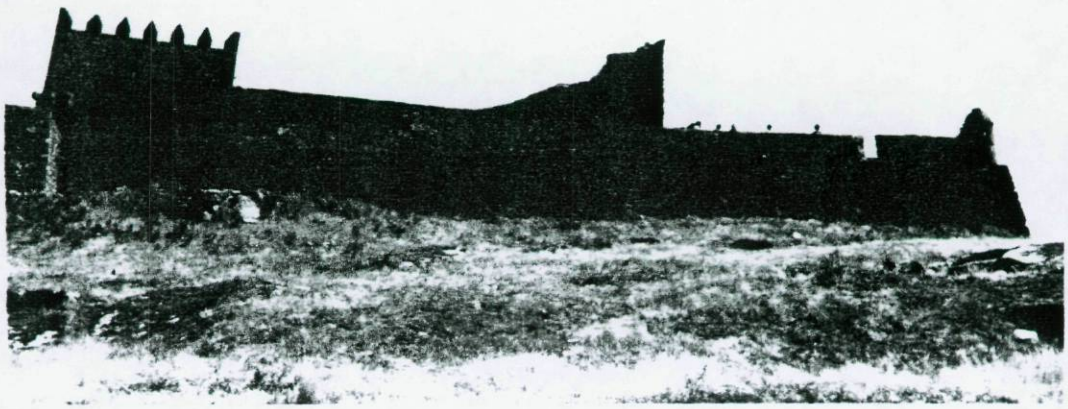
2 - Torre de Menagem.

3 - Forno.

4. - Aquartelamentos.

- Obra de Época Medieval

Fig. 26



1



2

Planta do Castello de Lindoso

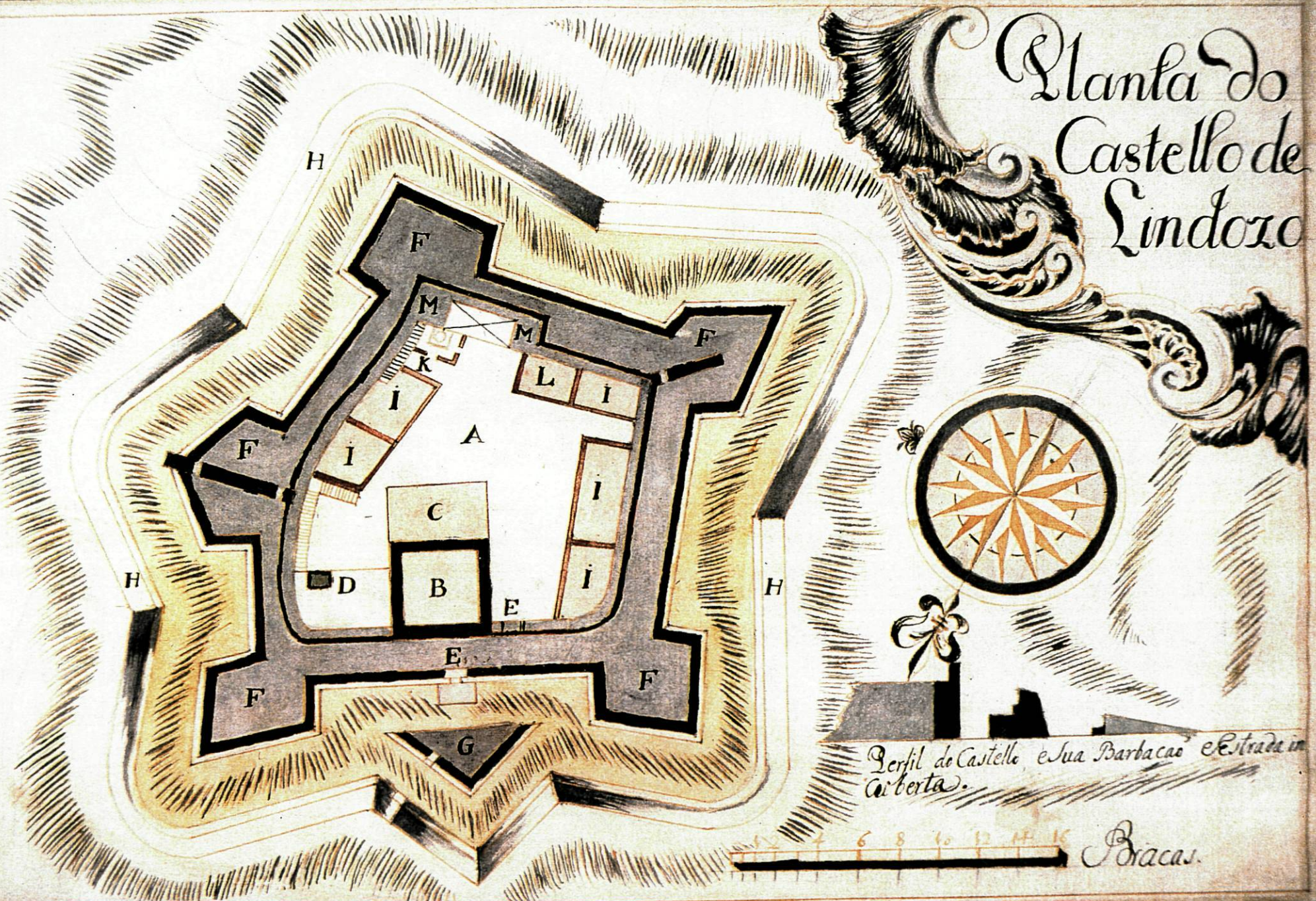


Fig. 27

"Planta do Castello de Lindoso" - fl. 16
Legenda - fl. 15 v.

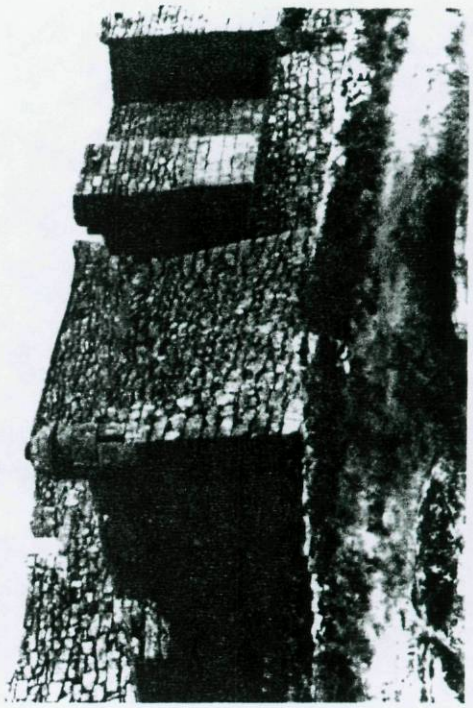
"Ao pé da Serra da Portella do Homem para o Sul sobre o Ryo Lima mostra na prezente/Planta o Castello deLindoso com a letra **A**. Dista este Castello quarto de legoa da/Raya Seca aLeste; eduas legoas apoente da Villa da Barca, tudo aspero caminho, sendo omes/mo por todo o circuito. (...) Tem hua alteroza Torre **B**. da parte do Norte, e duas da do Sul q. mostrão **M.M**./mais pequenas (...)".

"**C**. Almazem"
"**D**. Cisterna"
"**E**. Portas tanto do Castello como da Barbacão"
"**F**. Barbacão com seus Baluartes"
"**G**. Revelim"
"**H**. Parapeito da estrada encuberta, q. seacha inperfeito"
"**I**. Quarteis"
"**K**. Caza do forno"
"**L**. Caza do/moinho demão"
"**M**. Torres piquenas"

Fig. 28

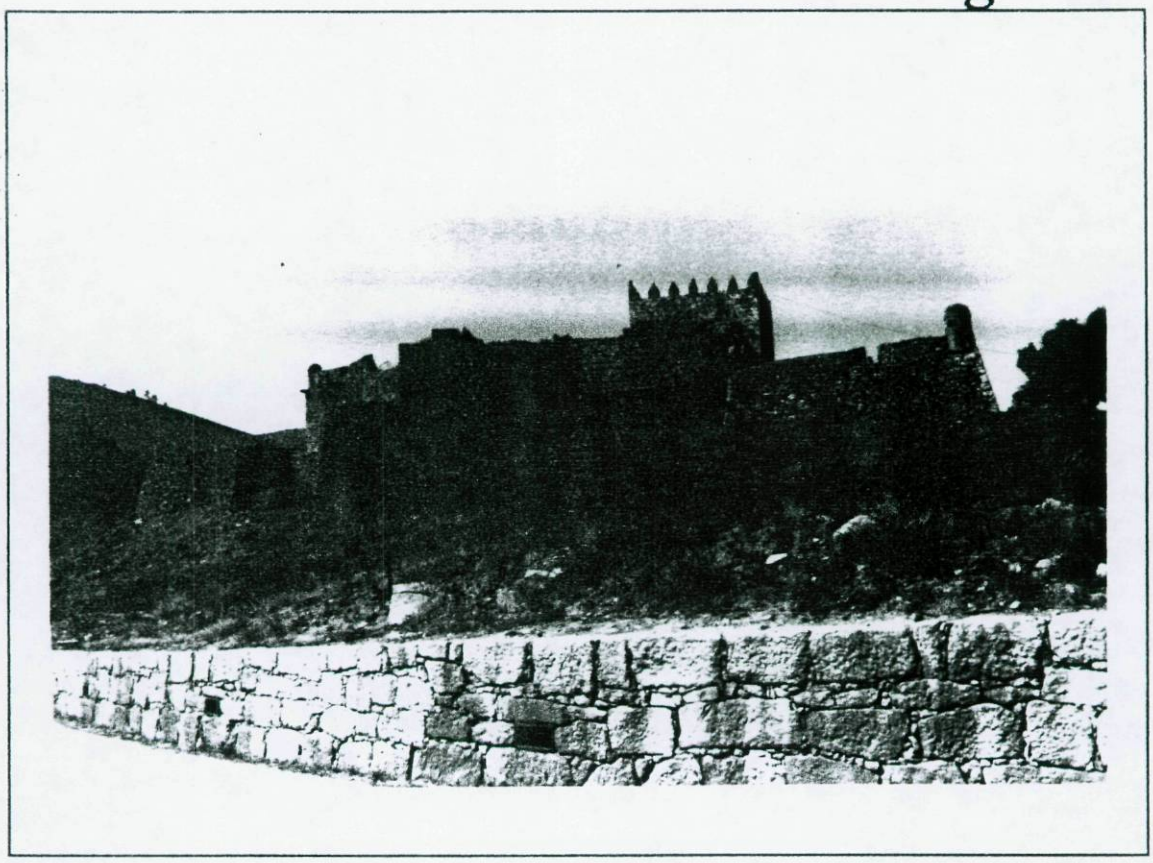


1

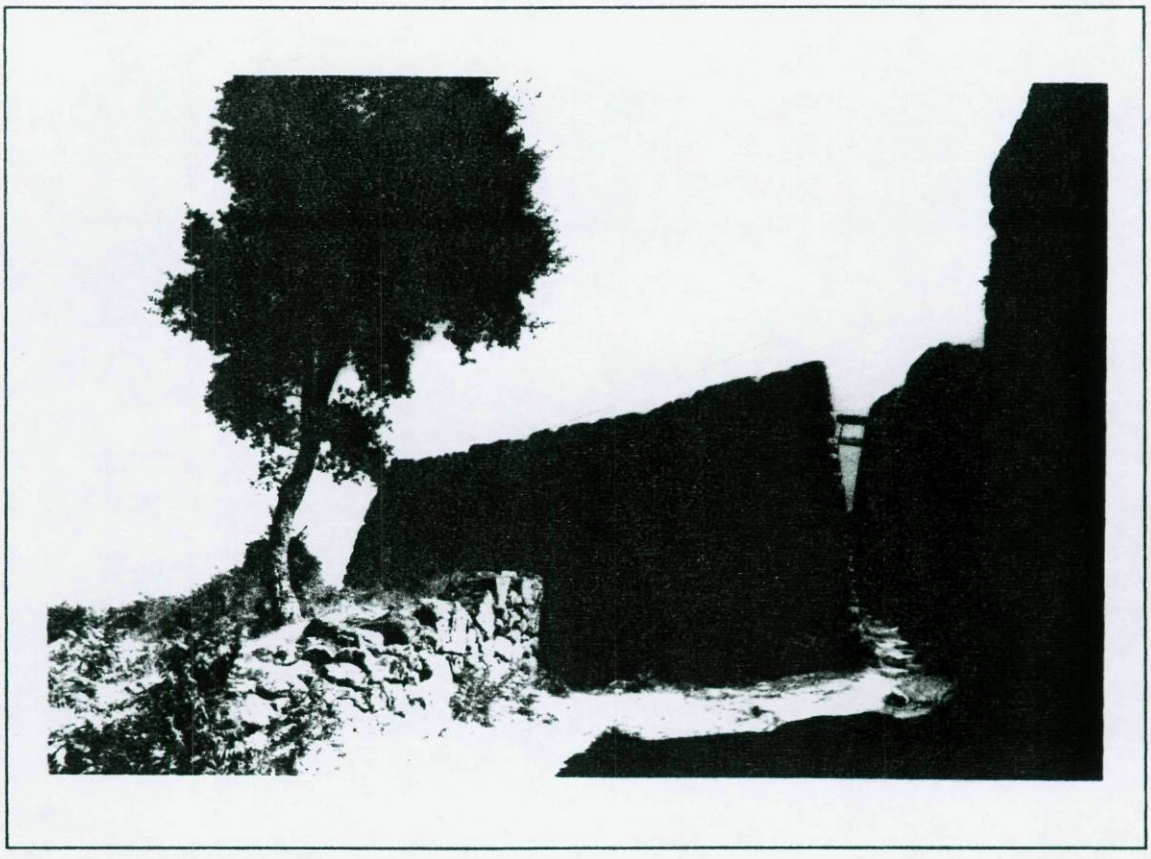


2

Fig. 29

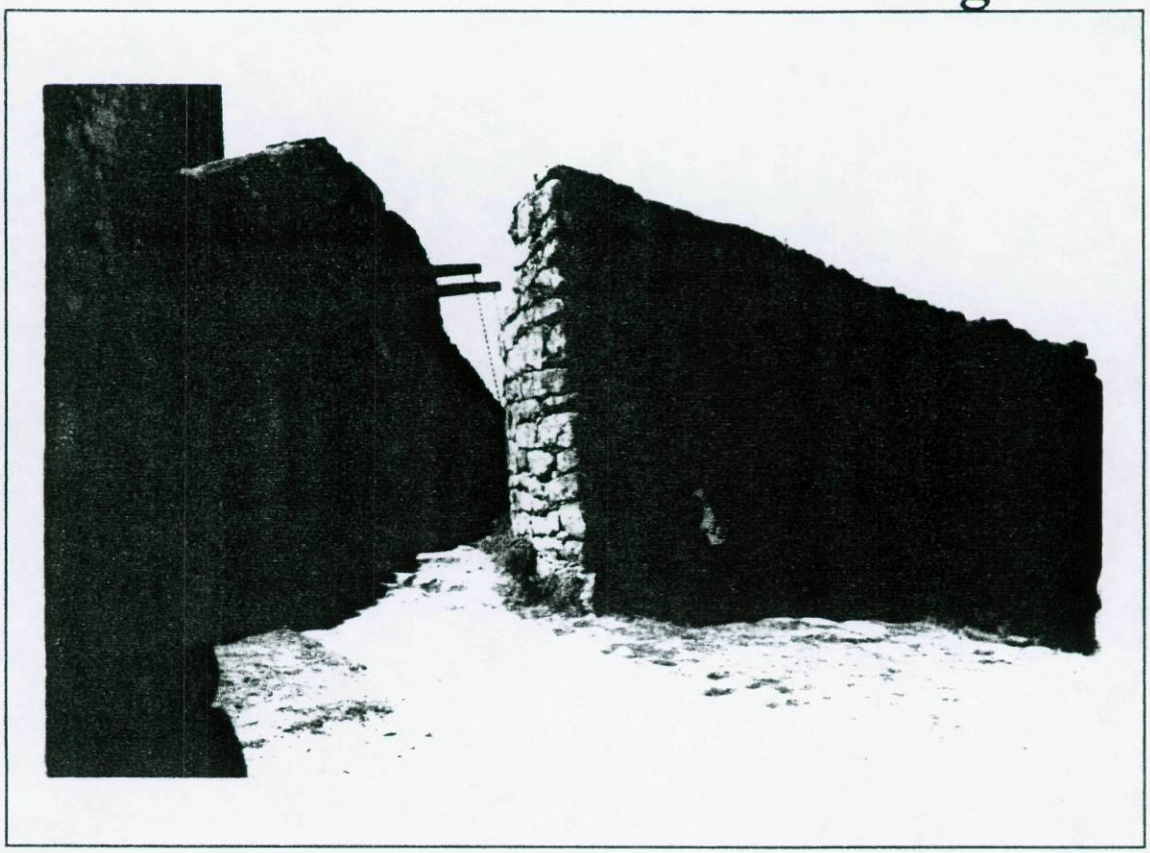


1



2

Fig. 30



1



2

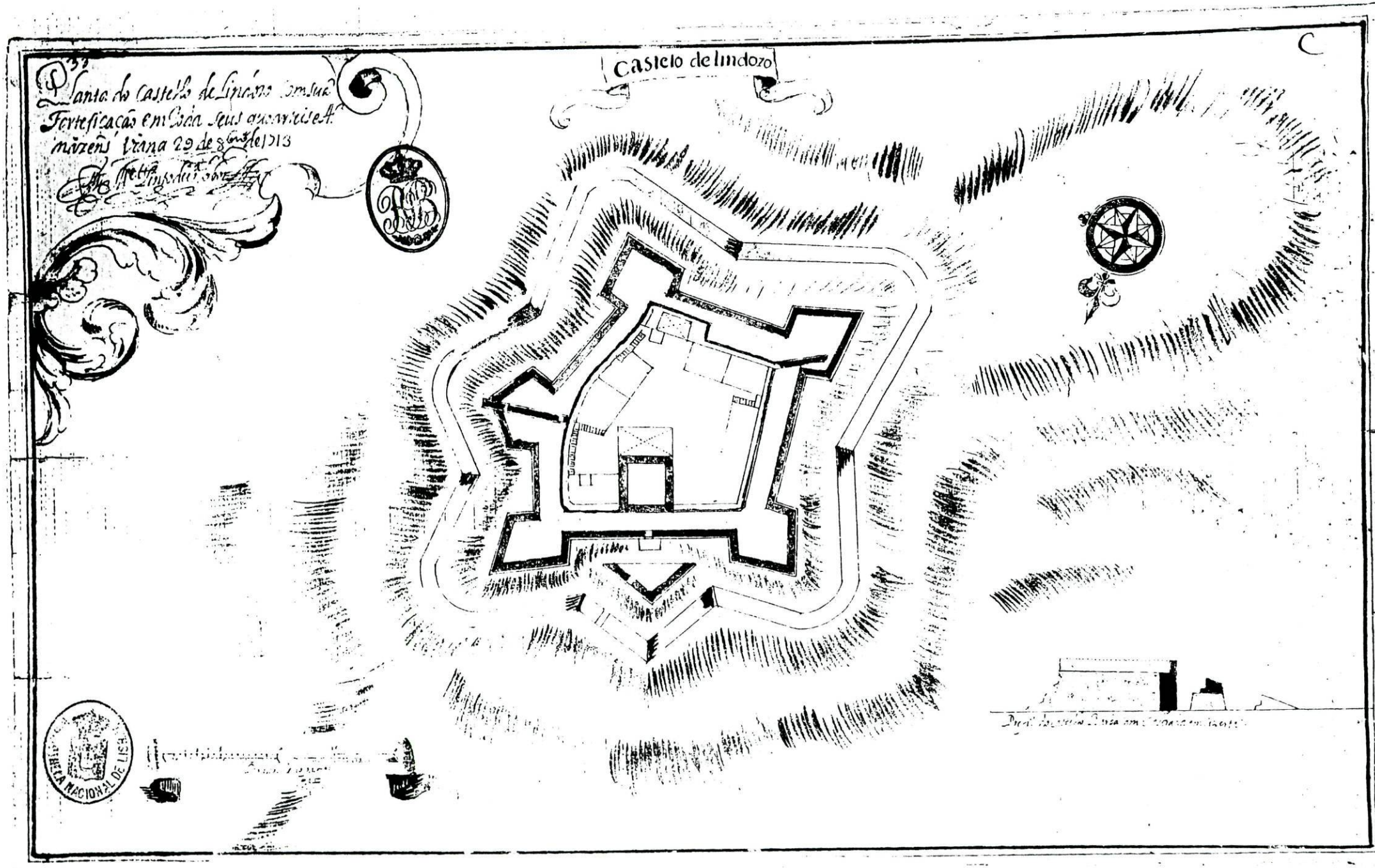

Castelo de Lindoso

Fig. 31

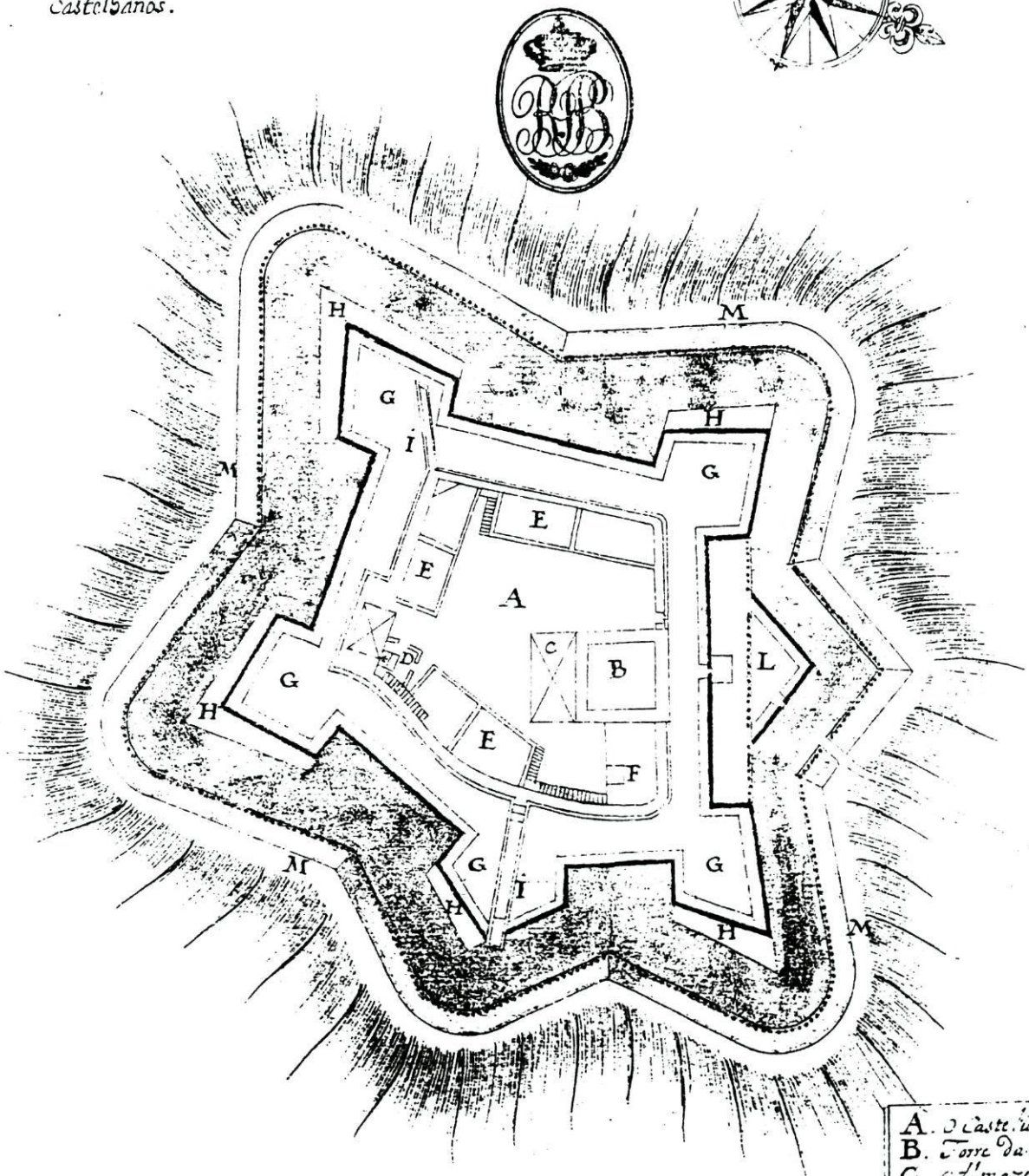
"Castelo de Lindoso"
"Planta do Castello de Lindozo com sua Forteficação em roda seus quarteis e almãzeñs".
"Viana 29 de 8bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos"
"Prefil do Castello Barbacam e estrada emcuberta".
"M.el Pinto de Vª Lobos".
"0-20 Brassas de 10 palmos".
"29 de 8bro de de 1713".
D. 241 V.

C

Planta do Castello de Lindozo.

O q.e mostra de cor verde, he a Fortificação antigua.

O de cor vermelha he a Fortificação q. lhe fizerão os Castelhanos.





Perfil do Castello sua Barbaca e estrada coberta.



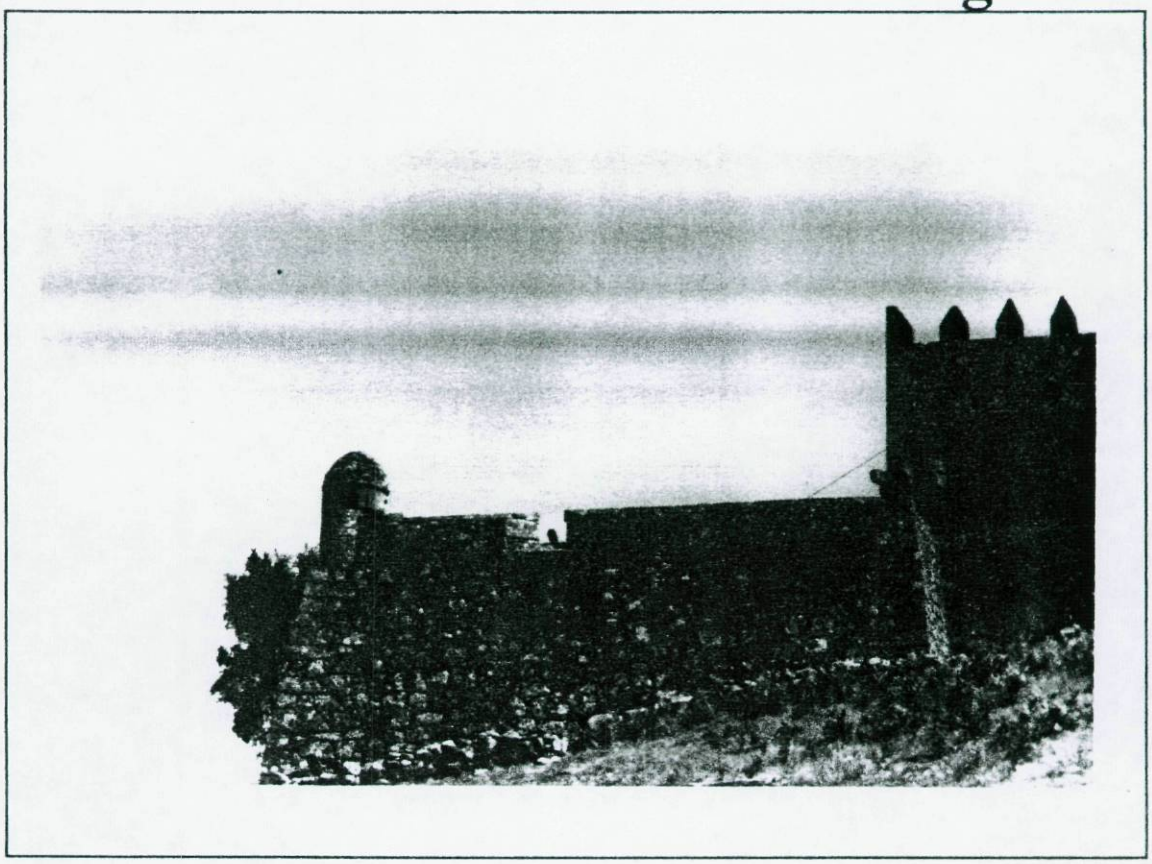
A. O Castello.
B. Torre da menagem.
C. Almazens.
D. Capella.
E. Quarteis p.a infantr.a
F. Cisterna.
G. Barbacan exterior q. fez el Rey no anno de 1656.
H. Eminencias que fez. Terão nellas Deposito de agoa de Cisterna.
I. Paredoins de Cantaria
L. Reducto para Cõservar a ponta do Castello.
M. Parapeito de Estrada Cuberta começada Depois de ter as agoas Comparticipação com o Forte.

Fig. 32

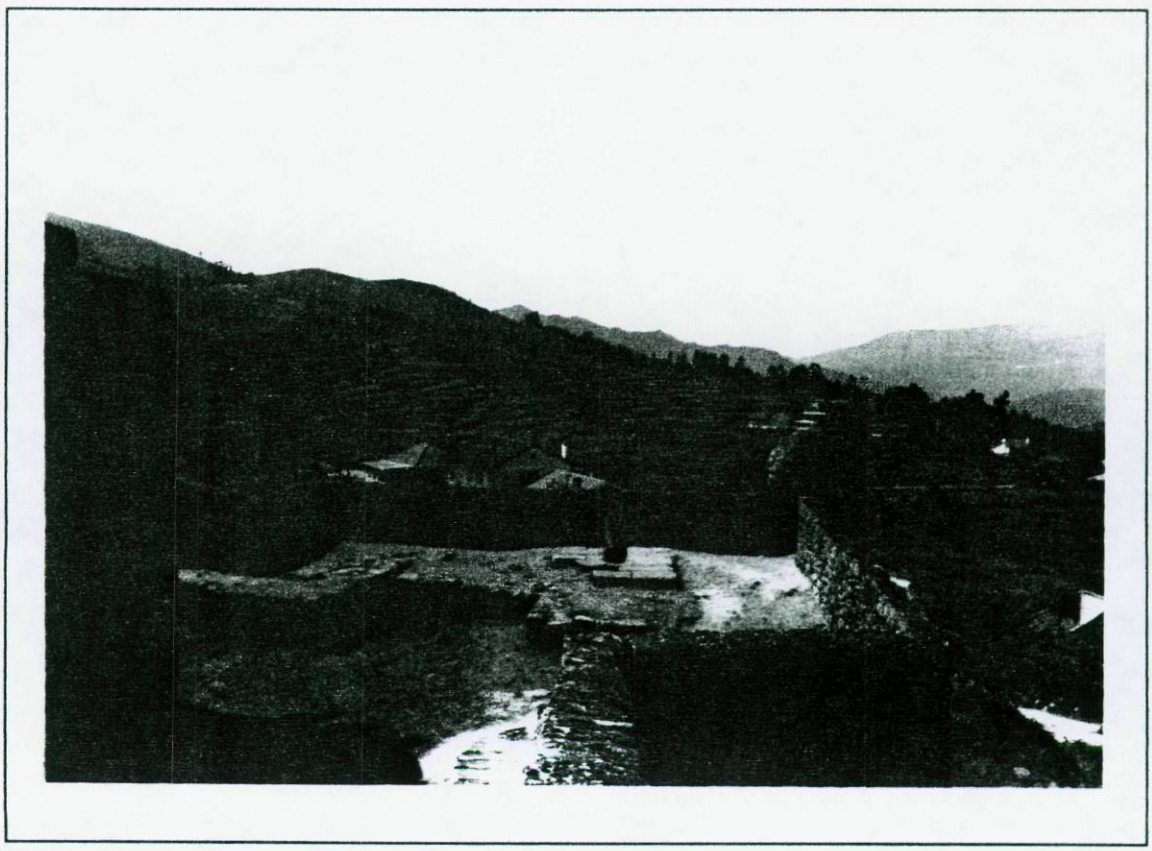
"Planta do Castello de Lindozo."
"O q. se mostra de cór verde verde, hé a Fortificação antigua. O de cór vermelha hé a Fortificação, q. lhe fizerão os castelhanos."
Fil. - Uma âncora e um golfinho entrelaçado (Filigrana desconhecida, mas que por outros desenhos datados se depreende ser de princípios do século XVIII).

"**A**. o Castello"
"**B**. Torre da omenagem"
"**C**. Almazens"
"**D**. A capella"
"**E**. Quarteis da Infantr[a]"
"**F**. Cisterna"
"**G**. Barbacan exterior q se fez no ano de 1656"
"**H**. emmendas que se fizerão nellas depois da sua recuperação"
"**I**. Paredoens de resguardo"
"**L**. Revelim para cobrir a porta do Castello"
"**M**. Parapeito da estrada Cuberta comessada depois da sua recuperação q. com a paz ficou emprefeito e a sua estacada" - "Perfil do Castello, sua Barbacá, e estrada cuberta."
"20 Braças craveiras"
D. 230 P.

Fig. 33



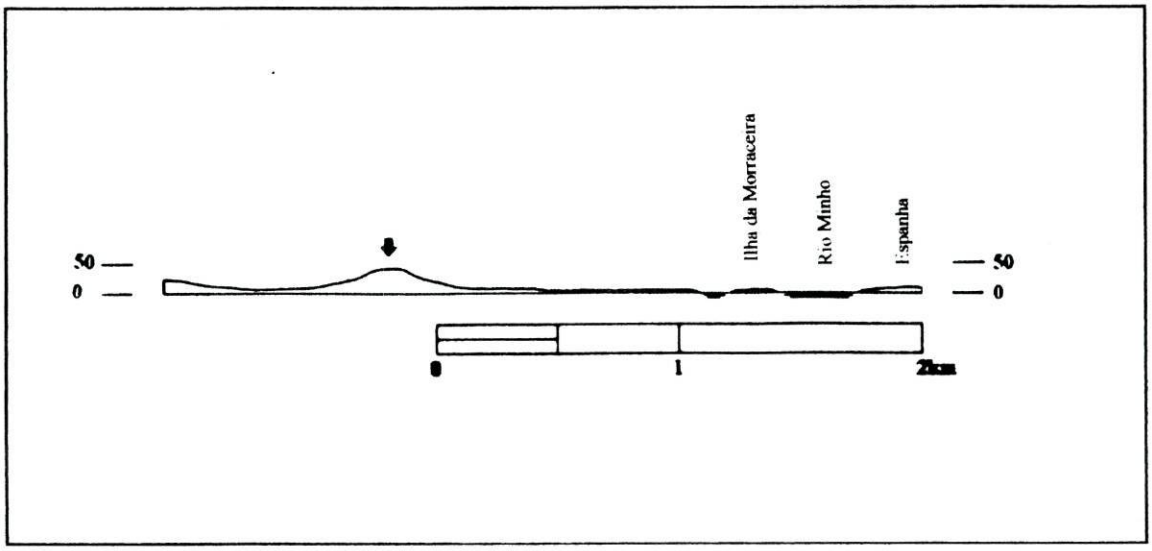
1



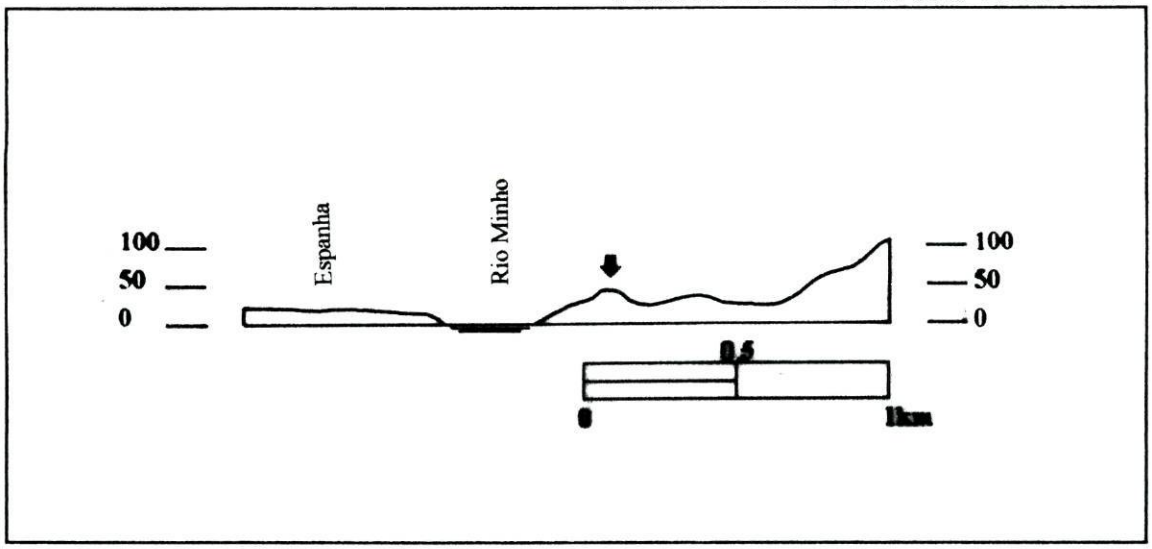
2

13 - Forte de S. Francisco (ou de Azevedo) - Lobelhe - Vila Nova de Cerveira

- 41º 56' 17" N
- 0º 23' 25" E
- 46m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Esta pequena praça seiscentista compunha e completava a estratégia de defesa de Vila Nova de Cerveira, juntamente com a fortaleza da Vila, a trincheira do Penedo do Castelinho, a Atalaia da Sr.ª da Encarnação, e os fortins da Encarnação (Reboreda) e da Corôa do Picoto (Cornes) (Fig. 21).

Contruído por D. Francisco de Azevedo, Engenheiro e Mestre de Campo General da província do Minho entre 1649 e 1654, este forte constitui um exemplo modelar das obras de engenharia

militar feitas propositadamente, de raíz, para as Guerras da Restauração. Medindo 150m de comprido por 30m de largura (Fig.34.1), erguido no outeiro da Breia, em Lobelhe, terá sido concluído em 1663.

Dele nos diz o Sargento Brandão, na legenda que acompanha a aguarela representativa esta zona do rio Minho, que também se chama de **"Novelha"** e está situado no **"Lugar/deste nome"** (1). Adianta, seguidamente, alguns esclarecimentos referindo que **"Dista este Forte da Praça 400 braças aoNorte della, situado em hum tezo ven-/tajozo ao terreno. He pequeno e demelhor defença q. a Praça. Tem o fosso imperfeito. Sem estrada en-/coberta, nem parapeito dela. Esta sem guarnição nem sintinela, servindo de recolhimento de gado/ao Carnisseiro da Praça q. otras arendado avedoria de Vianna; epor isso seacha com os quarteis e/Armazens cahidos the aabobeda do dapolvora"** (2).

A meados do século XVIII, este bastião de parada pentagonal, estava já, se atentarmos nesta pequena descrição, parcialmente arruinado e a sua função era totalmente alheia à missão de vigia e defesa para o qual fora construido.

Localizado num cabeço do terraço fluvial que se alonga 1Km a Norte da Fortaleza da Vila (Fig. 21), a uma cota de 28m, este forte é composto de cinco baluartes terraplanados - três dos quais voltados a Nascente - e apresenta as cortinas Norte e Sul com uma solução de traçado em meia-lua obtida pelo prolongamento curvilíneo e simétrico dos flancos dos baluartes que as cingem (Fig. 34.1 e 3). É obtido assim, não um ângulo flanqueante interno obtuso ou recto, comum nas fortificações absolutas, mas uma gola circular que torna a linha de defesa rasante (constituida pela rasante à face do baluarte e respectivo prolongamento na cortina) coincidente com o ângulo oposto de cada face, sobredimensionando a distância do polígono. Esta opção foi, em parte, determinada pelo relevo longuilíneo do terreno (Fig. 34.2) que, não permitindo um alongamento da planta da praça e uma regularização comum dos seus baluartes impunha, contudo, uma defesa optimizada dos flancos. Na realidade, a aproximação de um atacante a Norte e a Sul, tornava-se extremamente difícil devido à posição de tiro bastante avançada que se podia fazer das faces internas destes lados dos baluartes, incapacitando uma travessia do fosso. Este último, apesar de estar actualmente um pouco atulhado, era bastante profundo, cavando a escarpa de terra de altura considerável, onde se erguia, no topo, a mampostaria do forte. Ainda hoje, para quem se aproxima da base da esplanada, a fortificação só é visível pelas suas guaritas destacadas ou por pequenos lances do parapeito derruído.

O terrapleno do forte está presentemente coberto por densa camada de mato, crescendo os pinheiros e os eucaliptos um pouco

por todo o lado, rivalizando com o avanço das austrálias que ameaçam cobrir toda a área circundante da defesa. Os seus parapeitos de terra são já fracamente visíveis É por este facto que, sem uma intervenção arqueológica, se torna impossivel a detectação de quaisquer restos das estruturas associadas à praça que nos são indicadas pelo Sargento Brandão (3). Actualmente, para além das muralhas, conservam-se três das quatro guaritas circulares, com cúpula cónica, que coroam os ângulos dos baluartes e resta ainda a porta, voltada a Nascente, com arco quebrado, de boa alvenaria e os degraus de acesso ao interior do recinto.

Uma pequena sondagem feita por A. Antunes Abreu na década de 80, junto à entrada do forte, indica-nos que este terá sido construido tão rapidamente - respondendo à emergência que as Guerras da Restauração impunham - que não possui alicerces, arrancando a sua mamposteria, delimitada superiormente pelo cordão e sem parapeito, directamente do topo do terraço onde está construído. A solidez das suas paredes é obtida pelo terrapleno de terra e seixo (provenientes do terraço fluvial), que preenche e determina a espessura de cerca de 2,50m da fortificação (4).

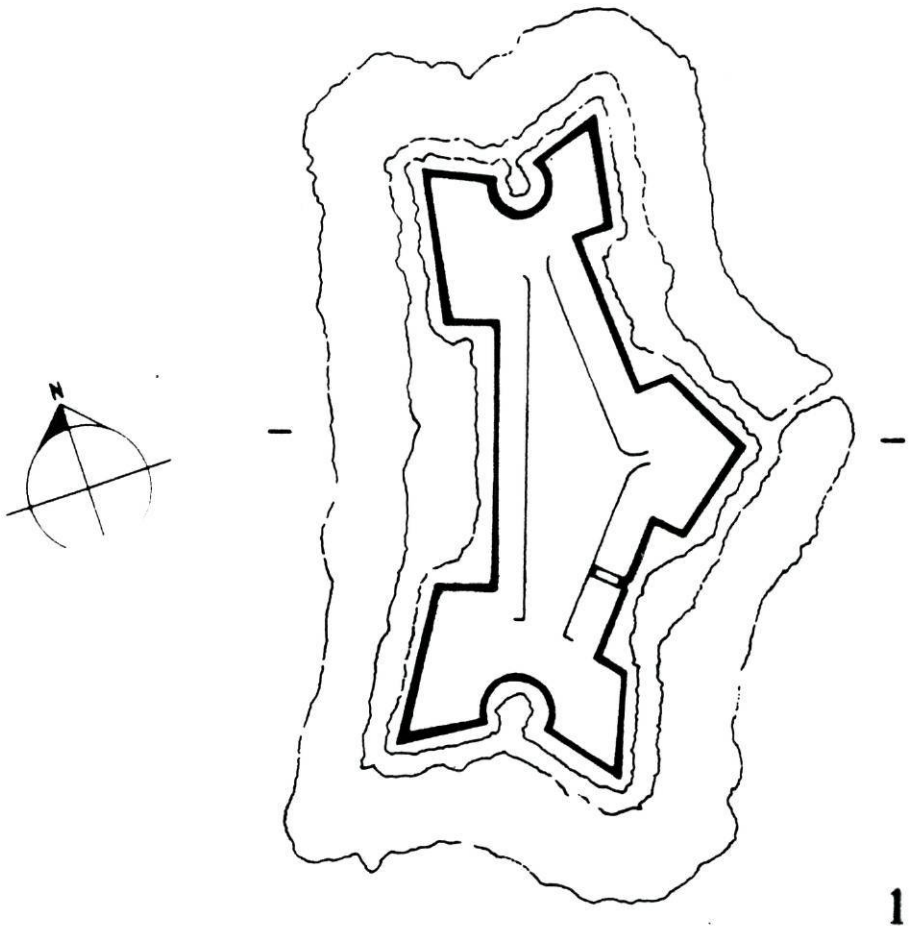
Notas:

1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 5 v.

2 - Idem, *ibidem*, fl. 5 v. GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 19, adianta que a partir de 1820 serviu de aquartelamento de veteranos e que, "em 1857, quando da febre amarela, nêle estabeleceram o Lazareto". VIEIRA, José Augusto, op. cit.,147, refere-se à obra, chamando-lhe "castelo de Lobelhe" para, adiante, se referir a ele como "o forte, chamado ainda de Azevedo, do nome do mestre de campo general D. Francisco de Azevedo, que á sua construcção mandou proceder em 1660, teve já o triste destino de Lazareto, na occasião da invasão do cholera em 1856 e hoje esmorona-se pacificamente na sua decrepitude, sem que se lhe conheça outro prestimo senão exactamente o de ser um bello ponto de reparo com as suas linhas de pentagono, na meiga paysagem de que faz parte."

3 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 18, indica, para além dos quartéis, armazém e paiol, a existência de uma capela dentro do forte.

4 - ROCHA; J. Marques, *Vila Nova de Cerveira*, ed. de autor, s.l., 1994, 45, refere que o forte terá sido reconstruído entre 1797 e 1801, sob orientação do capitão de engenharia José Joaquim de Naussane de Sousa Lira.



Vestígios actuais do Forte de Azevedo - Lobelhe - Vila Nova de Cerveira.

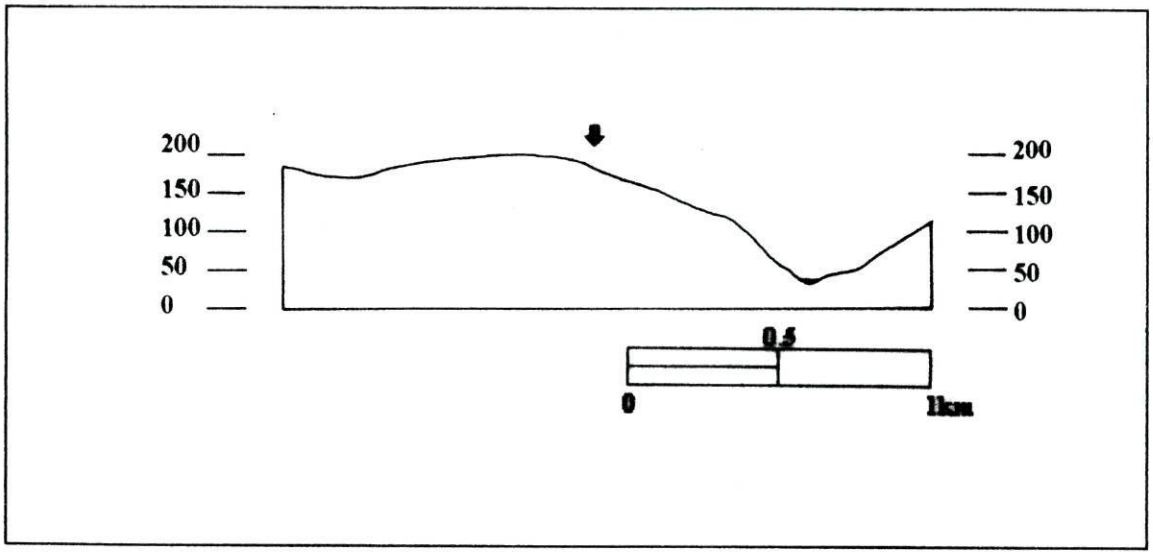
1 - Planta actual do Forte de Azevedo.

2 - Perfil topográfico do Forte de Azevedo (eixo E-O).

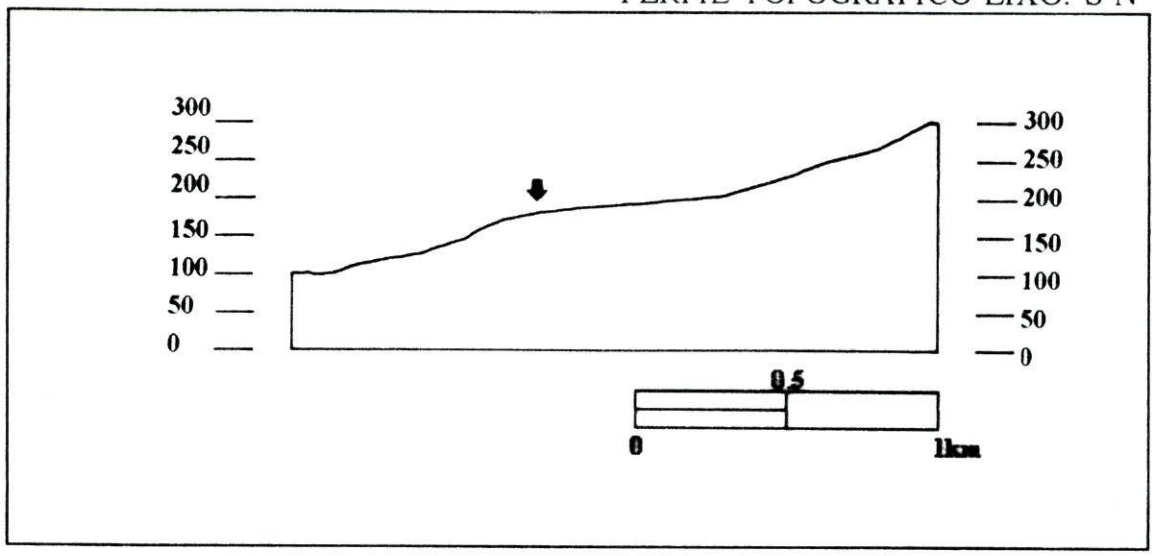
3 - Vista axonométrica do Forte de Azevedo.

14 - Fortaleza de Melgaço - Melgaço

- 42º 13' 15"
- 0º 52' 30"
- 203m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Deixando a fronteira marginada pelo Minho, caminhando para Nordeste, entra-se no relevo acidentado da raia seca. D. José Cornide comenta esta passagem sob o ponto de vista estratégico:

"Volviendo a seguir la ribera del Miño desde Salvatierra hasta la raya seca hay dos leguas muy montañosas y de dificil paso, las que están llenas de lugares de poca consideración y de ninguna defensa; pues en todo este distrito no hay plaza castillo ni fortificación

alguna. El río y las montañas son el único impedimento para penetrar en lo interior del Reino..." (1)

A fortaleza de Melgaço mantém, ainda e apesar das reconstruções que possam ter alterado um ou outro pormenor do conjunto, bastantes características que lhe asseguram uma clara filiação medieval (2).

O núcleo central fortificado, o chamado "Castelo", é um recinto de planta elíptica (Fig. 35) de piso rochoso cortado e sumariamente aplanado (Fig. 36.1), com dois cubelos quadrangulares colocados a Poente e Nascente, de paredes largas e seteiras angulosas, a rodear uma torre central com um balcão ameado no topo, suportado por cachorrada de dupla nave (3). A cerca é de alvenaria regular, seca, comportando blocos de médias e grandes dimensões (Fig. 36.1 e 2), tal como a torre de menagem, com quatro pisos (Fig. 37.1). Dentro da cerca, além da torre, apenas subsiste a cisterna de tecto abobadado e planta rectangular, hoje atulhada. Todas as outras estruturas de apoio à fortificação foram destruídas notando-se, aqui e além, alguns alicerces de construção cuja funcionalidade é, presentemente, de difícil inteligibilidade.

O acesso ao caminho de ronda faz-se, interiormente, através de três lanços de escadas duplos e simétricos, adossados ao muro. Concebidos com degraus altos e estreitos, situam-se a Norte, Sul e Poente (Fig. 36.2). A Norte, do lado direito do lanço de escadas, notam-se na cerca as pedras salientes que suportavam o vigamento de um telheiro ou o tecto de um pequeno edifício de madeira. O parapeito deste recinto já desapareceu, tornando-se impossível perceber a altura de tiro e o tipo de merlões e ameias que o orientavam (Fig. 37.2). Questiona-se mesmo se estes elementos existiriam mas, a avaliar pelas características dos que coroam os dois cubelos - em tudo semelhantes aos dos séculos XIV/XV - podiam ter sido de corpo largo, apanágio das fortificações desta época. O adarve, de largura exígua conserva-se ainda, no presente, parcialmente lajeado.

As entradas secundárias deste núcleo amuralhado fazem-se através de duas pequenas portas, uma de arco de volta perfeita e outra de arco abatido, respectivamente colocadas a Norte (Fig. 38.1) e a Sudoeste (Fig. 35), sendo esta última, provavelmente, a chamada porta da traição.

A entrada principal do reduto, localizada a Sul, apresenta uma solução arquitectónica de planta sub-octogonal que forma um pequeno átrio onde existem três troneiras simples, abobadadas e actualmente emparedadas (Fig. 35 e 38.2)

No exterior deste conjunto percebem-se ainda alguns vestígios da cerca da vila (Fig. 39), nomeadamente a entrada voltada a Sul, com arco de volta perfeita concebido com aduelas e saiméis regulares, de boa esquadria e pico fino. Hoje em dia o piso desta

entrada está alteado, mercê dos arranjos urbanísticos que o núcleo antigo tem recebido, notando-se, contudo, a pouca altura do actual chão, as duas pedras destacadas onde assentaria a bandeira, gradeada ou não, da porta que protegia esta abertura.

O álbum de desenhos do Sargento de Infantaria Gonçalo Luis da Silva Brandão, pertencente à B. P. M. P., mostra-nos uma fortaleza abaluartada, de grande diâmetro, com falsa braga em todo o seu perímetro, composta de três baluartes: dois voltados a Norte, como que a proteger a velha fortaleza e um outro, de grandes dimensões, voltado a Sul. A sumária nota explicativa que acompanha o desenho aguarelado diz-nos que **"A figura desta praça é próxima a quadrado, com hum castello quazi circular, que lhe fica ao Norte, tudo cercado de boa muralha com quasi trinta palmos de alto"** (4). Pelo lado Nascente, o desenho mostra-nos a interrupção deste **"quadrado"**, pela construção de uma espécie de obra corna (Fig. 35) (5) bastante avançada, de braços compridos que, ao contrário do habitual numa fortaleza abaluartada, não é distinta: está ligada à muralha da praça e não visa, segundo o desenho, a protecção a qualquer baluarte ou revelim. Este elemento está, também ele e segundo o mesmo autor, delimitado pela falsa braga que acompanha todo o perímetro dos muros.

No baluarte voltado a Sul, salienta-se no desenho do Sargento Brandão, a proeminente espalda do seu lado esquerdo, bem como, à semelhança dos outros dois, a diminuta linha capital e o ângulo flanqueado quase recto.

A composição da fortaleza abaluartada surge bem mais esclarecida na planta da B. N. L., da autoria de Luis Pinto de Villa Lobos (Fig. 40). Reconhece-se perfeitamente o Castelo com os seus dois torreões adossados à cortina, a torre de menagem e a cisterna. A obra abaluartada surge bem definida, especialmente o elemento destacado que o Sargento Brandão classifica de obra corna. Na realidade trata-se de uma obra corna (6) de braços alongados com dois meios baluartes e duas portas exteriores simétricas, que protegia a porta principal da fortaleza e o respectivo revelim que a cobria. Neste caso, observando a planta disponível, ela está mais próxima de um horneveque - embora não totalmente aberta na gola - do que a clássica obra coroa que temos em Valença, uma vez que lhe falta o baluarte central. Apesar disso a funcionalidade é a mesma, ou seja, é uma construção de grande dimensão a proteger um revelim, que se torna quase vital na defesa de uma cortina onde se abre a porta principal da fortaleza. Pela legenda da carta de Villa Lobos sabemos também que dentro dela se abrigava a capelinha de S. André.

Quanto ao resto da planta da fortificação moderna, o traçado não diverge muito do simplificado desenho contido no M.S.1909 da

B. P. M. P. Apercebemo-nos do traçado sub-rectangular da praça, com os seus três potentes baluartes: o que cobre, pelo lado Norte, o bastião medieval, o baluarte com a espalda sobre-dimensionada a Poente e o que protege o ângulo Este das muralhas. Estas têm o seu traçado cortado por redentes (7) ao longo da cortina protegida pela falsa braga, o que Villa Lobos denomina, na legenda que acompanha a planta, por **"Falsa Braga flanqueada com seu balluartes aella atados"** (Fig. 40).

O conjunto evidencia uma obra de engenharia militar de considerável vulto, reconhecida pelos espanhóis: **"En la parte de Portugal, como a legua y media de Monzón tienen los portugueses otra plaza llamada Melgazo, que es una de las mejores que hay en la frontera por esta parte"** (8). Opinião bem diferente é perfilhada por Luis Figueiredo da Guerra, quando coloca em causa o valor estratégico da praça, referindo que apenas serviria, quanto muito, para "depósito de víveres, e aquartelamento de tropas, no caso de pretendermos invadir a Galiza" (9).

Notas:

1 - CORNIDE, D. José, op. cit., 140

2 - ALVES, Lourenço, *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho (monumentos civis e militares)*, Caminiana, nº 12, ano VII, Caminha, Dezembro de 1985, 62 - 63. Este autor reclama o reinado de D. Sancho II para o termo das obras da torre de menagem e muralha envolvente, embora refira que terá existido outra torre mais antiga, provavelmente contemporânea de D. Sancho I. Esta defesa inicial será, provavelmente, aquela a que se refere GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do distrito de Viana*, op. cit., 7-8, quando atribui a fundação de uma cidadela e respectiva torre de menagem ao Prior do Mosteiro de Longosvales - D. Pedro Pires - em 1190, sob ordem de D. Afonso Henriques. Segundo este investigador, em 1263, Afonso III procede a reparações no castelo e inicia a construção das muralhas da vila, obra que só será concluída no reinado de D. Dinis.). A obra foi considerada Monumento Nacional por decreto de 16-06-1910 e Zona Especial de Protecção pelo Diário do Governo, 2ª Série, nº 105 de 09-05-1949 - Cfr. *Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Vol. III, Distrito de Viana do Castelo, Conselho de Melgaço, 29.

3 - ALVES, Lourenço, op. cit., 63, aponta que a arquitectura da torre "denuncia perfeitamente o tipo de torres afonsinas, do séc. XIII. Segundo este autor, o aparelho maciço e regular da construção, "coroada por um balcão a toda a volta, sustentado por cachorros

salientes e ressaltados" torna-a igual a muitas outras espalhadas pela fronteira.

4 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 12 v.

5 - O manuscrito registado na B. P. M. P., com o número 1199, da autoria de JACOB, Miguel Luis, capitão de infantaria com exercício de engenheiro, enuncia, no seu "Livro. I. Da Fortificação Regular", fl. 41, uma definição de obra corna mais complexa do que a que queremos evidenciar e exactamente igual à de obra coroa: "He huma obra destacada da Praça Unida ao foco princi-/pal por m. de deux (sic) Ramaes tendo na frente hum baluarte inteiro e a/cada lado hum m. baluarte q. se juntão por duas cortinas, he guarne-/cida de Parapeito...". Se na realidade, a obra coroa (ou coroada) possui um baluarte central, ladeado de dois meios baluartes, a obra corna é mais simples. NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 161, define obra corna como sendo o "mesmo que Horneveque. Importante obra exterior composta por dois meios baluartes, unidos por uma cortina...".

6 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit.,160-161, fornece exemplos esquemáticos para a distinção entre obra coroa e obra corna.

7 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 151.

8 - CORNIDE, D. José, op. cit., 140.

9 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 9.

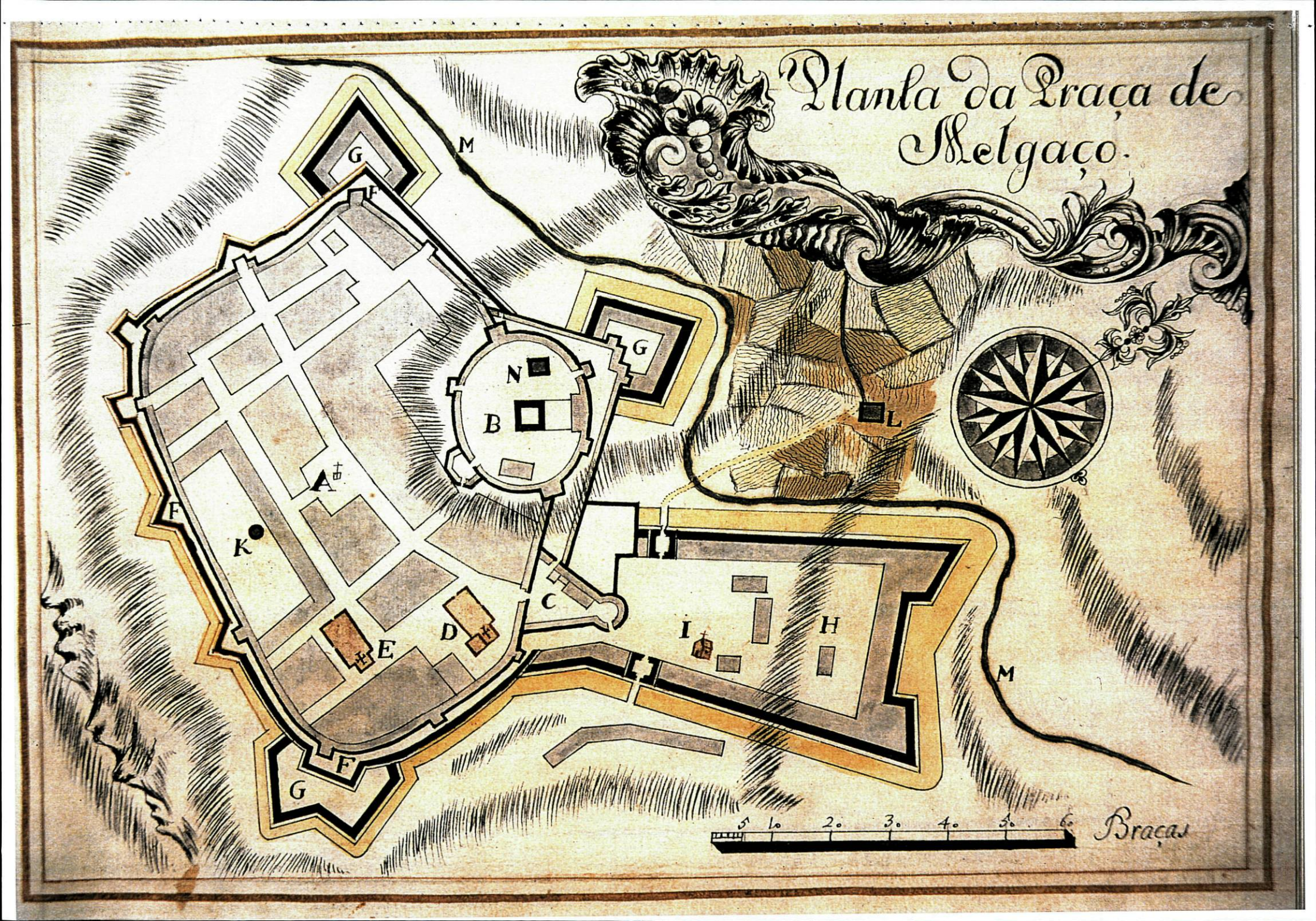

Planta da Praça de Melgaço.
A
B
C
D
E
F
G
H
I
K
L
M
N
5 10 20 30 40 50 60
Braças

Fig. 35

"Planta da Praça de Melgaço" - fl. 13

"Legenda - fl. 12 v."

"Grandes tres legoas da Praça de Monção esta aque mostra a Planta de Melgaço, com/caminhos apertados, principal mente dolugar de Pensso pª sima. (...) A obra corna sinalada **H** e os Baluartes e Tenas (sic)(Tenalhas) que mostra **G** tem os parapei-/tos de torrão. He condenada de toda a parte esta Praça pellas eminençias/que avezinhão."

"**A**. Villa de Melgaço"
"**B**. Seu Castello"
"**C**. Porta Prinçipal"
"**D**. Igreja Matris"
"**E**. Mizericordia"
"**F**. Falça braga em roda"
"**G**. Baluartes atados/aella"
"**H**. obra corna que domina em hum tezo"
"**I**. Ermida de S.to Antonio"
"**K**. Posso/dentro da Praça"
"**L**. Fonte fora da Praça q. he aq. tem avillla"
"**M**. Rego de agoa"
"**N**. Cisterna"

Fig. 36

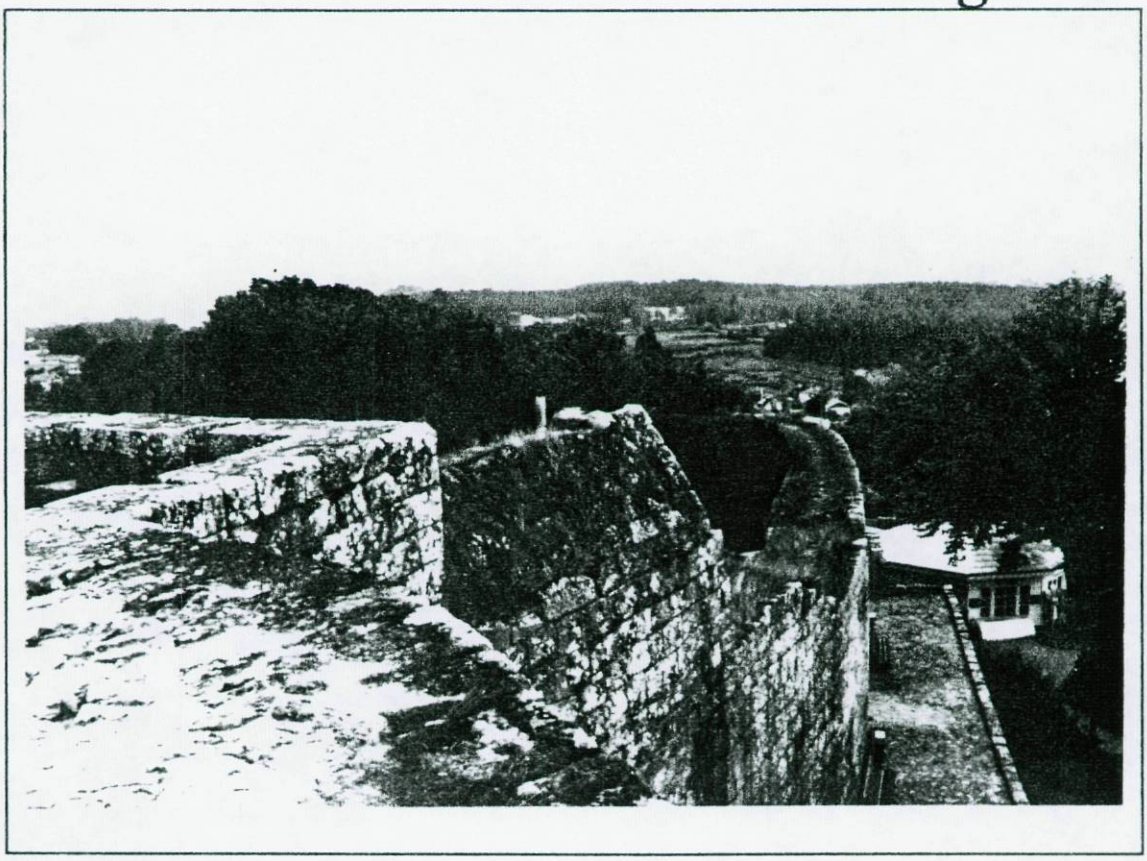


1

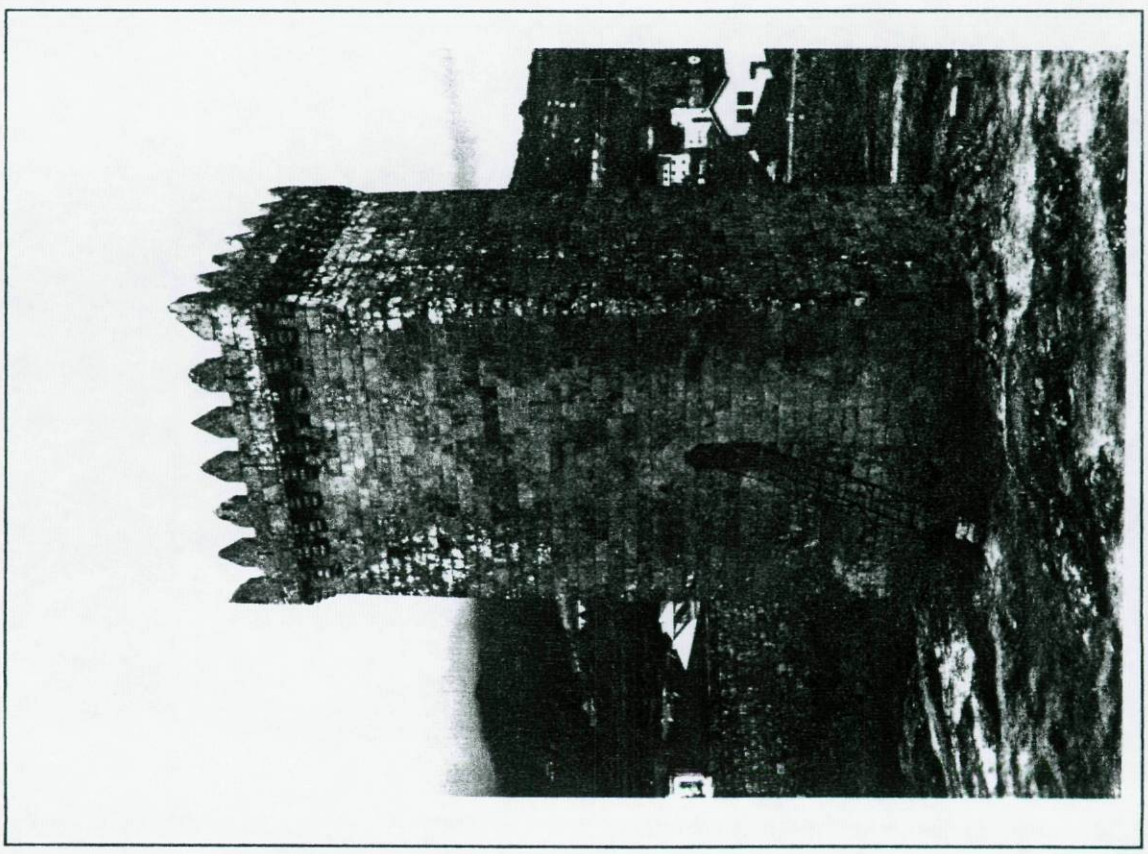


2

Fig. 37

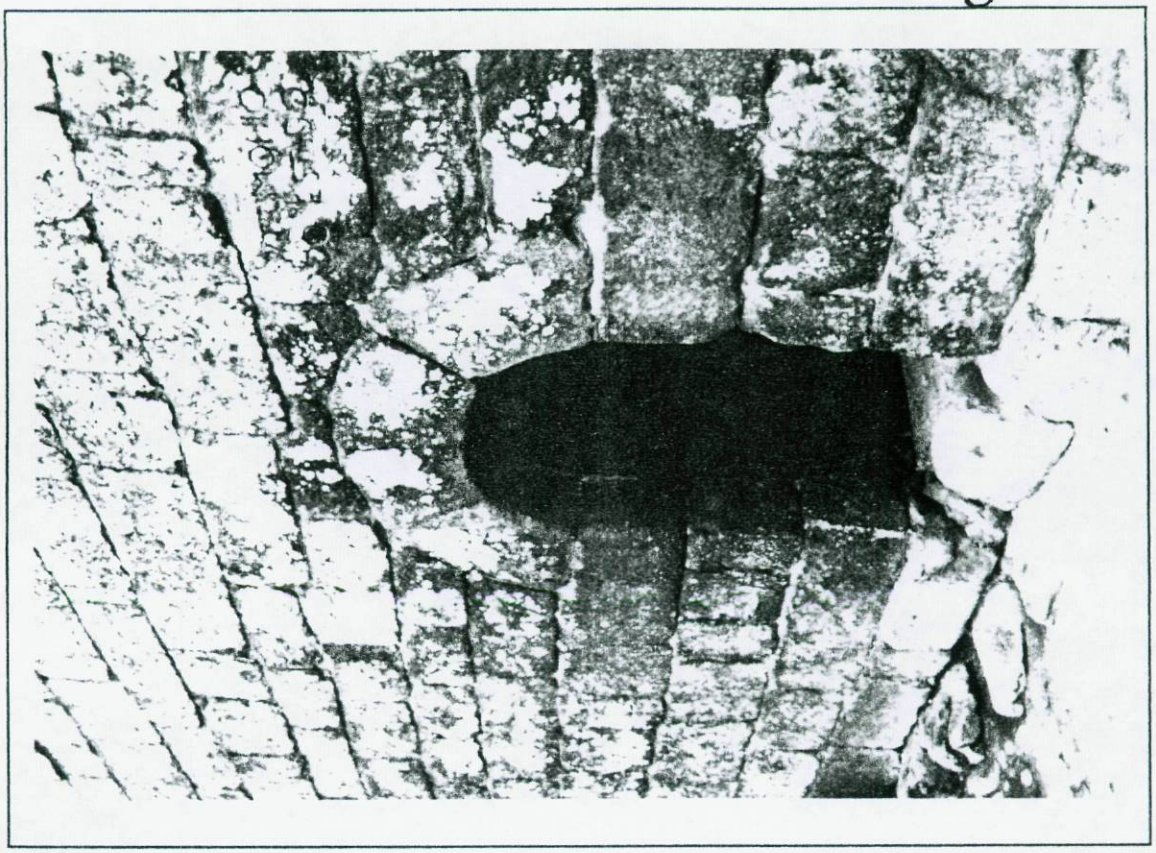


1

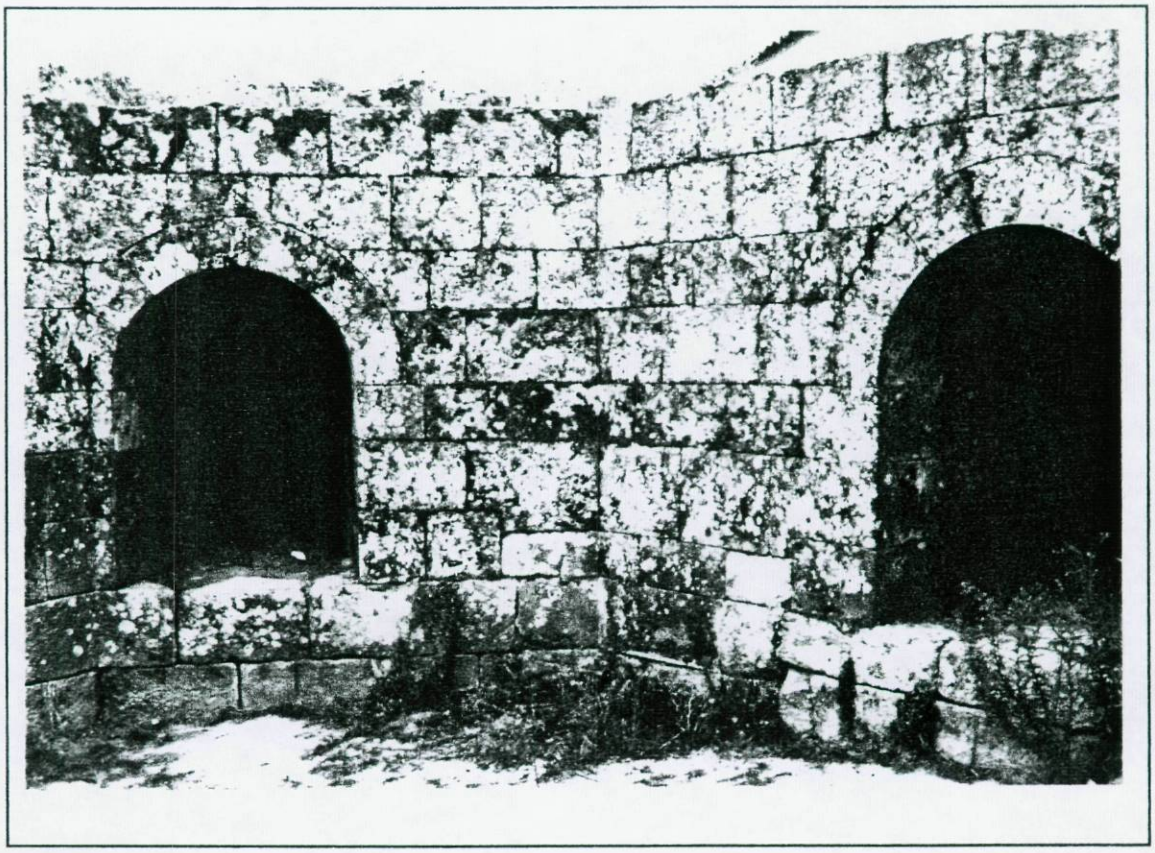


2

Fig. 38

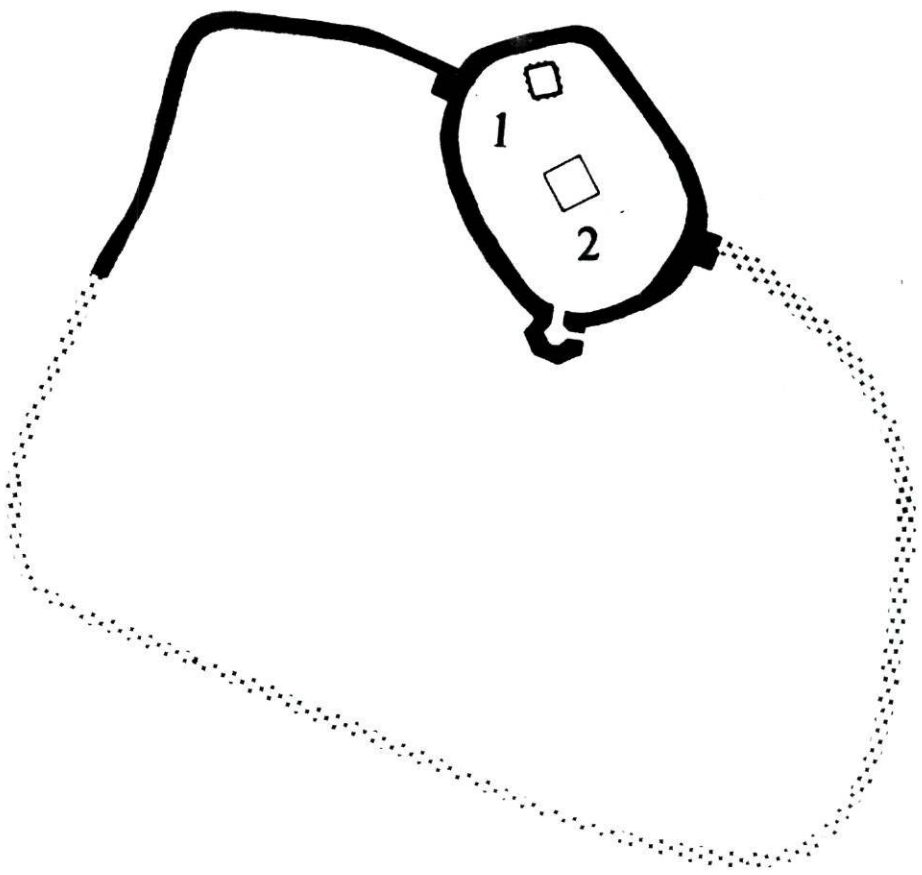


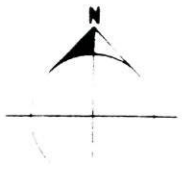
1



2

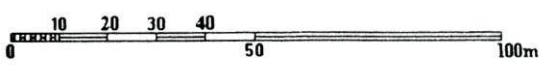
Fig. 39





- Vestígios actuais do recinto amuralhado de época medieval.

- Traçado hipotético da cerca da vila de época medieval.



1 - Cisterna.

2 - Torre de Menagem.

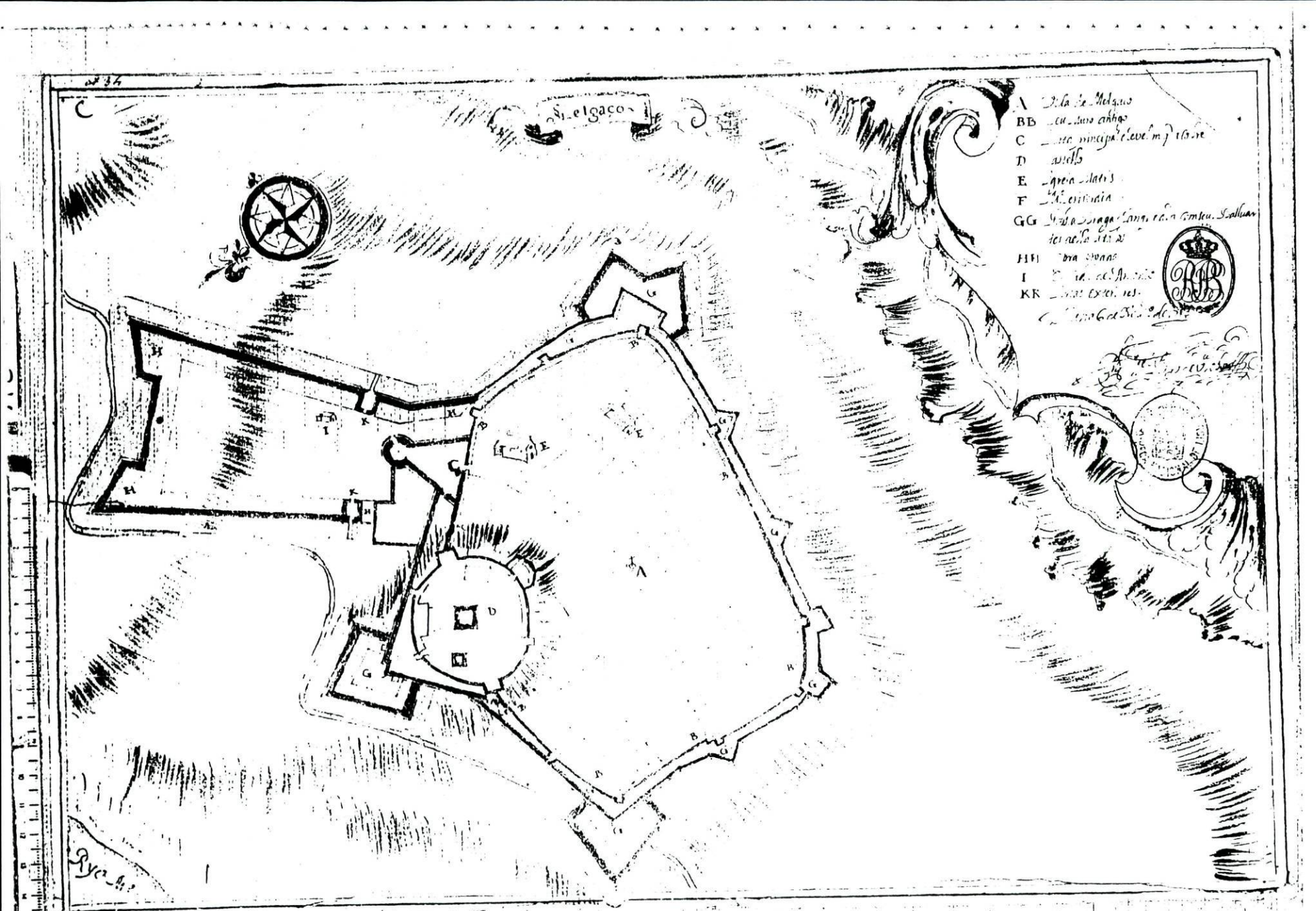

A
BB
C
D
E
F
GG
HH
I
KK

Fig. 40

"Melgaço"

"**A**. Villa de Melgaço"

"**BB**. Seu muro antigo"

"**C**. Porta principal e revelim q. a cobre"

"**D**. Castello"

"**E**. Egreja Matriz"

"**F**. Mizericordia"

"**GG**. Falssa Braga flanqueada com seus Balluartes a ella atados"

"**HH**. obra coroada"

"**I**. Ermida de S. Antonio"

"**KK**. Portas exteriores"

"Viana 6 de Nov.bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos"

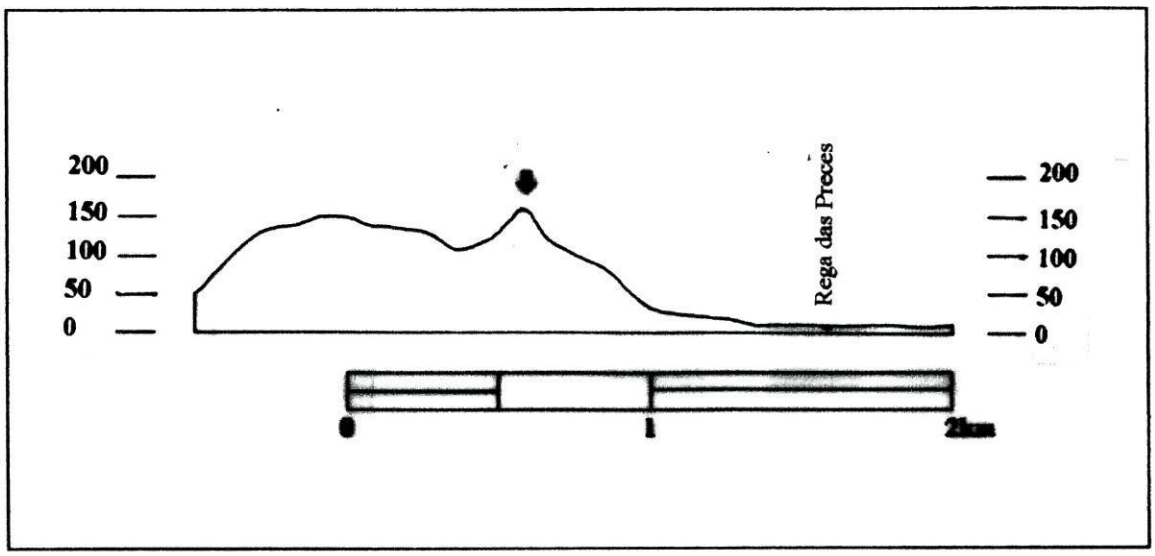
"M.el Pinto de Vª Lobos"

"6 de Nov.bro de 1713"

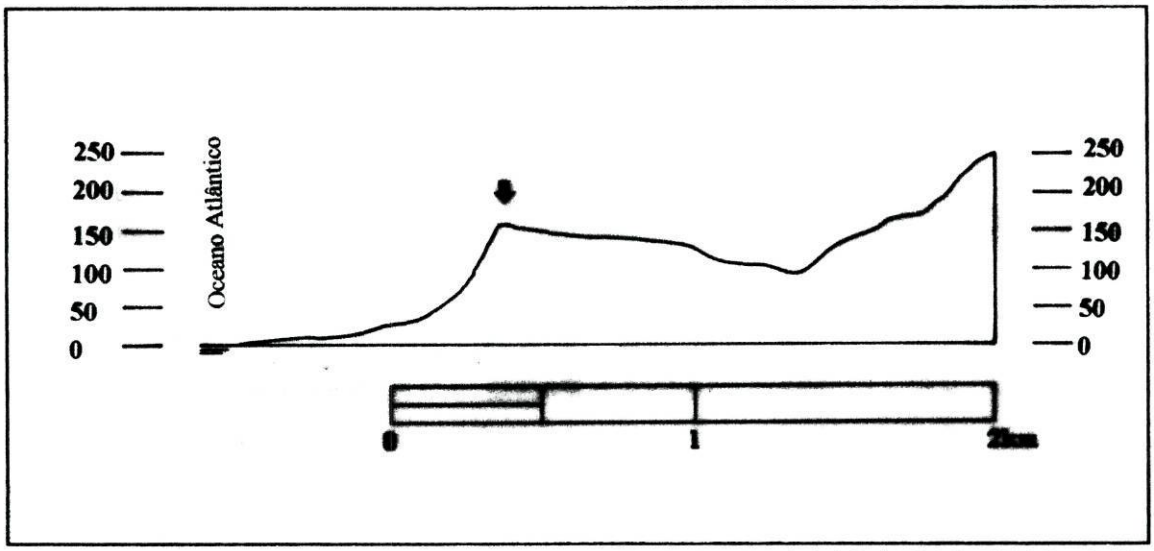
D. 242 V.

15 - Fortim do Monte do Facho - Moledo - Caminha

- 41º 50' 03" N
- 0º 16' 02" E
- 167m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Apesar do topónimo ser demasiado óbvio ao imprimir ao monte a presença de uma antiga sinalização da linha de costa deste litoral, a verdade é que a penha culminante do Monte do Facho parece albergar mais do que uma simples baliza luminosa destinada a informar a navegação (1).

Densamente coberta de mato arnal e alguns pinheiros, a base da crista rochosa do monte indica, pelos lados Sul e Sudoeste, a existência de alguns trabalhos de engenharia que não são comuns aos fachos. Existe aí claramente uma linha de muralha de generosa

envergadura feita em pedra de média e pequena dimensão, com recheio de granito miúdo, que se encontra - na actualidade - praticamente derruída, mas que era guarnecida por um fosso exterior que a circundava.

Na parte interna desta linha amuralhada e a Sul existe uma grande acumulação de pedra, alguma de avantajadas proporções que, devido à deposição de terras e à cobertura vegetal, forma dois montículos destacados do resto do relevo. Serão os restos dos aquartelamentos de um fortim?

A corroborar esta hipótese encontra-se a Sul-Sudoeste, concêntrica, mas a ligar à referida muralha, uma outra formação que, apesar de coberta, ainda denota um elaborado trabalho de pedra. Será uma segunda linha de muralha ou o que resta de uma antiga plataforma abaluartada? Sem uma cautelosa limpeza e uma intervenção arqueológica no terreno torna-se bizarro aduzir qualquer interpretação, até porque se nota que a área já foi mexida para o retiro de pedras.

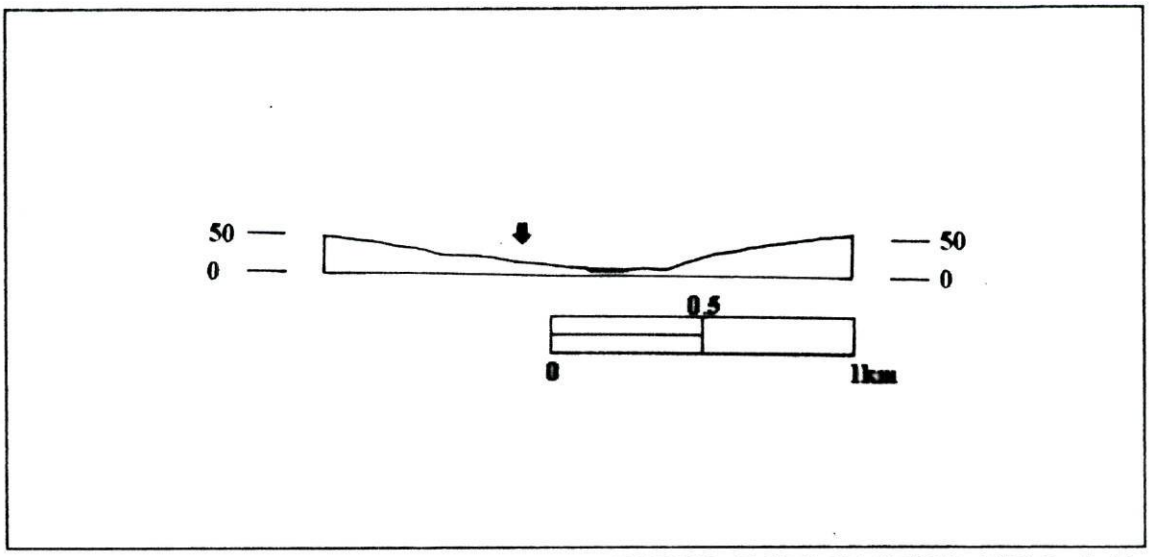
Em todo o caso, este aparato defensivo situado na base Sul da crista rochosa do monte é demasiado evidente para que se possa omitir. O terreno condiciona topograficamente qualquer construção, uma vez que o alcantilado no cume do relevo e encosta voltada a Norte só favoreciam o aproveitamento desta encosta oposta, de pendor mais suave, que proporcionava o abrigo dos ventos - as célebres nortadas da região. Parece que, e baseados nos vestígios que possuímos, a ter existido uma fortificação neste local ela estaria, sem dúvida, relacionada com a protecção de uma linha de costa onde haveriam boas condições de desembarque. Lembremo-nos que o porto piscatório de Âncora ficava situado a Sul do Monte do Facho.

Notas:

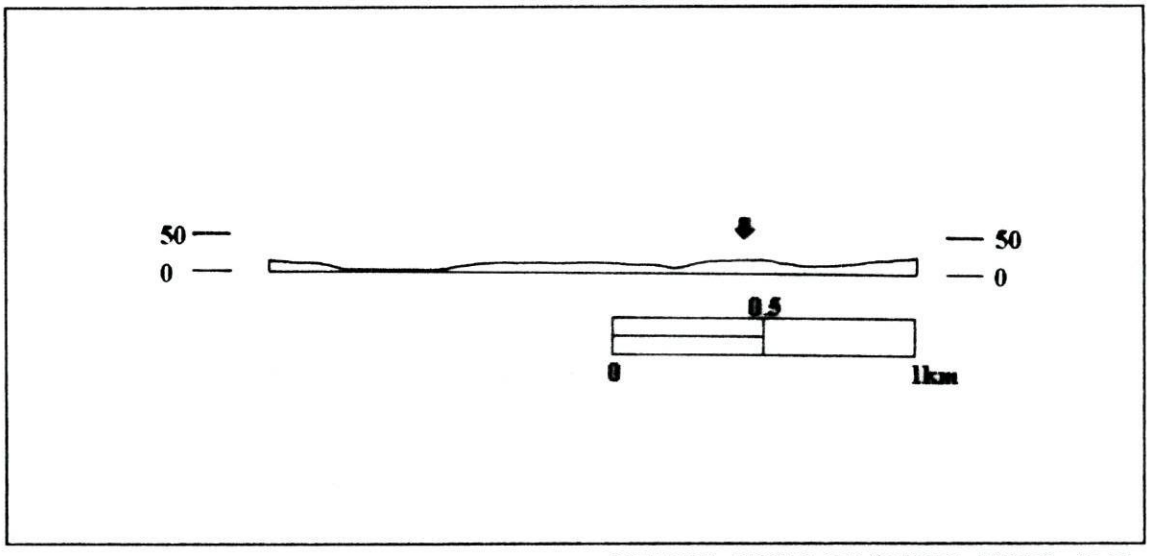
1 - VIEIRA, José Augusto, op. cit., 186, dá-nos uma referência, ainda que breve, a propósito de uma obra militar aqui situada: "Moledo, como Christello, deve ter sido tambem uma povoação antiquissima e provavelmente de origem celta; ha no monte do Facho vestigios de fortificação e a lenda chama a um penedo d'esse monte o *Sino dos mouros*, por imaginar que elle soa, quando lhe tocam."

16 - Fortaleza de Monção - Monção

- 41º 04' 47" N
- 0º 39' 00" E
- 20m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

A margem esquerda do rio Minho, pontuada aqui e além por defesas regulares, transformou-se ao longo do séc. XVII e inícios do séc. XVIII numa linha estratégica de contenção e de dissuasão dos avanços militares que pudessem ocorrer da parte da Galiza.

Monção foi mais um destes bastiões orientados, de detenção, cujo papel nas Guerras da Restauração constituía, auxiliado por fortins secundários, o contraponto óbvio à praça militar de Salvaterra da Galiza. Este passo de fronteira, de Valença a Monção, merecia, em meados do séc. XVIII, a seguinte descrição por parte

do Sargento Brandão: **"Da Praça de Vallença the âde Melgaço q. são boas Sinco Legoas. Continua o Ryo Minho tanto pella/parte de Portugal como de Galiza em q. sevé parte do termo de Vallença; o Couto de S. Fins termo de Monção; e/ode Valadares; eparte do termo deMelgaço (...)./O Forte de Berdoejo foi detorrão e só delle ha lembrança. Seguesse a Torre de/Lapella elogo a Praça de Monção defronte dade Salvaterra do Reyno de Galiza./Continua o Ryo the Melgaço, onde não ha Couza de notar, mais q. o Salto, penedos dehúa/eoutra parte por entre os quaes Corre o Ryo equalquer Homem salta de Hum Reyno aoutro: Epor isso/selhe deu onome de Salto"** (Fig. 22) (1).

O Forte de Berdoejo, sito na freguesia de santa Marinha de Verdoejo (conc. de Valença), localizado em frente às pequenas ínsuas de Verdoejo e Lagos d'el-Rei, terá sido destruído durante ou logo após as Guerras da Restauração e constituiria, juntamente com a Torre de Lapella, uma das guardas secundárias da fronteira entre Valença e Monção. Actualmente nada resta dele. A fortaleza de Salvaterra da Galiza, tomada pelos portugueses durante a guerra seria, a fazer fé no desenho que o Sargento Brandão elaborou para o seu album, uma praça de cinco baluartes e parada em pentágono, situada ligeiramente a Nascente da Ponte de Filha Boa (Fig. 22) (2). No entanto, D. José Cornide descreve-a como **"una especie de fortaleza antigua de figura quadrilonga"** (3), com quatro baluartes, descriminados no sentido dos ponteiros do relógio como sendo: o do poço, o do moínho, o da igreja e o do cavaleiro. Este fidalgo espanhol não menciona o quinto baluarte voltado ao rio - que estaria entre os baluartes do moínho e da igreja - referindo, pelo contrário que **"al frente del río que es una muralla toda seguida lo largo de la ribera"**. Tal facto não deixa de ser estranho em duas obras da mesma época que se debruçam sobre o mesmo espaço e tema, parecendo-nos no entanto que, dada a minúcia descritiva de Cornide em relação a este forte, o desenho de Sargento Brandão terá de ser "lido" como uma elaboração baseada em alguma descrição oral e por isso enfermará de erros de concepção. O autor da "Descripcion circunstanciada..." afiança que toda a defesa **"en menos que mediano estado"** (4) é voltada ao rio e que na guerra da Restauração estiveram montados os dez canhões que ainda aí permanecem. O estado geral da fortaleza tomada pelos portugueses não era o melhor a meados do século XVIII, embora ainda integrasse a casa do governador, o armazém da pólvora e apetrechos de artilharia, quartéis de cavalaria e infantaria.

É precisamente em relação à praça de Salvaterra que D. José Cornide situa a defesa de Monção: **"En la parte de Portugal de la otra parte del Miño está frente de Salvatierra la plaza**

de Monzón, distante cerca (92 R) de un cuarto de legua del río" (5). A praça de Monção seiscentista definia-se por uma planta sub-pentagonal irregular, de avantajadas proporções, pontuada por seis baluartes de variadas dimensões, orientados de Nascente (Baluarte de S. Bento) para Sul e Poente, bem como um "traçado abaluartado" das muralhas (6) por toda a defesa voltada a Norte-Nordeste, ou seja, à margem do rio (Fig. 41) (7).

A planta de Villa Lobos, feita em Viana a 29 de Sembro de 1713, evidencia o **"circuito da Villa altigna (sic) cuia mulha (sic) se demoliu"** (Fig. 42) de traçado sub-circular, que integrava a Igreja Matriz - e a intenção de se fazer um **"Retrincheiramento sobre o valle da fonte"** (Fig. 42). Esta ideia do entricheiramento terá sido concebida como medida de protecção a uma parte do bastião considerada vital em termos de preservação, uma vez que a parte Noroeste da praça com a Porta do Rosal orientada a Poente (Fig. 43.1) comportava os 6 edificios que constituíam quartéis de infantaria, o armazém das armas e o armazém da pólvora (Fig. 41 e 43.2) (8). Neste lado da fortaleza situavam-se ainda o Convento das Freiras de S. Francisco (Fig. 42) e as **"Cazas/do Exmo Sr. João de Almada"** (Fig. 41) (9) entre este e a pequena Ermida do Outeiro (Fig. 42). A capela de N.ª Sr.ª da Guia estava protegida pela **"plataforma (...) de N.ª Sr.ª da Guia"** (Fig. 41) (10), uma obra tipica da fortificação abaluartada, **"levantada sobre o parapeito da cortina"** (11) e que neste caso, abarcava uma saliência trapezoidal da mesma (12).

O lado Sudeste da trincheira projectada na planta de Villa Lobos era cruzado pela fonte da villa e pelo ribeiro da Levandeira (actualmente, um rego quase seco). Enquadrava o Convento de S.to António dos Capuchos à direita da Porta de S. Bento (porta Nascente), o Hospital Real e o quarteirão constituido pelos Quartéis de Cavalaria paralelos à cortina voltada a Sul. A Porta do Sol - como estranhamente é denominada pelo Sargento Brandão (Fig. 41) (13), a entrada na cortina Sudoeste e não a de Nascente, consagrada a S. Bento - estava protegida por um revelim. Villa Lobos designa-a por **"porta dos Milagres"** e, quanto ao revelim, este está apenas **"princepiado"** em 1713 (Fig. 42). Assim continuaria quando foi desenhado pelo Sargento Brandão em meados do séc. XVIII, pois este afirma que tal obra **"está em alicersses"** (14).

Existe ainda um certo paralelo na descrição dos dois autores no que toca aos fossos e obras exteriores incompletas "ad eternum". Villa Lobos, em 1713 assinala os **"fossos q. seachão abertos mas sem Contraescarpas nem estradas emcubertas parap.tos eexplanadas q. tudo falta"** (Fig. 42). Cerca de meio século depois o Sargento Brandão assegura que os **"fossos, inda q. não todos abertos seachão sem estrada encoberta, sem parapeitos, eExplanadas"** (15). Os fossos cobriam nos inícios do séc. XVIII

cerca de três quartos da fortaleza, estando a parte voltada ao rio - por falta de espaço em largura para uma obra desta envergadura - desprovida de tais defesas. No entanto, a actividade (re)construtiva e de manutenção das praças que a defesa da fronteira impunha mesmo após 1668 leva Villa Lobos a inventariar os elementos incompletos do bastião, exactamente os mesmos que em 1758 continuarão por fazer no seu exterior. O perfil da planta de Villa Lobos (Fig. 42) evidencia um reparo generoso constituido pela escarpa de alvenaria, com o tradicional cordão a vincar o parapeito de uma água, a banqueta e o adarve bem como o terrapleno sobrelevado onde, em jeito de segunda muralha, se concentraria o reforço defensivo da praça. Pelo exterior a berma no fundo da escarpa daria sequência a um fosso largo, pouco profundo. Se repararmos atentamente no perfil apercebemo-nos que estão projectados o Caminho Coberto, uma banqueta de dois patamares e a explanada.

O antigo adarve da muralha voltado ao rio está parcialmente transformado na Alameda General Humberto Delgado e na Rua da Boavista. As casas que cingem as duas artérias alteraram a configuração do terrapleno, mas o seixo que reveste partes do pavimento trai as antigas obras militares de consolidação e o reforço da escarpa através do recurso aos materiais disponíveis no terraço fluvial.

As contraguardas que reforçam os baluartes são também ainda relativamente visiveis na muralha voltada ao rio. Em 1713 Villa Lobos destacava inclusivamente o "**C - Baluarte de S. Bento em q. setrabalha na Fasse eflanco da parte do Ryo em q. faltava a muralha**" (Fig. 42), próximo do Postigo das Caldas. Actualmente, junto à Rua Barão de Castelo de Paiva, observa-se o prolongamento da face deste baluarte, com muro mais baixo, sub-circular (e não poligonal como Villa Lobos a desenha), onde se abrem seis canhoeiras e desponta uma guarita (Fig. 44.1). No entanto o parapeito do baluarte está praticamente destruído, restando apenas um pedaço do cordão que o vincava (Fig. 44.2).

A concepção da muralha é apontada pelo Sargento Brandão a meados do séc. XVIII como sendo uma fortificação "**de muralha de Alvenaria depedra, e cal, cunhaes de cantaria, Cordão e guaritas e/segundos rampardos**" (Fig. 45.1 e 2) (16). Os "**rampardos**" referenciados relacionam-se com os acessos interiores ao terrapleno sobre-elevado em relação ao nível da praça.

Actualmente os vestígios mais extensos das cortinas e baluartes estão precisamente na parte voltada ao rio Minho. Aí distinguem-se bem os baluartes com o primitivo lajeado, os parapeitos concebidos em pedra de variada dimensão, em fiadas regulares, ligada por uma argamassa grosseira e arenosa. Os cunhais

e as juntas das cortinas e baluartes são de bloco rectangular, bem esquadriado de pico fino. Em todo o perímetro, nos sítios onde a fortaleza está ainda visivel, mantêm-se treze guaritas ainda relativamente bem conservadas: são de planta exagonal, construidas em alvenaria de pedra seca, com quatro aberturas de tiro, cobertas de cúpula e coroada com plintos (Fig. 46.1).

Grande parte da muralha de Monção foi desmantelada pelo lado Sul com o assentamento da via de caminho de ferro, da respectiva estação e armazéns a ela associados. Restam as portas do Rosal, de Salvaterra e das Caldas. A Poente, a progressiva e por vezes anárquica urbanização da cidade não se compadeceu com a importante obra militar (Fig. 45.2), sendo possível vislumbrar ainda, aqui e além, as paredes duplas da muralha, com técnica testa peito e unidas por argamassa (Fig. 46.2). A conservação pode-se considerar, no mínimo, péssima. O que está destruído não terá remédio, mas muito do que resta da fortaleza está num estado decrépito (17). A sujidade, a imundíce e o mato a que o monumento está votado, especialmente no exterior, não favorecem Monção. Faltam muitas pedras do parapeito, existem cortinas e baluartes que podem ser consolidados e, nos casos onde ainda é possível mostrar e aproveitar o caminho da ronda, ou onde sejam visiveis os fossos (por exemplo, a Nascente) urge um trabalho de restauro e manutenção que só favorecerá a cidade.

Notas:

1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl.9 v.
2 - Idem, *ibidem*, fl. 10.
3 - CORNIDE, D. José, op. cit., 138.
4 - Idem, *ibidem*, 139.
5 - Idem, *ibidem*, 139-140.
6 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 151.
7 - Para GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 9-10, o primeiro circuito amuralhado desta vila da lendária e celebrada Deu la Deu, deve-se a D. Dinis, "de 1305 a 1308". A torre de menagem, iniciada por Afonso V e concluída por D. João II, dominava uma cerca estrategicamente prolongada para Poente, o lado mais vulnerável desta fortificação fronteiriça. VIEIRA, José Augusto, op. cit., T. I, 43, havia já dito que: "D. Diniz mandou edificar o castello e muralhas, de que hoje se encontram ainda vestigios na cortina que passa por baixo do convento dos Nerys, e D.João I e D.João IV accrescenteram, cada um na sua épocha, diversos trabalhos de fortificação, ficando então a fortaleza com as portas de Salvaterra, Rosal, das Caldas, do Sol, e ainda com as de S. Bento,

desde muito obstruídas a pedra e cal. "É também este autor que tece algumas considerações em torno da obra de Época Moderna: (p. 103)" A praça comprehende sete baluartes e tem como addicionamento a *Obra Coroada*, com tres baluartes e dous meios baluartes, todos pouco espaçosos, principalmente o do Socorro e Lapa. O relevo oscila entre os 6,16m e 14, 52m, sendo por isso susceptivel de escaladas. Tanto a praça como a Coroada são contornadas por *falsas-bragas*, sendo ainda todo o seu perimetro rodeado de fossos com largura e profundidade proporcionaes ao relevo. Afhóra isto, cada sahida ou porta é defendida por um revelim, ou meia-lua, de dimensões bastante acanhadas.

Em volta de toda a fortaleza ha uma estrada-coberta, com as respectivas praças d' armas salientes e reintrantes, explanadas, e nos pontos necessarios lunetas com canhoneiras e setteiras. O paiol e os quarteis ficam na Coroada." O Castelo de Monção foi considerado M. N. pelo Decreto de 16 - 6 - 1910, Cfr. *Património Arquitectónico e Museológico Classificado*, op. cit., 35.

8 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op cit., fls. 11 v. e 12.

9 - Idem, *ibidem*, fls. 11 v. e 12.

10 - Idem, *ibidem*, fls. 11 v. e 12.

11 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit.,168.

12 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., pág.151, enquadra este elemento no "traçado em chicana".

13 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit,, fls. 11 v. e 12.

14 - Idem, *ibidem*, fl.11 v.

15 - Idem, *ibidem*, fl. 11 v.

16 - Idem, *ibidem*, fl. 11 v.

17 - ALVES, Lourenço, op. cit., 59, adianta que "o castelo de Monção é hoje uma triste sombra do passado" Além da abertura da estrada das Caldas que destruíu um pedaço considerável da fortaleza, desapareceram, progressivamente, a Porta de Melgaço em 1882, pela construção da E. N. nº 23 e a Porta do Sol (arrasada em 1900).


Planta da Praça de Monçaõ
A
B
C
D
E
F
G
H
K
L
M
N
O
P
R
S
V
X
Z
RIO MINHO
5 10 20 40 60 80 100 120 140 160
Braças pª a Planta
5 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100 110
Palmos pª o Perfil

Fig. 41

"Planta da Praça de Monção" - fl. 12

Legenda - fl. 11 v.

"A Planta da Praça de Monção, mostra q. pella parte daterra tem sinco Baluartes, epella do Ryo/Minho o de S. Bento, o da Mizericordia, eoutros Baluartezinhos pequenos e a Plataforma de N. S.ra da Guia./Q. He forteficada de Muralha de Alvenaria depedra, e cal, Cunhaes de cantaria, Cordão e Guaritas e/Segundos Rampardos. O Baluarte de S. Bento junto da porta T, para aparte do Ryo,/se acha sem parapeitos. O Revelim C. q. ha de cobrir aporta do sol está em alicersses./Os fossos inda q. não todos abertos seachão sem estrada encoberta, sem parapeitos, e explanadas."

"**A**. Praça de Monção"
"**B**. Sua forteficação em roda"
"**C**. Revelim"
"**D**. Igreja Matris"
"**E**. Convento/dos P.es Neres"
"**F**. Mizericordia"
"**G**. Convento das freiras de S. Francisco"
"**H**. Almazem/das Armas"
"**I**. Almazem da Polvora"
"**K**. Quarteis de Infantaria"
"**L**. Quarteis de cavalaria"
"**M**. Hospital Real"
"**N**. Convento de S.to Antonio dos Capuxos"
"**O**. Fonte da Villa"
"**P**. Ermi-/da de N. S.ra do Outeiro"
"**Q**. Plataforma e Ermida de N. Snr[a] da Guia"
"**R**. Cazas/do Ex.mo Snor. Joao de Almada"
"**S**. Porta do Sol"
"**T**. Porta de S. Bento"
"**V**. Porta do/Rozal"
"**X**. Porta de Salvaterra"
"**Z** Postigo das Caldas"

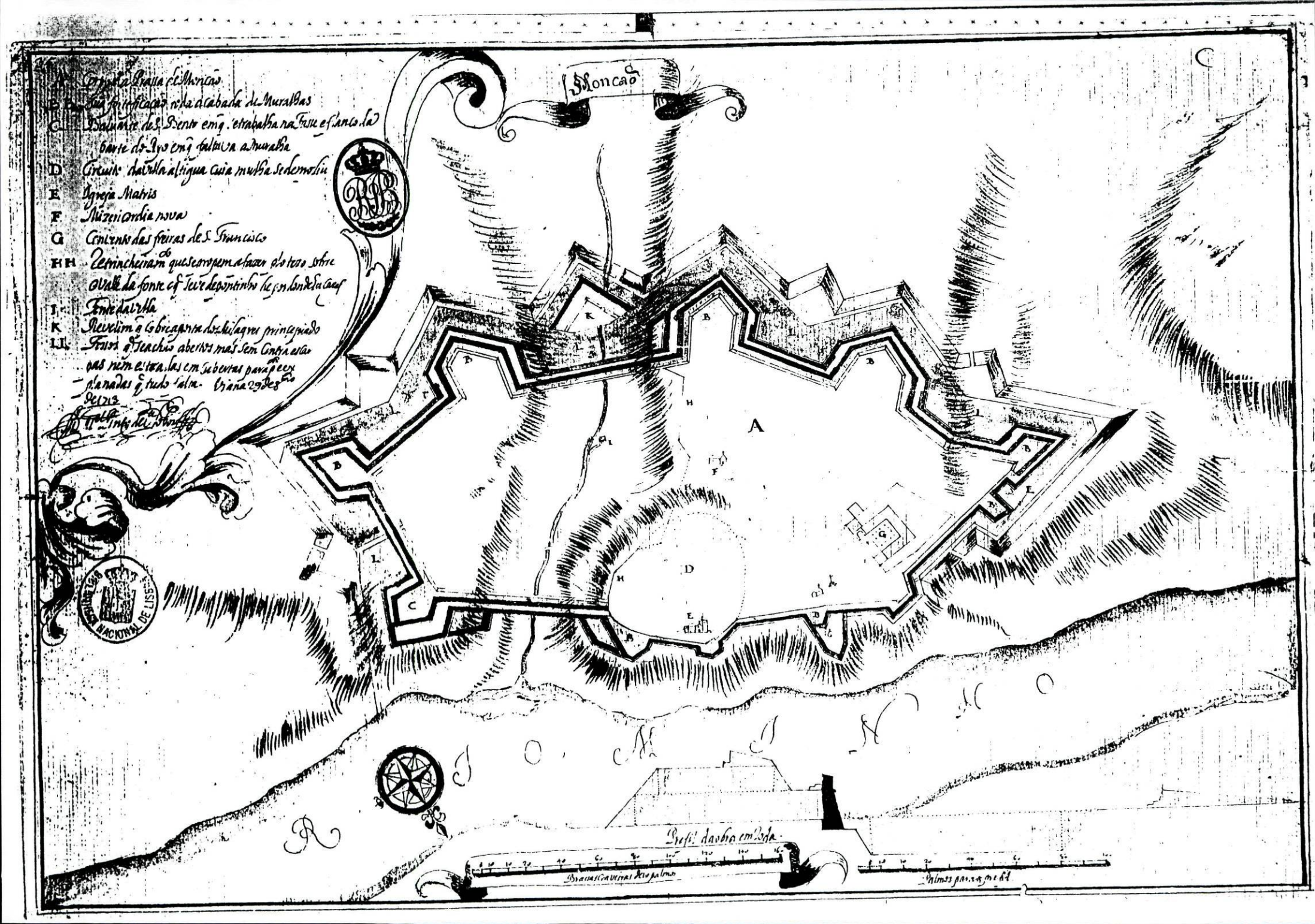

A Cidade Praça e Fortificação
B Sua fortificação rasa da cabada de Muralhas
C Baluarte de S. Bento emq. estrabalha na Face e Flanco da
parte do Ryo emq. falta a Muralha
D Circuito da Villa antigua cuja muralha se demoliu
E Igreja Matris
F Misericordia nova
G Conventos das freiras de S. Francisco
HH Retrincheiram que se tem principiado a fazer do terro sobre
o Valle da fonte e Face de ponente
I Porta da Villa
K Recolhimento de Goa para as Orfans de Soldados
LL Fossos e Reparos abertos mas sem Cortinas e Ba-
luartes nem estacadas em Subertas para per-
plenadas e tudo falta
Moncão
Prefil da obra em Roda
Braças Geometricas de 10 palmos
Palmos para a grandeza

Fig. 42

"Monção"

"**A**. Corpo da Prassa de Monção"

"**BB**. Sua fortificação toda acabada de Muralhas"

"**C**. Baluarte de S. Bento em q. se trabalha na fasse e flanco da parte do Ryo em q. faltava a muralha"

"**D**. Circuit.° da Villa antigua cuia mulha (sic) se demoliu"

"**E**. Igreja Matris"

"**F**. Mizericordia nova"

"**B**. Convento das freiras de S. Francisco"

"**HH**. retrincheiram que se propoem a fazer pelo tezo sobre o valle da fonte e q. se ve de pontinhos he por donde ha Cazas"

"**I**. Fonte da Villa"

"**K**. Revelim q. cobre a porta dos milagres princepiado"

"**LL**. Fossos q. se achão abertos mas sem contra escarpas nem estradas emcubertas parap.tos e explanadas q. tudo falta"

"Vianna 29 de 8bro de 171 M.el Pinto de Villa Lobos"

20-160 Brassas Craveiras de 10 palmos"

"O-100 Palmos para o perfil"

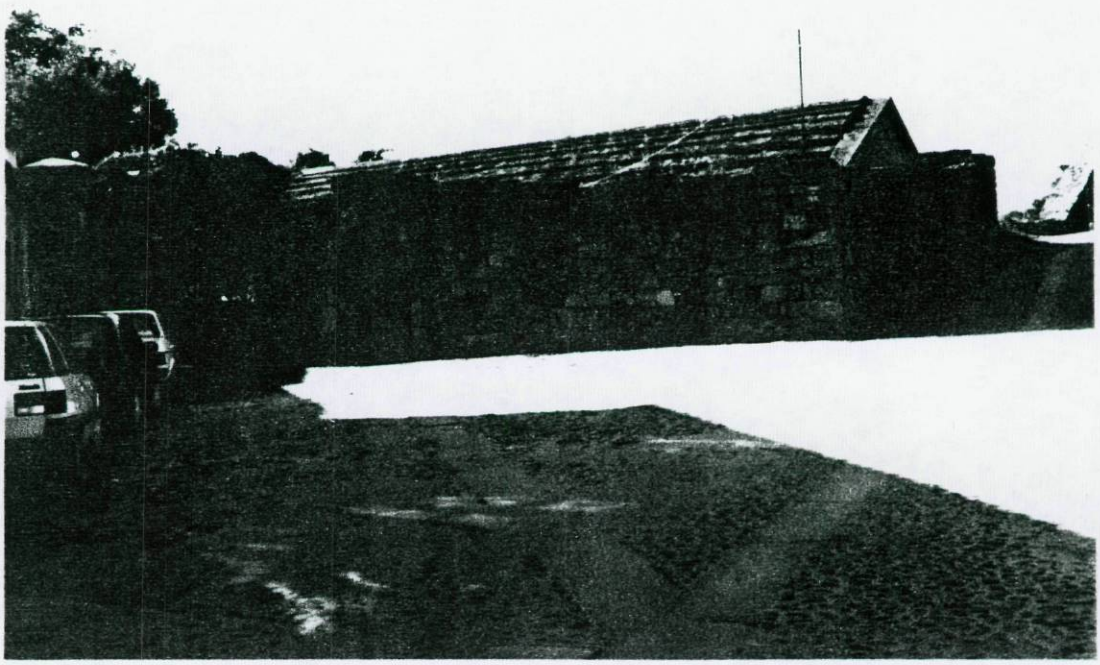
"29 de 8bro de 171"

D. 238 V.

Fig. 43

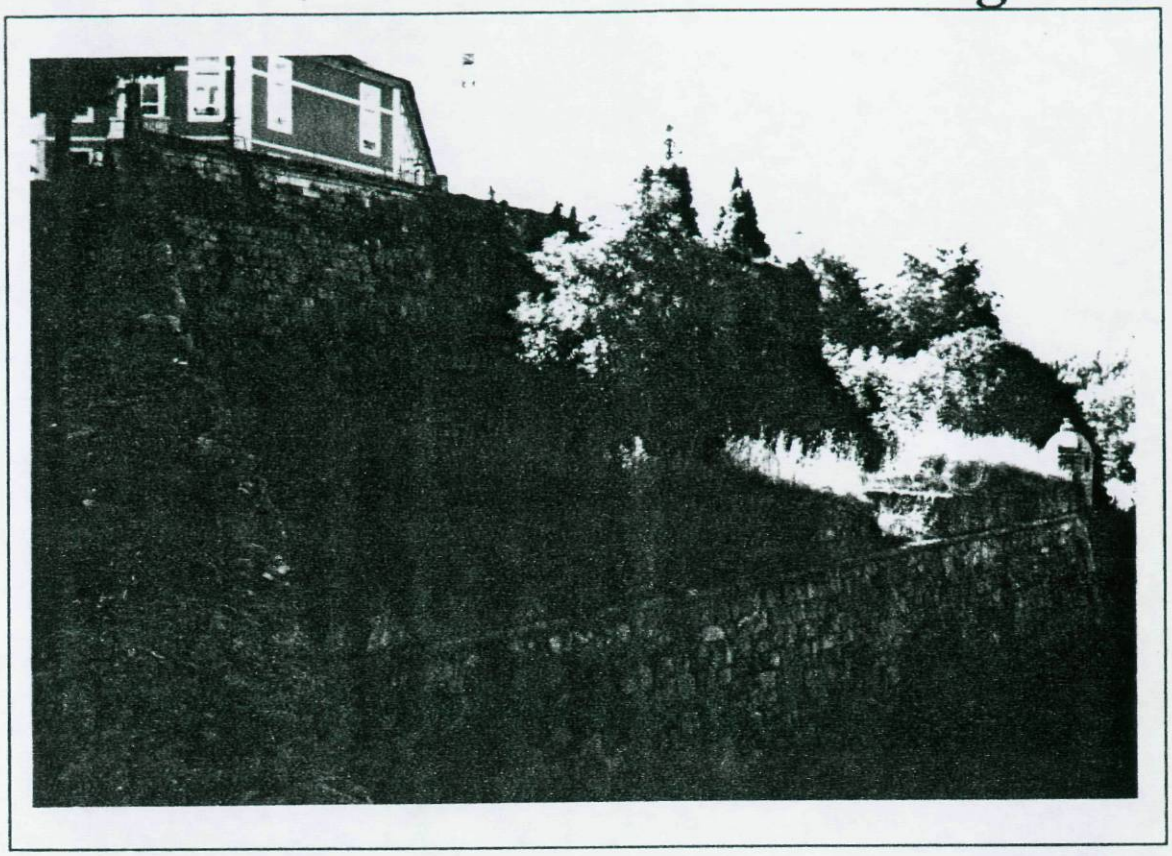


1

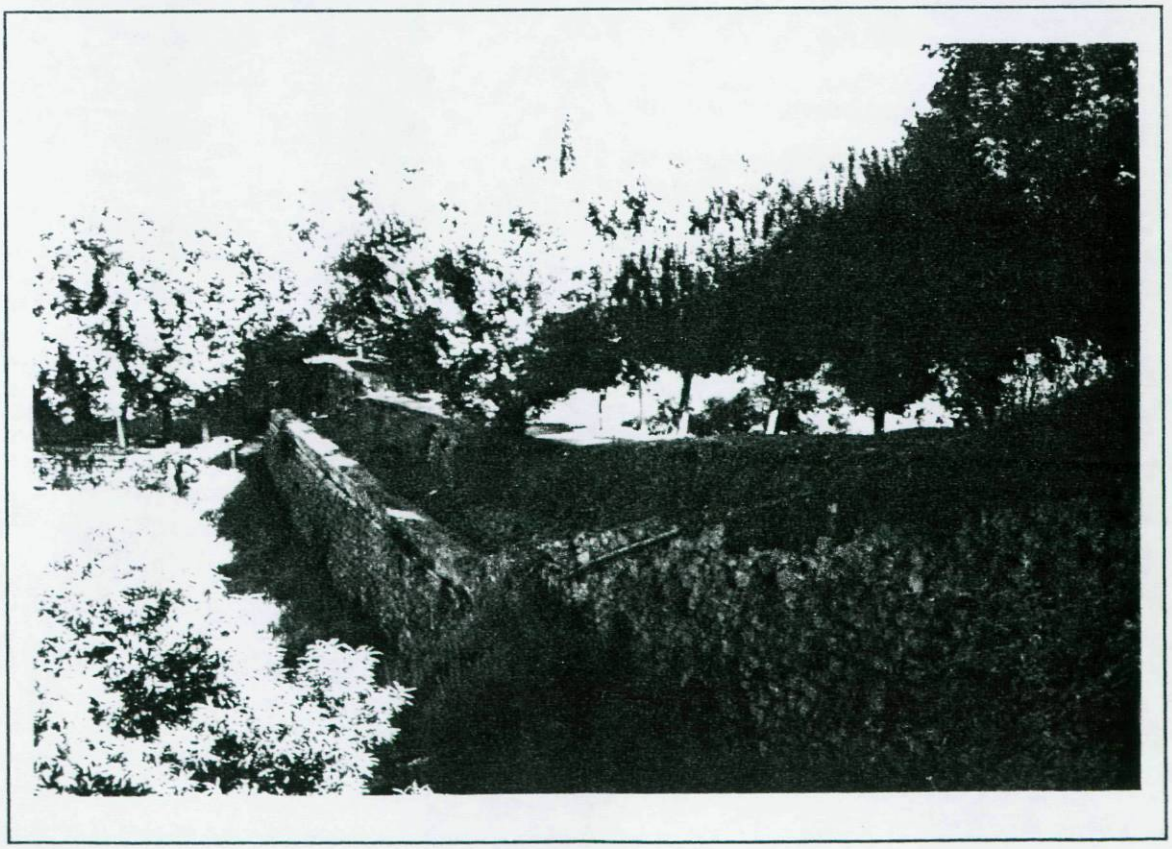


2

Fig. 44

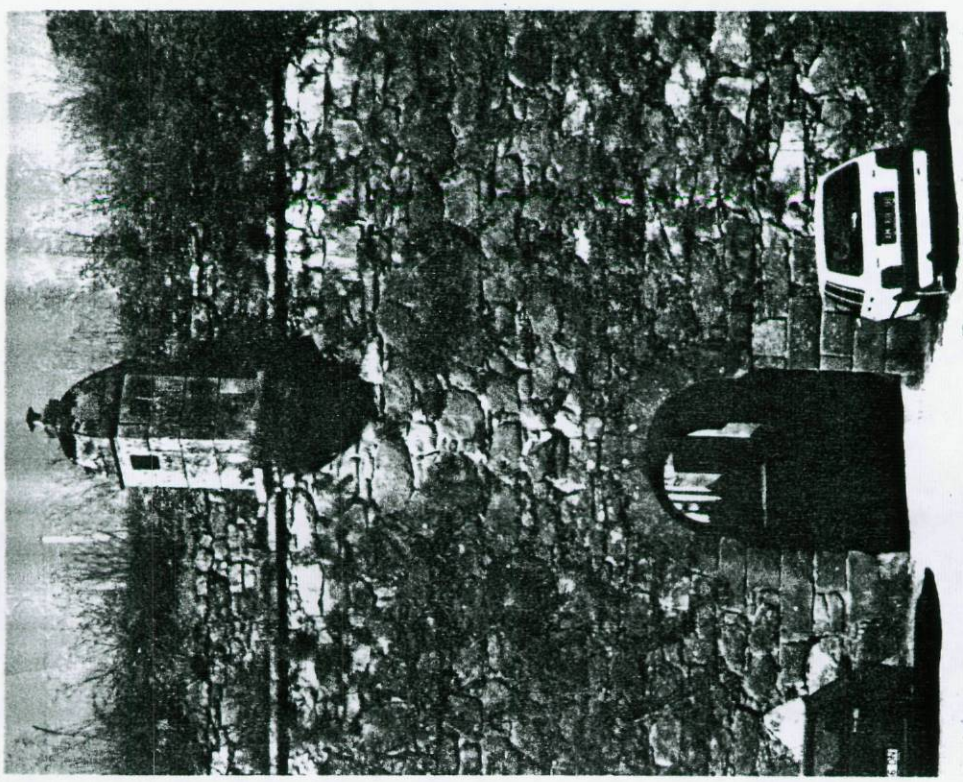


1

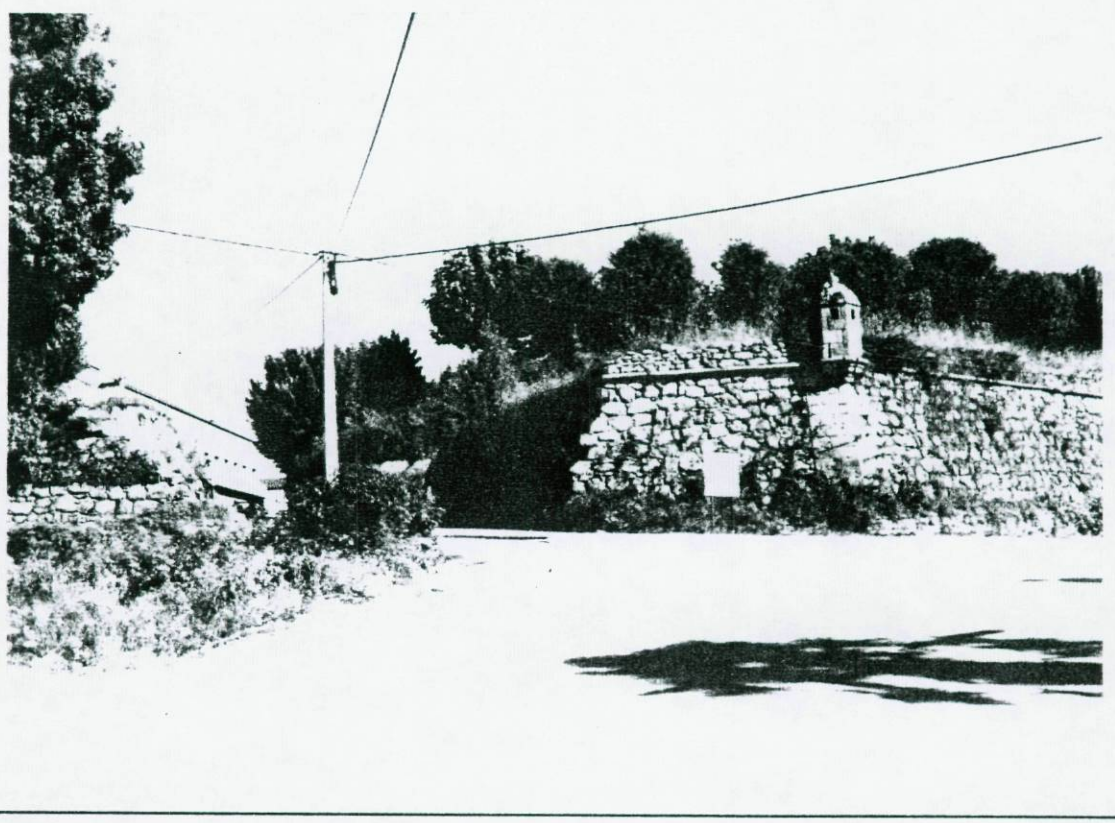


2

Fig. 45

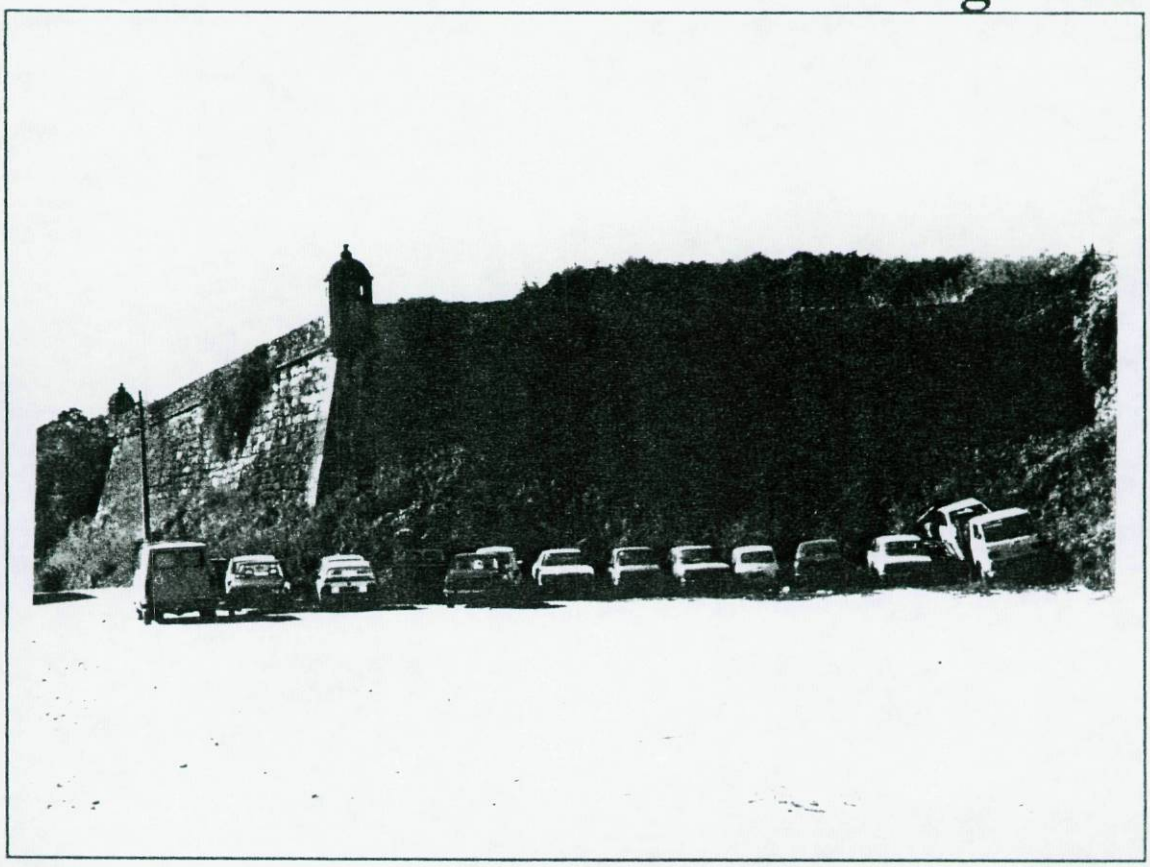


1



2

Fig. 46



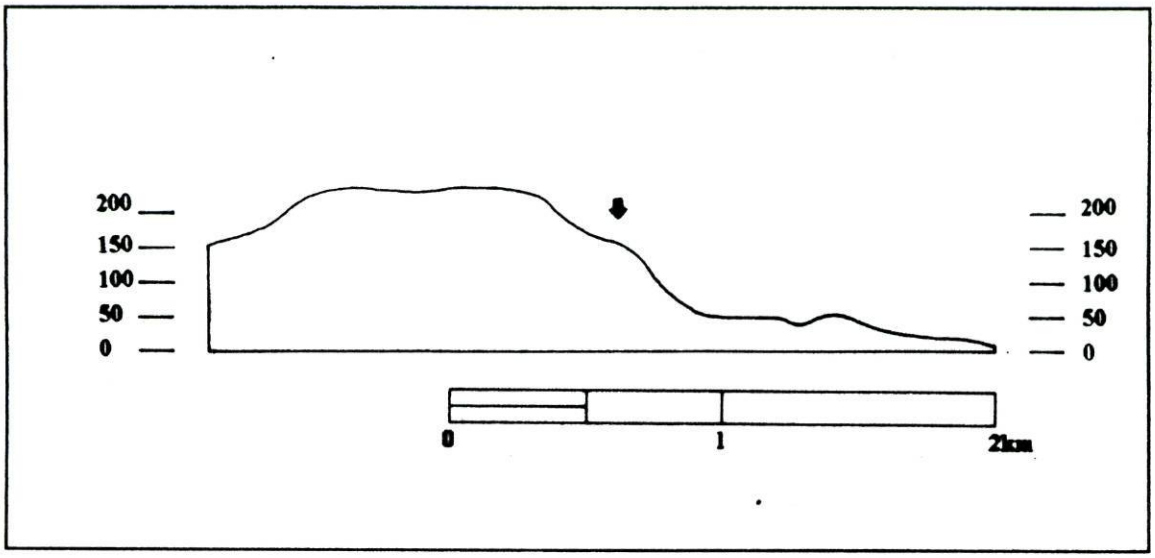
1



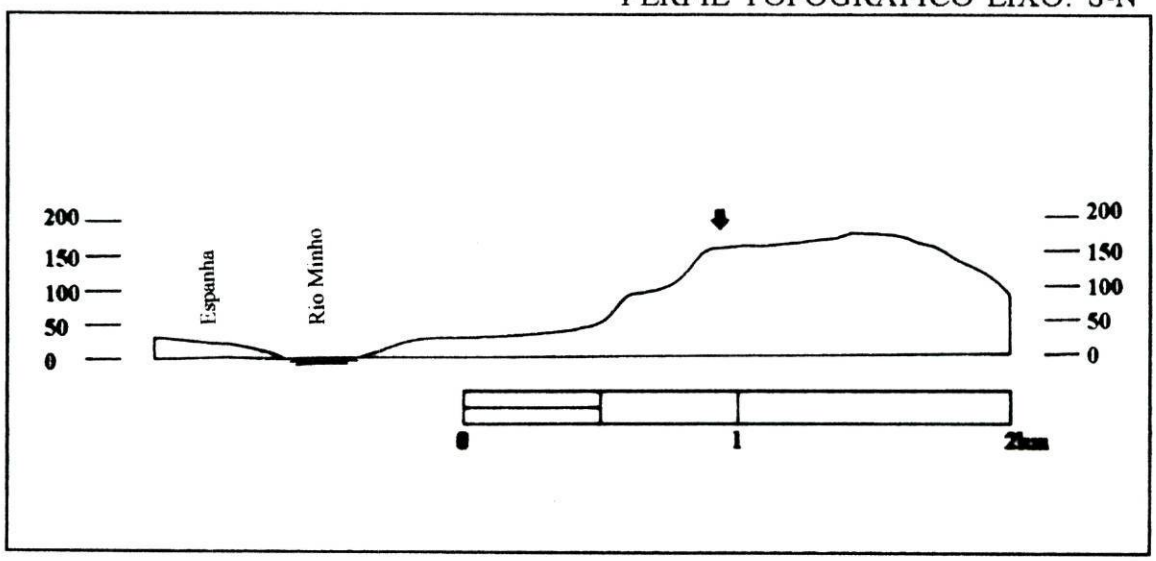
2

17 - Fortim da Costa - Lugar de Coxinho - Reboredo - Vila Nova de Cerveira

- 41º 56' 56" N
- 0º 24' 15" E
- 165m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Está situado num cabeço de um esporão do Monte Crasto, voltado à praça de Vila Nova de Cerveira, a Noroeste da capela consagrada à Senhora da Encarnação.

Integra-se na categoria de defesas onde não existe qualquer tipo de edifício ou sinais de estruturas pétreas visíveis, tratando-se somente de uma plataforma sub-circular terraplanada, com um parapeito em terra para atiradores.

A sua função era a de resguardo, vigia e defesa, enfim, um posto militar avançado que reforçaria o desempenho, pelo lado Norte, da atalaia da Encarnação. Com efeito, quaisquer movimentos militares inimigos que viessem pelo Norte, a coberto do Monte Crasto - onde hoje está a escultura que simboliza a Cerva, da autoria do artista plástico José Rodrigues - facilmente tomaria a atalaia se não existisse esta obra de engenharia militar.

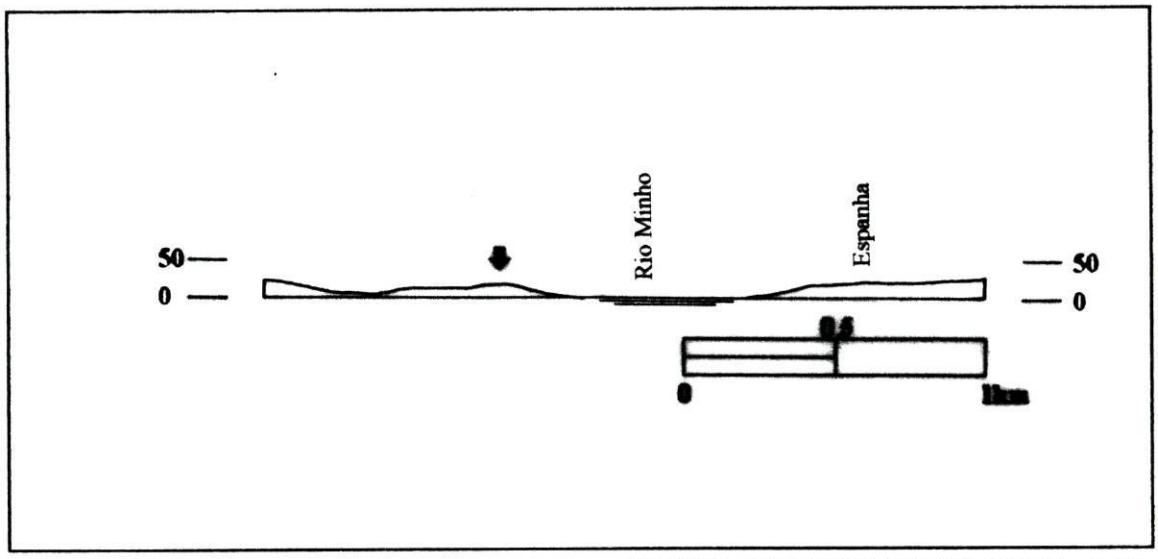
O cabeço onde está implantado o fortim foi ainda propositadamente destacado do monte, devido à sua importância estratégica, pela escavação de um fosso que o circundava e do qual se distinguem ainda muito bem os cortes situados a Nascente e a Norte.

Com tais elementos de engenharia militar, optamos por denominar esta obra como fortim em lugar de o catalogarmos como simples parapeito, uma vez que, para além do trabalho do terrapleno e do muro de terra que protegia os defensores do tiro inimigo, o fosso escavado propiciava-lhe ainda a existência de uma escarpa e de uma contra-escarpa - elementos básicos e fundamentais em qualquer obra de fortificação mais elaborada que uma simples trincheira.

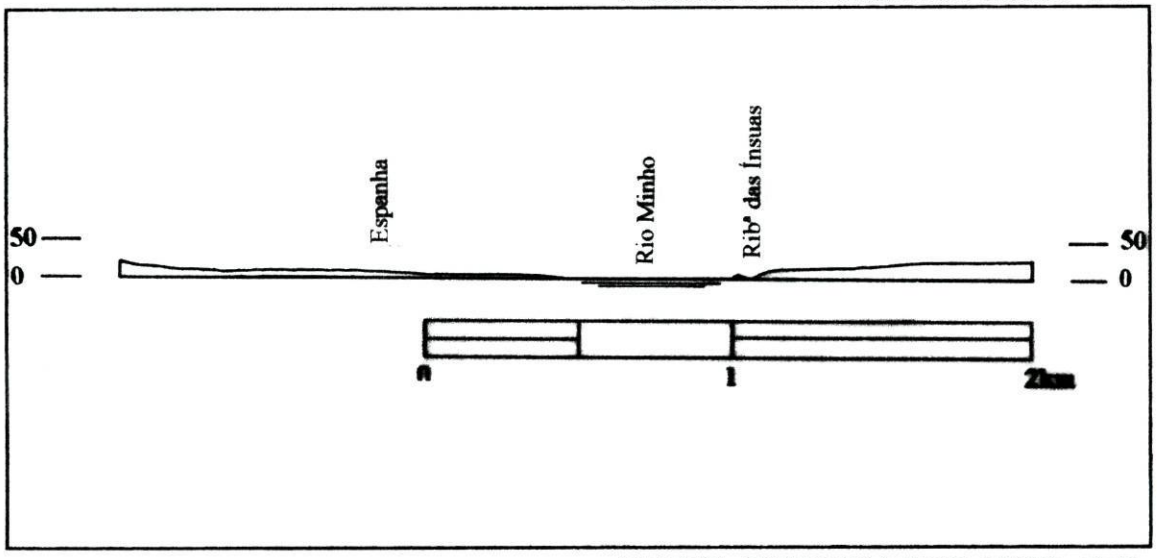
Inédito

18 - Forte de S. Luis Gonzaga - Lugar de Baixo - S. Pedro da Torre - Valença

- 41º 59' 25" N
- 0º 27' 40" E
- 12m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Localmente conhecida como Quinta do Forte, a área onde se situa esta obra defensiva é dominada por um terraço fluvial do rio Minho, na actualidade revestido por espesso manto de tojo arnal.

Em termos de implantação o forte está posicionado num cabeço subcircular, de corôa ampla e aplanada, com um baluarte voltado a Oeste e rodeado em todo o seu perímetro por um fosso que, embora bastante atulhado, não seria tão largo como o habitual nas fortalezas da Restauração.

Os trabalhos de engenharia militar feitos no baluarte voltado ao rio transformaram-no quase numa espécie de tenalha com o propósito de levar a defesa a uma maior distância através da ocupação e preparação deste ponto saliente. Encontram-se aqui os vestígios do que se pode ter sido uma banqueta larga e um parapeito para atiradores - de alguma maneira uma falsa braga - sobre uma actual pequena agra que margina o rio.

O Sargento Brandão, em 1758, fornece indicações preciosas para a localização deste forte. Na representação e descrição que faz da linha de margem entre a foz do Minho e a praça de Valença, ao apontar a distância entre Vila Nova de Cerveira e Valença, refere que: **"Mais amplo e plano Continua o Ryo a sua margem Legoa, emeya da parte de Portugal the o termo de Valença, freguezia de S. Pedro da Torre, onde Consta pellos vestigios q. sedevizão, fizera o Gallego o Forte de Sinco Baluartes que semostrão empontinhos, notempo da Guerra. Defronte delle daparte de Galliza fica o Forte Vermelho Com hua obra exterior dominante sobre a nossa Raya etodo o Ryo"** (1). Ao analisarmos o desenho da margem que a legenda aqui transcrita documenta, deparamos com um mapa onde se distinguem as duas margens do rio, desde a foz até Valença e à praça espanhola de Tuy. Além da representação de Vila Nova de Cerveira e do Forte de Lovelhe encontra-se, entre **"Vila Mean"** e a Quinta da Torre, o forte representado a ponteado. Trata-se do Forte de S. Luis Gonzaga. Pelo desenho - bem simples e representado já em meados do século XVIII a ponteado - somos levados a aduzir que, na época em que o Sargento Brandão faz o seu álbum, o reduto militar se encontraria desmantelado. Tinha uma parada pentagonal e cinco baluartes, três deles voltados a Espanha. No desenho lê-se: **"Fortes q' teve o gale** (sic)" (2) Efectivamente, este forte construído pelo Capitão General da Galiza, D. Vicente Gonzaga, orçado em 500 mil ducados em 1657, era constituído "por cinco baluartes e falsas bragas, em torrão, cercadas por estacada e fosso de 3 metros de fundo" (3). É um bom exemplo de fortaleza de penetração (4) concebido para alojamento do exército que estava apostado em conquistar Valença, o que foi tentado, em vão. Possuía, no seu interior as barracas dos aquartelamentos, cavalariças e vários armazéns, sendo capaz de albergar "dois mil infantes e 500 cavalos" (5). Em frente, em Amorim, na Galiza, erguia-se o Forte Vermelho - assim designado pelo Sargento Brandão - composto de uma parada quadrangular com quatro baluartes nos vértices. Ostenta, a proteger a cortina voltada a Portugal, o que parece ser uma obra corna de braços curtos a dominar a margem (6). Entre este forte e o campo entrincheirado de S. Luis Gonzaga estaria montada uma ponte composta de 36 barcas, "para facilitar o transporte de tropas e munições" (7). O desenho da raia não

apresenta quaisquer outros sinais de fortificação até às praças de Valença e de Tuy, limitando-se o Sargento Brandão a referir que **"the a Praça de Valença se Segue o Ryo, por hua Larga Veiga aq. chamão daMira fertil e abundante"** (8). D. José Cornide,no século XVIII, situa o forte de Amorim a uma légua de Goyan, dizendo-o **"en muy mal estado"** (9). Adianta que **"hay dos o tres cañones de hierro sin cureñas y quatro inválidos de guarnición. El cuartel y murallas todo está mui deteriorado"** (10).

Na "Carta Topografica de todos os lugares em roda da Praca de Valença", o reduto de S. Luis Gonzaga está também representado a ponteado (Fig. 47) (11).

Pelo lado Sudoeste, a cerca de 50 m. de S. Luis Gonzaga, ergue-se uma mota artificial, de 4/5 m. de altura com fosso e parapeito (Fig. 48.1). O seu topo é côncavo e serviria para colocar uma ou duas peças de artilharia. Protegia, criando uma linha de tiro avançada, o flanco Sudoeste do forte e a ponte de barcas que cruzava o Minho, uma vez que o rio aqui flecte numa ampla curva para território espanhol, criando uma várzea aberta - hoje vocacionada para o cultivo de milho - que era necessário vigiar, prevenindo assim ataques vindos nesta direcção.

Verdadeiramente peculiar em termos defensivos é o notável arranjo de terras na parte da margem do rio que confina com a pequena agra defronte do esporão do forte. Trata-se de um fosso inundável, que acompanha a margem até aos campos de milho que se estendem a Sudoeste do bastião. Não se vislumbra a sua funcionalidade como ancoradouro, nem como cais avançado ou como suporte da ponte das barcas feita pelos espanhóis. Completamente coberto por um longuilíneo talude arborizado que, visto pelo lado da Galiza ou por quem subisse o rio, se confundiria com a terra firme e contínua do território português, este fosso de águas remançosas está, na verdade, construído no sentido de provocar um obstáculo adicional a um desembarque surpresa e, por isso mesmo, capaz de inviabilizar um ataque orientado à cortina Poente do forte. Embora se presuma que fosse um elemento de rápido reconhecimento pelos estrategas de um exército oponente - neste caso o português - e, naturalmente, o factor surpresa não constituísse o móbil fundamental da sua criação (12), este elemento destinado a dificultar o acesso à margem contínua e a consequente aproximação à escarpa do forte, funcionava, pelo menos, como elemento dissuasor de um ataque àquela linha. É possivel que a entrada deste fosso e até o próprio leito estivessem providos de estacaria, o que travaria ainda mais qualquer tentativa de transposição por parte de quem não conhecesse o obstáculo artificialmente criado.

Notas:

1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 4 v.
2 - Idem, *ibidem*, fl. 5.
3 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 20. VIEIRA, José Augusto, op. cit., p. 108 "detecta e revela à sua maneira que, "durante a guerra da independencia construiram-se em S. Pedro da Torre alguns fortes, sendo o de S. Luiz, sobre a margem do rio, por Vicente Gonzaga para assegurar a conquista da provincia, e os de Belem e S. Francisco, no logar da Gandara, pelos nossos para se opporem ás ameaças do primeiro. Não restam hoje senão vestigios dessas fortificações, e a tradição ou nome que ainda se dá á Quinta do Forte, contigua aos dois últimos.

Segundo a lenda, nas veigas a leste do forte de S. Luiz, ter-se hia ferido renhida lucta, de que os portuguezes sahiram victoriosos, sendo tanto o sangue derramado, que as aguas d'um pequeno ribeiro, confluente do rio da Veiga de Mira se tingiram de vermelho e d'ahi o seu nome de Rio Tinto."
4 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *O Castelo Estratégico e a Estratégia do Castelo em Portugal*, op. cit, 44, lembra que os castelos de penetração situavam-se dentro do território inimigo.
5 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit. 19.
6 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl.5.
7 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit.,19.
8 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 4 v.
9 - CORNIDE, D. José, op. cit., 136.
10 - CORNIDE, D. José, op. cit., 136.
11 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., a folha antes de Valença
12 - Estaria, sem dúvida, mais relacionado com a ponte de barcas, embora não se adivinhe a necessidade de existência de falsos pegões ou mesmo de uma margem de fixação avançada.


50 100 200 300 400 500
Praça
TVY
Ponte de Barca
Ponte da Veiga da Nora
Segadaens
Caracem
Valença
N.ra Sra de Grotelo
Arrao
Ameal
Casas de Trissai de Arº
Orgueira
Igreja de Verdal
Igreja da Gandra
Bom Jardim
S. Vicente
Conv.to de Gayfem
Gayfem
Fornelos
Gandra
Vilar
N.ra Sra do Faro
Tayde
Cruzeiro da Serra
Conv.to de Mosteiro
Serra de Coura
Portela da Bolloza

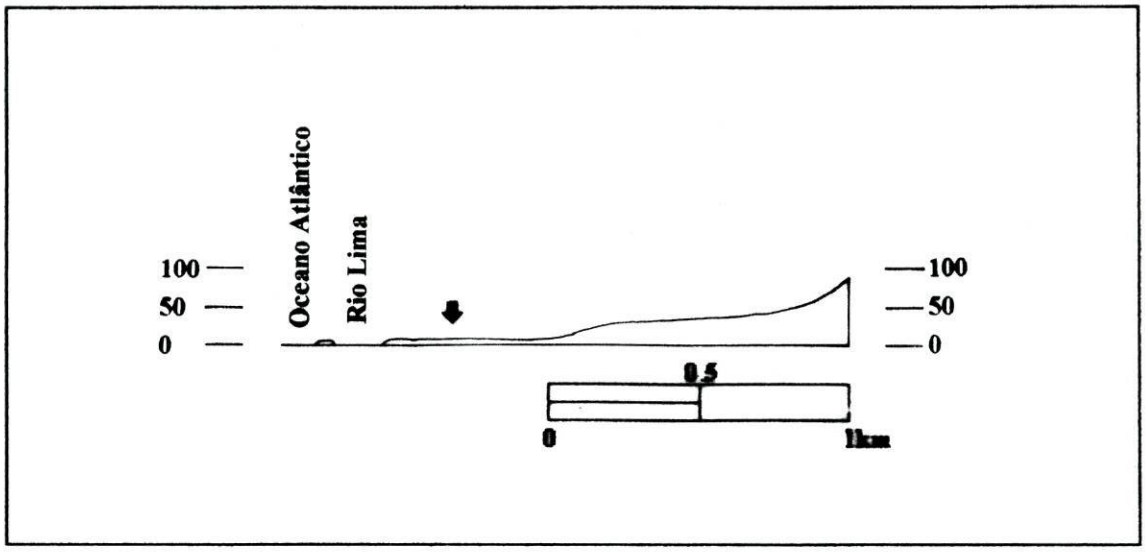
Fig. 48



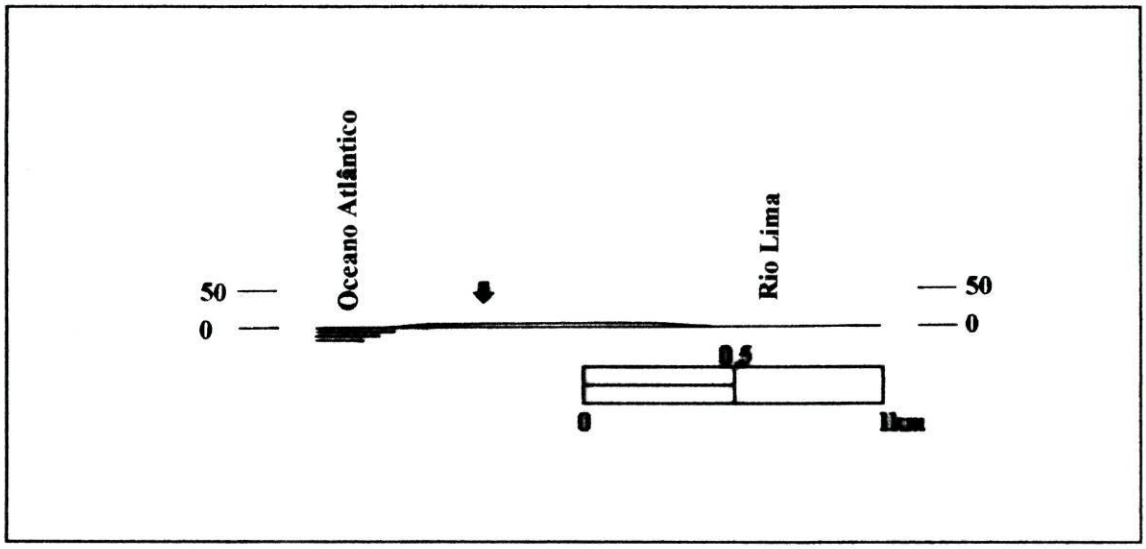
1

19 - Fortaleza de Viana do Castelo (Castelo de S. Tiago) - Viana do Castelo

- 41º 41' 13" N
- 0º 17' 50" E
- 5m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Nos inícios do séc. XVIII Villa Lobos riscava a planta do **"Castelo de Vianna"** (1), como uma praça de polígono pentagonal, irregular, composta de quatro baluartes e a **"H - Plataforma de S. Tiago"** que amparava o presídio **"antigo"** conhecido com o nome de Roqueta (Fig. 49).

Mais prolífico seria o Sargento Brandão quando, em meados do século, descrevia o **"Castello Santiago da Barra da Notavel Villa de Vianna, q. mostra ser de figura/Pentagonica, com**

Fosso aquatico imperfeito, por não estar de todo aberto, nem ser nalargura que/deve ter, sem estrada encuberta, e explanada" (2) (Fig. 50). O fosso, pela parte da terra estava aberto a Norte, Nordeste e a Poente e seria inundado pelas águas da barra que rodeavam todo o resto do maciço rochoso da fortaleza, tornando-o dificilmente transponível. No entanto, nunca terá sido uma defesa optimizada, apesar de já Villa Lobos a ele se referir como **"aquático"** (Fig. 49), uma vez que entre o Baluarte de Santa Bárbara e o Baluarte de S. Gabriel (respectivamente colocados a Nordeste e Nascente) o fosso esteve sempre para abrir (Fig. 49) e, a crermos na autoridade do Sargento Brandão, seria demasiado estreito. Esta opinião é, de resto, reforçada pela imagem do perfil da fortaleza que Villa Lobos traçou e onde se distingue claramente a exiguidade da parte inundável do fosso (Fig. 49). O projecto deste engenheiro mostra a sequência de obras exteriores com o desenho da estrada coberta, a banqueta e o plano inclinado da esplanada, mas tudo leva a crer que tal não ultrapassou o plano teórico, uma vez que - como vemos - o Sargento Brandão salienta a falta destes elementos.

A plataforma de S. Tiago, tal como a plataforma que simetricamente rematava o cais **"na entrada da Barra"** (3) (Fig. 50), era na verdade um meio baluarte, com a face esquerda quebrada e prolongada, de modo a proporcionar um espaço de tiro mais alargado que permitisse a impermeabilidade da barra. O fim era mesmo esse, juntamente com a outra plataforma - ou bateria hemicircular (Fig. 50) - que era **"Capas de ter quatro Ca-/nhoens, selhos puzerem"** (4), de modo a proteger o **"Caes, onde batem as a-/goas, mançaas ebravas do Ryo e do Mar"** (5).

Devido às fortes marés e à agitação da embocadura do Lima, o cais, cujo fecho partia da abertura do ângulo flanqueado no vértice do baluarte de S. Gabriel (Fig. 49) era obrigatoriamente um elemento que necessitava de uma constante manutenção. Esse cuidado não seria muito atento, uma vez que, na segunda metade do séc. XVIII, o Sargento Brandão não hesita em classificar o cais como **"obra Utilissima, q. seacha em Ruina grave/e com pouca despeza se evitara: e se ruhir, sentira a Barra, e a utilidade publica ir/remediavel prejuizo, eficara inutil a Plataforma B"** (6) (Fig. 50).

Antunes de Abreu (7) é de opinião, no seguimento de vários estudiosos locais, que da primitiva fortaleza iniciada no reinado de D. Afonso III e reparada posteriormente no reinado de D. Dinis nada resta, uma vez que a Torre da Roqueta será uma obra cuja heráldica e o estilo remontam, quanto muito ao início do séc. XVI (8). As pedras sigladas que, talvez erroneamente, conferem uma medievalidade à base das muralhas do séc. XVI, poderão - segundo

o mesmo autor - provir de restos de construções do termo de Viana (9).

A Torre da Roqueta **"Prizão asperrima"** (10) (Fig. 50) que se encontra envolvida pela plataforma de S. Tiago, construida para proporcionar a Sudeste uma defesa eficiente contra a pirataria muçulmana e francesa (11), é um edificio de alvenaria regular, de planta rectangular, com dois pisos e terraço. Ao nível do 1° piso - cujos silhares evidenciam numerosas siglas - funcionou a masmorra onde os presos eram conservados com os pés submergidos em água (12). As armas reais manuelinas fazem remontar ao início do séc. XVI esta sólida obra que apresenta no remate de um dos ângulos um matacão de latrina, suportado por três mísulas em nave, um outro, no topo do alçado Sul, assente em duas mísulas idênticas e uma guarita rectangular com cúpula e plinto no ângulo oposto do mesmo pano.

D. Sebastião, o último rei português antes do dominio filipino, terá mandado acrescentar a fortaleza em 1566 (13) ou 1567 (14), ou ainda "de 1568 a 1572" (15), tornando-a uma praça de planta trapezoidal (30 x 40) (16) enquadrando a Roqueta no ângulo de si a antiga Capela dos Mareantes, depois capela de S. Catarina e tornando-a **"Igreja e Parochia do mesmo Castello"** (17).

A planta pentagonal e abaluartada de 1592 da fortaleza deve-se a Filipe II (18). A atestar estas obras de engenharia da dinastia filipina a mesma que consagra o forte a S. Tiago patrono da Galiza encontramos o escudo e uma inscrição no interior da fortaleza, sobre a porta de armas, onde é atribuida a construção ao mestre de armas espanhol D. Pêro Bernardes de Santisso.

Após a tomada do Castelo pelos Vianenses em 20 de Dezembro de 1640 (19), ter-se-á reconstruido o forte, seguindo mais ou menos o traçado abaluartado dos filipes (Fig. 51), segundo reza a inscrição sobre a porta de armas, ladeada pelos escudos dos Limas:

"Fez-se esta obra nos anos de 1652 a 1654, governando as armas da Província de Entre Douro e Minho, Diogo de Lima, nono Visconde de V. N. de Cerveira" (20).

Os **"revelins q. se fizerão denovo"** (Fig. 49), que protegiam a porta e a cortina Norte/Nordeste da praça, terão sido construidos em 1700, sob a égide do governador das Armas da Provincia do Minho, João de Sousa (21), o qual mandará colocar o seu escudo na porta do revelim que cobre a entrada da fortaleza. Esta data é, de resto, consentânea com o periodo de tempo em que Villa Lobos inventaria o conjunto de praças do Alto Minho (1710 - 1715) uma vez que, neste caso concreto, ele os encara e legenda como obra recente.

Da mesma opinião não é Alberto Antunes de Abreu (22). Segundo a visão de Luis Figueiredo da Guerra, ao colocar a

confecção do revelim Norte/Nordeste, "Sobre o Campo da Agonia", como obra datada de 1793, "para facilitar as sortidas" (23). Na nossa opinião os dois revelins devem ser da mesma época uma vez que denotam o mesmo tipo de construção, com identica pedra (a verificar "in loco") e - a documentação não deixa margem para dúvidas - o Sargento Brandão desenha-os e legenda-os em 1756 (24).

No interior da parada erguiam-se os "**quarteis de cav.ª**" (junto da cortina voltada a Poente) um outro conjunto de "quarteis" (no seguimento da cortina voltada a Sul), os "**Almazens**" (perto da cortina Norte/Noroeste), bem como a capela e o "**poso**" (junto da cortina voltada ao Campo da Agonia) (Fig. 49):

O Sargento Brandão, no seu desenho de 1757, assinala, com mais detalhe os elementos que integravam a fortaleza, ao legendar que os quarteis situados junta à cortina eram na sua maior parte do "**Sargento mor e Soldados**", restando um compartimento inserido no mesmo quarteirão, no topo, junto à Roqueta, para "**Quartel do governador**" (25). Quanto aos "**almazens**" identificados no início do século por Villa Lobos, o Sargento Brandão a meados do século assinala-os como "**Armazem das armas**" e separa-o claramente de um outro (situado junto ao adro da capela), que denomina de "**Armazem da Polvora**".

Os dois autores coincidem na integração das casas-matas que ladeiam interiormente as cortinas do forte voltadas para terra, classificando-as como "**Cazas mattas**" (26) ou "**Cazas matas com seus Corredores**" (Fig. 49), no entanto o Sargento Brandão contempla ainda no seu desenho a "**Fonte que fica fora**" do castelo, o "**Corpo da guarda da entra-/da**" e a "**Porta de Ponte de Cantaria**" (27), esta última a merecer o reparo do Conde de Aurora que, em 1926, chamava a atenção para"vestigios bem aparentes da antiga ponte levadiça" (28).

Notas:

1 - A designação de "Castelo" atribuída a uma fortificação abaluartada não deixa de ser sintomática da persistência no vocabulário militar, de alguns arcaísmos que, por muito que tivesse evoluido a engenharia militar desde a Idade Média, subsistiam ainda no séc. XVIII, porventura por costume de identificação usada pela sociedade civil.

2 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar), op. cit, fl. 18 v.

3 - Idem, *ibidem*, fl. 18 v e 19.

4 - Idem, *ibidem*, fl.18 v.

5 - Idem, *ibidem*, fl.18

6 - Idem, *ibidem*, fl. 18 v. e 19. A plataforma B é a plataforma de S. Tiago a que nos temos vindo a referir.
7 - ABREU, Alberto Antunes de, *O Castelo de S. Tiago da Barra*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, Viana do castelo, 1986.
8 - ABREU, Alberto Antunes de, op. cit., ponto 1.
9 - ABREU, Alberto Antunes, op. cit., ponto 1. O mesmo aspecto deverá ter-se em conta na análise da abóbada do interior da porta de armas, profusamente ilustrada de siglas.
10 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl.18 v. e 19.
11 - ABREU, Alberto Antunes de, op. cit., ponto 2.
12 - ABREU, Alberto Antunes de, op. cit, ponto 2.1 e AURORA, Conde d', *Roteiro da Ribeira Lima*, Ed. Manuel Barreira, 3ª ed., Porto, 1959, 70.
13 - ABREU, Alberto Antunes de, op. cit., ponto 3.1.
14 - AURORA, Conde d', *Roteiro da Ribeira Lima*, op. cit., 69.
15 - GUERRA, Luis Figueiredo da,op. cit., 24.
16 - AURORA, Conde d', op. cit., 69.
17 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva, op. cit., fl.18 v. e 19.
18 - AURORA, Conde d', op. cit., 69. GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 24, aventa o seu início para 1589.
19 - AURORA, Conde d', op. cit., 69.
20 - AURORA, Conde d', op. cit., 70 e ABREU, Alberto Antunes de, op. cit., ponto 4.2. VIEIRA, José Augusto, op. cit., 213, faz um historial da obra bastante completo: "Sabe-se que, depois do foral de D. Affonso III os viannenses se obrigaram a levantar á sua custa os muros de cantaria e entreter a defeza da povoação. O circuito murado, informa o dr. Figueiredo da Guerra no seu livro Vianna do Castello, principiava na porta da Ribeira, do Caes, Victoria, arco de S. Chrispim, rua do Caxuxo direito ao Eirado (hoje casa Malheiro Ramão) voltando d'ahi á praça da Erva, e vindo terminar no largo da Picota. Cinco portas flanqueavam esses muros: a de S. Thiago ao norte, S. João e Victoria ao sul, S. Pedro ao Oriente e S. Filippe ao occidente.

O castello data egualmente d'essa epocha, embora sob um plano differente do que hoje tem. Os viannenses levantaram ahi a torre da Roqueta, e por tal serviço como pelos da edificação da muralha, lhes concedeu el-rei, entre outros privilegios, o de dar jurisdicção de capitão-mór e alcaide da villa e seu termo á camara para o mais antigo vereador eleito, privilegio de que os viannenses foram ciosos, tendo havido por vezes reclamações do senado, quando essa mercê era usurpada. A torre da Roqueta foi depois por D. Manuel mandada reconstruir e adaptada ao uso de artilharia.

Em 1567, informa o sr. Vilhena Barbosa, fizeram-se muitas outras obras de reedificação e de augmento reinando D. Sebastião. Filippe II accrescenta e fecha em 1592 o castello com fossos e

muralhas e finalmente já na epocha da nossa restauração, 1652, a construcção toma quasi a fórma definitiva que apresenta, sendo governador da provincia D. Diogo de Lima, nono visconde de Villa Nova de Cerveira; os revelins exteriores são levantados em 1700, sendo governador das armas D. João de Sousa, e os ultimos melhoramentos são devidos ao general Daniel Calder em 1799.

O castello póde conter uma guarnição de 3:000 homens e encerra dentro dos seus muros quartéis, egreja, casa para governador, paiol, etc. (...) Por occasião da primitiva fortificação ficaram os pescadores privados de entrar a qualquer hora na pequena ermida de Santa Catharina que na foz do rio haviam construido; d'isto se queixaram elles a Filippe II, que os attendeu e indemnisou, mandando construir a actual capella de Santa Catharina e annexando a primeira ao castello, dando-lhe s. Thiago por padroeiro. Defendido pelo castello vê-se na barra um fortim semi-circular de pequena elevação acima do nivel d'agua.

(...) A explanada do Castello fórma o extenso campo da Agonia, onde se effectua a grande feira annual a que alludimos já, e no seu extremo norte levanta-se a capella da Senhora da Agonia com a sua torre semilhante a um mirante, (...)". Considerado I. I. P. , por Decreto nº 47508 de 24 - 1 - 1967 e Z. E. P. , pelo D. G., 2ª Série, nº 149, de 27 - 6 - 1973, Cfr: *Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário*, op. cit., 74.

21 - AURORA, Conde d', op. cit, 70.

22 - ABREU, Alberto Antunes de, op. cit., ponto 4.3.

23 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit. pág. 24.

24 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva, op. cit., fl. 18 v e 19.

25 - Idem, *ibidem*, fls. 18 v. e 19.

26 - Idem, *ibidem*, fls.18 v. e 19.

27 - Idem, *ibidem*, fls. 18 v. e 19.

28 - AURORA, Conde d', op. cit., pág. 70.

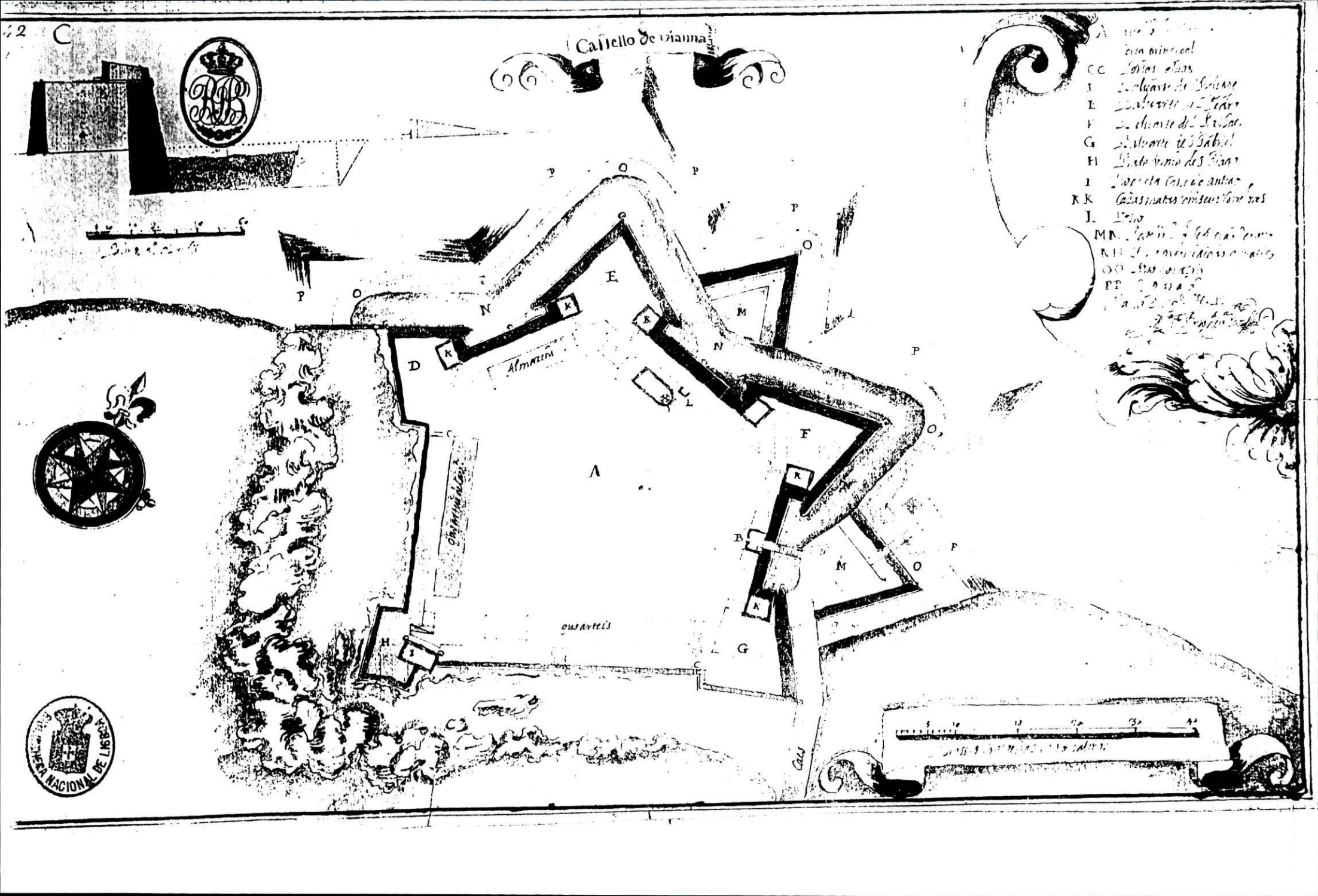

Castello de Vianna
Almazem
Quarteis
Cais
A
B
C
D
E
F
G
H
I
K
L
M
N
O
P

Fig. 49

"Castelo de Viana"
"**A**. Castello de Vianna"
"**B**. Porta Principal"
"**CC**. Portas falssas"
"**D**. Baluarte de S. Phelippe"
"**E**. Baluarte de S. Pedro"
"**F**. Baluarte de S. Raphael"
"**G**. Baluarte de S. Gabriel"
"**H**. Plata forma de S. Tiago"
"**I**. Roquete"
"**J**. Castelejo antigo"
"**KK**. Cazas matas com seus corredores"
"**L**. Posso"
"**M M**. Revelins q. se fizerão de novo"
"**N N**. Fosso prencipiado aquatico"
"**OO**. Fosso por abrir"
"**P P**. explanada"
"0-60 Palmos pª o prefil"
"0-40 Brassas Craveiras de 10 Palmos"
"5 de 9.bro de 1713"
"M.el Pinto de Vª Lobos"
D. 237 V.

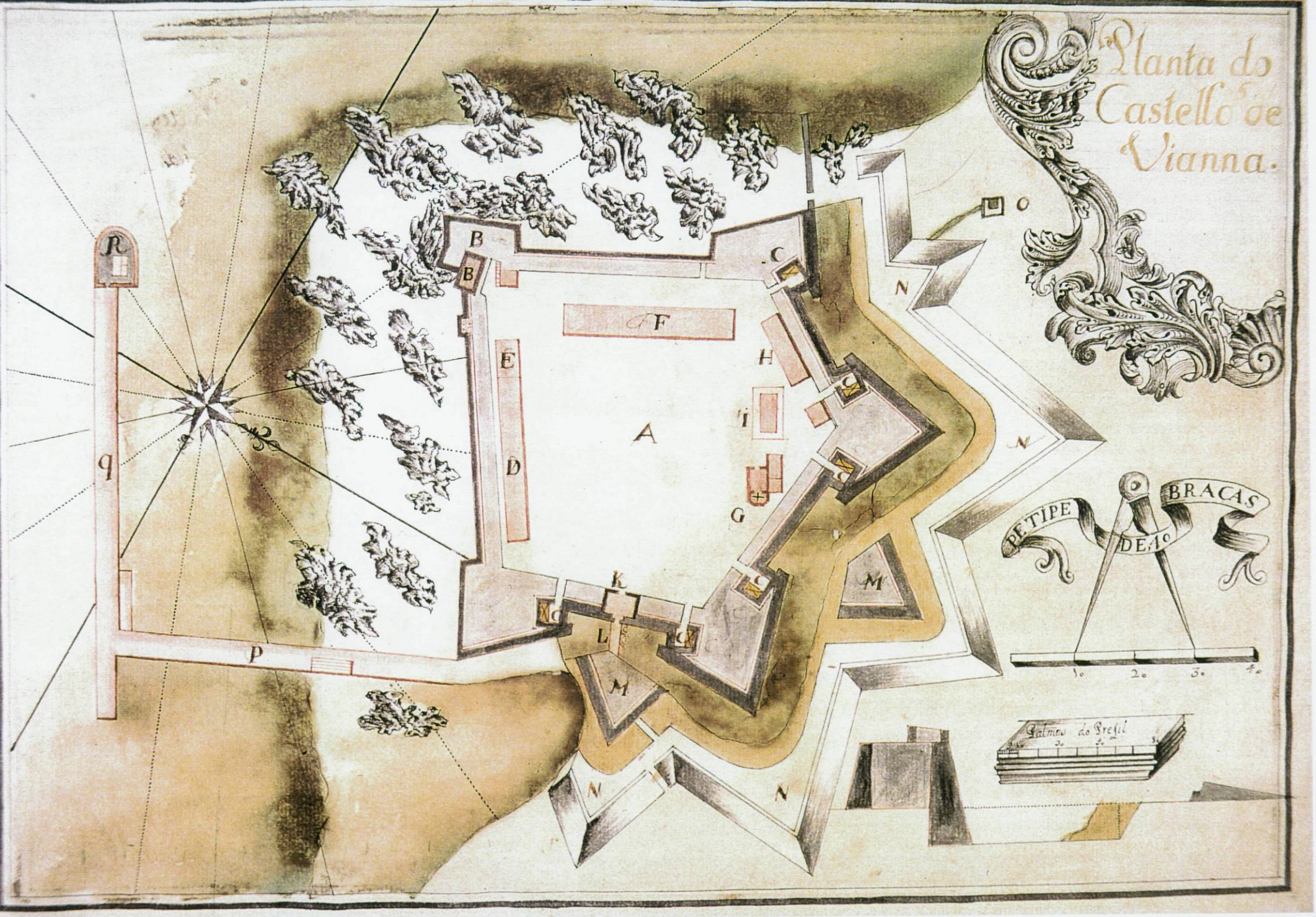

Planta do Castello de Vianna.
A
B
B
C
D
E
F
G
H
I
K
L
M
M
N
N
N
N
O
P
Q
R
PE TIPE DE 10 BRAÇAS
10
20
30
40
Palmos do Presil

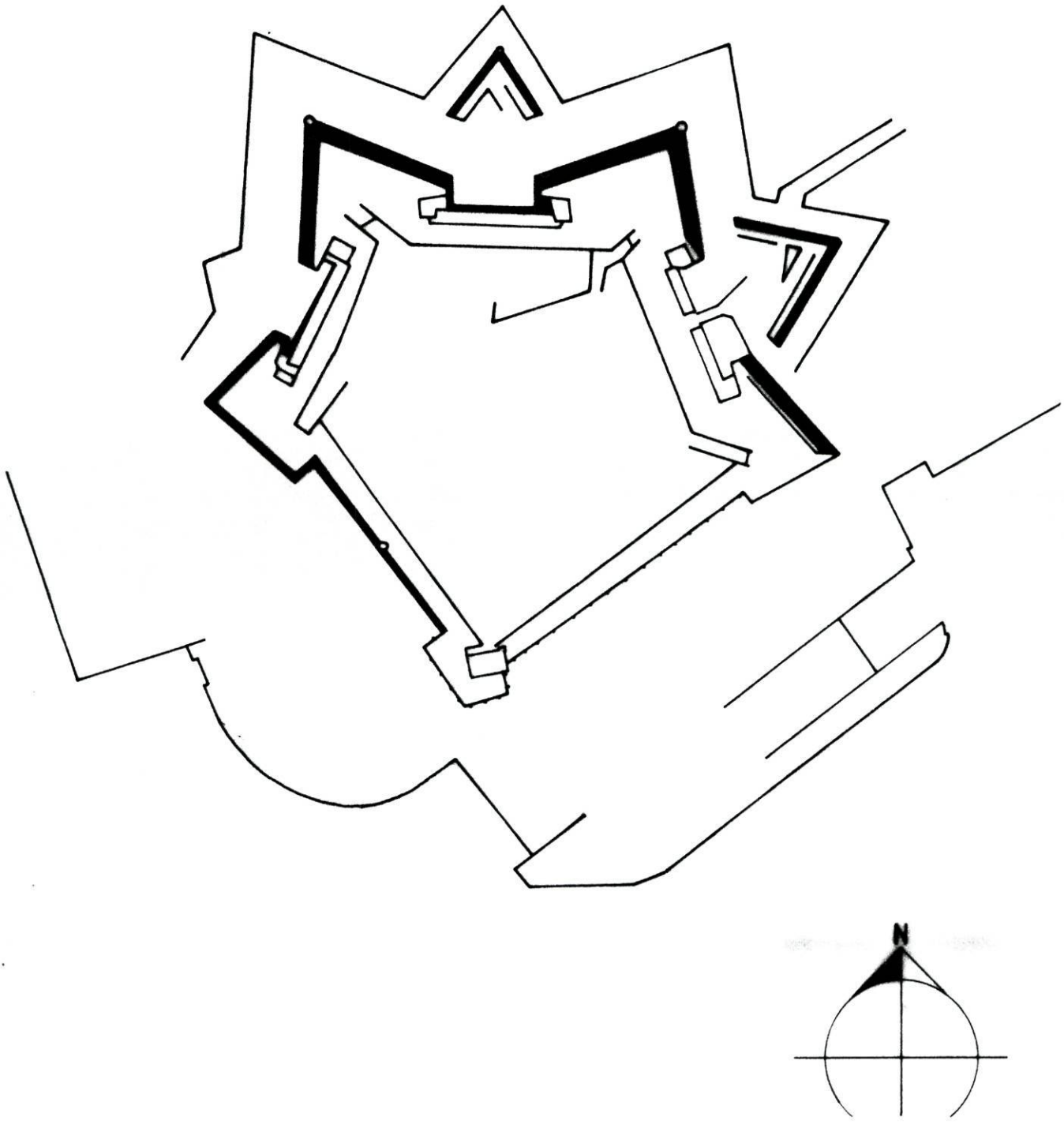
Fig. 50

"Planta do Castello de Vianna" - fl. 19
Legenda - fl. 18.v.

"**A**. Fortalleza"
"**B**. Prizão asperrima chamada roqueta, e sua Plataforma"
"**C**. Cazas mattas"
"**D**. Quarteis do sargento mor e soldados"
"**E**. Quartel do governador"
"**F**. Quarteis da cavalaria"
"**G**. Igreja e Parochia do mesmo castello"
"**H**. Armazem das armas"
"**I**. Armazem da Polvora"
"**K**. Corpo da guarda da entra-/da"
"**L**. Porta de Ponte de cantaria"
"**M**. Revelins"
"**N**. Estrada encuberta"
"**O**. Fonte q. fica fora"
"**P**. Caes q. sae do castello"
"**Q**. Caes onde batem as a-/goas, manças, ebravas do Ryo edo Mar (...)"

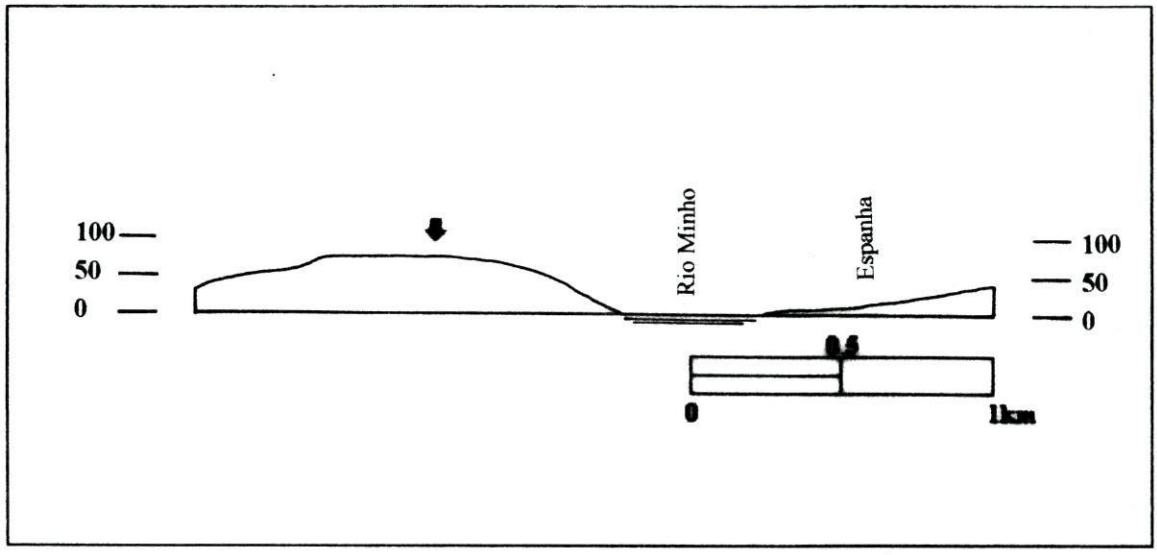
Fig. 51

Vestígios actuais da Fortaleza de S. Tiago da Barra - Viana do Castelo.

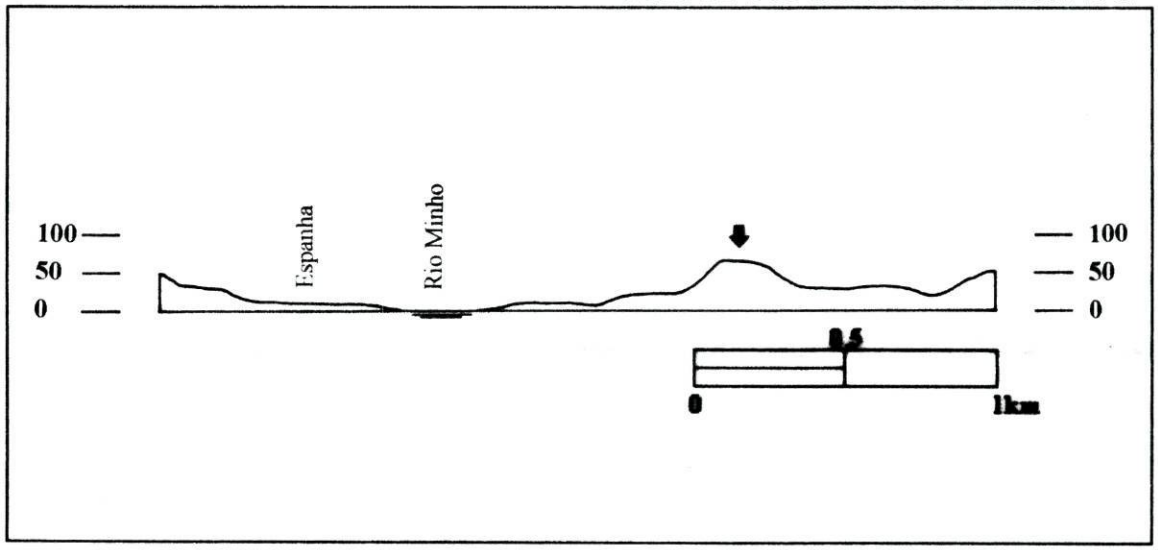


20 - Fortaleza de Valença - Valença

- 42º 01' 30" N
- 0º 29' 10" E
- 70m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

"Da barra em q. no Mar Occeano se sepulta o Ryo Minho omostra esta Planta, the a/Praça de Valença, q. são quatro Legoas" (1). Assim se referia o Sargento Brandão à distância entre a foz do Minho e o mais importante bastião da fronteira Noroeste do reino. Balizando-a mais concretamente, o mesmo militar avança com a distância entre a Praça de Valença e outras fortalezas da raia, apontando **"dade Villa Nova duas Legoas, eomes-/mo da de Monção, edaCidade de Tuy meyo tiro de arthelharia"** (Fig. 22 e 47) (2). No século XVII, D. José

Cornide acentua a proximidade entre Valença e Tuy, referindo o sistema de comunicação entre as duas margens: **"Para la comunicación con Portugal hay a un tiro de fusil de la plaza (de Tui) una barca de paso que conduce las gentes de una ribera a la otra"** (3). Após a guerra e o inevitável bloqueio que esta provocou, o movimento da fronteira justificava **"una aduana para registro de los géneros"** (4) que transitavam de uma fronteira à outra. Tratou-se da reposição da normalidade de relações entre dois reinos, onde a comunhão de interesses do povo da raia foi muitas vezes superior às querelas institucionais. De resto, Valença é a única defesa portuguesa que Cornide não menosprezava, bem pelo contrário, considerava-a, a meados de setecentos, como **"la plaza de más consideración que hay en toda la frontera, de mucho recinto y que necesita una considerable guarnición para su defensa"** (5).

Em relação às de Vila Nova de Cerveira e Monção, **"esta Praça deputada ademaoir con-/ssequencia, e chave da Provincia"** (6), era constituída, sem dúvida, por um aparatoso sistema de obras defensivas (Fig. 52), prolongado ao longo da margem esquerda do rio. Na realidade é formada por dois corpos: o principal, situado a montante, que Villa Lobos designa por **"prassa"** (Fig. 53) e ainda uma obra coroada, extensa que se estende a Sul, pelo outeiro do Bom Jesus, e que, em 1713, está **"de todo feita"**.

O corpo principal da fortaleza, quarenta e cinco anos após o termo das Guerras da Restauração, apresenta-se de traçado irregular, com três baluartes voltados a Sul, separados por cortinas de diferentes dimensões, os quais Villa Lobos designa globalmente por **"obra do Arrabalde tambem feita detodo"** (Fig. 53). É de supor que durante os vinte e oito anos de guerra as obras defensivas fossem de traçado e confecção diferentes: provavelmente uma boa parte dos baluartes deste corpo eram em terra ou torrão. Naturalmente o antigo castelo (7) terá evoluido ao longo do séc. XVI e boa parte do séc. XVII no sentido de uma fortificação de transição, com muros espessos e baixos, abertos com canhoeiras e, porque não, com alguns elementos abaluartados (8).

Efectivamente, Villa Lobos assinala na sua planta pelo lado Norte, um importante conjunto de obras que decorrem ou estão previstas neste início do século, a fim de substituirem antigos baluartes feitos em terra (9) (Fig. 53). Além disso este lado Norte da fortaleza, riscado como se de um projecto se tratasse e não um conjunto de obras já concluidas, é ainda contemplado com um conjunto de fossos imperfeitos e ainda a sugestão de um revelim **"proposto p.ª cobrir a porta de S. Vicente"** (Fig. 53). Está ainda prevista a construção de uma **"tenalha a vouban"** (Fig. 53) para amparar a cortina que fica junto do antigo armazém das armas e da pólvora. Esta tenalha era destinada a "segurar os muros do

antigo castelo que então começavam a ceder em consequência do aprofundamento do fosso" (10). Note-se que se trata da primeira referência explícita, numa planta, ao método de Vauban. No entanto, se analisarmos a planta de 1713 apenas se conseguem admitir como defesas já construídas durante as Guerras da Restauração, pelo lado Norte do reduto principal, os muros da antiga fortaleza, de planta sub-elíptica. Repare-se que o perfil da praça que nos é evidenciado pela planta da B. N. L., apresenta-se terraplanado, com espesso parapeito de pedra, mas sem o típico cordão circular que caracteriza as fortificações abaluartadas (11). Tudo leva a crer que, de 1640 a 1668 tivessem sido construídas várias obras de defesa abaluartadas em terra, adossadas a um anterior polígono de forma oval e que nos inícios do séc. XVIII se tivessem então projectado e iniciado as obras que a planta de Villa Lobos ilustra para este lado da praça.

Apesar de em 1713 a chamada **"obra do arrabalde"** (Fig. 53) estivesse concluída, com os **"fossos de todo prefeitos com suas contra escarpas"** (Fig. 53), o revelim que cobre a chamada Porta do Sol (12) pelo lado Nascente do bastião principal, apesar de ser assinalado como **"já Feito"** (Fig.53), não o estava e não estará concluído pelo menos até meados do séc. XVIII. O Sargento Brandão evidencia, ao elaborar a planta da Praça de Valença, que o **"Revelim que cobre a porta/de Monção: falta acabarse, e fazerlhe osparapeitos"** (Fig. 54)(13).

Os cavaleiros projectados em 1713 para os baluartes de S. João e de S. Francisco (Fig. 53) também não estavam concluídos a meados do século, uma vez que o Sargento Brandão adverte na legenda do seu desenho que são **"cavaleiros que não estão meios feitos"** (14). A propósito destes elementos, o album da autoria do Sargento Brandão aponta, genericamente, que **"Consta esta Praça de/sette baluartes, e por elevação do terreno, selhe fizerão os Cavalleyros/para dos baluartes baixos se barrerem os fossos"** (Fig. 54) (15). A noção que fica deste apontamento é a de uma defesa acrescida e mais eficaz, pois os ditos cavaleiros eram construídos sobre os baluartes terraplanados, o que, para além do reforço do muro, aumentava a capacidade de defesa pelo eventual alojamento de artilharia.

A alvenaria regular das muralhas da Praça Principal, consolidadas e protegidas exteriormente por patamares e taludes de terra (Fig. 55.1), têm acessos de rampa com revestimento de seixo. O seu parapeito, pela parte interna, é maioritariamente construído com um opus esbranquiçado que proporciona estanquecidade e compacticidade ao conjunto, formando uma espécie de taipa militar feita com pedra misturada com saibro e barro arenoso, cru. Em alguns sítios foram empregues tijolos secos ao sol. Em outros, encontramos já tijolos cozidos com cerca de 3cm

de espessura e neste caso o parapeito é integralmente concebido neste material. As canhoeiras, de desenho trapezoidal (Fig. 52 e 55.2), apresentam-se, por vezes, com a caixa feita em pedra ou unicamente só com os seus remates em pedra e paredes em barro (Fig. 56.1), embora alguns remates das paredes das canhoeiras sejam já elaborados em tijolo recente, devido às reconstruções que foram sendo feitas para conservação do perfil amuralhado. Os locais das peças de artilharia são regularmente lajeados (Fig. 56.1) e delimitados por muros de pedra, sendo os intervalos entre as canhoeiras, preenchidos com taludes de terra (Fig. 55.2).

No que diz respeito à obra coroada do Outeiro de Bom Jesus, estava "**detodo feita**" (Fig. 53) em 1713.

Esta importante obra exterior, envolvida pelo caminho coberto, valorizava extraordinariamente a defesa da praça. António Pires Nunes, no seu *Dicionário Temática de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, ao apresentar a sua dupla designação - obra coroa ou coroada - opta pela regularidade de traçado na sua definição, dizendo que é usualmente constituída "por um baluarte central ladeado por dois meios baluartes, a que se liga por cortinas" (16). O mesmo autor anota o caso de Valença, referindo o seu risco de três baluartes centrais e dois meios baluartes (Fig. 52, 53 e 54).

Situada a Poente (e não a Sul, como se apresenta no desenho de Villa Lobos) da Praça Principal composta de sete baluartes, esta praça regular aberta na gola e destinada a proteger a "**obra do arrabalde**" (Fig. 53), e a sua Porta do Meio (17), terá sido desenvolvida, segundo Alberto Pereira de Castro por meados do séc. XVII, concretamente em 1661, devido a uma inscrição no baluarte da coroada voltado a Poente - o baluarte de S. Vicente (18). Anteriormente a esta defesa, existiriam alguns conjuntos de trincheiras que tentariam travar quaisquer avanços vindos de Sul e Sudoeste (19). A sua complexização processar-se-á ao longo das Guerras da Restauração, altura em que ganha acuidade uma defesa mais eficaz daquele que é considerado o ponto nevrálgico da nossa estratégia de guerra na fronteira do Minho.

O Sargento Brandão no seu álbum de meados do séc. XVIII apresenta uma legenda alargada da obra coroa do Outeiro do Bom Jesus. Explica que "**esta obra é de alvenaria depedra e cal, Com/Cunhaes de Cantaria, Cordão, e guaritas da mesma, Com parapeitos das estradas das Rondas, e segundos/Rampardos: os fossos em roda todos abertos, epoucos com as Contra escarpas de alvenaria de pedra eba-/rro, com falta de parapeitos, banquetas, e explanadas**" (20) (Fig. 54). Logo à partida, a existência do cordão na ligação do parapeito à escarpa, coloca-nos perante uma das características usuais na construção de uma fortaleza abaluartada.

Ao verificarmos a construção de rampas, mais concretamente, "**segundos rampardos**", destinados a proporcionar o acesso aos vários níveis da fortificação, maior se identifica a obra com os sinais típicos de um reduto do séc. XVII. No entanto, esta informação que salienta, a meados do séc. XVIII, o carácter imperfeito e, porventura, inacabado da obra pela "**ausência de parapeitos, banquetas e esplanadas**" (Fig. 54) è dificilmente conciliável com a comparação que se pode fazer ao confrontar estes elementos com a planta riscada por Villa Lobos. Este engenheiro salientava em 29 de Setembro de 1713 que a obra coroa possuia os "**Fossos de todo prefeitos com suas contrascarpas**" (Fig. 53), bem como a Sul e Poente, a "**Estrada encuberta acabada com seu parp.to**" (Fig. 53), embora advirta que a Nascente e a Sudeste esteja o "**Restante da mesma estrada imperfeita**" (Fig. 53). Perante isto é de supôr que se tivesse procedido ao acabamento das obras pelos lados onde a defesa era mais premente (Sul e Poente, segundo a orientação cartográfica de Villa Lobos) ou as destruições operadas tivessem colocado urgência na reparação, ficando o restante - parapeitos e esplanadas - para obras posteriores.

O certo é que nos inícios do séc. XVIII a obra coroa apresenta um revelim, concebido em pedra (Fig. 56.2), envolvido por um fosso e contra escarpa perfeitos, de resguardo à porta da Coroada - também chamada Porta de Viana - situada entre os baluartes de S. Jerónimo (Poente) e de S.ta Bárbara (Sul) (Fig. 57.1). A inscrição de D. Pedro II sotoposta às armas de Portugal, integradas no fontão curvo interrompido, com volutas acarteladas, que junto ao parapeito do baluarte de S. Jerónimo está reproduzida a data de 1661, época de plena Guerra da Restauração (21).

Manuel de Villa Lobos, em 1713 desenha ainda um "**revelim feito de terra com suas contragoardas**" (Fig. 53) situado entre os baluartes de S.ta Bárbara (Sul) e de S.ta Ana (Poente). Este elemento feito de torrão, sem quaisquer sinais de alvenaria seria, provavelmente, o que restava das primitivas defesas ou trincheiras que protegiam a obra coroada à medida que ela ia sendo feita. Uma vez finalizada a grande obra exterior tal protecção daria a impressão de uma defesa inacabada, perante o aparato que constituía a volumosa alvenaria das cortinas e baluartes da coroada. Na realidade, as suas muralhas constituídas por blocos bem aparelhados, intermeados com pedra miúda obtida por fissura e impacto, conferiam uma grande robustez ao conjunto que conserva ainda um adarve bastante largo, com parapeito de uma água (Fig. 57.2), bem lajeado em alguns sítios.

As guaritas, existentes tanto na Praça Principal como na Coroada, são, em tudo, idênticas às de Monção, ou seja, são de planta exagonal, tal como a plataforma que as suporta e possuem cúpula em pedra coroada de plinto e esfera de pedra. Pontuam os ângulos

dos baluartes, com a sua alvenaria regular de blocos rectangulares bem aparelhados e pouca argamassa nas juntas.

Notas:

1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl 4 v.
2 - Idem, *ibidem*, fl.7 v.
3 - CORNIDE, D. José, op. cit.,137.
4 - CORNIDE, D. José, op. cit.,137.
5 - CORNIDE, D. José, op. cit.,138.
6 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 7 v.
7 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 13, reputa a antiga fortaleza de Contrasta ao reinado de Sancho I, "que o mandou construir por Gonçalo Simões". Reedificado em 1217, após a destruicão leonesa, terá sido posteriormente aumentado, sucessivamente, por D. Fernando e D. Manuel." VIEIRA, José Augusto, op. cit., adianta que "foi este monarcha (Afonso III) tambem o que a cingiu n'um cinto de muralhas, não as que o leitor vê actualmente, porque estas são já d'uma epocha posterior." Nos fins do século XIX, este autor, salientava o valor da obra medieval "da qual encontra ainda um resto de cortina e uma porta de sahida, no oculo da Gaviarra, que devia ser uma das torres de circumvallação da velha fortaleza, cujo centro ou torre de menagem deveria naturalmente ficar no largo do Eirado, onde vae dar ainda uma rua estreita, chamada do *castello*.

Sobre essa zona de fortificação é que foram construidas as muralhas actuaes, em cujo interior a povoação moderna se acotovella em ruas estreitas, socegadas e tristes, cortadas de longe a longe, na calada da noite, pelo *álerta* das sentinellas da guarnição." A fortaleza foi considerada M. N. pelo Decreto nº 15178 de 14 - 3 - 1928 e Z. E. P. pelo D. G. , 2ª Série, nº 290 de 13 - 2 - 1958, Cfr: *Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário*, op. cit., 64.
8 - Lembremo-nos da Torre de Belém, construída em 1516, dominada por um baluarte.
9 - Estão neste caso os elementos assinalados com D - **"Baluarte em q. se trabalha atoda a prassa em lugar de hum piqueno de terra que ali atava"** -, E - **"baluartes propostos tão bem em lugar dos de terra q. hoje existem"** - e F - **"Bte. que tambem esta para se fazer p.ª descobrir sua baixa"**.
10 - CASTRO, Alberto Pereira de, *A Praça Forte de Valença do Minho*, Ed. da Câmara Municipal de Valença, s.d., 1994, 72.
11 - O resto da praça já apresenta, contudo, o cordão semicircular que vinca o parapeito e arranca da base dos baluartes.

12 - Cfr. planta de 1713 - "Porta Principal da Praça" - e planta de 1777 - "Porta do Sol" - *in* CASTRO, Alberto Pereira de, *A Praça Forte de Valença do Minho*, Ed. da Câmara Municipal de Valença, s.d., 1994.

13 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 8 v.

14 - Idem, *ibidem*, fl. 8 v.

15 - Idem, *ibidem*, fl.8 v.

16 - NUNES, Anónio Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço, Histórico Militar, Lisboa, 1991, 161.

17 - Nomeadamente o paiol, de planta rectangular, com cobertura de lajes de pedra, situado junto desta porta. É, actualmente, uma loja comercial que alia a função de garrafeira à venda de artesanato.

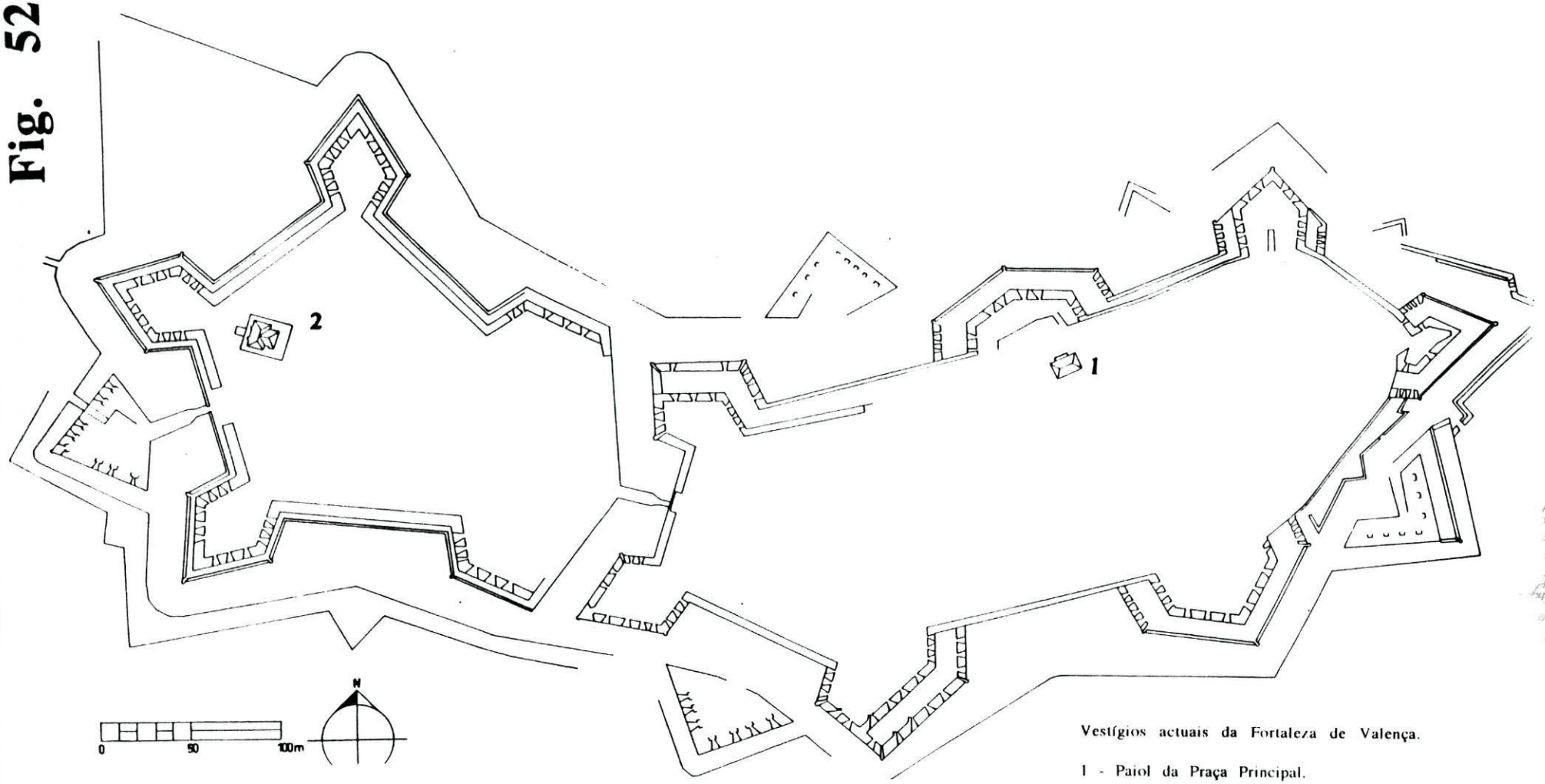
18 - CASTRO, Alberto Pereira de, *A Praça Forte de Valença do Minho*, op. cit., 61. O autor salienta inclusivamente a recente reprodução da data.

19 - COSTA, Pe António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, 2ª ed., vol. I, 240, a propósito da defesa da praça, anota este tipo de "obras coroadas que são trincheiras". Ainda o seriam em fins do séc. XVII, ou já teriam evoluído para um sistema mais regularizado como demonstra a utilização da expressão "obras coroadas "?

20 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 8 v.

21 - CASTRO, Alberto Pereira de, op. cit., 61, esclarece que "no tijolo burro de dois merlões do baluarte de S. Jerónimo (voltado a Poente) existe uma inscrição com essa data, e cujos algarismos em anos recentes a Câmara Municipal mandou reproduzir em metal na parte inferior da parede".

Fig. 52



Vestígios actuais da Fortaleza de Valença.

1 - Paiol da Praça Principal.

2 - Paiol da Coroada.

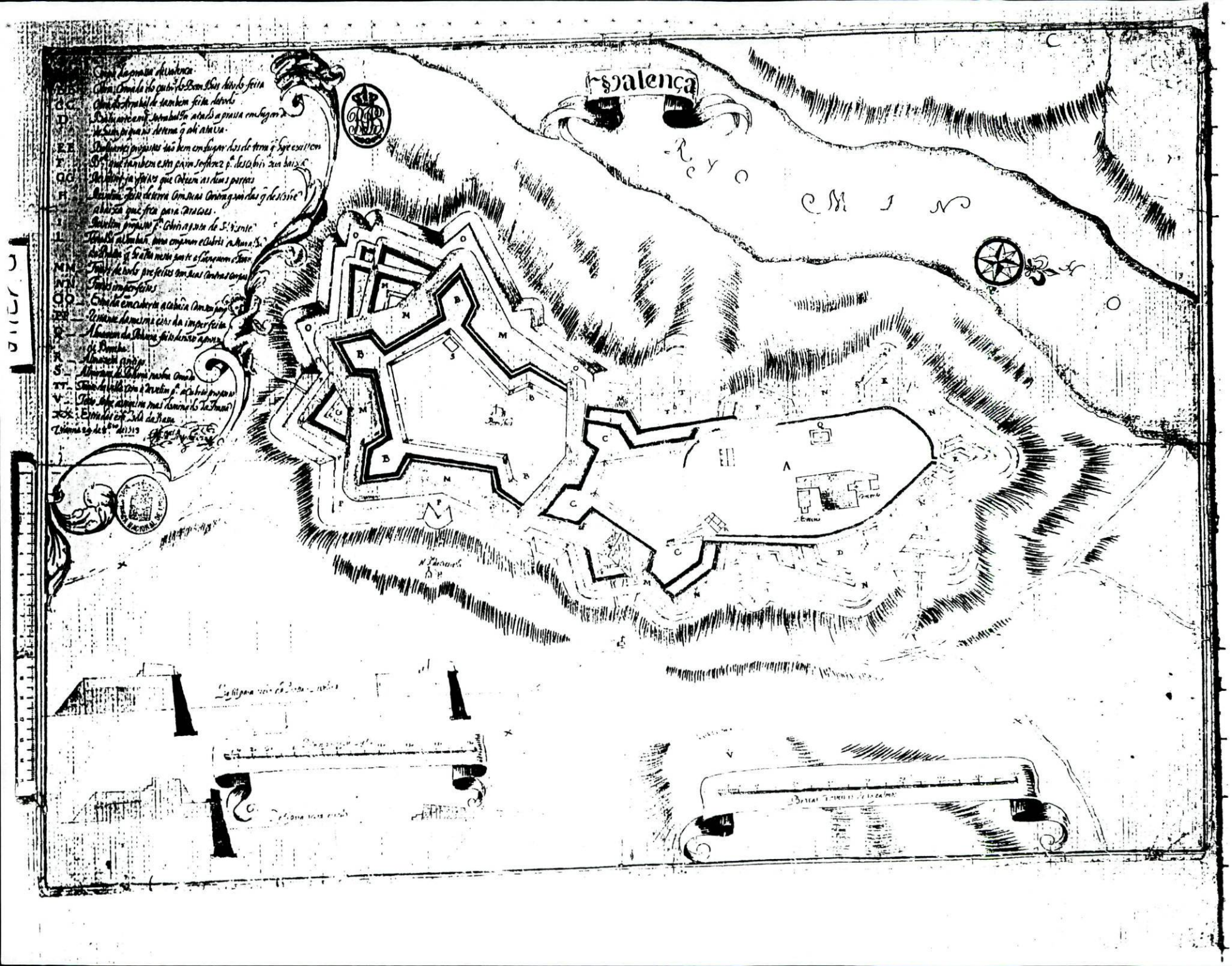

Valença
Rio Minho

Fig. 53

"Valença"
"Corpo da prassa de Valença"
"**B B**. Obra Coroada do outro S do Bom Jhesus de todo feita"
"**CC**. Obra do Arrabalde tambem feita de todo"
"**D**. Baluarte em q. se trabalha atado a pressa em Lugar de hum piqueno de terra q. ali atava"
"**EE**. Baluartes propostos tão bem em lugar dos de terra q. hoje existem"
"**F**. B.te que tambem esta para se fazer pª descobrir hua baixa"
"**GG**. Revelins já feitos que cobrem as duas portas"
"**H**. Revelim feito de terra com suas contragoardas q. descobrê a baixa que fica para caracoes"
"**I**. Revelim proposto pª cobrir a porta de S. Vicente"
"**L**. Tenalha a Vauban para emparar e Cubrir a Muralha da Prassa q. he alta nesta parte e flanquear o Fosso"
"**M M**. Fossos de todo prefeitos com suas contrascarpas"
"**N N**. Fossos imperfeitos"
"**OO**. Estrada emcuberta acabada com seu parap.to"
"**P P**. Restante da mesma estrada imperfeita"
"**Q**. Almazem da Polvora feito de novo a prova de Bomba"
"**R**. Almazem antigo"
"**S**. Almazem de Polvora na obra Coroada"
"**T T**. Fonte da villa com o revelim pª a cubrir proposto"
"**V**. Tezo sobre a urgeira mas dominado da Prassa"
"**XX**. Estrada em roda da Prassa - Viana 29 de 8bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos"
"Ryo Minho - Bom Jhus - S. Estevão - Convento - N. S.ra de Crestello"
"29 de 8bro de 1713"
"M.el Pinto de Vª Lobos"
"0-180 Palmos para estes prefis"
"0-150 Bracas craveiras de 10 palmos"
D. 174 A.


Planta da Praça de Valença.
Perfil da obra Coroada
Braças p.a o Perfil.
Perfil dos Baluartes Com seus Cavaleiros e Reuelins.
Braças para a Planta.

Fig. 54

"Planta da Praça de Valença" - fl. 9
Legenda - fl. 9 v.

"**A**. Corpo da Praça etodas as suas ruas e Igrejas"

"**B**. Colegiada de S.to Estevão"

"**C**. Convento das Freyras de/S. Clara"

"**D**. Parochia de N. S.ra dos Anjos"

"**E**. Mizericordia"

"**F**. Armazem de polvora"

"**G**. Corpo da Guarda principal"

"**H**. Armazem de Armas"

"**I**. Padrão q. em sua praça está posto com letras, q./não entendo"

"**K**. Obra Coroada do Outeiro do Bom Jesus. Esta obra he de alvenaria de pedra e cal, com/cunhaes de cantaria, cordão, e guaritas da mesma, com parapeitos das estradas das rondas e segundos/rampardos: os fossos em roda todos abertos, epoucos com as contra escarpas de alvenaria de pedra eba/rro com falta de parapeitos, banquetas, eExplanadas."

"**L**. Capella do Bom Jesus"

"**M**. "Poço de q. os nesseçitados se remedeão por lhe ficar afonte de fora"

"**N**. Duas portas falças para os fossos"

"**O**. Revelim que cobre aporta principal, boa obra mas sem parapeitos"

"**P**. Outro revelim de terra, eas/suas contraguardas, q. revestido de muralha merecerá oproprio nome"

"**Q.Q.** Cavaleyros (...) que não estão meios feitos"

"**R**. Cortina sem estar acabada"

"**S**. Porta de S. Vicente"

"**T**. Revelim que cobre esta porta (de S. Vicente) e o fosso/da parte de Galiza"

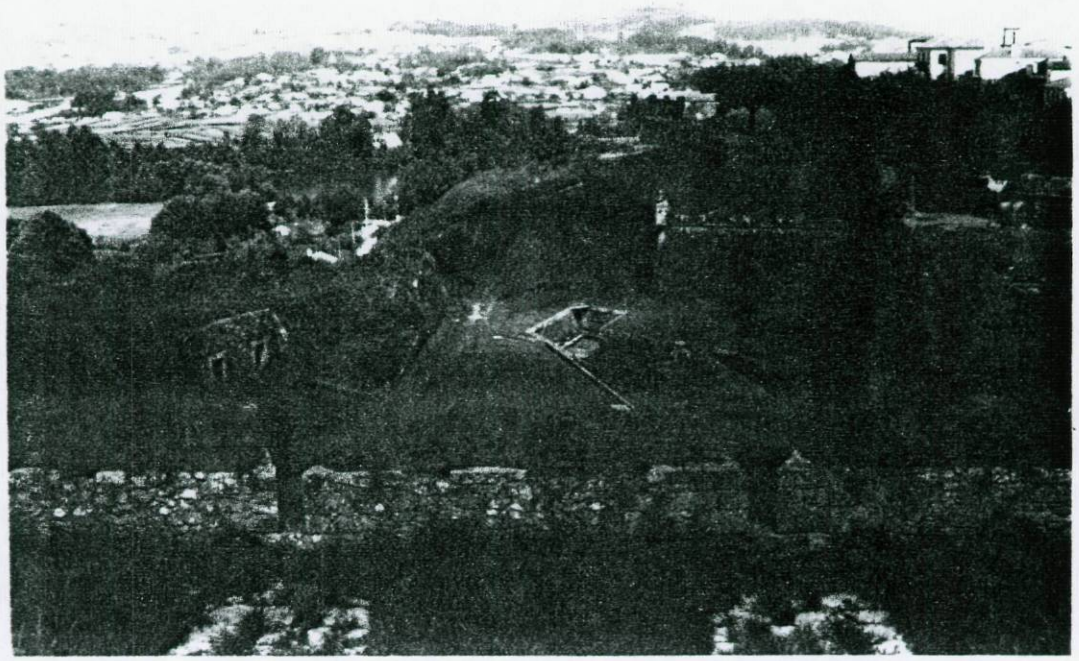
"**V**. Tenalha"

"**X**. Revelim q. cobre a porta/de Monção: Falta acabarse e fazerlhe osparapeitos"

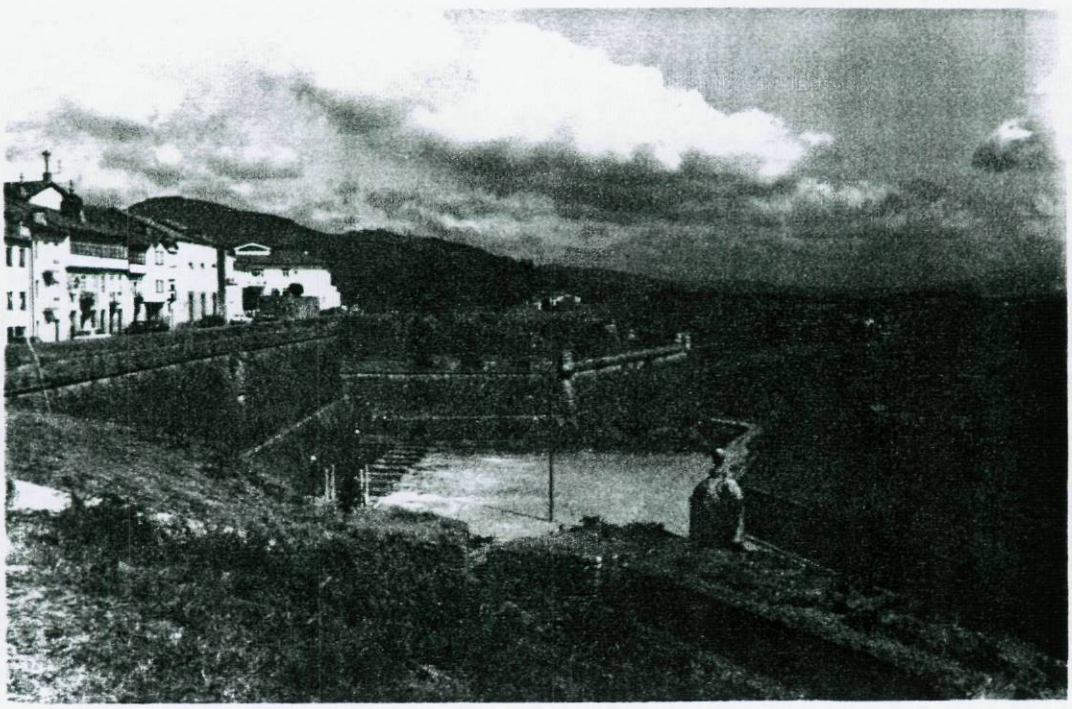
"**Z**. Revelim q. ha de defender a Fonte, quando/sefizer"

"**A**. Fonte da Villa (...) **B**. Fonte q. vem defora para/dentro. Desde a Gaviarra athe a Fonte da Villa so seacha acabada a explanada, desde **Y** athe **&**,/de alvenaria por ser dependurado o terreno. As Portas seachão com seus tranzitos de abobeda de/cantaria, Corpos da Guarda com seteiras de hua eoutra p.te tanto nas da Praça como nos Revelins"

Fig. 55



1

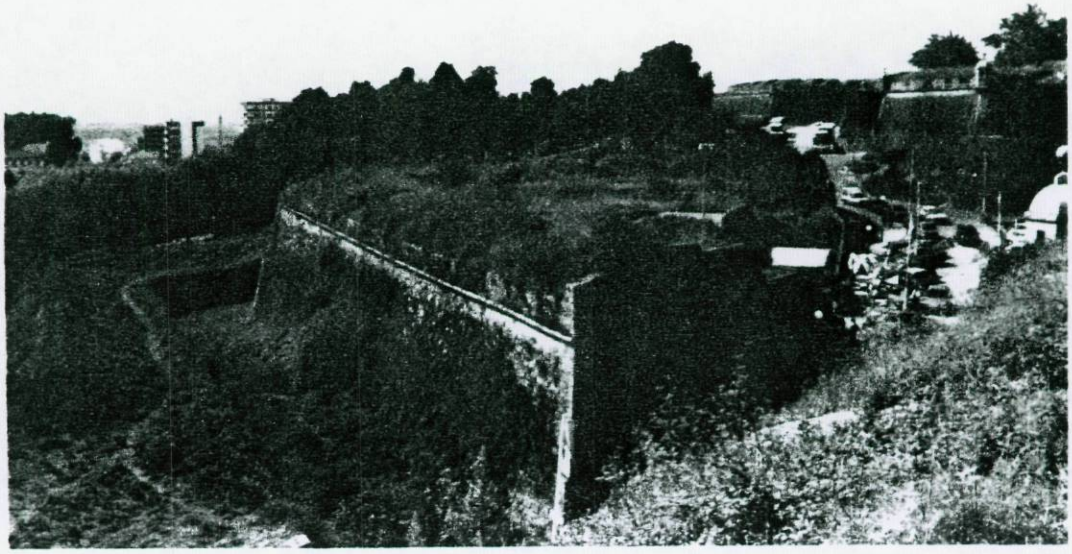


2

Fig. 56

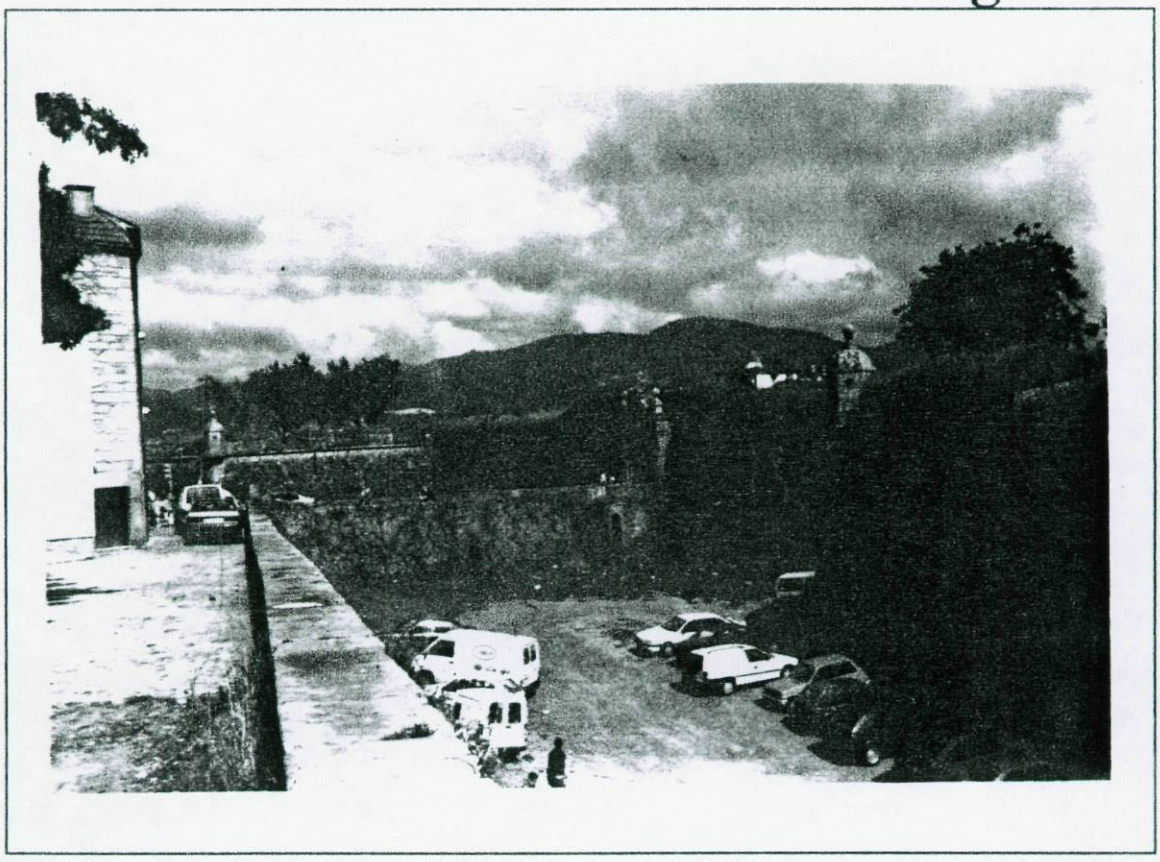


1



2

Fig. 57



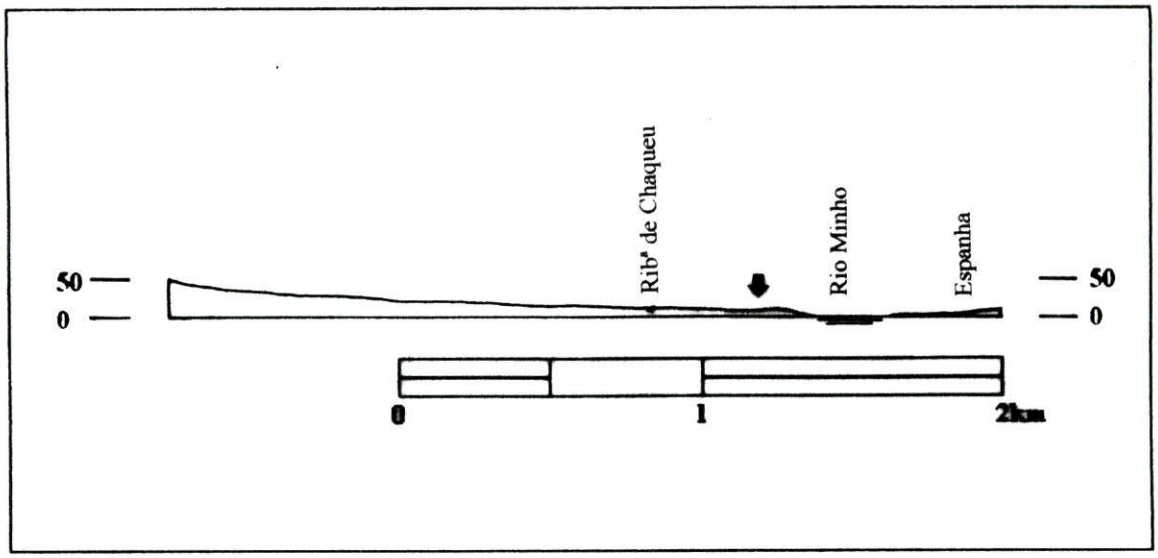
1



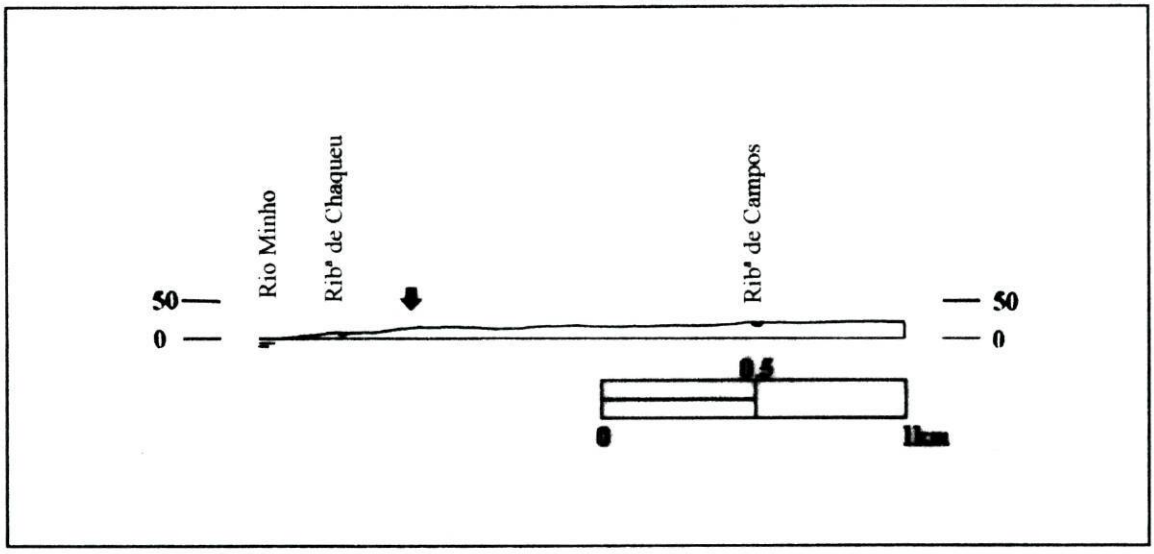
2

21 - Fortim da Carvalha - Carvalha - Vila Meã - Vila Nova de Cerveira

- 41º 58' 46" N
- 0º 25' 50" E
- 10m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Junto ao apeadeiro da Carvalha, Figueiredo da Guerra localiza em 1926 um "pequeno arraial (com atalaia ou tôrre de pedra) tendo 150 metros de diâmetro, estacada e fossos" (1). Assegura este autor que ainda se distinguem perfeitamente os vestígios desta defesa atravessada pela via férrea. Faria parte do conjunto de atalaias e fortins erguidos pelos portugueses no intuito de cercarem e bloquearem o campo entrincheirado espanhol de S. Luís Gonzaga, feito em 1657 em S. Pedro da Torre.

Os vestígios de qualquer edifício militar que neste local tivesse existido, terão perecido definitivamente sob as obras de terrapleno executadas para a construção do "Estádio 1° de Janeiro", um campo de futebol, pelado, cercado de tijolos de fibro-cimento, inaugurado em 1 de Janeiro de 1975 e delimitado a Nascente pela via férrea. Com boa vontade talvez se possa interpretar como o que resta da esplanada, um declive suave, arborizado com pinheiros que, pelo lado Sudoeste, confronta com a entrada principal do campo de jogos.

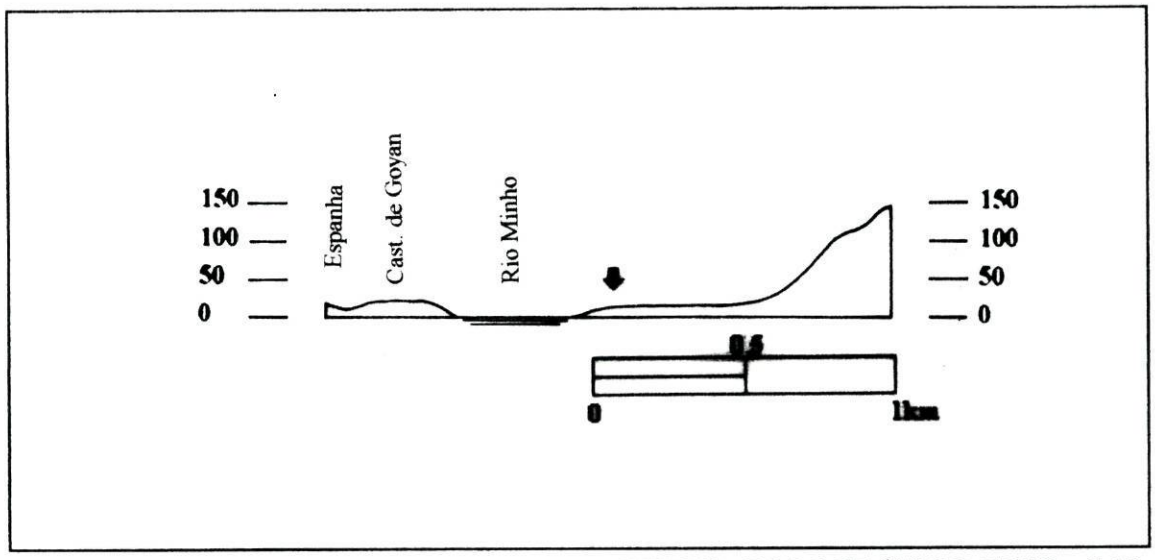
Os vizinhos do local não se recordam de qualquer construção existente anteriormente neste local e a nossa prospecção da área, feita no sentido de averiguar quaiquer sinais de fossos, parapeitos ou banquetas, resultou infrutífera. A pedra da torre estará, certamente, integrada nos muros e casas que confinam com o antigo arraial, hoje estádio de futebol.

Notas:

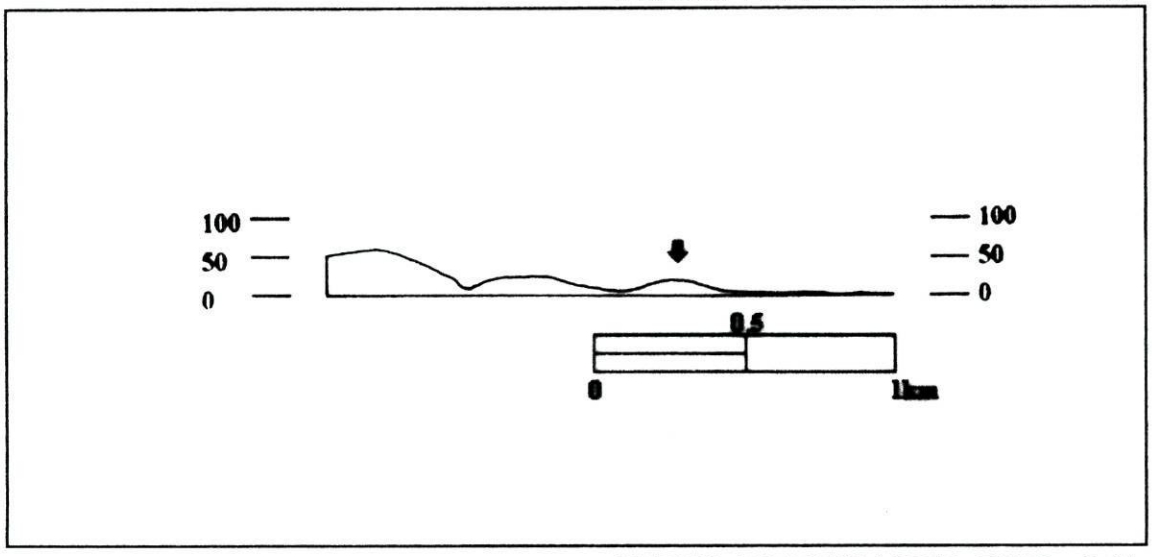
1 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 20.

22 - Fortaleza de Vila Nova de Cerveira - Vila Nova de Cerveira

- 41º 56' 20" N
- 0º 23' 16" E
- 10m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

A fortificação abaluartada do séc. XVII, mandada construir por D. Diogo de Lima, 8º Visconde de Vila Nova de Cerveira e governador das armas da província do Minho, em 1660, era uma obra poligonal de grandes dimensões, bastante irregular, que envolvia parcialmente a cerca do antigo casco dionisíaco (1) com os seus oito cubelos (Fig. 20, 21 e 58). Constituída por cinco baluartes e um meio baluarte que a defendiam essencialmente pela parte da terra, esta praça de 450m de cumprimento por 220 de largo, concluída em 1667, possuía ainda a particularidade de exibir uma

obra corna, de protecção à face esquerda do baluarte situado mais a Norte (2) (Fig. 58). A entrada principal, situada a Sudeste, junto à Igreja Matriz abrigada pela fortaleza, era protegida por um revelim. Uma entrada secundária, mais pequena e igualmente enquadrada por dois baluartes, posicionava-se a Nordeste.

A solução encontrada para a defesa e remate pelo lado Noroeste, junto à cerca medieval, foi um traçado em "cremalheira" ou "dente de serra" (3) orientado para o pequeno reduto que se erguia da banda da Galiza em frente ao Castelinho (Fig. 59.1), e que dava pelo nome de **"Forte de Gayão"** (4) (Fig. 20 e 21). É precisamente uma parte desse traçado em cremalheira que ainda hoje se consegue distinguir no terreno (Fig. 59.2). A Poente encontra-se um pano dessa muralha, junto a um dos antigos cubelos quadrangulares da primitiva fortaleza e distingue-se o seu traçado peculiar, envolvendo o actual Largo do Cais.

É certo que esta obra, de cércea mais baixa que a da antiga fortaleza, terá sido destruída e cortada pelas habitações que se acantonaram junto à primeira muralha, integrando inclusivamente os panos da defesa seiscentista (Fig. 60.1), de quartéis arruinados ao lado esquerdo da porta secundária e os quartéis da cavalaria, adossados à cortina do lado Nascente da fortaleza. O resto das muralhas terá sido apeado ao longo da segunda metade do século XIX, (5) devido à abertura da da estrada nacional que liga Caminha a Valença, sendo os fossos definitivamente atulhados já nos inícios do século XX.

Provida de berma (Fig. 60.2) e um largo fosso, com cerca de 3,30 m de fundo (Fig. 20), esta defesa da Época Moderna não evidenciava no seu perfil e planta qualquer outro pormenor que a tornasse distinta de outras praças, salvo o facto de não existirem baluartes voltados ao rio e de aproveitar, ainda que parcialmente, os velhos muros medievais. Dado o prolongamento e afastamento da margem pelo lado Noroeste, recorreu-se ao consequente alongar da defesa através da inclusão de uma obra exterior - o já referido horneveque de braços compridos.

A referência que D. José Cornide inclui na sua descrição setecentista da raia, longe de ser elogiosa, é claramente substimadora do poder da praça portuguesa em relação à defesa galega que lhe ficava oposta: **"De la otra parte del río frente de este fuerte hay en la frontera de Portugal una pequeña plaza llamada Villanueva de Cerbeira para contener el paso del Río, y oponerse a Goyán"** (6).

Notam-se igualmente alguns restos da cortina da fortaleza da Restauração, que se alongava a Norte. É por aqui que vemos as características da construção, com o seu adarve pavimentado a granito e parapeito lajeado, de uma água (Fig. 60.2). Possuia o típico cordão das fortificações modernas e o seu aparelho, de avantajada

alvenaria regular, não evidencia grande utilização de argamassa (Fig. 60.2).

Embora a planta de Manuel Pinto de Villa Lobos, desenhada em Viana a 29 de Setembro de1713 (Fig. 20) evidencie a fonte da vila sem, contudo, a legendar, o álbum do Sargento Brandão (7) assinala-a, no meio do terreiro da praça seiscentista (Fig. 21 e 28). Trata-se de uma fonte de mergulho, pavimentada, onde a água brota por duas carrancas. É igualmente o álbum do Sargento Brandão que, na sua planta (8), localiza e integra dentro do perímetro da praça, a Igreja Matriz e a Ermida de S. Miguel (Fig. 58). Os dois álbuns que constituem o nosso suporte documental descritivo apresentam, na ilhota pedregosa que se denomina Castelinho (fig. 59.1), uma trincheira que para o Sargento Brandão é de traça trapezoidal (Fig. 21) embora para Villa Lobos seja angular (fig. 20). O Sargento Brandão realça a importância estratégica na legenda que dela faz, referindo-se-lhe como **"Penedo entrado ao Ryo defronte do Forte Gallego, onde o Ryo he mais estreito emais fundo; esse penedo/por hua Restinga de mais de settenta palmos de Comprido etrinta delargo se comunica com aterra m.to capai (sic.)/de se fazer nelle hua Plataforma de artelharia para defença dapassagaje e pescaria do Ryo quando haja/de se impedir hua eoutra Couza"** (9).

Quanto ao forte galego que terá sido arrasado pelo exército português, D. José Cornide descreve-o - dando-nos a ideia que seria concebido em torrão no século XVIII - exaltando o seu papel de defesa na passagem do Minho. A meados de setecentos: **"Su frente es una batería contra el río y la frontera con diez cañones. Por la parte de tierra tiene su entrada con su rastrillo, foso e puerta. Las murallas son de (88 V) piedra y tierra, en mediano estado. En lo interior hay su cuartel, capilla, almacén y casa para el gobernador en mejor estado "**(10).

Notas:

1 - ALVES, Lourenço, op. cit., 47, aponta a data de 1320 para a concessão do seu foral por D. Dinis. Este autor distingue as duas partes do urbanismo da vila determinado pelas muralhas, denominando-as por Cerveira Velha (a povoação enquadrada pela muralha medieval) e Cerveira Nova (o espaço e arruamentos cingidos pelos muros seiscentistas). VIEIRA, José Augusto, op. cit., p. 144, reforça a medievalidade da vila, adiantando que: "Pellos annos de 1300 e 1320 fundou D. Diniz a villa actual, fortificada no seu principio com torres e muralhas, e em 1320 lhe deu foral, constituindo-a concelho, á custa do termo de Caminha. Em 1512

deu-lhe D. Manuel novo foral." GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 15-16, realça a diminuta área da fortaleza, de planta oval, que media "no seu eixo maior 65 metros, e 60 no menor". Mais informativo, Rocha, J. Marques, *Vila Nova de Cerveira*, ed. de autor, s. l., 1994, 39, atribui ao castelo um diâmetro de 260 m, com muralhas de "7,50 m de altura por 2 m de espessura" e os cubelos com alturas que oscilam entre os 8 e os 13 m. A fortaleza foi considerada M. N., pelo Decreto nº 735/74 de 21 - 12 - 1940 e Z. E. P. , pelo D. G. , 2ª Série, nº 252, de 30 - 10 - 1946, Cfr: *Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário*, op. cit., 81.

2 - GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 16, é de opinião que a povoação foi rodeada por muros "defendidos por quatro baluartes inteiros, bem desenvolvidos, um meio baluarte, e três reductos para a parte do rio". A obra corna é, provavelmente, o elemento que Luis Figueiredo da Guerra designa por bateria - uma vez que o traçado em cremalheira não se pode identificar como tal - que terá recebido em 1742, um cavaleiro que optimizou a defesa da praça e a amplitude de tiro sobre a margem oposta. Este autor refere explicitamente a existência de "uma bateria sobre o rio para jogar 4 canhões".

3 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, op. cit., 151.

4 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 6 Tratava-se de um diminuto bastião de planta quadrangular pontuado por quatro baluartes e dois revelins a protegerem as cortinas Nascente e Poente, construído em 1680. Possuía fosso.

5 - Entre 1845 e 1876, segundo GUERRA, Luis Figueiredo da, op. cit., 16. VIEIRA, José Augusto, op. cit., p. 152, nos finais do século XIX, explicitava o que acontecera à obra seiscentista: "Hoje a muralha está derruida na sua maior parte e encontra-se apenas nos pontos, em que não foi de necessidade a demolição, uma ou outra barbacan arruinada, um ou outro angulo ainda encimado pelas guaritas desmoronadas. Este derruimento data sobretudo da carta de lei de 22 de março de 1875, em que foi concedido á camara, mediante certas condições, o apeamento dos muros, para que a povoação podesse estender-se para os lados do Arrabalde e local da feira do gado.

Essa muralha tinha quatro portas: a do norte, que ficava a pouca distancia da capella de Santo Antonio de Lourido, e que dava para o largo onde se faz hoje a feira do gado; a de nascente, chamada *Porta de traz da egreja* ; a do sul ou *Porta Nova*, que abria para o logar onde hoje fica a estrada para Caminha, tendo a distancia a capella de S. Gonçalo e o fortim dos Castellinhos, no sitio do penedo; e a porta do rio, que conduzia ao caes, onde agora vamos tomar um barco..."

6 - CORNIDE, D. José, op. cit., 132.
7 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fls. 5 v. e 6.
8 - Idem, *ibidem*, 6 v. e 7.
9 - Idem, *ibidem*, fl. 5 v.
10 - CORNIDE, D. José, op. cit., 136.

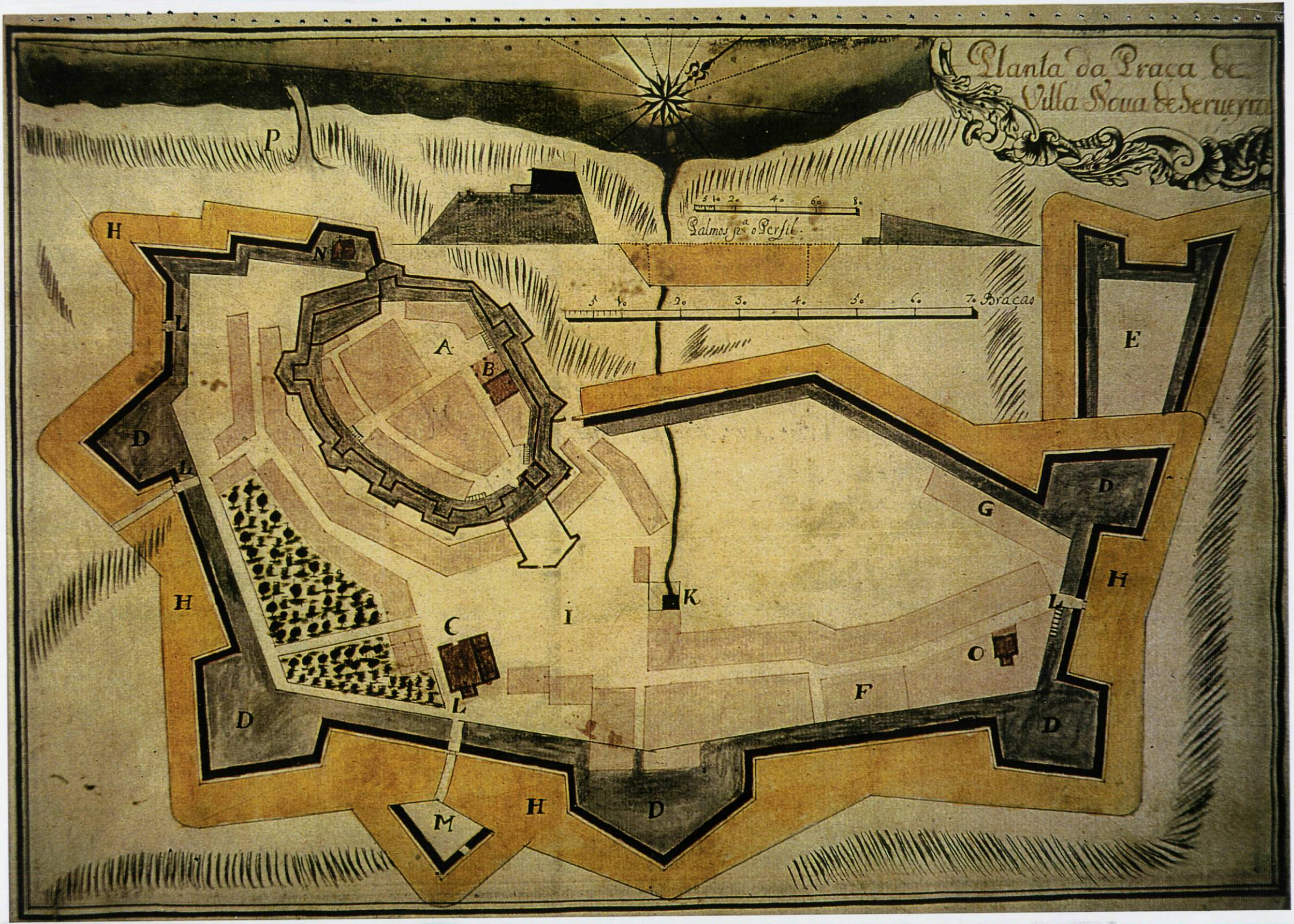

Planta da Praça de
Villa Nova de Seruera
Palmos pe.a o Perfil.
Bracas
A
B
C
D
E
F
G
H
I
K
L
M
N
O
P

Fig. 58

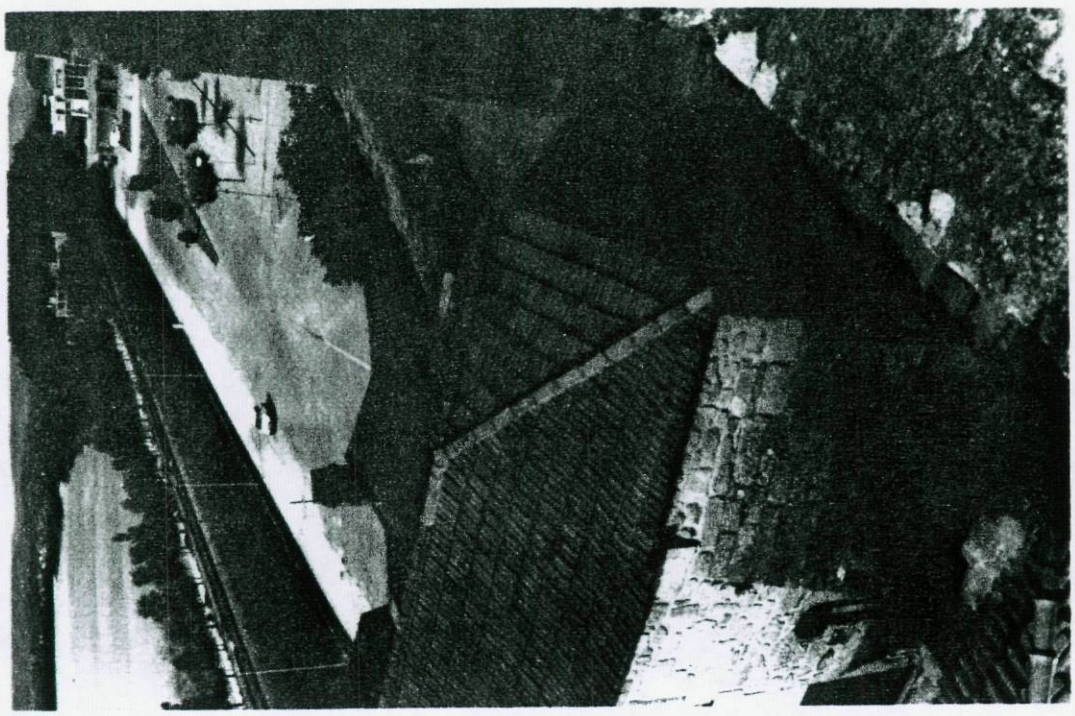
"Planta da Praça de Villa Nova de Serveyra" - fl. 7
Legenda - fl. 6 v.
"Em maior ponto se mostra a Praça de Villa Nova de Cerveyra, forteficada de pedra, e Barro, com parapei-/tos detorrão e 14 palmos de altura, e nove de grosso por baixo amuralha; e oparapeito com 20 palmos de groso./O Fosso tem 60 palmos de boca, e 15 de fundo. O Hornaveque E. o tempo odestruhio, por/ser de terra. Esta Praça he batida de reves daparte de Galiza, edominada da Serra de Por-/tugal"

"**A**. Casco da Villa"
"**B**. Igreja da Mizericordia"
"**C**. Igreja Matris"
"**D**. Forteficação da Pra-/ça"
"**E**. Hornaveque ou obra corna"
"**F**. Quarteis da Cavallaria"
"**G**. Quarteis arui-/nados"
"**H**. Fossos"
"**I**. Terreyro"
"**K**. Fonte da Villa"
"**L**. Portas da mesma (vila)"
"**M**. Revelim"
"**N**. Capella de S. Sebastião"
"**O**. Ermida de S. Miguel"
"**P**. Caes de/embarque e dezembarque"

Fig. 59

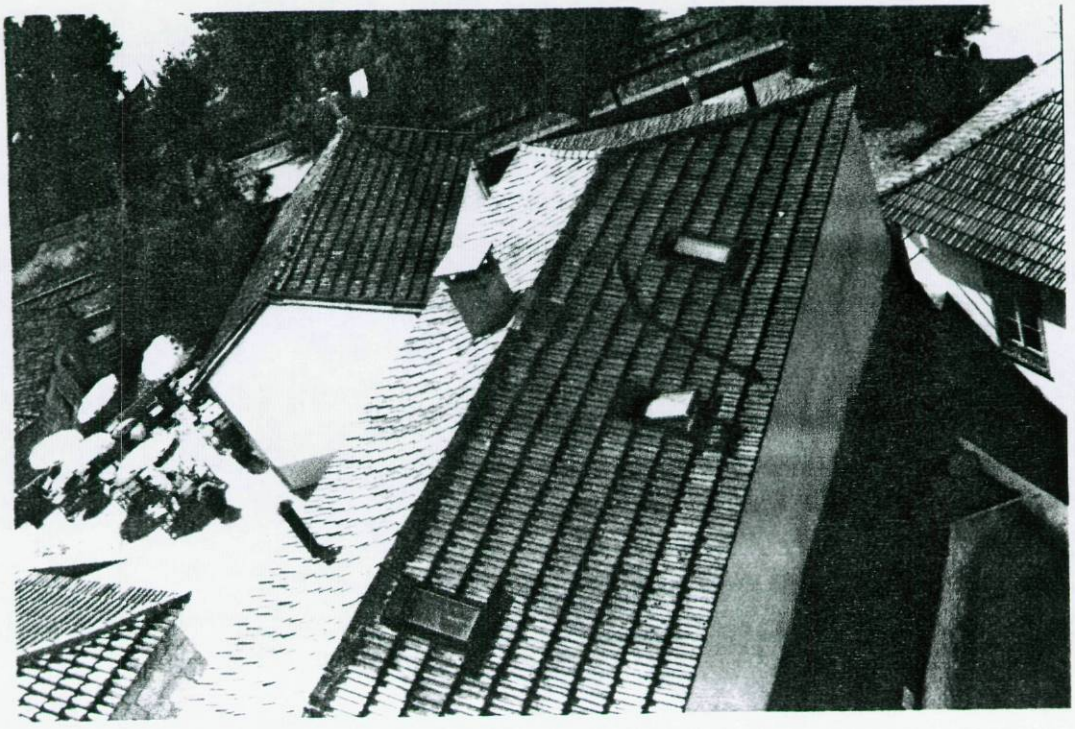


1

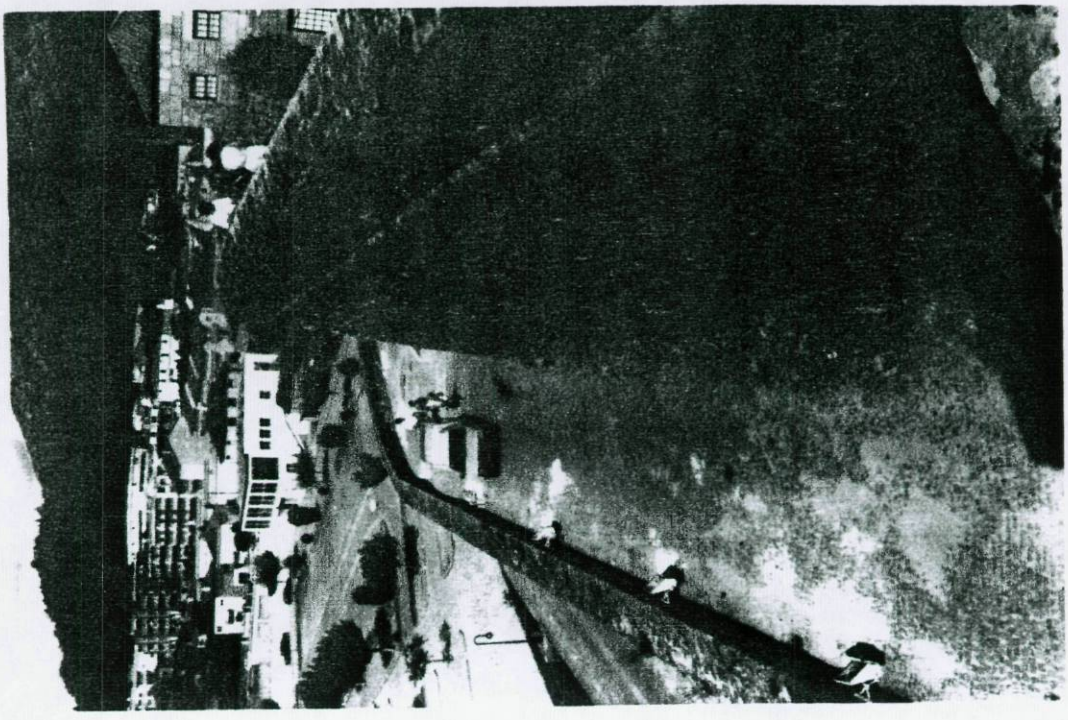


2

Fig. 60



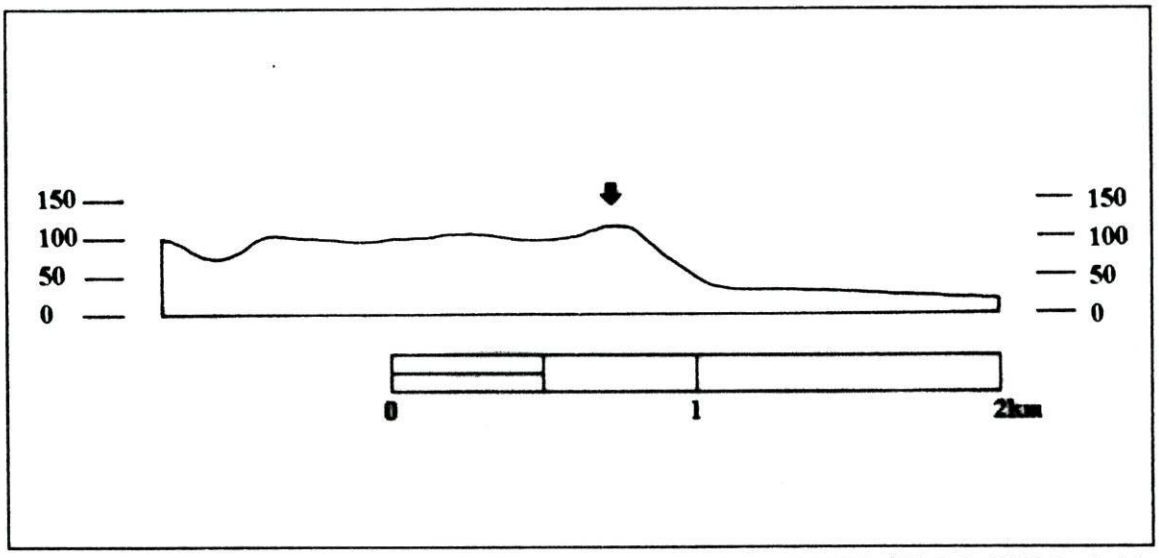
1



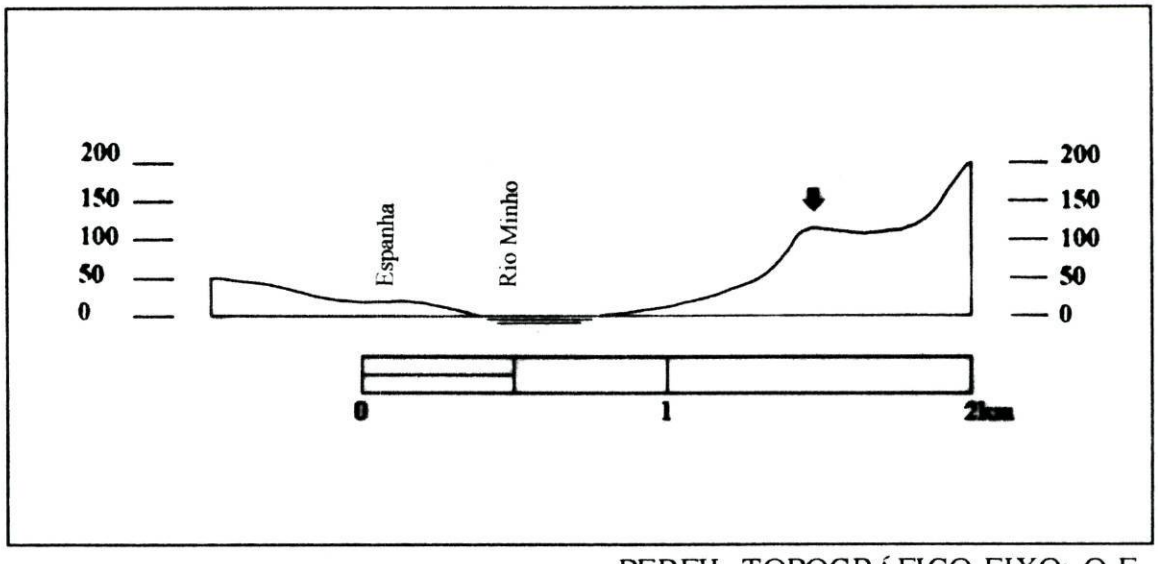
2

23 - Atalaia da Sr.ª da Encarnação - Srª. da Encarnação - Vila Nova de Cerveira

- 41º 56' 48" N
- 0º 23' 48" E
- 110m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Este reduto, situado relativamente longe da fortaleza de Vila Nova de Cerveira, na meia-encosta da arriba rochosa (Fig. 21) sobranceira ao rio Minho, é uma construção de planta circular com pequeno adarve e parapeito com três canhoeiras. O centro da torre é dominado por uma cavidade circular que teria a funcionalidade de poço ou cisterna de abastecimento de água à guarnição.

O acesso a este bastião faz-se pelo lado Sul, através de um caminho que atravessa o fosso escavado na pedra grauvaque. Após

a travessia do fosso, já dentro do perímetro de defesa, distingue-se, orientada a Norte, uma plataforma artificial, criada por terrapleno, onde se vislumbra muita da pedra que integraria os aquartelamentos da tropa que provia a atalaia. Esta plataforma é também rodeada pelo fosso que, apesar de estar bastante atulhado de mato e eucaliptos, teria uma altura considerável e era cingido, na sua parte interna por um tosco muro, no qual os atiradores se abrigariam para uma eventual defesa.

As paredes da pequena torre são em pedra de pequena e média dimensão xisto-grauváquica e algum, pouco, granito, tudo unido com generosas doses de argamassa arenosa (Fig. 61.1). Apenas os remates estão concebidos em alvenaria regular, com esquadria e bom pico.

O acesso faz-se através de cinco degraus de granito, bem talhados que desembocam num portal fundo, de arco quebrado. No interior, sobem-se os doze degraus de uma escadaria de um lance que desemboca no estreito corredor circular que rodeia a cisterna. Ascende-se à ronda mediante a transposição de mais três degraus.

No exterior, a todo o perímetro da torre, é bem visível o típico cordão de pedra que caracteriza a arquitectura da chamada Fortificação Nova e vinca habitualmente o parapeito tendo, pelo lado Norte, ao mesmo nível do cordão, os restos de um matacão ou latrina, do qual apenas se conserva a base constituída por quatro mísulas em nave e um pedaço da respectiva plataforma (Fig. 61.1).

A propósito da atalaia, o Sargento Brandão, em 1758, dedica-lhe uma descrição sumária que, no entanto, clarifica um pouco mais a obra exterior à torre. Começando pela sua localização, "**em hua colina no meyo da Serra**", adianta que "**consta dehua torre dealvenaria depedra eCal q. pella parte da planiçe tem nope vinte ehum palmos de grosso, Cercada emtoda com baluarte emforma de Estrella deSinco pontas, com fosso aberto napedra viva, q. tem vinte palmos de boca Sem parapeito de estrada encuberta**" (1) (Fig. 20). Estava, portanto, resguardada com uma plataforma estrelada e a sua última defesa exterior era apenas o fosso, uma vez que é explicitamente referida a ausência do caminho no alto da contra-escarpa por onde poderiam circular os elementos da guarnição (2). No desenho que acompanha a nota do Sargento Brandão, distingue-se, pelo lado da Galiza, quase simétrica à nossa, uma outra atalaia que ele designa de "**redonda**", mas que não evidencia o mesmo tipo de obras exteriores que resguardam a da Encarnação (3) (Fig. 20). Embora D. José Cornide não a referencie no século XVIII, Luis Figueiredo da Guerra coloca-a no "alto do Lourido, a 49 m de altitude" reputando-a "de largo alcance, para prevenir qualquer surpresa sôbre a praça de Cerveira" (4).

Notas:

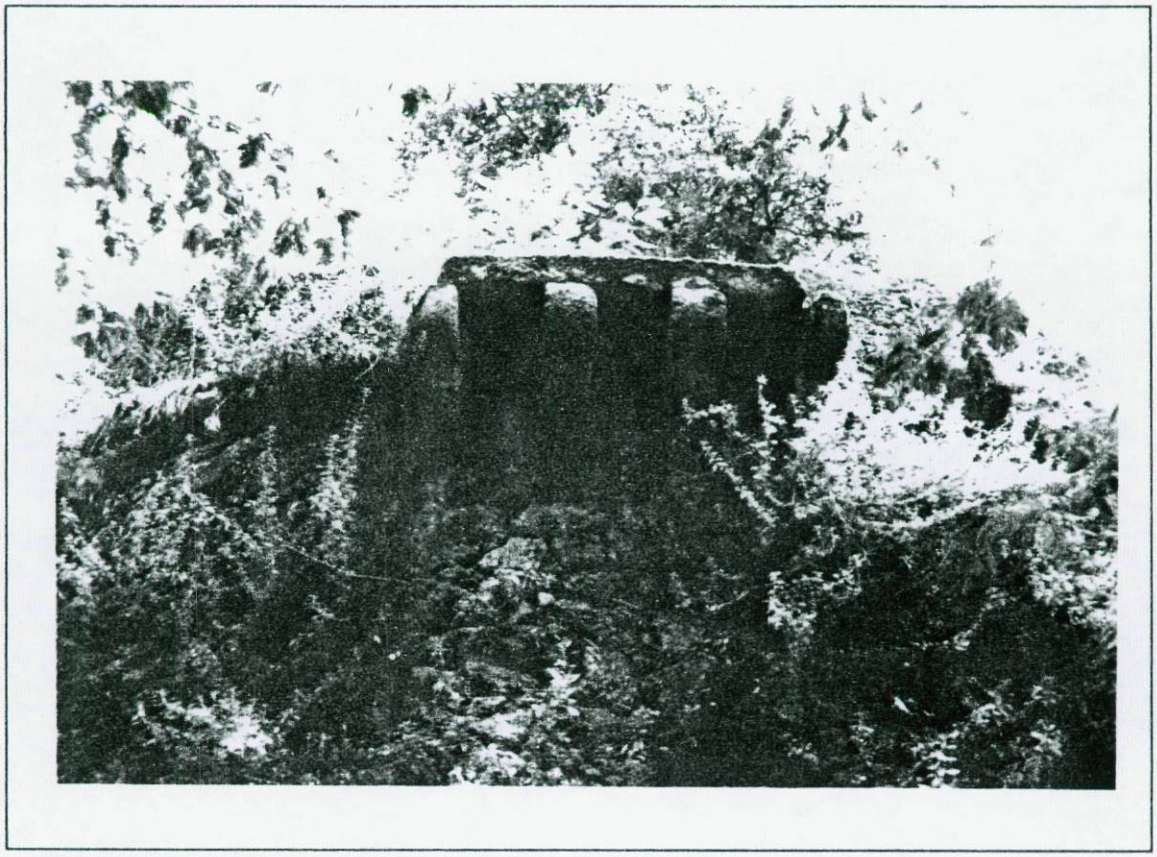
1 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), fl. 5 v.

2 - NUNES, António Lopes Pires (Ten. Cor.), *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortficar*, op. cit., 60, define este caminho coberto como o"caminho no alto da contra-escarpa, para além do fosso, destinado à circulação dos defensores..." O manuscrito nº 1199 da B. P. M. P. já citado, fl. 41, indica a nocão de estrada coberta, como sendo "hum Ramal de 4 ou 5 toizas a roda do foço/de toda a Praça e goarnecido com o seu Parapeito e banqueta". A toiza - ou toeza - mede sensivelmente 1,90 m, mais propriamente 1,949 m.

3 - BRANDÃO, Gonçallo Luis da Sylva (Sar.), op. cit., fl. 5 v.

4 - GUERRA, Luis Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, op. cit., 19.

Fig. 61

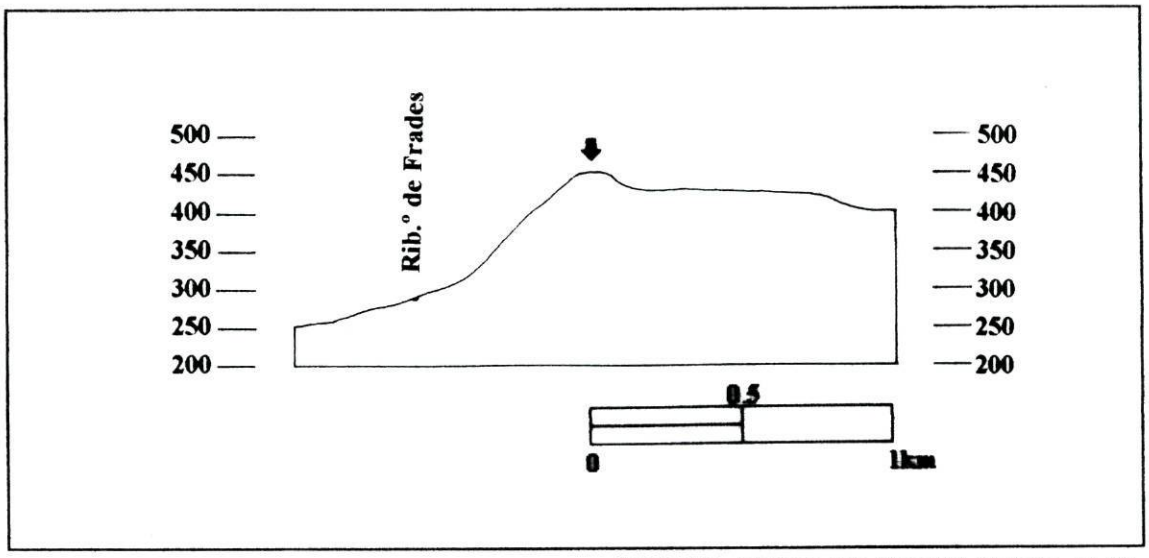


1

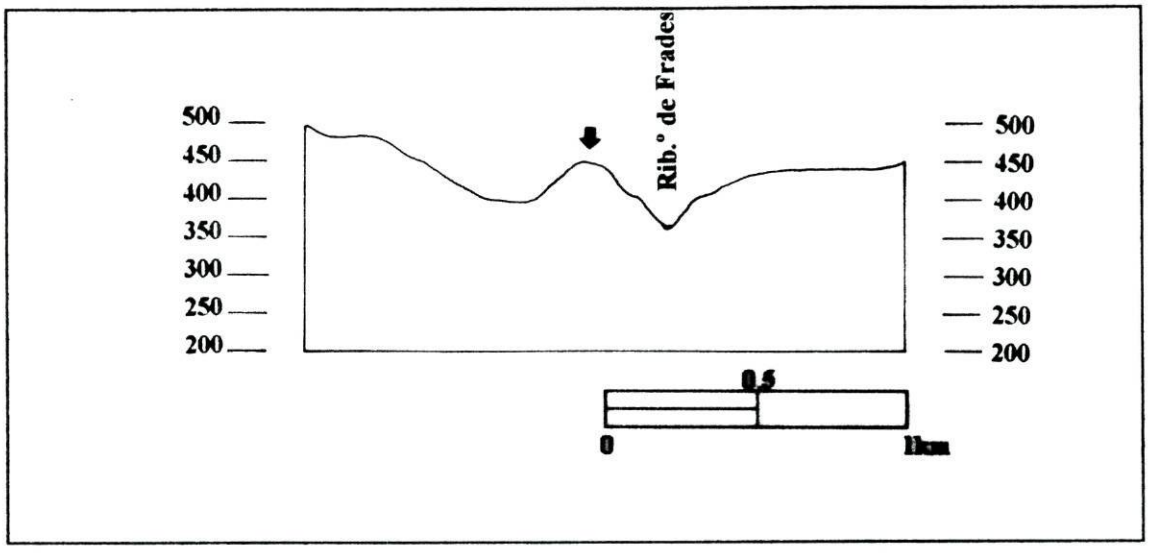
Aditamento

Forte da Pereira - Extremo - Arcos de Valdevez

- 41º 33' 40" N
- 0º 40' 05" E
- 452m



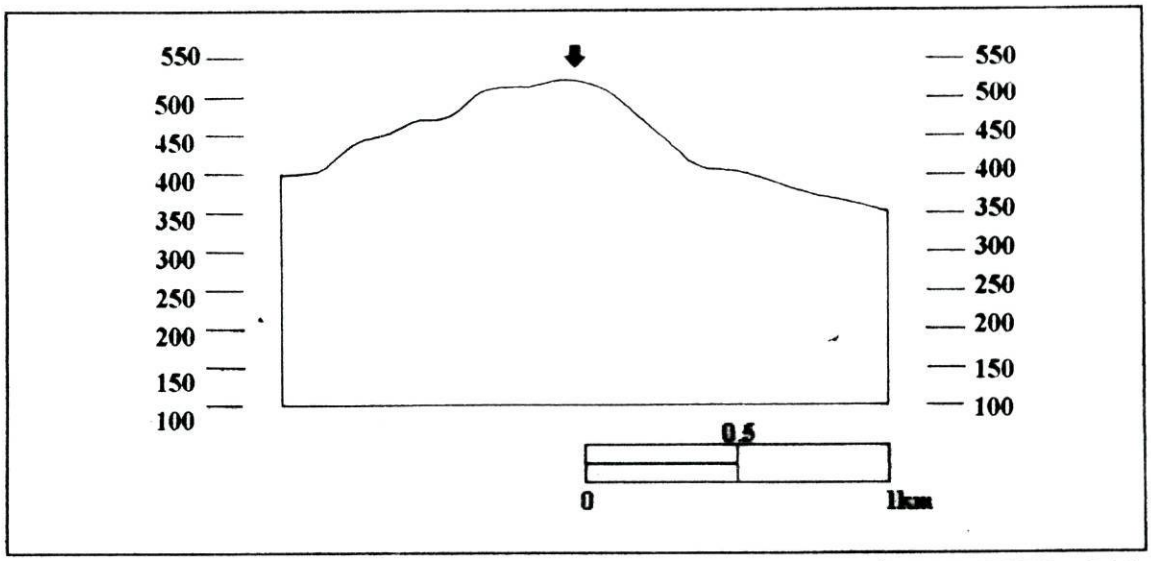
PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



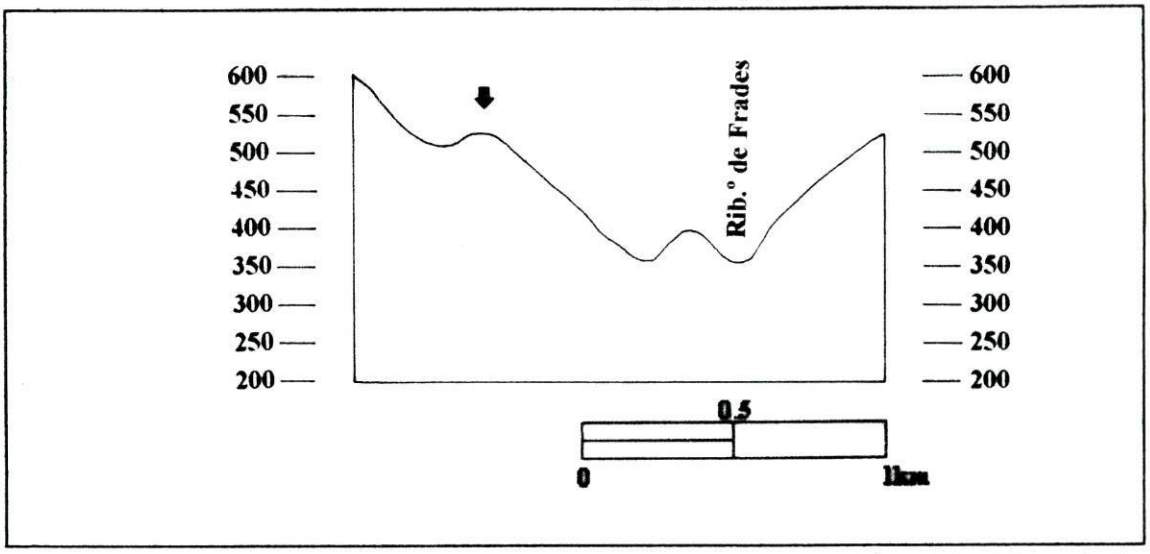
PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Forte de Bragandelo - Extremo - Arcos de Valdevez

- 41º 32' 55" N
- 0º 35' 34" E
- 524m



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: S-N



PERFIL TOPOGRÁFICO EIXO: O-E

Sobre a Portela do Vez, vigiando a estrada que liga Monção a Arcos, localizam-se os restos de dois fortes concebidos em terra, nas palavras de Figueiredo da Guerra: "redutos defensivos (construídos) durante as nossas guerras com a Espanha" (1).

As obras, localmente identificadas como "do Extremo", visavam assegurar o policiamento e a defesa contra as incursões galegas que fossem empreendidas através da via de penetração natural que constituía a Portela, situada no alto da serra, no limite do Concelho de Arcos de Valdevez com o de Monção.

Quem, dos Arcos se dirige a Monção, junto do entroncamento que se estabelece com a estrada para Paredes de Coura, depara, à sua direita, com o monte actualmente deflorestado, onde se erguia uma das obras militares: o Forte da Pereira. Apesar de ser uma obra bem implantada em termos de vigilância, estrategicamente era defeituosa porque se tornava acessível e facilmente atacável a Nascente.

Actualmente, nada mais resta do que a sua lembrança presente na memória da população local, que há uns anos ainda distinguia os taludes de terra no cume da elevação, entretanto terraplanado para servir de campo de futebol à miudagem da terra (Fig. 62.1).

O outro reduto, o de Bragandelo, praticamente simétrico, não sofreu igual sorte. Tomando o desvio para Paredes de Coura e avançando cerca de 2,5 Km, junto a uma curva à esquerda, do lado direito e a cerca de 300 m da estrada alcatroada, monte dentro, seguindo uma nascente de água que serpenteia pela encosta, depara-se com um dos fortes das Guerras da Restauração ainda relativamente bem conservado.

De planta quadrangular, pontuada pelos quatro respectivos baluartes, conserva a escarpa, o fosso estreito circundante (Fig. 62.2 e 63.1) e a esplanada ainda bem visível pelo lado Norte. Os baluartes, de gola estreita e ângulo flanqueado extenso, estavam, provavelmente, munidos de parapeitos revestidos com pedra xisto-grauváquica, bastante abundante no local. O terrapleno estava igualmente escorado pela parte interna da praça, com uma parede de confecção tosca, da qual ainda se distinguem, aqui e além, alguns tramos (Fig. 63.2 e 64.1). A contra-escarpa estaria revestida com um capeamento de pedra para prevenir e abreviar eventuais derrubes e desmoronamentos.

No lado Sul da parada, junto ao terrapleno, nota-se - por entre o espesso mato que cobre abundantemente todo o fortim - uma depressão que pode estar relacionada com a cisterna destinada ao provisionamento de água à guarnição.

O pequeno forte, cuja entrada estava voltada a Norte, conserva ainda um extenso revelim, com cerca de 100 m de comprimento - erguido em terra - que, além de proteger a porta, serviria para garantir uma vigilância eficaz sobre a via de comunicação tomada no sentido Monção - Arcos.

Seguindo a linha de água que passa nas imediações, pelo lado Sul do forte, da parte debaixo da estrada que segue para Paredes de Coura, existe um talude, de declive bastante pronunciado que parece tratar-se de uma obra defensiva aproveitada a partir da depressão que a nascente terá, em tempos, escavado (Fig. 64.2). Deste modo ter-se-ía optimizado uma defesa natural, garantindo

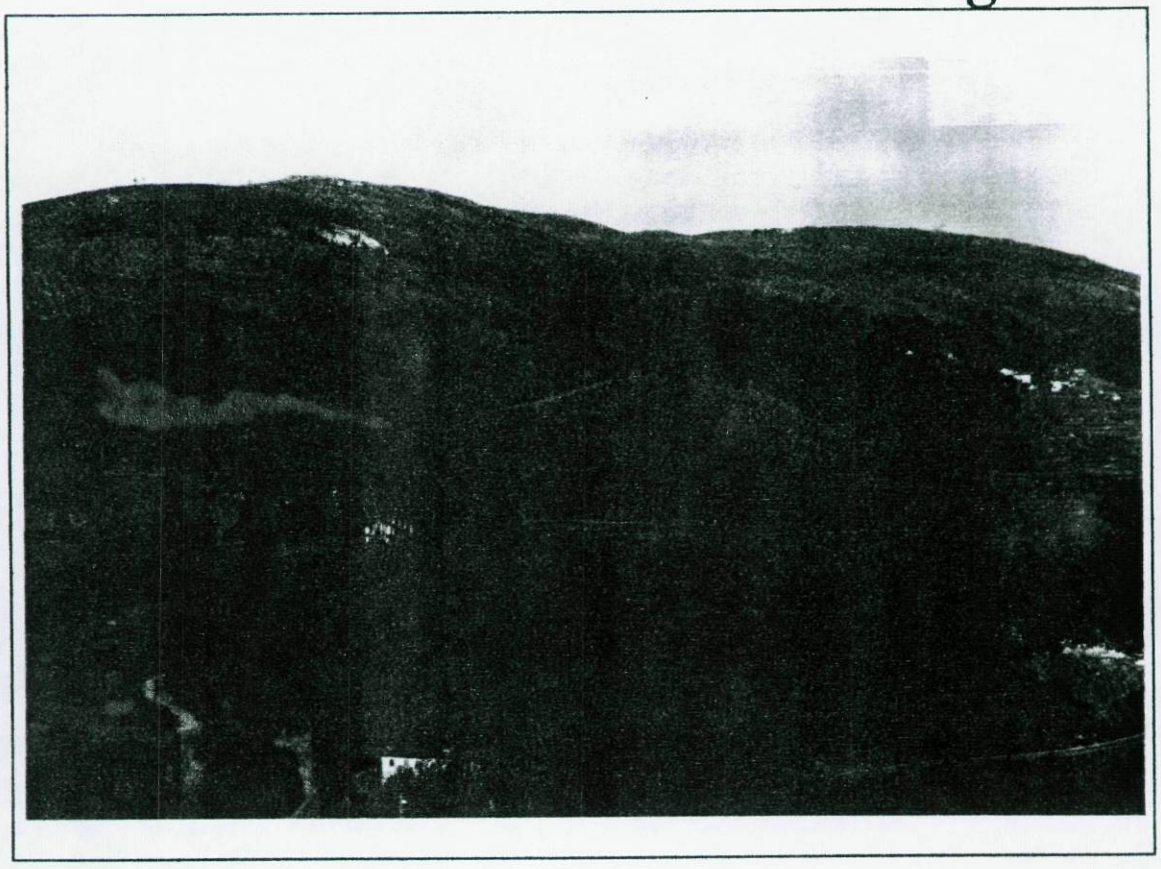
uma protecção adicional contra quem, rodeando a obra, a intentasse tomar pelo Sul.

Apesar de estarem bem posicionados, os dois fortins não eram inexpugnáveis. Em 1658, aquando do violento e demorado cerco de Monção, os espanhóis terão facilmente tomado os redutos, inflingindo maior desalento nos sitiados. A fazer alguma fé no relato dos acontecimentos - nada abonatórios das respectivas guarnições - escrito pela pena do Conde de Ericeira, o exército inimigo, com "dous mil Infantes, e trezentos cavallos, marchou com elles a sete de Dezembro, e achou os Fortes guarnecidos com gente da Ordenança, de tal qualidade, que fazendo mayor confiança dos pés, que das mãos, os desampararão antes de serem investidos." (2)...

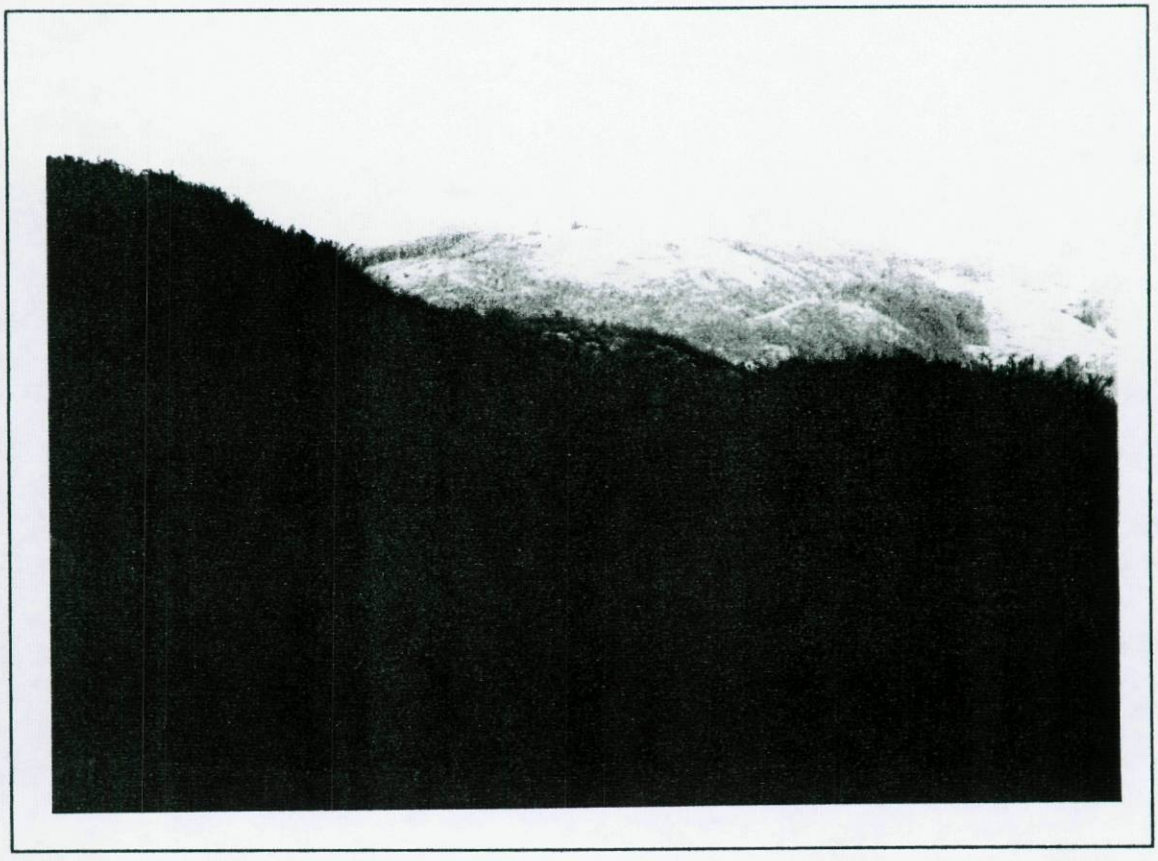
Notas:

1. VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, op. cit., Vol. I, 303.
2. MENEZES, D. Luis de, *Portugal Restaurado*, op. cit., Vol. III, 187.

Fig. 62

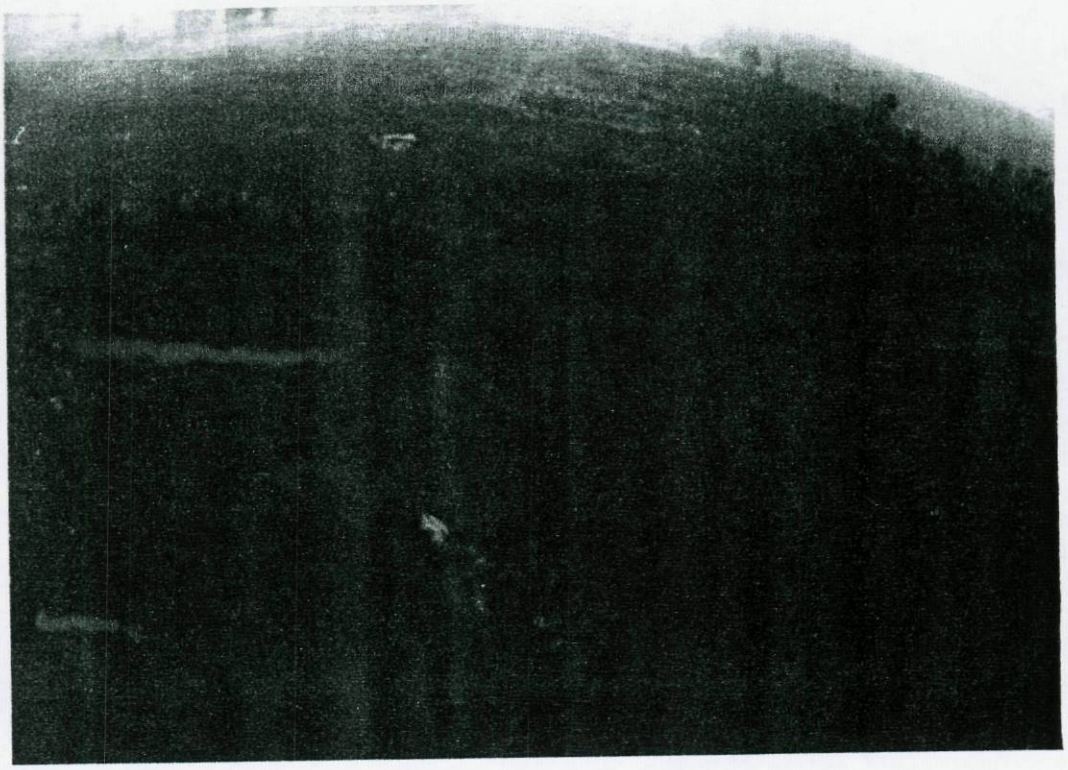


1



2

Fig. 63



1



2

Fig. 64



1



2

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

A. H. M. P., L.V. nº 50, nº 51, nº 52, nº 53, nº 55 e nº 56.

B. P. M. P., Ms. 72, "Cortes de 1668 e 1674, e outros papeis ineditos e importantes dos reinados de D. João 4º e D. Pedro II", I.

B. P. M. P., Ms. 192, BARROS, João de (Dr.), "Breve Suma da Geographia da Comarca d'entre Douro e Minho e Traz-los-Montes".

B. P. M. P., Ms. 254, "Regimentos militares desde 1642".

B. P. M. P., Ms. 355, MORAIS, Manoel de, "Prognostico sobre las cosas de Portugal" (cópia de um impresso em Londres de 1641).

B. P. M. P., Ms. 381, MESQUITA, Fr. Antonio de, "Cartas varias de Reis, Principes, Emperadores, Condes, Duques e Marquezes e outros senhores, das quaes se coligem varios successos que aconteceram em m.tas partes do mundo".

B. P. M. P. Ms. 529, VASCONCELLOS, Luis Mendes de, "Arte Militar, Alemquer, Quinta de Mascote por Vicente Alvares, 1612".

B. P. M. P., Ms. 587, "Carta que se escreveu ao Conde de Castel-Melhor privado d'El-Rei D. Affonso 6º".

B. P. M. P., Ms. 655, ATHAIDE, D, João d'Azevedo e, "Rudimentos da Cavallaria de Gineta", Coimbra, 166,.

B. P. M. P., Ms. 665, " Artilharia Espanhola (Tractado de)".

B. P. M. P., Ms. 725, "Evoluções antigas de infantaria"

B. P. M. P. Ms. 745, "Disposições e Marcha de um Regimento que vae acampar, etc".

B. P. M. P., Ms. 851, MESQUITA, Fr. Antonio de, "Collecção de Cartas de Reis, Principes, etc, e algumas narrações de acontecimentos notáveis de 1640"

B. P. M. P., Ms. 850, COUTINHO, D. Francisco de Sousa, "Cartas sendo Embaixador em Roma começam em 14 de Dezembro de 1656".

B. P. M. P., Ms. 1:034, "Mathematicas puras e applicadas á sciencia militar".

B. P. M. P., Ms. 1:046, "Principios de instrucção militar".

B. P. M. P., Ms. 1:055, "Memória sobre o Estado Actual da nossa Cavallaria".

B. P. M. P., Ms. 1063, SOUSA, D. Luis de, "Reflexões sobre Arte de Fortificar.

B. P. M. P., Ms. 1:096, "Apontamentos sobre o acampamento de u m regimento de infantaria".

B. P. M. P., Ms. 1:156, "Breve recopilação das obrigações do soldado a cavalo".

B. P. M. P., Ms. 1:199, JACOB, Miguel Luiz, "Tractado de Fortificação regular e irregular".

B. P. M. P., Ms. 1:209, "Côrtes de Lisboa em 1654 e 1668".

B. P. M. P., .Ms. 1:909, ""Topographia Da Fronteyra, Praças, e Seuos Contornos, Raya Seca, Costa, e Fortes Da Provincia de Entre Douro e Minho: Offerecida Ao Ill.mo e Ex.mo Snor. Sebastião Joze de Carvalho e Mello, Secretario de Estado de S. Mag.de Fidellissima: Delineada Por Gonçallo Luis da SYlva Brandão, Sargento do Nº de Infantaria namesma Provinçia. Anno M.D.CCL.V.III. (1758)".

Estudos:

ABREU, Alberto Antunes de, *O Castelo de S. Tiago da Barra*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, Viana do castelo, 1986.

ABREU,Leonídio de, *Silva Minhota*, Braga, 1956.

ALMEIDA, C. A. Brochado de, *A rede Viária do Conventus Bracaraugustanus*, Braga, 1978.

ALMEIDA, C. A. F. de, *Alto Minho*, Lisboa, 1987.

ALMEIDA, João de (Gen.), Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, 3 Vols., Lisboa, 1945-47.

ALMEIDA, João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, 1947.

ALONSO, Benito, *Guerra Hispano-Lusitana*, Orense,1893.

ALVES, Lourenço, *Caminha e seu Concelho.(Monografia)*, Edição da Câmara Municipal de Caminha, Caminha, 1985.

ALVES, Lourenço, *Do Gótico ao Manuelino no Alto Minho*, Caminiana, nº12, ano VII, Caminha, Dezembro de 1985.

"Apontamentos para a história do arsenal do exército", *Revista Militar*, ano XLVI, 1894.

ARAÚJO, J. Rosas de, *A revolução do Pinotes*, Arquivo do Alto Minho,1947.

AURORA, Conde d', *Roteiro da Ribeira Lima*, Ed. Manuel Barreira, 3ª ed., Porto, 1959.

AYRES, Cristovão, *História do Exército Português*, Provas, Lisboa,1902/13.

AZEREDO, Carlos de, *As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984.

BAPTISTA, J. Maria, *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa,1874/5.

BARBOSA I. VILHENA, *As cidades e vilas da Monarquia Portuguesa que têm brasão de armas*, Lisboa, 1860.

BEÇA, Humberto, *Os castelos de Entre Douro e Minho*, Famalicão, 1923.

BIEL, Emílio, *A arte e a natureza em Portugal*, Porto, 1908.

BORGATTI, Mariano, *La Fortificazione Permanente Contenporanea*, Parte I, "Premessa Storica e Fortificazione Teorica", Torino, 1989.

BOTELHO, J. J. Teixeira, *Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa*, Lisboa,1944/8.
CARVALHO, Ayres de, *Catálogo da Colecção de Desenhos*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura-Direcção Geral do Património Cultural, Lisboa, 1977.
CARVALHO, Francisco A. Martim de (Gen.), *Dicionário bibliográfico Militar Português*, Academia das Ciências de Lisboa, 2 Vols., Lisboa, 1976.
CARVALHO, Serra de, "Um episódio das Guerras da Restauração na fronteira do Rio Minho", *Caminiana*, Ano, IV, nº6, Junho de 1982.
CASTRO, Alberto Pereira de, *A Praça Forte de Valença do Minho*, Ed. da Câmara Municipal de Valença, s.d., 1994.
"Catálogo dos Manuscritos de Simancas respeitantes à História Portuguesa", sep. de *O Instituto*, vols nº 82 a 84, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933.
CÉSAR, V. José, *Invasões Francesas em Portugal*, Lisboa,1903/10.
CHABY, Cláudio de, *Excertos Históricos da Guerra Peninsular*, Lisboa, 1882
CHABY, Cláudio de, *Sinopse dos Decretos remetidos ao Extinto Conselho de Guerra*, Lisboa, 1889.
Chronica da Conceição, T. I, Liv.II, Cap. XXXIX, Lisboa, 1760.
CORNIDE, D. José, *Descripcion circunstanciada de la Costa de Galicia, y Raya por donde confina con el inmediato Reino de Portugal, Hecha en el año de 1764*, edición i estudio por X. L. Axeitos, Ediciós do Castro/historia, Coruña, 1991, (par. 8º, Division O Partido desde la desembocadura del Río Miño en la Mar hasta el principio de la raya seca, sus riberas, Plazas y defensa).
CORREIA, J., *Cidades e Vilas de portugal (Arcos de Valdevez e Valença)*, Famalicão, 1957.
COSTA, Américo,*Dicionário Corográfico*, vol. I, Porto, 1936.
COSTA, Américo, *Dicionário Corográfico*, vol. VIII, Porto, 1943.
COUTINHO, Artur, *A cidade de Viana no presente e no passado*, Viana, 1986.
CRESPO, José, *Monografia de Viana do Castelo*, Viana, 1957.
CRUZ, António, "Subsídios para a História da Guerra da Aclamação, II, Derradeiras Campanhas de Entre Douro, Minho e Trás-os-Montes (Maio-Novembro de 1667)", sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade*, Vol. XIV, Coimbra, 1939.
D'ARMAS , Duarte, *Livro das Fortalezas*, reprodução anotada por João de Almeida, Ed. Império, Lisboa, 1943.
D.G.M.N., *Pousada de D. Dinis*, V. N. Cerveira, 1982.
DIOGO, J. Leal, *Roteiro de Vila Nova de Cerveira*, IV,V. N. Cerveira, 1983.
ESTEVES, Augusto César, *Melgaço, Sentinela do Alto Minho*, Melgaço, 1957.

Exposição Bibliográfica da Restauração, Catálogo, B. N. L., 2 vols., Lisboa, 1940.
FEIJÓ, Rui, *A revolta do Pinotes, mobilização rural e urbana em Viana no tempo da Patuleia*, Lisboa, 1983.
FONSECA, Martinho da, *Elementos Biblográficos para a História das Guerras chamadas Restauração,(1640-1668)*, Coimbra, 1927.
FORTES, Manuel de Azevedo, *O Engenheiro Português*, Lisboa, 1729.
GANDARA, Felipe de (Fr.), *Triumphos y hechos heroicos de los hijos de Galicia*, Madrid, 1662.
GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, Exc.ma Diputacion Provincial de Pontevedra - Servicio de Publicaciones, Pontevedra, 1987.
GOMES, A. Luiz, "A Fortaleza de Valença. Luis Serrão Pimentel e o Marechal Vauban", sep. de *O Instituto*, Vol, CXXVII, Coimbra, 1965.
GONÇALVES, A. Nogueira, *4 Lições da Arte de Fortificar*, Dep. de História de arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
GONÇALVES, A. Nogueira, *Lições da Arte de Fortificar*, Dep. de História de Arte, Fac. de Letras, Univ. de Coimbra, s.d.
GONZALEZ MENDOZA, Angel, "Estrategia del Castillo", Revista *Castillos de España*, Setembro de 1973.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vols. 6, 17 e 33.
GUERRA ROMERO, Juan, "La estrategia de los Castelos de la raya Luso-hespañola", *Actas do 1º Simposio sobre Castelos de la Raya entre Portugal y España*, A.E.A.C., Madrid, 1984.
GUERRA, L. Figueiredo da, *Castelos do Distrito de Viana*, Imprensa da Universidade, Coimbra,1926.
GUERRA, Luí Figueiredo da, "Tôrres Solarengas do Alto Minho", sep. de *O Instituto*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925.
GUERRA, Luis Figueiredo da, Guia de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Tip. Comercial, 1923.
GUERRA, Luis Figueiredo da,*Castelos de Portugal*, Coimbra, 1926.
GUIA DE PORTUGAL, vol. IV, Fund. Cal. Gulbenkian, Lisboa,1965.
História de Portugal (Dir. de José Matoso e Coordenação de António Manuel Hespanha), Vol. 4, Ed. Estampa, Lisboa, 1992.
JORGE, Fernando Pessoa, "Monumentos de Interesse Histórico-Militar (projecto de Parecer da Câmara Corporativa)", sep. *Museus de Portugal*, Lisboa, 1971.
LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Lisboa, 1875.
LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.X, Lisboa, 1882.
LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, Lisboa, 1983.
LIMA, J. Baptista de, *Terras Portuguesas*, Póvoa de varzim, 1932-41.
LIMA,A. Rui, *Há um século! De como a antiga vila de Viana foi elevada à categoria de cidade*, Viana do Castelo, 1948.

LOPO, A. dos S. Pereira, *Monumentos militares ao norte do país*, Bragança, 1913.
MACEDO, Luis da Costa de Sousa (Gen.), *Achegas para a História da Engenharia Militar* (comunicação apresentada ao 2° Congresso Nacional de Engenharia), Porto, 1948.
MARÇAL, Horácio, "Castelos e Atalaias Militares do Antigo Julgado de Bouças", *Boletim de Matosinhos*, 11, Matosinhos, 1946.
MARIÁTEGUI, Eduardo de, *El Capitán Cristóbal de Rojas, Ingeniero Militar del Siglo XVI*, CEDEX (Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas), Biblioteca CEHOPU (Comisión de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo), Madrid, 1985.
MARQUES, J. A. Maia, *Inventário arqueológico do concelho de Monção*, Porto, 1984.
MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, 1945.
MARTINS, J. P. de Oliveira, *A vida de Nun'Álvares*, Lisboa, 1893.
MATOS, Gastão de Melo e, "Notas sobre o Riba Minho", sep. dos *Anais*, Academia Portuguesa de História, Ciclo da Fundação da Nacionalidade, I, Lisboa, 1940.
MATOS, Gastão de Melo e, "O sentido da crise política de 1667, sep. dos *Anais*, Academia Portuguesa de História, Vol. VIII, Lisboa, 1944.
MATOS, Gastão de Melo e, "Os Terços de Entre Douro e Minho nas Guerras da Acclamação", *Revista de Guimarães* (sep. do vol especial da), Sociedade Martins Sarmento, Porto, 1940.
MATOS, Gastão de Melo e, "Soldados da Guerra da Acclamação", sep. dos *Anais*, Academia Portuguesa de História, 4, Lisboa, 1942.
MENEZES, D. Luis de, (Conde de Ericeira), *Portugal Restaurado*, T. I, Lisboa, 1751.
MOREIRA, Bastos, "Castelo de Vila Nova de Cerveira", *Jornal do Exército*, n°213 (set 1977).
MOREIRA, Bastos, *Fortaleza de Monção*, JE n° 217(jul. 78)
MOREIRA, Bastos, *Fortaleza de Valença*, JE n° 91(jul. 67) n° 217, (jul. 78)
MOREIRA, M. A. Fernandes, *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*, Viana do Castelo, 1984.
MOREIRA, Rafael, " A Arquitectura Militar do Renascimento em Portugal, Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica", *Actas do Simpósio Internacional integrado no IV Centenário da morte de João de Rudo*, Epartur, Coimbra, 1981.
MOREIRA, Rafael, "A Arquitectura Militar do Renascimento, O Maneirismo", *História da Arte em Portugal*, vol. VII, ed. Alfa, 1987.
MOREIRA, Rafael, "Do rigor teórico à urgência prática", *História da Arte em Portugal*, vol. VII, ed. Alfa, 1987.
NETO, Ulisses Pernambucano Melo,*O Forte das cinco pontas: um trabalho de arqueologia histórica aplicado à restauração do monumento*, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Recife, 1983.

Nova História de Portugal (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Ed. Presença, Vol VII, 1ª Edicão, Lisboa, 1991.
NUNES (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, "Fortificações terrestres, Fortificações marítimas e Fortificações mistas, *Castrum*, Assoc. Port. dos Amigos dos Castelos, 1, Lisboa, 1984.
NUNES (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1988.
NUNES, (Ten. Cor.), A. Lopes Pires, *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991.
OLIVEIRA, A. Lopes de, *Valença do Minho*, Póvoa de Varzim, 1978.
Os Mais Belos Castelos de Portugal , Verbo, Lisboa,.1986.
PAÇO, António, *Maravilhas de Viana*, Viana do Castelo, 1970.
"Panfletos do século XVII", sep. dos *Anais*, Academia Portuguesa de História, Vol. X, Lisboa 1946.
Património Arquitectónico e Museológico Classificado, Inventário, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Vols. I, II e III.
PEREIRA, A. Felix de, *Estudos do Alto Minho*, Viana do Castelo, 1914.
PERES, Damião, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, 1970.
PERINI, Hardy (Gen.), *Conférences Régimentales sur la Fortification*, Librarie Militaire, Paris, 1899.
PINTOR, (Pe.) Manuel A. Bernardo, "Castro Laboreiro e seus forais", *Bracara Augusta*, vol. XVIII-XIX, T. III.
PINTOR, (Pe.) Manuel A. Bernardo, *Melgaço Medieval*, Lisboa, 1975.
"Praça Forte de Valença", D. G. E. M. N., Boletim nº 115,Lisboa, 1964.
Regional (O), Monção, 1914.
REIS, A. P. de Matos, "Miguel de Lescol, Engenheiro e Arquitecto", *Estudos Regionais*, V, Viana do Castelo 1989, 53-59.
REIS, A. P. de Matos, *Castelos do Alto Minho*, Viana do Castelo, 1985.
Relação dos Successos que nas fronteiras deste Reyno tiverão as armas Del Rey Dom . Ioam o Quarto, Lisboa, 1945.
Revista dos Centenários, Abril, 1939.
ROCHA; J. Marques, *Vila Nova de Cerveira*, ed. de autor, s.l., 1994.
ROJAS, Cristóbal de, *Tres Tratados sobre Fortificación y Milicia*, CEDEX (Centro de Estudios y Experimentación de Obras Públicas), Biblioteca CEHOPU (Comisión de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo), Madrid, 1985.
SAMPAIO, Francisco, *Alto Minho, Região de Turismo*, Viana, 1984.
SANTIAGO, D. Jose, *Historia de Vigo y su Comarca*, Madrid, 1896.
SANTOS (Cor.), H. Madureira dos, "Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra não publicado pelo Gen. Claudio Chaby", sep. do

Boletim do Arquivo Histórico Militar, Vol. I- Reinados de D. João IV a D. Pedro II, nº 19.
SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, 1931.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, "A Guerra da Restauração", *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), Vol. III, Publicações Alfa, Lisboa, 1983.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo, "A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)", *História de Portugal*, Verbo, Vol. IV, 2ª edição, s.l., s.d.
SILVA, Armando Malheiros Barreiro de, *A Fortaleza de Melgaço: pedras e património*, Melgaço, 1987.
SILVA, F. Ribeiro da, "O corso Inglês e as populações do litoral Lusitano (1580-1640)", sep. das *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima - Povoamento e Administração - Aspectos Sociais*, Póvoa de Varzim, 1985.
SILVA, Francisco Ribeiro da, "O Castelo de S. João da Foz do Douro nas encruzilhadas da Independência Nacional (1640- 1808)", sep. de *Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto*, nº 1, Porto, 1987.
SILVA, Francisco Ribeiro da, "O Entre Douro e Minho e a Restauração", sep. *Estudos Regionais*, IX, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1991.
SILVA, Francisco Ribeiro da, "Porto, Noroeste de Portugal e Galiza: Achegas para o Estudo dos Intercâmbios e Influências (1580-1640", sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol, 3/4 - 1985/86.
SILVA, Luis Augusto Rebello da, *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1971.
SOARES, F. Miguel, *Portugal Libertado*, Porto, 1974.
SORALUCE BLOND, José Ramón, *Castillos y Fortificaciones de Galicia. La Arquitectura Militar de los siglos XVI- XVII*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, LaCoruña, 1985.
TAVEIRA, A. Pereira, *A defesa de Portugal*, Lisboa, 1906.
Terraplanagens e Alicerces, 2ª Edição, Biblioteca de Instrução Profissional (Dirigida por Thomaz Bordallo Pinheiro), Bertrand, s.l., s.d.
Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B.P.M.P.,1994.
VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa,1936
VEIGA, A. B. da Costa, *Estudos de História Militar Portuguesa*, Lisboa, 1936.
VELTMAN, Kim, "Military surveying and topography: the practical dimension of Renaissance Linear Perspective", sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, 27, Coimbra, 1979.

VERTOT (Abade de), *História das Revoluções de Portugal* (Introdução de Gastão de Melo e Matos), Ed. Altura, Porto, 1945.
VIANA, Abel, *Viana do Castelo, Escorço Monográfico*,Viana do castelo, 1953.
VIEIRA, J. Augusto, *O Minho Pittoresco*, T. I, Rotary Club, Valença,1986.
VILLASANTE Y PRIETO, Juan Rodriguez, *Las defensas de Galicia. Funcionalidad, forma y ejecución del diseño clasista*, Edicións do Castro, A Coruña, 1984.
VILLENA, Leonardo, "Arquitectture Fortificata, *Atti del 1º Congresso Internazionale*, Instituto Italiano dei Castelli, Bologna, 1976.
VITERBO, Joaquim de Sousa, *Diccionário Historico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, Vols. I, II e III, Lisboa, 1922.
ZASTROW, Adolf von, *Histoire de la fortification permanente*, Dominique Avanzo et. C.ie, Liège, 1846.

Índice das Figuras:

Fig. 1 Cartografia das obras militares na costa atlântica e raia do Alto Minho ..... Pág. 5

Fig. 2 "Caminha". Fonte: B.N.L., D. 239 V. ..... Pág. 71

Fig. 3.1 Caminha - Rampa de acesso ao adarve ..... Pág. 73

Fig. 3.2 Caminha - Pano do meio-baluarte ..... Pág. 73

Fig. 4 Fortaleza abaluartada de Caminha. Fonte: Elaborada a partir da planta pertencente à D. G. M. N. ..... Pág. 74

Fig. 5.1 Caminha - Adarve ..... Pág. 75

Fig. 5.2 Caminha - Terrapleno..... Pág. 75

Fig. 6 "Planta da Praça de Caminha", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, Manuscrito 1909, ed. fac-similada do manuscrito de 1758, B. P. M. P., 1994, fl. 4 ..... Pág. 76

Fig. 7 "Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Insua", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 3..... Pág. 83

Fig. 8.1 Ínsua no estuário do Rio Minho ..... Pág. 85

Fig. 8.2 Ínsua - Convento dos Capuchos ..... Pág. 85

Fig. 9 Vestígios actuais da fortaleza da Ínsua. Fonte: D. G. M. N. ..... Pág. 86

Fig. 10.1 Ínsua - Revelim ..... Pág. 87

Fig. 10.2 Ínsua - Porta da fortaleza ..... Pág. 87

Fig. 11.1 Ínsua - Alojamentos da guarnição ..... Pág. 88

Fig. 11.2 Ínsua - Paiol ..... Pág. 88

Fig. 12.1 Ínsua - Peça de artilharia ..... Pág. 89

Fig. 12.2 Ínsua - Acesso à fonte principal ..... Pág. 89

Fig. 13 "Planta e Eslevação do Castel de Crasto Laboreiro na Província de Entre Douro e Minho feito Em o anno de 1650".
Fonte: B. N. L. , D. 236-V. ..... Pág. 101

Fig. 14.1 Castro Laboreiro - Penedia do Castelo ..... Pág. 103

Fig. 14.2 Castro Laboreiro - Pano de muralha ..... Pág. 103

Fig. 15.1 Castro Laboreiro - Afloramento granítico integrado na muralha ..... Pág. 104

Fig. 15.2 Castro Laboreiro - Albacar ..... Pág. 104

Fig. 16.1 Castro Laboreiro - Pátio superior ..... Pág. 105

Fig. 16.2 Castro Laboreiro - Porta do Sapo ..... Pág. 105

Fig. 17 Fortim de Paços - Talude e fosso ..... Pág. 108

Fig. 18.1 Fortim da Senhora da Cabeça - Talude ..... Pág. 113

Fig. 18.2 Fortim da Senhora da Cabeça - Zona dos fossos ..... Pág. 113

Fig. 19 Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: B. N. L., D. 247 V. ..... Pág. 121

Fig. 20 "Villa Nova de cerveira".
Fonte: B. N. L., D. 240 V. ..... Pág. 123

Fig. 21 "Carta Topografica de villa Nova de Serveyra e seus arredores", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 6 ..... Pág. 125

Fig. 22 "Carta Topografica da Continuação do Rio Minho desde Valença athé Melgaço assim de Galiza como deste Reino", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 10 ..... Pág. 131

Fig. 23.1 Lapela - Implantação da Torre ..... Pág. 132

Fig. 23.2 Lugar da Barca (Galiza) e Rio Minho, vistos da Torre de Lapela ..... Pág. 132

Fig. 24 Vestígios actuais da Torre de Lapela. Fonte: D. G. M. N. ..... Pág. 133

Fig. 25 Vestígios actuais da obra militar de Lindoso. Fonte: D. G. M. N. ..... Pág. 138

Fig. 26.1 Lindoso - Maciço e perfil da fortaleza ..... Pág. 139

Fig. 26.2 Lindoso - Maciço e muralhas da fortaleza ..... Pág. 139

Fig. 27 "Planta do Castello de Lindozo", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 16 ..... Pág. 140

Fig. 28.1 Lindoso - Baluarte e guarita ..... Pág. 142

Fig. 28.2 Lindoso - Muralhas reconstituídas ..... Pág. 142

Fig. 29.1 Lindoso - Muralhas reconstituídas ..... Pág. 143

Fig. 29.2 Lindoso - Revelim ..... Pág. 143

Fig. 30.1 Lindoso - Revelim e entrada da fortaleza ..... Pág. 144

Fig. 30.2 Lindoso - Guarita, parapeito e adarve de baluarte ..... Pág. 144

Fig. 31 "Castelo de Lindoso", "Planta do Castello de Lindoso com sua Forteficação em roda seus quarteis e almazeñs", "Viana 29 de 8.bro de 1713 M.el Pinto de Vª Lobos".
Fonte: B. N. L., D. 241 V. ..... Pág. 145

Fig. 32 "Planta do Castello de Lindozo".
Fonte: B. N. L., D. 230 P ..... Pág. 145

Fig. 33.1 Lindoso - Canhoeira de baluarte ..... Pág. 149

Fig. 33.2 Lindoso - Peça de artilharia, parapeito e vestígios da pavimentação de baluarte ..... Pág. 149

Fig. 34 Vestígios actuais do Forte de Azevedo Lobelhe - Vila Nova de Cerveira.
Fonte: D. G. M. N. ..... Pág. 153

Fig. 35 "Planta da Praça de Melgaço", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 13 ..... Pág. 159

Fig. 36.1 Melgaço - Piso rochoso do pátio de armas, muralha e caminho de ronda sem parapeito ..... Pág. 161

Fig. 36.2 Melgaço - Pano da muralha e escadas de acesso ao caminho de ronda ..... Pág. 161

Fig. 37.1 Melgaço - Torre de Menagem ..... Pág. 162

Fig. 37.2 Melgaço - Tramo da cerca da vila ..... Pág. 162

Fig. 38.1 Melgaço - Porta secundária, de arco perfeito, que dá acesso ao pátio de armas ..... Pág. 163

Fig. 38.2 Melgaço - Troneiras da entrada principal do pátio de armas ..... Pág. 163

Fig. 39 Obra militar de Melgaço.
Fonte: elaborada com elementos de planta pertencente à D. G. M. N. ..... Pág. 164

Fig. 40 "Melgaço". Fonte: B. N. L., D. 242 V ..... Pág. 165

Fig. 41 "Planta da Praça de Monção", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 12 ..... Pág. 175

Fig. 42 "Monção". Fonte: B. N. L., D. 238 V ..... Pág. 177

Fig. 43.1 Monção - Porta Poente ..... Pág. 179

Fig. 43.2 Monção - Paiol ..... Pág. 179

Fig. 44.1 Monção - Pano da escarpa, com cordão, canhoeiras e guarita ..... Pág. 180

Fig. 44.2 Monção - Restos do cordão e parapeito destruído ..... Pág. 180

Fig. 45.1 Monção - Guarita, pano da escarpa e parapeito arruinado ..... Pág. 181

Fig. 45.2 Monção - Escarpa esventrada com vestígios de terrapleno, cordão, guarita e parapeito arruinado ..... Pág. 181

Fig. 46.1 Monção - Baluarte Sudeste da Praça, cordão, guaritas e parapeito ..... Pág. 182

Fig. 46.2 Monção - Perfil esventrado da escarpa, com parede dupla e restos do terrapleno ..... Pág. 182

Fig. 47 "Carta Topografica de todos os lugares em roda da Praça de Valença", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 8 ..... Pág. 189

Fig. 48 S. Luis Gonzaga - Mota para colocação de artilharia ..... Pág. 190

Fig. 49 "Castello de Viana". Fonte: B. N. L., D. 237 V ..... Pág. 197

Fig. 50 "Planta do Castello de Vianna", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 19 ..... Pág. 199

Fig. 51 Vestígios actuais da Fortaleza de S. Tiago da Barra - Viana do Castelo.
Fonte: D. G. M. N. ..... Pág. 201

Fig. 52 Vestígios actuais da Fortaleza de Valença. Fonte: elaborada com elementos de planta pertencente à D. G. M. N. ..... Pág. 209

Fig. 53 "Valença". Fonte: B. N. L., D. 174 A ..... Pág. 210

Fig. 54 "Planta da Praça de Valença", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 9 ..... Pág. 212

Fig. 55.1 Valença - Patamares, taludes, escarpa, canhoeiras, parapeitos e fonte da vila ..... Pág. 214

Fig. 55.2 Valença - Canhoeiras e baluarte com cavaleiro no Poente da praça ..... Pág. 214

Fig. 56.1 Valença - Canhoeira com lajeado ..... Pág. 215

Fig. 56.2 Valença - Revelim no fosso da Praça ..... Pág. 215

Fig. 57.1 Valença - Escarpa, fosso e porta da Coroada ..... Pág. 216

Fig. 57.2 Valença - Adarve e parapeito da Coroada ..... Pág. 216

Fig. 58 "Planta da Praça de Villa Nova de Serveyra", in *Topografia da Fronteira, Praças e seus Contornos, Raia Seca, Costa e Fortes da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luis da Silva Brandão*, op. cit., fl. 7 ..... Pág. 225

Fig. 59.1 Vila Nova de Cerveira - Castelinho..... Pág. 226

Fig. 59.2 Vila Nova de Cerveira - Pormenor do "traçado "em cremalheira", devassado pelas habitações ..... Pág. 226

Fig. 60.1 Vila Nova de Cerveira - Panos da escarpa seiscentista aproveitados no muro das habitações ..... Pág. 227

Fig. 60.2 Vila Nova de Cerveira - Berma, escarpa, cordão e parapeito da praça ..... Pág. 227

Fig. 61 Atalaia da Encarnação - Pano da atalaia e mísulas do matacão ..... Pág. 231

Fig. 62.1 Local onde se erguia o Forte da Pereira ..... Pág. 237

Fig. 62.2 Forte de Bragandelo - Fosso, Escarpa e Contra-escarpa ..... Pág. 237

Fig. 63.1 Forte de Bragandelo - Fosso e Escarpa ..... Pág. 238

Fig. 63.2 Forte de Bragandelo - Terrapleno e parte interna da praça ..... Pág. 238

Fig. 64.1 Forte de Bragandelo - Parede da parte interna da praça ..... Pág. 239

Fig. 64.2 Forte de Bragandelo - Talude da parte Sul ..... Pág. 239

Índice:

Introdução 2

Os Homens da Guerra 6

Os Meios da Guerra 20

A Campanha de 1657: uma situação de guerra na fronteira do Minho 29

Estratégias de Fortificação 36

A Construção das Obras Militares 56

Catálogo Descritivo da Arquitectura Militar da Costa Atlântica e Raia do Alto Minho 63

Aditamento 232

Bibliografia 240

Índice das Figuras 250

Siglas e Abreviaturas

A. G. S. - Arquivo Geral de Simancas
A. H. M. P.- Arquivo Histórico Municipal do Porto.
B. N. L. - Biblioteca Nacional de Lisboa.
B. P. M. P.- Biblioteca Pública Municipal do Porto.
D. G. - Diário do Governo.
D. G. M. N. - Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.
D. R. -.Diário da República.
I. I. P. - Imóvel de Interesse Público.
I. P. P. A. R. - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
L. V. Livro de Vereações.
M. N - Monumento Nacional.
Ms. - Manuscrito.
U. C. - Valor Concelhio.
Z. E. P. - Zona Especial de Protecção.

FACULDADE DE LETRAS BIBLIOTECA * PORTO *